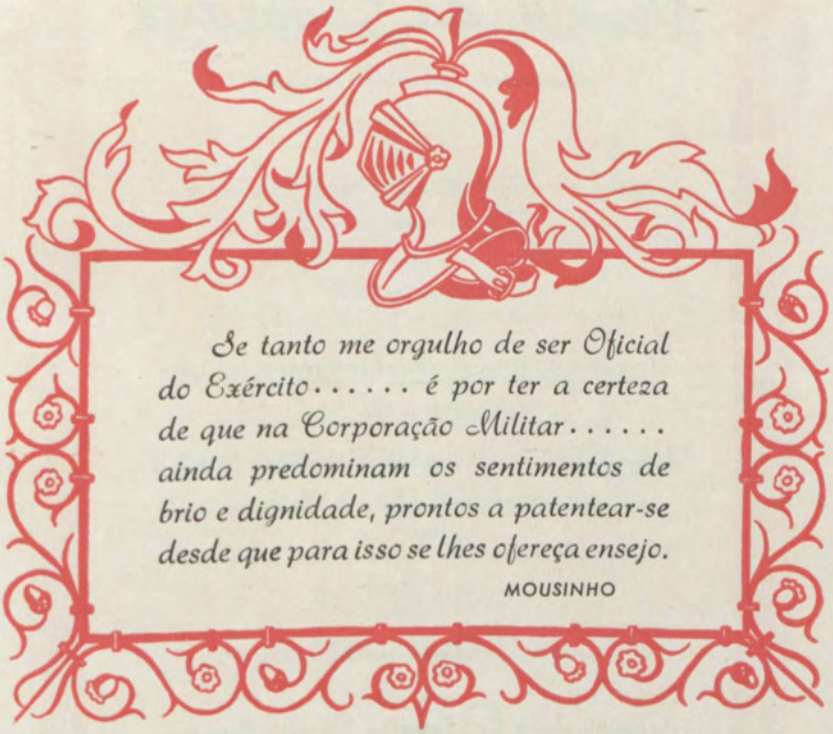
Revista da Cavalaria

ANO DE 1965



Se tanto me orgulho de ser Oficial do Exército..... é por ter a certeza de que na Corporação Militar..... ainda predominam os sentimentos de brio e dignidade, prontos a patentear-se desde que para isso se lhes ofereça ensejo.

MOUSINHO

Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

FUNDADORES

I Época — 1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha e Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

II Época — 1939

Capitão João E. Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu de Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António Sebastião Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares

F. C.

Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

DIRECTOR

General António Augusto de Sousa Dias Ribeiro de Carvalho

(Director da Arma de Cavalaria)

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Brigadeiro Joaquim Rodrigues Gomes Júnior

Coronel Res. Raúl Ribeiro Ramos

Coronel António Sebastião Ribeiro de Spínola

Coronel do C. E. M. José João Henriques de Avellar

TESOUREIRO

Alferes José Bento Coelho

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — LISBOA

Composto e impresso na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Preço: 35$00

F. C.

SUMÁRIO

— General *Arnaldo Schulz* — A Cavalaria na Guiné — Palavras de S. Ex.ª o Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné 7

Historial, Tradição e Culto da Arma:

— *Dia da Cavalaria:*

Relato das Cerimónias 13
Saudação do General Director da Arma 14
Cerimónias na E. P. C. e discurso proferido por S. Ex.ª o Ministro do Exército 18
Alocução pronunciada na E. P. C. pelo Major *Severo Pinto* 21

— Quadro de Honra 26
— Tributo de Sangue — Rol dos Cavaleiros Mortos e Feridos em Campanha 28

— *Homenagem:*

Promoções por Distinção 53
Cruz de Guerra 57
Serviços Distintos com Palma 121
Condecorações e Louvores Colectivos 149

— Dia da Raça. Cerimónias do dia 10 de Junho de 1965 157
— Resumo das Acções em Campanha das Unidades Regressadas em 1965 159

— Major *Severo Pinto* — Viagem a Angola e Moçambique do General Director da Arma 177
— Aspectos da viagem a Angola e Moçambique do General Director da Arma 182
— Coronel *Raúl Ramos* — A Formação dos Oficiais de Cavalaria do Q. P. 184
— Coronel *Miranda Dias* — O Espírito Cavaleiro e os Tempos Actuais 198
— Capitão *Gonçalves Ribeiro* — O Aniversário do Feito de Chaimite 204
— O Quartel da Polícia Militar em Lourenço Marques 209
— Dr. *Gastão Neves Carneiro* — Bodas de Prata dum Curso de Oficiais Milicianos 214

Noticiário da Escola Prática de Cavalaria:

— Quadro de Honra — Aspirantes a Oficial do TOQP 1964/65 221
— Tirocínio para Oficiais do Quadro Permanente 1965/66 222
— Actividades da E. P. C. 223

Doutrina e Cultura Militares:

— Brigadeiro *Luiz Deslandes* — A Divisão Americana. Sua Organização 233
— Brigadeiro *Reymão Nogueira* — A Cavalaria da Guiné 247
— Major *Ricardo Durão* — Golpe de Mão? Ataque! 252
— Major *António Machado* — O Comando em Campanha 259
— A Cavalaria a Cavalo no Ultramar — Duas opiniões: 269
Tenente-Coronel *L. Barros e Cunha* — A Cavalaria. Meios e Missões 270
Major *Duarte Silva* — História Antiga... que se repete... 282
— Capitão *Galiano Tavares* — A Administração de uma Companhia em Angola 290
— Capitão *Marcelino Mourato* — Controle de Populações 302

— Capitão *Marques Pereira* — A Cavalaria no seu Devido Lugar 311
— Capitão *Arriscado Nunes* — Uma Operação Algures na Guiné 313
— Capitão *Silva Atayde* — Preparação da Tropa. Uma Opinião 317
— Tenente Médico Mil.º *Veríssimo da Silva* — Inspecções Médicas no Recrutamento 321
— Alferes Mil.º *Pita Soares*
— Uma Operação Cavaleira na Guiné 324
— Uma Carga de Cavalaria na Selva 328
— Furriel Mil.º *Gomes Brizido* — Algures na Guiné 331
— Soldado *Leite Rosa* — Ataque Inimigo 334

Hipismo:

— Coronel *Souza Coutinho* — Actividade Equestre de 1965 339
— Galeria dos Vencedores 347
— Capitão *Gonçalves Ribeiro* — A Época Internacional na África Austral 354

Jornais, Revistas, Livros:

— A Aeromobilidade e as Forças Terrestres 373
— A Cavalaria Ligeira 380
— Cabeçalhos de Jornais e Revistas de Unidades de Cavalaria no Ultramar 385

Almanaque:

— I — Ingresso nas Fileiras 388
— II — Reintegrados 388
— III — Promoções 388
— IV — Condecorações 392
— V — Louvores em Campanha 396
— VI — Transferências 401
— VII — Abate às Fileiras 402

Revista da Cavalaria

ANAIS DA CAVALARIA PORTUGUESA Ano de 1965

A CAVALARIA NA GUINÉ

Palavras de S. Ex.ª o Governador
e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné

com o maior interesse que venho notando o cuidado manifestado pela Arma de Cavalaria em exaltar, através da sua Revista, os feitos gloriosos dos seus oficiais, sargentos e praças no Ultramar português e em divulgar, até onde é razoável, os princípios e normas de acção que poderão deduzir-se da valiosíssima experiência que vai sendo recolhida na luta que nos é imposta.

Esse interesse justifica-se plenamente, mesmo para além da magnífica expressão humana e da excelente qualidade literária e técnica de muitos dos artigos publicados. Na verdade, parece-nos que na guerra — e esta que estamos vivendo não foge à regra geral — o «espírito de corpo» não deve apenas manter-se mais ou menos rotineiramente mas deve, pelo contrário, desenvolver-se e ampliar-se até onde for possível, ga-

nhando projecção exterior que a todos envolva decisivamente e revigorando ou aprofundando a sua essência com novos valores éticos, extraídos de circunstâncias vividas, tão sólidos e apaixonantes como aqueles que herdamos do passado e foram, em muitos casos, motivo determinante para que escolhessemos a carreira das armas. O espírito de Arma — como o espírito de unidade ou de ramo das Forças Armadas — está neste caso e a Cavalaria bem pode orgulhar-se de lhe atribuir toda a importância que realmente merece; esse «sentido de grupo», quando correctamente interpretado, radica na alma de cada um a convicção de pertencer a uma «élite» e constitui, juntamente com as noções de dever, de dignidade e de patriotismo, suporte moral indispensável para que o combatente possa arrostar animosamente riscos, sacrifícios e trabalhos. Naturalmente que isto tem uma importância muito maior em tempo de guerra, visto que então os valores postos em jogo ultrapassam completamente as ideias correntes de segurança e bem estar que são legítima aspiração de todo o homem numa sociedade não sujeita a pressões externas anormais.

Diz-se algumas vezes, com o argumento de que esta guerra é essencialmente conduzida a pé, que toda a gente combate como Infantaria. Nada mais errado: a guerra anti-subversiva tem características próprias que não a identificam decisivamente com nenhuma das formas de combate tradicionais e foi, por isso mesmo, objecto de estudo e de regulamentação especiais. De resto, não parece correcto afirmar, por exemplo, que os Fuzileiros combatem da mesma forma e têm o mesmo espírito que uma unidade de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia; o mesmo se pode dizer das tropas Pára-quedistas. Se é verdade que a maioria das nossas forças combatem apeadas, não é menos verdade que cada Arma tem espírito diferente e que isso se reflecte nas suas possibilidades e modalidades de emprego.

Deve igualmente notar-se que a variedade de missões que podem competir a uma unidade no âmbito da luta contra os

grupos terroristas é tão grande que sempre se encontram algumas que se enquadram perfeitamente no espírito tradicional de cada Arma. Em certas ocasiões, ter-se-á de conduzir um combate metódico, rigorosamente planeado e executado com

O Governador da Guiné e Comandante-Chefe das F. A., General Arnaldo Schulz

toda a precisão e então estamos perante uma missão que é típica da Infantaria. Noutros momentos, o primado pertencerá ao espírito de iniciativa, à flexibilidade de manobra e à rapidez e vamos encontrar um género de acção que tem profundas afinidades com o espírito cavaleiro. E, muitas vezes, teremos que ir procurar o Inimigo nos seus esconderijos, seja para o sur-

preender e aniquilar seja para recolher informações que permitam depois empreender um combate sistematizado e meticuloso. Há pois motivo forte para que se mantenha e desenvolva o espírito de Arma, mesmo que encaremos a questão do ponto de vista exclusivamente técnico.

O que realmente acontece é que a execução da missão no terreno é sempre influenciada pelas características e pelo espírito da unidade, quer o sector seja grande ou pequeno quer se trate duma perseguição, duma fixação ou de um ataque, e que em tudo isso tem importância fundamental a existência de um «espírito de Arma» particularmente sólido. Nem doutra forma se poderiam apreciar em toda a sua verdadeira dimensão os feitos excepcionais de um Mousinho-cavaleiro ou de um Paiva Couceiro-artilheiro.

É-me muito grato felicitar a «Revista da Cavalaria» e o seu ilustre Director pelo utilíssimo esforço que vêm desenvolvendo no sentido de radicar profundamente em todos os cavaleiros o espírito tradicional e heróico da sua Arma. A espora já não é tão frequentemente empregada como antigamente, mas o espírito que herdamos mantém-se e revigora-se no contacto com os feitos praticados no Ultramar pelos homens de Cavalaria.

Na Guiné, as forças de Cavalaria têm sabido comportar-se com toda a galhardia, dentro das mais nobres tradições da sua Arma. Temos tido muitos heróis-cavaleiros e estamos certos de que os que aqui se encontram e os que depois vierem continuarão a afirmar bem alto o seu valor.

Honra, pois, à Arma de Cavalaria e ao espírito magnífico que tem sabido manter.

General ARNALDO SCHULZ

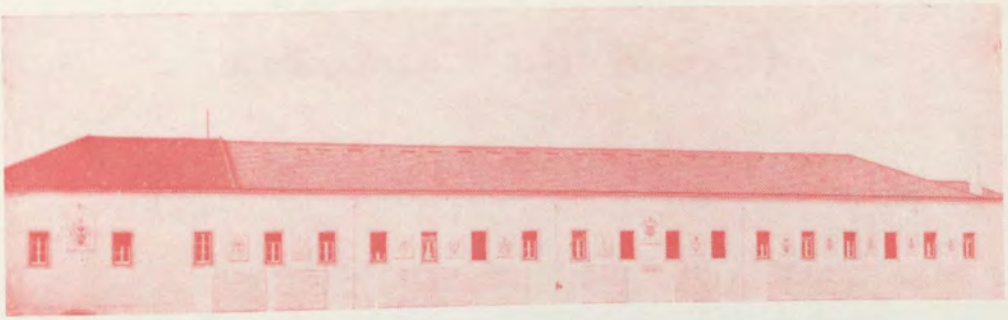
Historial

Tradição

e

Culto

da Arma



Dia da Cavalaria em 1965

RELATO DAS CERIMÓNIAS

As tradições cimentam-se não só com o tempo mas também e essencialmente com o esforço daqueles que as julgam úteis.

A comemoração do Dia da Cavalaria ainda que iniciada há poucos anos já criou raizes e tem justificações que nos conduzem a pensar que o correr dos anos, cada vez mais, acentuará o seu significado.

A projecção obtida pelas cerimónias efectuadas em 1965 confirmam o juízo acima estabelecido.

21 de Julho é o Dia da Cavalaria, dia que em Macontene o grande Mousinho — patrono da Arma — escreveu mais uma brilhante página da sua carreira, da Arma de Cavalaria e do Exército Português.

Embora o Dia da Cavalaria fosse, em 1965, festejado em todas as Unidades da Arma na Metrópole e, tanto quanto as vicissitudes de campanha o permitiriam, também nas Unidades de Cavalaria em serviço no Ultramar, a cerimónia principal, a que S. Ex.ª o Ministro do Exército se dignou presidir, teve lugar na Escola Prática de Cavalaria em Santarém.

A presença de S. Ex.ª o Ministro e as palavras que de improviso pronunciou e que mais adiante se transcrevem calaram fundo no coração de todos os cavaleiros, como foi salientado pelo General Director da Arma.

Em muitas Unidades na Metrópole e no Ultramar associaram-se às cerimónias Altas Individualidades militares e civis e há que assinalar a presença de bastante povo.

Fica-se a dever uma palavra de justo agradecimento aos órgãos de imprensa pelo notável relevo e grande divulgação que deram às cerimónias.

Dum modo geral o programa das cerimónias constou de:

— Formatura na máxima força da Unidade;
— Leitura da saudação do General Director da Arma;
— Alocução por um oficial da Unidade, focando a figura do grande cavaleiro, patrono da Arma, Mousinho de Albuquerque e o aniversário do combate de Macontene;
— Distribuição de placas com a esfinge do glorioso Mousinho de Albuquerque aos oficiais do tirocínio para oficiais do Q. P. e às praças que mercê das suas qualidades se tornaram merecedoras de serem devidamente distinguidos;
— Içar da Bandeira Nacional perante toda a força da Unidade;
— Jogos desportivos;
— Sessões recreativas, etc.

Este programa sofreu pequenas adaptações em relação a algumas Unidades, especialmente da Metrópole, em virtude da amplitude dada às cerimónias na Escola Prática de Cavalaria, da qual se fará, este ano, uma descrição mais pormenorizada.

Transcreve-se seguidamente a saudação do General Director da Arma:

«Mais um ano passou; mais um período de intenso trabalho foi realizado com entusiasmo e plena consciência da hora grave que PORTUGAL está vivendo. Acompanhou o Director da Arma, com orgulho e viva satisfação, o esforço e dedicação como os CAVALEIROS se entregaram ao cumprimento das tarefas que lhes foram impostas, quer na Metrópole, quer no Ultramar e, assim, não pode deixar de aproveitar a data em que se comemora o Combate Macontene — Dia Festivo da Cavalaria — para vir junto de todos os seus CAMARADAS — Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados — endereçando-lhes as suas amigas saudações e os seus agradecimentos muito sinceros. Todos souberam cumprir, com interesse, determinação e eficiência, as difíceis e arriscadas missões que lhes foram confiadas. Todos compreenderam as necessidades da hora presente e o imperativo que as gloriosas tradições da CAVALARIA exigem. Bem hajam.

O Director da Arma deseja aproveitar ainda este dia para em seu nome e no de toda a Arma, prestar as devidas Homenagens aos CAVALEIROS que

tombaram no campo da Honra, em defesa da integridade do solo pátrio. O seu heróico sacrifício será para todos nós um incentivo e um exemplo.

Termino esta singela saudação com a convicção absoluta de que, haja o que houver, custe o que custar, os CAVALEIROS saberão continuar a trilhar o caminho que vêm seguindo, mantendo-se arreigadamente fiéis à divisa que escolhemos para a Arma — «MAJIS AC MELIOR», e conscientes das responsabilidades tomadas pelo Exército.»

Chegada de S. Ex.ª o Ministro do Exército à E. P. C.

Em seguida à cerimónia na Escola Prática de Cavalaria efectuou-se a romagem ao túmulo de Mousinho no cemitério dos Prazeres, à qual assistiu o General Ribeiro de Carvalho, Director da Arma, acompanhado pelos comandantes e oficiais das Unidades de Cavalaria existentes em Lisboa, incluindo o Regimento de Cavalaria da G. N. R.

Finda esta romagem o General Director da Arma acompanhado pelo comandante do R. C. 7, Coronel Pinto Bessa, e pelo Tenente Américo Martins dirigiu-se à Cruz Vermelha Portuguesa onde foi recebido pela Direcção da Secção Auxiliar Feminina daquela Instituição, onde fez a entrega da importância de Esc. 15 000$00 como contribuição voluntária da Arma a favor da iniciativa da construção dum bairro de moradias e que foi designada «Dez tostões para uma casa».

Cerimónia na Escola Prática de Cavalaria

S. Ex.ª o Ministro do Exército depois da chegada passou revista à Guarda de Honra a qual desfilou seguidamente em continência.

No gabinete do comandante da E. P. C., o Director da Arma de improviso saudou S. Ex.ª o Ministro na presenaça de muitos oficiais entre os quais se incluiam S. Ex.ª o General Comandante da 2.ª Região Militar, Brigadeiros da Arma, o chefe de Gabinete do Ministro, os comandantes de todas as Unidades de Cavalaria da Metrópole incluindo o do Regimento de Cavalaria da G. N. R. e muitos outros oficiais.

Em essência o General Director da Arma declarou:

«Na qualidade de Director da Arma de Cavalaria cabe-me a mim o honroso dever de saudar V. Ex.ª, e faço-o com o mais vivo prazer, apresentando a V. Ex.ª, não só em meu nome, como no de toda a Arma, as nossas respeitosas homenagens e os nossos melhores cumprimentos com os sinceros agradecimentos de todos nós pela honra que V. Ex.ª nos deu anuindo ao convite que lhe fizemos de vir à Escola Prática, neste dia, Dia da Cavalaria, em que se comemora o 68.º aniversário do combate de Macontene e se presta sentida e sincera homenagem a Mousinho, nosso Patrono e a todos os Cavaleiros mortos pela Pátria.

É-nos sumamente grato, Senhor Ministro, receber V. Ex.ª na Casa da Cavalaria, casa cheia de nobres tradições e onde foi formada a grande maioria dos Cavaleiros que se batem, lá longe, nas terras portuguesas do nosso Ultramar, e que com o seu esforço e determinação procuram honrar e continuar as gloriosas tradições da Cavalaria.

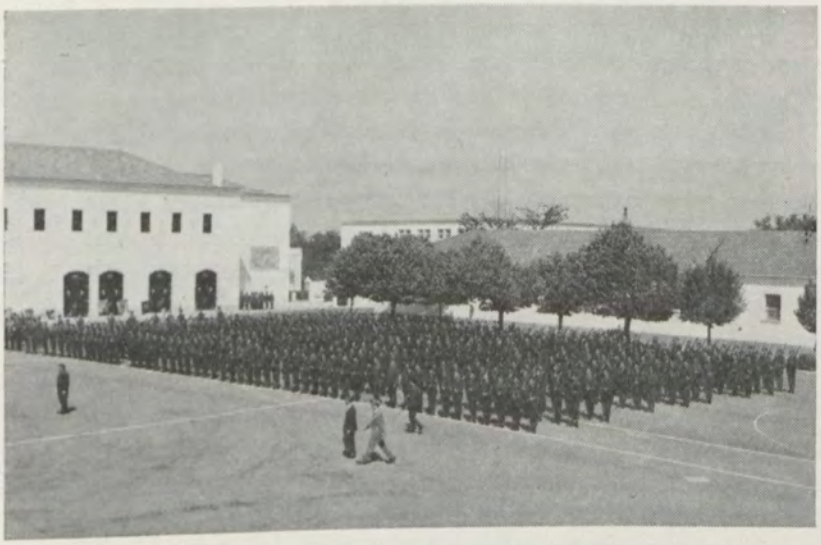
O que tem sido a acção dos Cavaleiros na luta que se está travando pela integridade do solo pátrio pode, talvez, sintetizar-se em alguns números. Sabe bem V. Ex.ª as numerosas unidades e subunidades que a Cavalaria tem fornecido desde 1961 assim como o número de mortos e feridos em combate, sejam oficiais, sargentos ou praças, que têm caído no campo da honra.

Também bem parece de salientar que as 7 medalhas de valor militar, as 49 cruzes de guerra e 14 medalhas de serviços distintos com palma além das centenas de louvores concedidos algo representam de penhor do modo como os Cavaleiros têm cumprido o seu dever.

Foi nesta Casa, Senhor Ministro, que se formaram e mentalizaram esses Cavaleiros; é nesta Casa, igualmente que os oficiais e sargentos a quem cabe a honrosa tarefa de formar os Quadros da Cavalaria, enfrentam e removem diàriamente as dificuldades sempre crescentes que constantemente surgem no cumprimento das suas funções de instrutor e monitor. Todos eles sabem dar o melhor

da sua competência e do seu esforço para serem dignos da farda que vestem, embora para isso se vejam muitas vezes forçados a desprezar as obrigações que contraíram com os seus agregados familiares.

Bem merecem eles, Senhor Ministro, a estima e gratidão de todos nós. E é certamente por isso que V. Ex.ª não perde nenhuma oportunidade, dentro dos escassos momentos que tem disponíveis, para vir contactar com aqueles que, como eles, trabalham junto das tropas e sòmente para estas. A presença de V. Ex.ª é para todos um estímulo e a certeza de que o Ministro sabe apreciar e, o que é mais, quer dignificar devidamente aqueles que põem acima de tudo o



S. Ex.ª o Ministro do Exército passando revista às forças da E. P. C.

cumprimento do Dever e se não deixam arrastar pelo exemplo de uns poucos que, pensando apenas nos seus interesses pessoais, procuram e obtêm, fora do ambiente militar, outros proventos, já que os que lhes são devidos pelas funções da sua hierarquia estão certos, quer produzam, quer nada façam. Bem haja Senhor Ministro.

É justo e há necessidade que aqueles que se entregam exclusivamente ao Exército, e tudo fazem sem alardes nem reclames, sejam devidamente estimulados e sintam que lhes é dada a consideração a que têm pleno direito. Os que trabalham nesta Casa e nas Unidades da Arma, estão nesse número, Senhor Ministro. Ninguém melhor do que eu que com eles contacto constantemente, o pode afirmar a V. Ex.ª

Pode, portanto, V. Ex.ª estar certo de que os Cavaleiros, cá como lá, se não poupam a esforços nem sacrifícios para bem poderem Servir; herdeiros directos de um passado glorioso, têm a consciência plena das suas responsabilidades e querem continuar orgulhosamente a honrar a sua Arma e o Exército, pois só assim poderão ser dignos continuadores dos seus antepassados.

Termino renovando a V. Ex.ª os nossos respeitosos cumprimentos de boas vindas a esta Casa, agradecendo o forte estímulo que a todos veio conceder-nos a honra da sua presença neste dia tão nobre para todos os Cavaleiros.

Muito e muito obrigado, Senhor Ministro.»

S. Ex.ª o Ministro respondeu com palavras proferidas de improviso e que seguidamente se expõem:

«Foi com o maior prazer que eu aceitei o convite que me foi dirigido pelo Senhor Director da Arma de Cavalaria para hoje visitar a casa da Cavalaria, no dia em que se comemora o DIA DA ARMA, o dia festivo da ARMA.

E esse prazer resulta de que, como militar, me é sempre extremamente agradável poder contactar com os meus camaradas que nas Unidades e nas Escolas desenvolvem os mais estrénuos esforços que lhe são exigidos pelo período que o País atravessa.

Por outro lado, a circunstância de se comemorar hoje o dia da Cavalaria ainda mais veio reforçar o interesse que eu tinha em realizar esta visita.

Na verdade, eu conheço bem as tradições e o orgulho — o legítimo orgulho — que todos os cavaleiros possuem na sua ARMA e no seu passado glorioso.

E, por consequência, a minha visita à Escola é para mim, principalmente para mim, um motivo de satisfação e um motivo de orgulho.

Se pode, como o Senhor Director da Arma de Cavalaria amàvelmente referiu, constituir um incentivo, para os que aqui trabalham, a visita do Ministro do Exército, podem acreditar que eu venho igualmente, ao visitar a Escola Prática, colher também insentivo para todo o trabalho que recai sobre os meus ombros.

E desejo igualmente afirmar, embora o que eu vou dizer seja perfeitamente evidente, que neste período que o País vem a atravessar desde 1961 para cá, a Arma de Cavalaria pode sem dúvida nenhuma orgulhar-se e estar segura de que tem estado inteiramente à altura das suas honrosas tradições.

São numerosíssimos os factos que comprovam esta minha afirmação e eu estou seguro também de que o tempo o dirá, quando a perspectiva o permitir verificar em melhores condições, que estão neste momento — têm estado desde

1961 para cá — a juntar-se louros, não menos nobres, à Arma de Cavalaria, às tradições da Arma de Cavalaria, do que aqueles que foram escritos pelos obreiros das tradições de que tanto se orgulha esta Arma.

Por isso, meus Senhores, sou eu que agradeço o convite que me foi feito e a oportunidade que tive de aqui vir durante uns escassos momentos conviver convosco e procurar aqui, neste convívio de algumas horas, retemperar os meus nervos e o meu vigor para poder, enquanto tiver que assim ser, prosseguir na actividade que me foi atribuída.

Felicito-os a todos pelo trabalho que sei que desenvolvem, pelo trabalho que ultrapassa, por vezes, frequentemente, aquilo que seria quase humanamente razoável pedir-lhes.

Não há outra alternativa.

Peço-lhes, por isso, que prossigam; peço-lhes, por isso, que prossigamos todos nesses esforços, porque não temos outra alternativa por enquanto e, na verdade, podemos também com satisfação verificar que alguns frutos, frutos preciosos, creio eu, têm sido obtidos desta nossa dedicação, da dedicação do nosso Exército que, creio, devem constituir também justificados motivos de orgulho para todos nós.

Presentemente julgo que pode afirmar-se, sem qualquer espécie de dúvida, que o Exército merece todo o apreço da Nação.

E merece o apreço da Nação, naturalmente e em especial, pelo comportamento daqueles que têm estado no Ultramar e que lá se encontram.

É, portanto, para esses, principalmente para esses e em favor do esforço que eles lá desenvolvem, que todos nós teremos de continuar esta obra que recai sobre todos nós, nas funções que a cada um foram atribuídas.

Por isso, meus Senhores, eu confio em vós, confio nos Cavaleiros, confio, enfim, em todo o Exército, confio em todos os militares, porque estou certo de que já temos neste momento motivos poderosos para confirmar a legitimidade e a razão que nos assiste na actividade que estamos a desenvolver.

Por isso, meus Senhores, os meus cumprimentos, os meus agradecimentos pela vossa presença e, principalmente, os meus agradecimentos pela oportunidade que me é dada de convosco passar alguns momentos.»

Em seguida na Parada Chaimite, perante todo o efectivo da Escola e delegações de todas as Unidades, S. Ex.ª o Ministro recebeu as devidas honras e passou revista às forças.

Foi pronunciada pelo major Severo Pinto, comandante das forças em parada e director das instruções da Escola a alocução que adiante se transcreve.

O General Director da Arma, saudando Sua Ex.ª o Ministro do Exército no Gabinete do Comando da E. P. C.

Promoveu-se depois à distribuição de prémios aos aspirantes a oficiais que terminaram o tirocínio e das placas Mousinho de Albuquerque às praças que foram distinguidas. Procedeu-se seguidamente à condecoração dos sargentos. Também foi condecorado com a medalha de prata de serviços distintos o major de Cavalaria Alves Morgado que deixou o lugar de Director da Instrução da Escola por motivo de ter sido mobilizado.

Seguidamente e mediante o toque de cada Unidade, os Guiões dos Regimentos de Cavalaria que existem (1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8) e existiram (5, 9, 10, 11 e 12) com as respectivas escoltas colocaram-se debaixo dos painéis de azulejos com os respectivos emblemas das Unidades (que foram inaugurados nesse dia e ficaram colocados na parede poente da parada Chaimite).

Foi depois prestada homenagem a Mousinho de Albuquerque — patrono da Arma — tendo por último a força em parada desfilado prestando continência a S. Ex.ª o Ministro.

Depois de uma rápida visita ao aquartelamento realizou-se na messe de oficiais um almoço presidido por S. Ex.ª o Ministro durante o qual foi saudado pelo coronel Homero de Matos, comandante da E. P. C.

Em breves palavras S. Ex.ª o Ministro agradeceu tendo em seguida retirado para Lisboa.

Transcreve-se seguidamente a alocução proferida pelo major de Cavalaria Leopoldo Severo F. Pinto:

Ao longo da vida das Nações criam-se tradições e erguem-se vultos que em si próprios sintetizam tudo quanto há de mais nobre e mais sublime numa raça.

Desgraçados dos povos que esquecem essas mesmas tradições e deixam de honrar os seus heróis.

A tradição e o culto dos nossos maiores são os esteios a que nos amparamos e a que, não poucas vezes, nós vamos buscar o alento para prosseguir. Temos que ser fiéis a nós próprios e deixar aos nossos filhos e netos, não só o património material que herdámos, mas principalmente o extraordinário património moral que nos legaram os nossos Avós.

Se a missão é difícil maior é o mérito.

É para cumprirmos essa dívida sagrada que aqui nos encontramos.

O que é a CAVALARIA? Donde vem a CAVALARIA?

A Cavalaria, vinda das profundezas da Idade Média, nasce do mais puro idealismo cristão, do desejo de proteger o fraco ou oprimido contra o forte ou

o opressor, procura dignificar a mulher, nasce do sonho e da aventura, é um estado de alma que se corporiza.

Criou-se assim uma mística Cavaleira em que impera o respeito pela fé jurada, a generosidade, a valentia, o culto pela força e pela beleza, o acatamento da tradição, a crença nessa coisa ideal e luminosa que nunca se consegue atingir, mas que inspira tantas acções boas e tantas dedicações sublimes, e, finalmente, o culto pelo *ponto de honra*.

Produto do meio em que surgia a Cavalaria foi rude e sanguinária com os teutões e os francos, romanesca, sentimental e monástica na Península Ibérica, aristocrática na Inglaterra, poética e galanteadora na Provença.

A Cavalaria consubstanciou, deste modo, em si, o ardor guerreiro, o idealismo religioso que se vivia nessa época de fé ardente, e, ao mesmo tempo, o idealismo amoroso resultante da dignificação e sublimação da mulher.

Rodeada destes atributos a Cavalaria criou uma alma ímpar e esplendorosa que fez dela a força principal e sem competência dos exércitos naqueles tempos, e compreende-se que no heróico exercício d'ELA estivesse o principal meio do português se nobilitar e ascender às máximas honrarias.

Surgiram assim duas categorias distintas na Cavalaria: a chamada Cavalaria Militar e a de Honraria; a primeira era composta por cavaleiros armados na guerra ou por descendentes seus e a segunda por cavaleiros pertencentes às ordens religiosas.

Foram estas ORDENS MONÁSTICO-MILITARES a primeira organização militar da Cavalaria e foram elas que ao longo de decénios tiveram a seu cargo a responsabilidade da luta contra os infiéis.

Algumas destas ORDENS com o decorrer dos anos desapareceram, mas outras ainda subsistem não com o aspecto primitivo, mas como símbolos de um espírito imorredouro. Os títulos honoríficos que hoje dentro das ORDENS existentes vão galardoar determinados factos ligam por uma afinidade espiritual esses indivíduos aos seus antepassados na honraria.

Dentro do espírito da antiga Cavalaria era possível ao indivíduo que combatia a pé vir a ter o galardão de cavaleiro desde que os seus feitos o impusessem.

Dentro das ORDENS instituídas pelos nossos reis destacamos:

— Por D. Afonso Henriques:
ORDEM DE AVIZ e
ORDEM DE S. TIAGO
Aceitação das ORDENS DE MALTA
e da AZA DE S. MIGUEL;
— Por D. Diniz, a ORDEM DE CRISTO

— Por D. Afonso V, a da TORRE E ESPADA
— Por D. Sebastião, a da FRECHA
— Por D. João I, a da MADRE SILVA e a dos NAMORADOS.

É como sucessores destas ORDENS DA CAVALARIA que mais tarde surgem os Regimentos de Cavalaria.

Eles herdam-lhes a grandeza de alma, o espírito e o idealismo e assim no-lo transmitem intacto até aos nossos dias. As suas tradições, a sua glória, o seu cunho de beleza heróica, o seu idealismo, o seu desprezo pelo perigo e por tudo

S. Ex.ª o Ministro do Exército condecorando o Major Alves Morgado

que é mesquinho, as suas lendas, povoaram os nossos sonhos de criança e ajudaram a formar as nossas almas viris. Quem dentre nós, não vibrou ao ler os seus feitos?, as suas cargas ou os combates singulares?

Produto de um meio e de um ambiente pletórico de tradições e de grandeza Joaquim Mousinho de Albuquerque caldeou a sua alma e o seu carácter num ambiente de família em que todos lhe falavam das virtudes e dos feitos dos seus antepassados, dos quais basta citar um nome: «Afonso de Albuquerque».

Há na sua formação uma como que predestinação, e, as senhoras da sua família, semelhantes às antigas damas portuguesas, mostram, ao educá-lo que são da mesma fibra. — Quando Mousinho é ainda um jovem MENINO DA LUZ, sua Avó oferece-lhe as insígnias da ORDEM DA TORRE E ESPADA que

haviam pertencido a seu avô, e, porque Mousinho hesitou ao recebê-las, a excelsa senhora percebendo a hesitação diz-lhe: — Toma-as, faze por ganhá-las, és soldado e és Mousinho.

Influenciado por esta educação em que acima de tudo se cultivava o amor da Pátria e o respeito e veneração pelos antepassados, o temperamento deste homem, o seu carácter, todos os seus sentimentos haviam de vir impregnados duma sensibilidade e vibração que se manifestariam em todos os seus actos e reacções ao longo da sua vida.

A maneira como eram conduzidas as suas campanhas, os seus relatórios, os seus actos na governação, as páginas imortais que escreve nos seus livros, na carta ao Príncipe herdeiro D. Luiz Filipe e ainda a carta, cáustica, contundente, que escreve ao primeiro ministro de então e, que só por si define o Homem, patenteiam bem as qualidades morais e intelectuais de Mousinho.

As suas acções de campanha são todas norteadas por um espírito medieval, nìtidamente cavaleiro, mas entre todas, aquela que, pela sua fulgurância mais e melhor define o PATRONO DA ARMA DE CAVALARIA é sem dúvida o combate de MACONTENE.

Após o feito heróico de CHAIMITE em 1895 e para liquidar completamente o potentado vátua era necessário bater e aniquilar Maguiguana o grande chefe de guerra do Gungunhana. Ao empreender esta acção a CAMPANHA DE GAZA, de 1897, Mousinho com a rapidez e a determinação que o caracterizam chega a percorrer 200 km em 32 horas para ir atacar o inimigo surpreendendo-o no seu próprio ninho.

Faz hoje precisamente 68 anos que nos campos de MACONTENE, após o ataque suportado pelas nossas forças, Mousinho em campo descoberto, com o «élan» dos heróis e a audácia dos fortes, à frente de 50 cavaleiros carregava sobre 5000 guerreiros do Maguiguana na primeira carga e na mais empolgante que havia de ter lugar na África Austral.

O próprio Mousinho descreve o combate nos seus relatórios e pelo facto de ter dirigido pessoalmente a carga diz:

«Haverá quem estranhe, de certo, que, sendo eu o comandante de coluna, tivesse saído com a Cavalaria, e se sirva deste facto para me alcunhar de temerário e não sei que mais.

Saí com a Cavalaria porque tendo esta carga por fim acabar o combate quando ainda se não tinha pronunciado a retirada do inimigo, era esta a operação mais importante da acção toda e sendo a primeira carga que se dava em campo descoberto em África, é bem natural que quisesse dirigi-la em pessoa, já para moderar o ímpeto das praças que podia comprometer tudo, já porque do seu êxito e direcção dependia o resultado final da acção.

Quem supuser que saí com a Cavalaria no intento de alardear bravura ou fazer proesas pessoais convencer-se-á do contrário sabendo que nunca desembainhei a espada nem peguei no revólver, e que logo que vi tudo bem encaminhado, confiei a direcção da perseguição com a Cavalaria ao Alferes Reis e voltei para o «quadrado».

Perdoe-me V. Ex.ª insistir neste ponto que só à minha pessoa diz respeito, mas faço-o por saber que fama de temerário muitos pretendem aí arranjar-me.»

É certo que neste momento o Maguiguana fugiu, mas é exactamente «a carga de MACONTENE» que marca a pacificação e o fim da Campanha de GAZA e torna possível que poucos dias depois, em NAPULANGUENE o MAGUIGUANA seja morto em combate.

A Campanha de GAZA foi de todas as campanhas que se fizeram no Sul de África, a mais rápida e a mais fulminante.

Só por si, o estudo desta campanha, revela a determinação, o espírito de audácia e a persistência do seu comandante.

É uma acção tìpicamente cavaleira que veio provar de maneira insofismável a teoria de Mousinho sobre o emprego da Cavalaria no Ultramar.

Em todos os seus actos, Mousinho revelou um amor ardente à sua Pátria, ao Exército e à sua Arma.

Por todas as suas acções, pelos seus feitos em África e pelo conhecimento que tinha do Ultramar ele é bem o PATRONO de todos quantos ali se batem pela integridade da Pátria.

Homens como Mousinho não vivem em vão; para além da morte eles continuam a galvanizar os seus compatriotas e a apontar-lhes o rumo a seguir. Ninguém pode trair os que morrem.

Nesta torre, aqui junto de nós estão inscritos os nomes dos soldados que daqui saíram e há bem pouco caíram com honra na defesa da Pátria. Eles morreram, mas a missão foi cumprida. Não há que chorá-los, há que honrá-los e admirar aqueles que humilde, mas orgulhosamente cumprem o seu dever.

O sangue que hoje corre em África é igual ao dos soldados de Mousinho, é o nobre e generosos sangue português, pronto a sacrificar-se, a lutar, a sofrer, a refulgir e a ressurgir a todo o instante.

E a todo o momento a epopeia amplia-se e Mousinho e todos quantos lutaram pelo engrandecimento deste querido torrão, desde a fundação da nacionalidade até hoje, revivem no coração e nos actos de cada novo combatente.

Ao celebrarmos o «DIA DA CAVALARIA» e ao rendermos as nossas homenagens ao seu PATRONO, MOUSINHO, afirmamos a certeza nos destinos ETERNOS DA PATRIA.

Major SEVERO PINTO

Quadro de Honra

Rol dos Cavaleiros que, pelo seu aprumo pessoal, mérito profissional, brio militar, dedicação pelo serviço e exemplar comportamento receberam, no Dia da Cavalaria no ano de 1965, a **Placa Comemorativa do Patrono da Arma**

Escola Prática de Cavalaria

Esq. Com.
1.º Cabo n.º 90/64/Rd
Pascoal

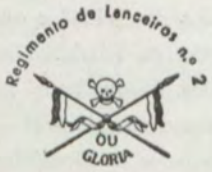
Esq. Serv.
1.º Cabo n.º 914/63
Neto

Esq. Rec.
Soldado n.º 808/63
Neves

Esq. C. C.
Soldado n.º 896/63
Pimentel

Regimento de Lanceiro de Mousinho

Formação — 1.º Cabo n.º 132/63 — **Chalaça**



Regimento de Lanceiros da Praça de Moura

1.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 305/64 — **Marques**
2.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 635/63 — **Santos**
Formação — Soldado n.º 620/63 — **Louro**

Regimento de Dragões de Olivença

Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 30/64 — **Golçalves**
Esq. Rec. — Soldado n.º 1438/64 — **Garrido**
Formação — 1.º Cabo n.º 4/64 — **Ramos**
Formação — 1.º Cabo n.º 2413/63 — **Morais**

Quadro de Honra

Regimento de Cavaleiros de Macontene

1.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 237/63 — **Lopes**
2.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 180/63 — **Jacinto**
E. C. S. — 1.º Cabo n.º 116/63 — **Marques**

Regimento de Dragões de Entre-Douro e Minho

Esq. Rec. — Soldado n.º 1900/63 — **Costa**
Formação — Soldado n.º 837/63 — **Fernandes**
C. I. A. C. — 1.º Cabo n.º 1050/63 — **Almeida**
C. I. A. C. — Soldado n.º 1591/63 — **Rodrigues**

Regimento de Cavalaria do Cais

1.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 67/63 — **Menezes**
1.º E. C. C. — Soldado n.º 15/64 — **Parede**
Formação — 1.º Cabo n.º 2433/63 — **Rato**
Formação — Soldado n.º 2382/63 — **Ferreira**

Regimento dos Cavaleiros da Beira

Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 44/64 — **Gomes**
Esq. Inst. — Soldado n.º 941/63 — **Lourenço**
Formação — Soldado n.º 824/63 — **Tapadas**

TRIBUTO DE SANGUE

Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha

MORTOS EM COMBATE

1964

(Não mencionados na Revista anterior)

12- 7-64 — Fur. Mil. **António José da Silva H. da Costa**
12-12-64 — Soldado **José Santos Pereira**

1965

24- 1-65 — Soldado **Francisco Martinho Ramires**
9- 2-65 — Soldado **Francisco Camilo Silva**
24- 2-65 — Soldado **Artur Custódio Vicente**
15- 3-65 — Soldado **Carlos da Conceição Pessoa**
16- 3-65 — Alf. Mil. **Fernando Veríssimo M. M. Baptista**
30- 3-65 — 1.º Cabo **Francisco António Amaro**
6- 4-65 — 1.º Cabo **João Veríssimo da Silva**
9- 4-65 — Fur. Mil. **José Fernando Pinto Macedo**
9- 5-65 — Soldado **Francisco António**
27- 5-65 — Soldado **Américo Viegas Fernandes**
27- 5-65 — Soldado **Rogério de Oliveira Marcelino**
31- 5-65 — Soldado **Manuel Luís Prazeres Lima**
31- 5-65 — 2.º Sarg. **Joaquim Fernando**
31- 5-65 — Soldado **Manuel Henriques Monteiro**
31- 5-65 — Soldado **Manuel Fiusa P. das Bouças**
4- 6-65 — 2.º Sarg. **Francisco Quintano Freire**
4- 6-65 — Soldado **Luís Augusto Guindeira**
4- 6-65 — Soldado **João Jesus Baptista**
12- 6-65 — Soldado **Luís Moreira Vieira**
20- 6-65 — Soldado **Francisco António Rosa Parrinha**
23- 6-65 — Soldado **José Miguel Tavares Santos**

14- 7-65	1.º Cabo	**José Pereira**
18- 7-65	Soldado	**Carlos Ribeiro Pereira**
13- 8-65	1.º Cabo	**Manuel Morais da Costa**
14- 8-65	Fur. Mil.	**Victor Manuel da Cruz Teixeira**
30- 8-65	Soldado	**José Augusto da S. Pereira**
2- 9-65	Soldado	**Joaquim Santos Lage**
2- 9-65	1.º Cabo	**António Fernando N. G. Teixeira**
2- 9-65	Soldado	**José Narciso V. Rodrigues**
18- 9-65	Soldado	**Dimas Joaquim da G. Alves**
24- 9-65	Soldado	**João Casimiro Duarte**
2-10-65	Soldado	**António da Silva Mota**
3-10-65	Soldado	**José Fernandes da Rocha**
22-10-65	Soldado	**Fernando Lourenço Mota**
22-10-65	Soldado	**Francisco de Jesus Esteves Lucas**
22-10-65	Soldado	**António Alcobia**
22-10-65	1.º Cabo	**Humberto Galvão Bacelar**
26-11-65	Soldado	**António dos Santos Rebelo**
28-11-65	Alf. Mil.	**Jaime de Oliveira Vaz**
28-11-65	Soldado	**António Vinagre Carrilho**
28-11-65	Soldado	**José Lopes de Oliveira**
6-12-65	Soldado	**António Carrola Guerra**
6-12-65	Soldado	**Manuel Mendes Barbosa**

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

12- 2-65	1.º Cabo	**Salustiano Fernandes Vieira**
15- 2-65	1.º Cabo	**João Luís Ferreira de Matos**
21- 2-65	Fur. Mil.	**António Mergulhão Dias**
9- 3-65	Soldado	**António Galoio Portela**
1- 5-65	1.º Cabo	**Manuel da Silva Carvalho**
15- 5-65	Soldado	**Américo Alves Luís**
28- 6-65	Soldado	**Álvaro da Cruz Ferreira**
1- 7-65	1.º Cabo	**Rafael Valente das Neves**
19- 7-65	Soldado	**Joaquim de Sousa Rodrigues**
19- 7-65	Soldado	**Manuel Boucinhas dos Santos**
27- 8-65	1.º Cabo	**Carlos Alves da Rocha**
19- 9-65	1.º Cabo	**João Roxo Ferreira**
3-10-65	1.º Cabo	**Fernando Cotrim**
22-10-65	Capitão	**Ricardo Ferreira Ivens Ferraz**
10-11-65	1.º Cabo	**Nuno da Costa Moreira**
12-11-65	1.º Cabo	**José Luís B. Cerdeira**
9-12-65	Soldado	**Joaquim Atalaia da Cunha Santos**
11-12-65	Fur. Mil.	**António Augusto Santos**
27-12-65	1.º Cabo	**Manuel Joaquim Ferreira Oliveira**

Rol dos Cavaleiros Feridos em Combate

1964

(Não mencionados na Revista anterior)

22- 7-64	— Soldado	**José dos Santos**
5- 9-64	— Alf. Mil.	**Manuel Mascarenhas Figueira Santos**
5- 9-64	— Fur. Mil.	**João Nunes Carrilho**
5- 9-64	— 1.º Cabo	**Henrique de Carvalho Pinho**
5- 9-64	— 1.º Cabo	**Manuel António Godinho Medalhas**
5- 9-64	— 1.º Cabo	**Rogério Lopes Miguel**
5- 9-64	— Soldado	**Domingos Prego Neves**
5- 9-64	— Soldado	**Adelino Lourenço Nunes Marques**
5- 9-64	— Soldado	**Elói Barreira Baltazar**

1965

21- 1-65	— Soldado	**João Carlos de Oliveira Tavares**
28- 1-65	— Soldado	**Joaquim M. C. Firmino**
8- 3-65	— 1.º Cabo	**José Pereira Lopes**
8- 3-65	— Soldado	**Ermezindo Augusto Fernandes**
20- 3-65	— Soldado	**Manuel do Carmo Romão**
6- 4-65	— Soldado	**Joaquim de Sousa**
19- 4-65	— Soldado	**Manuel de Sá Alves**
25- 4-65	— Soldado	**Abílio das Neves Roque**
19- 5-65	— Alf. Mil.	**Eduardo Fernando Plantier Santos**
19- 5-65	— Soldado	**Manuel A. Fernandes Moura**
19- 5-65	— Soldado	**António F. Pereira Lopes**
19- 5-65	— Soldado	**José Maria Parra**
27- 5-65	— Soldado	**Manuel Afonso Diogo Coelho**
27- 5-65	— Alf. Mil.	**Mário Alberto de Oliveira Salgueiro**
28- 5-65	— Soldado	**João Manuel das Neves**
28- 5-65	— 2.º Sarg.	**Tomé Francisco de Carvalho**
31- 5-65	— Soldado	**Hermínio Silvestre Santos**
3- 6-65	— Soldado	**Alcino de Mateus Lopes**
4- 6-65	— Soldado	**Fernando Teixeira da Silva**
20- 6-65	— Soldado	**José Marcial**
20- 6-65	— Capitão	**José Pedro S. C. Dias**
20- 6-65	— Soldado	**Alberto Correia da Costa**
21- 6-65	— Soldado	**Carlos Alberto A. Jesus**
22- 6-65	— Soldado	**Elias de Carvalho**
23- 6-65	— 1.º Cabo	**Manuel António Caveira**
23- 6-65	— Soldado	**José João Silva Graça**
23- 6-65	— 1.º Cabo	**Orlando Vieira dos Santos**
7- 7-65	— Alf. Mil.	**Américo Francisco Bechiga Ponces**
10- 7-65	— Soldado	**José Ferreira**

17- 7-65	Capitão	**Mário António Pádua Valente**
17- 7-65	Soldado	**Joaquim Soeiro de Barros**
22- 7-65	Soldado	**José dos Santos**
24- 7-65	1.º Cabo	**José Roque Alexandre**
27- 7-65	Soldado	**Manuel Teresa**
3- 8-65	Soldado	**António Lima Alves**
3- 8-65	Soldado	**Arlindo de Oliveira Campos**
3- 8-65	Alf. Mil.	**António Horácio A. Gomes**
3- 8-65	1.º Cabo	**José Domingos S. Queimado**
3- 8-65	Soldado	**Luís José Ramos**
3- 8-65	Soldado	**Serafim Pinheiro**
9- 8-65	Soldado	**Manuel Pereira Amaro**
13- 8-65	1.º Cabo	**Manuel António P. Gonçalves**
13- 8-65	Soldado	**Manuel José P. Coelho**
13- 8-65	Soldado	**José Pereira Luís**
13- 8-65	Soldado	**José Salgado Mendes**
20- 8-65	Soldado	**Alberto Mendes Pereira**
20- 8-65	Soldado	**Fernando dos Santos Duarte Gaspar**
20- 8-65	Soldado	**Aires de Jesus Coutinho**
20- 8-65	Soldado	**Manuel Fernandes**
20- 8-65	1.º Cabo	**Manuel Pereira**
23- 8-65	1.º Cabo	**Fenrando G. F. da Costa**
23- 8-65	Fur. Mil.	**Fernando A. M. da C. Meneses**
1- 9-65	Soldado	**José Gabarrão Pinto**
2- 9-65	Fur. Mil.	**Luís Filipe Saraiva Machado**
2- 9-65	Fur. Mil.	**Adail Felício Silvestre**
2- 9-65	Soldado	**Adriano dos Santos Remião**
2- 9-65	Soldado	**Augusto Dias de Almeida**
2- 9-65	Soldado	**João da Silva de Freitas Lima**
2- 9-65	Soldado	**Sebastião da Rocha Oliveira**
2- 9-65	2.º Sarg.	**José Barreto Correia**
2- 9-65	Fur. Mil.	**Luís Maria Lapa**
2- 9-65	1.º Cabo	**Victorino Moreira Barbosa**
2- 9-65	Soldado	**Fernando Gomes Soares**
2- 9-65	Soldado	**David Fontão**
2- 9-65	Soldado	**Augusto Pereira Magalhães**
2- 9-65	Soldado	**Manuel Pereira Monteiro**
2- 9-65	Soldado	**Artur Araújo Silva**
2- 9-65	Soldado	**Serafim A. Palmeirão**
2- 9-65	Soldado	**Fernando Augusto Peralta**
2- 9-65	Soldado	**Álvaro Matos de Oliveira**
2- 9-65	Soldado	**João da Graça M. Moura**
15-10-65	Soldado	**António Valentim**
22-10-65	1.º Cabo	**Manuel da Costa Araújo**
22-10-65	Soldado	**Joaquim Ferreira Moreira**
22-10-65	Soldado	**Abílio de Moura Gomes**

24-10-65	Fur. Mil.	**Isidro Adriano Moreira Rodrigues**
24-10-65	Fur. Mil.	**António José Galamba de Almeida**
24-10-65	1.º Cabo	**José Godinho Bonito**
24-10-65	Soldado	**Manuel Flor Godinho**
28-10-65	Soldado	**José Lopes de Sousa Marques**
28-10-65	Fur. Mil.	**Tomaz José de Oliveira Ferreira**
17-11-65	1.º Cabo	**Júlio Ribeiro Nunes**
17-11-65	Soldado	**João Marcelino Araújo Pereira**
25-11-65	Soldado	**Valdemar de Almeida Grilo**
25-11-65	Soldado	**Abílio de Araújo Baptista**
25-11-65	Soldado	**Manuel Ferreira da Silva**
25-11-65	1.º Cabo	**António Correia de Sousa**
6-12-65	Alf. Mil.	**Jaime Ribeiro do Espírito Santo**
7-12-65	Soldado	**Belchior Pereira dos Santos**

MORTOS EM COMBATE

1964

Furriel Mil.º António José da S. H. da Costa
R. C. 7

Filho de José Heitor Henriques da Costa e de Maria S. M. Figueirinha. Natural de Mira. Faleceu a 12 de Julho de 1964.

Soldado José dos Santos Pereira
R. C. 7

Filho de Joaquim Augusto Pereira e de Madalena da Conceição. Natural de A-dos-Cunhados. Idade 21 anos. Faleceu a 12 de Dezembro de 1964.

1965

Soldado Francisco Martinho Ramires
R. C. 3

Filho de José Francisco Ramires e de Maria Martinho. Natural de Alberneа — Beja. Idade 23 anos. Faleceu a 24 de Janeiro de 1965.

Soldado Francisco Camilo Silva
R. C. 7

Filho de Belchior da Silva e de Maria Camilo. Natural de Castro Verde. Idade 25 anos. Faleceu a 9 de Fevereiro de 1965.

Soldado Artur Custódio Vicente

R. C. 7

Filho de Joaquim Vicente e de Maria Custódia. Natural do Montijo. Idade 23 anos. Faleceu a 24 de Fevereiro de 1965.

Soldado Carlos da Conceição Pessoa

R. C. 3

Filho de António Pepe Pessoa e de Rosa da Conceição. Natural de Expectação — Campo Maior. Idade 21 anos. Faleceu a 15 de Março de 1965.

Alferes Mil.º Fernando V. M. M. Baptista

R. C. 7

Filho de Germano Mendes Baptista e de Adélia Rebelo Mendonça Mendes Baptista. Natural de João Belo. Idade 28 anos. Faleceu a 16 de Março de 1965.

1.º Cabo Francisco António Amaro

R. C. 3

Filho de António Amaro e de Maria Antónia. Natural de Cercal — Santiago de Cacém. Idade 22 anos. Faleceu a 30 de Março de 1965.

1.º Cabo João Veríssimo da Silva
R. C. 7

Filho de Gualdino da Silva e de Joaquina das V. Veríssimo. Natural de Torres Vedras. Idade 22 anos. Faleceu a 6 de Abril de 1965.

Furriel Mil.º José Fernando Pinto Macedo
R. C. 7

Filho de José dos Santos Macedo e de Angelina de Oliveira Pinto. Natural de Espinho. Idade 22 anos. Faleceu a 9 de Abril de 1965.

Soldado Francisco António
R. C. 3

Filho de António Miguel e de Maria Lodovina. Natural de Santiago de Cacém. Idade 22 anos. Faleceu a 9 de Maio de 1965.

Soldado Américo Viegas Fernandes
R. C. 3

Filho de José Fernandes e de Maria do Carmo Viegas. Natural de Almancil — Loulé. Idade 22 anos. Faleceu a 27 de Maio de 1965.

Soldado Rogério de Oliveira Marcelino
R. C. 3

Filho de Francisco Marcelino e de Gertrudes de Oliveira Catarina. Natural de Santa Maria — Odemira. Idade 22 anos. Faleceu a 27 de Maio de 1965.

Soldado Manuel Luís Prazeres Lima
R. C. 7

Filho de Joaquim da Costa Lima e de Maria dos Prazeres Dionas. Natural de Barcelos. Idade 21 anos. Faleceu a 31 de Maio de 1965.

2.º Sargento Joaquim Fernando
R. C. 7

Natural de Alcobaça. Idade 29 anos. Faleceu a 31 de Maio de 1965.

Soldado Manuel Henriques Mònteiro
R. C. 7

Filho de Alberto H. Monteiro e de Isaura H. dos Santos. Natural de Tábua. Idade 21 anos. Faleceu a 31 de Maio de 1965.

Soldado Manuel Fiúsa P. das Bouças
R. C. 7

Filho de José Parente das Bouças e de Josefina Martins Fiúsa. Natural de Ponte de Lima. Idade 22 anos. Faleceu a 31 de Maio de 1965.

2.º Sargento Francisco Quintano Freire
R. C. 3

Filho de António Freire Rijo e de Gertrudes Maria Quintano. Natural de Ervidal — Aviz. Idade 31 anos. Faleceu a 4 de Junho de 1965.

Soldado Luís Augusto Guindeira
R. C. 3

Filho de Luís Augusto Guindeira e de Maria Casimira Jerónimo. Natural de Vila Nova de Foz Côa. Idade 21 anos. Faleceu a 4 de Junho de 1965.

Soldado João Jesus Baptista
R. C. 3

Filho de Joaquim Fernandes Baptista e de Maria da Conceição. Natural de Sabugueiro — Seia. Idade 22 anos. Faleceu a 4 de Junho de 1965.

Soldado Luís Moreira Vieira
R. C. 7

Filho de Bernardo Vieira e de Maria de Jesus. Natural de Marco de Canaveses. Idade 22 anos. Faleceu a 12 de Junho de 1965.

Soldado Francisco António Rosa Parrinha
R. C. 3

Filho de Francisco Parrinha e de Maria Rosa. Natural de Baja. Idade 23 anos. Faleceu a 20 de Junho de 1965.

Soldado José Miguel Tavares Santos
R. C. 7

Filho de José Tavares Santos e de Maria Adelaide Tavares. Natural de Tábuas. Idade 22 anos. Faleceu a 23 de Junho de 1965.

1.º Cabo José Pereira
R. C. 3

Filho de José Pereira e de Miquelina da Estrela. Natural de Pombal. Idade 21 anos. Faleceu a 14 de Julho de 1965.

Soldado Carlos Ribeiro Pereira
R. C. 8

Filho de Alberto Pereira e de Maria Augusta Ribeiro. Natural de Alijó. Idade 23 anos. Faleceu a 18 de Julho de 1965.

1.º Cabo Manuel Morais da Costa
R. C. 7

Filho de António da Costa e de Emília Morais. Natural de Guimarães. Idade 22 anos. Faleceu a 13 de Agosto de 1965.

Furriel Mil.º Victor M. da Cruz Teixeira
R. L. 2

Filho de Luís Teixeira da Costa e de Lucinda da Conceição Cruz. Natural de Lisboa. Idade 23 anos. Faleceu a 14 de Agosto de 1965.

Soldado José Augusto da S. Pereira
R. C. 7

Filho de Raúl Torres Pereira e de Margarida da Silva. Natural de Alijó. Idade 23 anos. Faleceu a 30 de Agosto de 1965.

Soldado Joaquim dos Santos Lage
R. C. 7

Filho de Valentim Soares Lage e de Maria dos Santos Barbosa. Natural de Feira. Idade 21 anos. Faleceu a 2 de Setembro de 1965.

1.º Cabo António Fernando N. G. Teixeira
R. C. 7

Filho de Manuel S. G. Teixeira e de Maria Nogueira. Natural de Paredes. Idade 22 anos. Faleceu a 2 de Setembro de 1965.

Soldado José Narciso V. Rodrigues
R. C. 7

Filho de Francisco N. Rodrigues e de Josefa de Sá Vieira. Natural de Ponte de Lima. Idade 22 anos. Faleceu a 2 de Setembro de 1965.

Soldado Dimas Joaquim da G. Alves
R. C. 7

Filho de Manuel Alves e de Maria da E. da Graça. Natural de Torres Novas. Idade 21 anos. Faleceu a 18 de Setembro de 1965.

Soldado João Casimiro Duarte

R. C. 7

Filho de José Albino Duarte e de Augusta Casimira. Natural de Torres Vedras. Idade 21 anos. Faleceu a 24 de Setembro de 1965.

Soldado António da Silva Mota

R. C. 7

Filho de António Mota da Conceição e de Alice da Silva Natural de Torres Vedras. Idade 22 anos. Faleceu a 2 de Outubro de 1965.

Soldado José Fernandes da Rocha

R. C. 7

Filho de Domingos da Rocha e de Amélia Fernandes. Natural de Braga. Idade 22 anos. Faleceu a 3 de Outubro de 1965.

Soldado Fernando Lourenço Mota

R. C. 3

Filho de Joaquim Ramos Mota e de Alcinda de Jesus Lourenço. Natural de Barroca — Fundão. Idade 23 anos. Faleceu a 22 de Outubro de 1965.

Soldado Francisco de Jesus Esteves Lucas
R. C. 3

Filho de Manuel Lucas e de Maria de Jesus. Natural de Almanceda — Castelo Branco. Idade 23 anos. Faleceu a 22 de Outubro de 1965.

Soldado António Alcobia
R. C. 3

Filho de Joaquim Capitolino e de Lucinda da Conceição. Natural de Pias — Ferreira do Zêzere. Idade 23 anos. Faleceu a 22 de Outubro de 1965.

1.º Cabo Humberto Galvão Bacelar
R. C. 7

Filho de Hordcio Franco Bacelar e de Maria do Céu Galvão Bacelar. Natural de Lisboa. Idade 24 anos. Faleceu a 22 de Outubro de 1965.

Soldado António dos Santos Rebelo
R. C. 7

Filho de Casimiro Rebelo e de Maria do Céu dos Santos. Natural de Lordosa — Viseu. Idade 22 anos. Faleceu a 26 de Novembro de 1965.

Alferes Mil.º Jaime de Oliveira Vaz
R. C. 3

Filho de Luís Alves Vaz e de Ermelinda Marques Oliveira Vaz. Natural de Lisboa. Idade 22 anos. Faleceu a 28 de Novembro de 1965.

Soldado António Vinagre Carrilho
R. C. 3

Filho de Eduardo Carrilho Leocádio e de Ana Vinagre Belo. Natural de Gavete — Crato. Idade 21 anos. Faleceu a 28 de Novembro de 1965.

Soldado José Lopes de Oliveira
R. C. 3

Filho de José Manuel João e de Joana Luísa Lopes. Natural de Montargil — Ponte de Sôr. Idade 21 anos. Faleceu a 28 de Novembro de 1965.

Soldado António Carrola Guerra
R. C. 3

Filho de António Francisco Guerra e de Conceição Carrola. Natural de S. Martinho — Covilhã. Idade 23 anos. Faleceu a 6 de Dezembro de 1965.

Soldado Manuel Mendes Barbosa

R. C. 3

Filho de Manuel Barbosa e de Maria Mendes Sustância. Natural de Golegã. Idade 23 anos. Faleceu a 6 de Dezembro de 1965.

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

1.º Cabo Salustiano Fernandes Vieira
R. C. 7

Filho de António Fernandes Vieira e de Maria da C. F. Vieira. Natural de Terras de Bouro. Idade 22 anos. Faleceu a 12 de Fevereiro de 1965.

1.º Cabo João Luís Ferreira de Matos
R. C. 3

Filho de João Luís e de Angélica da Conceição. Natural de Benavente. Idade 21 anos. Faleceu a 15 de Fevereiro de 1965.

Furriel Mil.º António Mergulhão Dias
R. C. 7

Filho de João Pinto Dias e de Teresa da Conceição Andrade Mergulhão. Natural de Vila Cova. Idade 22 anos. Faleceu a 21 de Fevereiro de 1965.

Soldado António Golaio Portela

R. C. 7

Filho de Manuel António Portela e de Maria José Golaio. Natural de Campo Maior. Idade 21 anos. Faleceu a 9 de Março de 1965.

1.º Cabo Manuel da Silva Carvalho

R. C. 7

Filho de Augusto Carvalho e de Maria da Silva. Natural de Amarante. Idade 22 anos. Faleceu a 1 de Maio de 1965.

Soldado Américo Alves Luís

R. C. 7

Filho de Emílio Luís e de Maria da Conceição Alves. Natural de Marco de Canavezes. Idade 22 anos. Faleceu a 15 de Maio de 1965.

Soldado Álvaro da Cruz Ferreira

R. C. 7

Filho de João Ferreira da Cruz e de Maria da Cruz. Natural de Nazaré. Idade 21 anos. Faleceu a 28 de Junho de 1965.

1.º Cabo Rafael Valente das Neves
R. C. 3

Filho de José Neves e de Gracinda da Conceição Valente. Natural de Tavira. Idade 23 anos. Faleceu a 1 de Julho de 1965.

Soldado Joaquim de Sousa Rodrigues
R. C. 7

Filho de António Rodrigues e de Joaquina de Sousa. Natural de Penafiel. Idade 21 anos. Faleceu a 19 de Julho de 1965.

Soldado Manuel Boucinhas dos Santos
R. C. 7

Filho de António José dos Santos e de Conceição G. Boucinhas. Natural de Matosinhos. Idade 22 anos. Faleceu a 19 de Julho de 1965

1.º Cabo Carlos Alves Rocha
R. C. 7

Filho de Camilo Correia da Rocha e de Jerónima Vieira Dias. Natural de Gondomar. Idade 22 anos. Faleceu a 27 de Agosto de 1965.

1.º Cabo João Roxo Ferreira
R. C. 3

Filho de José Ferreira e de Maria Celeste Roxo. Natural de Alcongosta — Fundão. Idade 22 anos. Faleceu a 19 de Setembro de 1965.

1.º Cabo Fernando Cotrim
R. C. 7

Filho de Manuel Cotrim e de Guilhermina de Jesus. Natural de Orgueira — Sertã. Idade 22 anos. Faleceu a 3 de Outubro de 1965.

Capitão Ricardo Ferreira Ivens Ferraz
R. C. 3

Filho de Ricardo da Costa Ivens Ferraz e de Maria de Jesus do Carmo Ferreira. Natural de Mafra. Idade 38 anos. Faleceu a 22 de Outubro de 1965.

1.º Cabo Nuno da Costa Moreira
R. C. 7

Filho de Manuel Alves Moreira e de Maria L. R. da Costa. Natural de Castelo de Paiva. Idade 23 anos. Faleceu a 10 de Novembro de 1965.

1.º Cabo José Luís B. Cerdeira
R. C. 7

Filho de José Duarte C. Paiva e de Margarida B. Pereira. Natural de Castelo de Paiva. Idade 23 anos. Faleceu a 12 de Novembro de 1965.

Soldado Joaquim Atalaia da Cunha Santos
R. C. 3

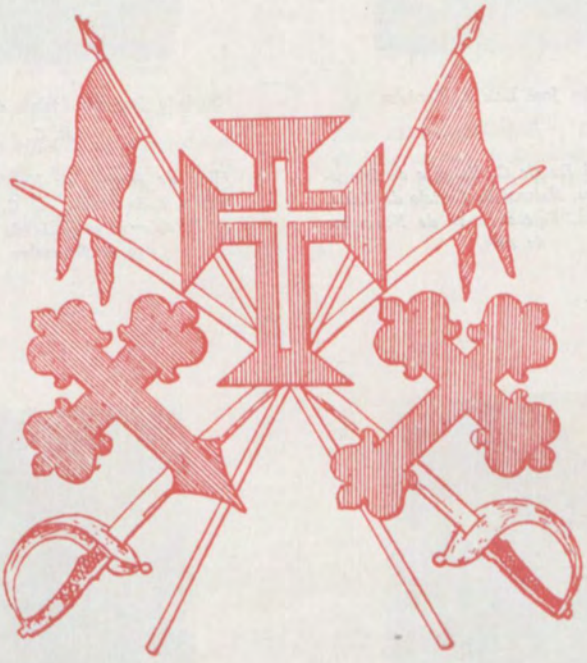
Filho de Manuel do Nascimento da Cunha Santos e de Amélia da C. Atalaia. Natural de Fatela — Fundão. Idade 22 anos. Faleceu a 9 de Dezembro de 1965.

Furriel Mil.º António Augusto Santos
R. C. 7

Filho de Ezequiel Augusto Santos e de Laura de Jesus Saraiva Moura. Natural de Vila Nova de Foz-Côa. Idade 22 anos. Faleceu a 11 de Dezembro de 1965.

1.º Cabo Manuel Joaquim Ferreira Oliveira
R. C. 6

Filho de Armindo da Costa Oliveira e de Aurora Ferreira Miranda. Natural de Ermesinde. Idade 22 anos. Faleceu a 27 de Dezembro de 1965.



HOMENAGEM

PROMOÇÕES POR DISTINÇÃO

Major **Ricardo Fernando Ferreira Durão**

Capitão **Alvaro Manuel Alves Cardoso**

Ricardo Fernando Ferreira Durão

Major de Cavalaria

O. E. n.º 20 — 2.ª Série — de 15 de Outubro de 1965

Álvaro Manuel Alves Cardoso

Capitão de Cavalaria

O. E. n.º 20 — 2.ª Série — de 15 de Outubro de 1965

CRUZ DE GUERRA

1.º Cabo	**Henriques José Pinto**
Soldado	**Francisco José da Purificação Chaves**
Soldado	**José dos Santos Pereira**
Alferes Mil.º	**José Manuel de Jesus Henriques**
Alferes	**António Luís de Magalhães de Meneses de Abreu Coutinho**
2.º Sargento	**Francisco Quintano Freire**
Soldado	**Manuel Pratas Geraldo**
Alferes Mil.º	**António Júlio Salgueiro Gonçalves**
Alferes Mil.º	**José Francisco de Oliveira Carvalho**
Alferes Mil.º	**Manuel Vieira da Costa Neto**
Furriel Mil.º	**Fernando Nobre Libório da Silva**
Furriel Mil.º	**José da Silva Rocha**
Furriel Mil.º	**Carlos Manuel Barosa dos Santos**
1.º Cabo	**João Manuel de Carvalho Margarido**
1.º Cabo	**Valdemar Fernandes Chaves**
1.º Cabo	**José da Silva Rocha**
1.º Cabo	**Jorge Claudino Cabrita**
Soldado	**Francisco Joaquim Galinha Pereira**
Soldado	**Luís Ferreira**
Soldado	**Aviano Antunes Costa**
Soldado	**José Fiuza Lima**
Soldado	**Álvaro Amorim Lopes**
Soldado	**José Marçal**
Soldado	**João Gonçalves Antunes**
Soldado	**Alberto Correia da Costa**
Soldado	**António Augusto Moura Carvalho**
Soldado	**José dos Santos**
Soldado	**Joaquim Pedro da Silva**
Soldado	**Bernardo Moreira da Silva**
Soldado	**António Piedade Ventura**
Guia Nativo	**João Basa**

Henriques José Pinto

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série — de 10 de Agosto de 1965
e
Portaria de 24 de Maio de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 1.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, a título póstumo, porque durante uma operação em 24 de Janeiro de 1964, na região de Uncomene, tendo a força de que fazia parte ficado quase completamente cercada por um numerosíssimo grupo inimigo, se manteve voluntàriamente na posição que ocupava, de modo a proteger a deslocação dos seus camaradas, tendo continuado a combater até ser abatido pelo fogo inimigo.

A sua atitude, que demonstrou coragem, espírito de sacrifício e abnegação excepcionais, evitou certamente pesadas baixas às nossas tropas.

Francisco José da Purificação Chaves

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série — de 10 de Agosto de 1965
e
Portaria de 24 de Maio de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 1.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, a título póstumo, porque durante uma operação em 24 de Janeiro de 1964, na região de Uncomene, tendo a força de que fazia parte ficado quase completamente cercada por um numerosíssimo grupo inimigo, se manteve voluntàriamente na posição que ocupava, de modo a proteger a deslocação dos seus camaradas, tendo continuado a combater até ser abatido pelo fogo inimigo.

A sua atitude, que demonstrou coragem, espírito de sacrifício e abnegação excepcionais, evitou certamente pesadas baixas às nossas tropas.

José dos Santos Pereira

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série — de 10 de Agosto de 1965
e
Portaria de 24 de Maio de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 2.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, a título póstumo, porque durante a operação «Espora», ao ser assinalada uma armadilha inimiga, deu o alarme a todos os camaradas para que se abrigassem, evitando com o seu acto que mais camaradas sofressem consequências do rebentamento, tendo ficado gravemente ferido, portou-se com uma coragem excepcional que causou espanto e comoveu todos os que o socorreram. As suas primeiras palavras pronunciadas, foram sobre a localização do inimigo, dizendo para se montar uma segurança, a fim de ninguém mais ser ferido. É de realçar e de apontar como exemplo a sua excepcional coragem, sangue frio, resistência à dor e espírito de resignação que impôs a todos os que o rodeavam a máxima admiração e respeito. Vindo a falecer mais tarde no H. M. 241, poder-se-á apontá-lo como um exemplo das excepcionais virtudes do «Soldado Português».

José Manuel de Jesus Henriques

Alferes Mil.º de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 20 — 2.ª Série — de 15 de Outubro de 1965
e
Portaria de 14 de Setembro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 3.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, pela forma valente, desembaraçada e eficiente como tem comandado o seu Grupo de Combate. Actuando sempre em zonas difíceis, nomeadamente na região dos Dembos; em todas as missões de combate que lhe foram cometidas, demonstrou possuir em elevado grau muita coragem, decisão e serena energia debaixo de fogo. Destaca-se em especial a sua actuação na operação «Ponto de Honra» em que reagindo com decisão a uma emboscada inimiga avançou com o seu Grupo a descoberto e debaixo de fogo para um dos locais onde se encontrava o grupo inimigo mais ameaçador e imediatamente o pôs em debandada, resolvendo com o seu gesto a situação. Ocupando sempre as posições de mais risco, conseguiu manter no espírito dos seus subordinados uma confiança extraordinária, que os levava a cumprir sem hesitar todas as missões. A maneira como actuou, levou o seu Comandante de Companhia a confiar-lhe as missões de mais responsabilidade, que sempre terminou com êxito. Revelando-se um autêntico condutor de homens, tornou-se digno do respeito e da admiração de todos os que com ele servem, e de pertencer ao Exército Português.

António Luís de Magalhães de Meneses de Abreu Coutinho

Alferes de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 15 — 2.ª Série — de 1 de Agosto de 1965
e
Portaria de 24 de Maio de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 3.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque tendo sido nomeado para substituir temporàriamente o Cmdt. do Pel. Fox 888, demonstrou possuir, no desempenho dessas funções, excelentes qualidades militares e grande aptidão para o comando, desenvolvendo inteira actividade operacional. Em mais de 3 meses de permanência neste sector, além das escoltas às colunas de reabastecimentos, tomou parte em todas as operações realizadas na fronteira Sul, nomeadamente na operação «Veloz», de que em dado momento teve que assumir o comando, mostrando-se perfeitamente integrado nos princípios estabelecidos pelo Batalhão e obtendo grande êxito ao aprisionar os primeiros elementos da população de Cacoca. Dotado de boas qualidades morais e grande entusiasmo, voluntário para as situações de maior risco, tem demonstrado ser um bom oficial da arma a que pertence e digno da consideração de superiores e subordinados.

Francisco Quintano Freire

2.º Sargento de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. S. n.º 179 do Bat. Cav. n.º 745
de 10 de Agosto de 1965

Condecorado com a cruz de guerra de 3.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, a título póstumo, porque, sendo um militar disciplinado e disciplinador, com invulgares características de entusiasmo, honestidade, e vontade de saber, foi um monitor precioso na formação das tropas da C. Cáv. 744. Morto em combate durante a operação «Diamante Branco», no dia 4 de Junho de 1965, quando marchava com a Secção que comandava, em flecha da sua Companhia, demonstrou, como sempre, ser um combatente de fria coragem, e, durante a operação e até que a morte o ceifou, conduziu a sua secção sempre da melhor maneira, quer em progressão, quer em acções de apoio, revelando desprezo pela vida e pelo perigo, coragem, decisão e serena energia debaixo de fogo, impondo-se à admiração dos seus superiores e subordinados, pelo que é de inteira justiça apontá-lo como exemplo de excepcional graduado, que ofereceu a sua vida em defesa dos sagrados direitos da Pátria.

Manuel Pratas Geraldo

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 29 — 3.ª Série — de 20 de Outubro de 1965
e
Portaria de 31 de Agosto de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 3.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque no dia 9 de Janeiro de 1965, quando se deslocava numa coluna de Zala para Nambuangongo, por se encontrar doente e não ter podido acompanhar o seu grupo de combate, durante um ataque de que a coluna foi alvo, ao ver uma metralhadora Breda avariada montada numa viatura, apesar de não ser da sua especialidade, subiu para cima da viatura, reparou a avaria e manteve-se a fazer fogo com a arma, sem qualquer protecção, até que o ataque findou. Mostrou com o seu procedimento muita coragem e serena energia debaixo de fogo e confirmou mais uma vez as suas excelentes qualidades de desembaraço e de iniciativa em alto grau, pelas quais já anteriormente lhe foi concedido merecido louvor.

António Júlio Salgueiro Gonçalves

Alferes Mil.º de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 1 — 2.ª Série — de 1 de Janeiro de 1966
e
Portaria de 15 de Novembro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, durante a permanência do B. Cav. 745 no Norte de Angola, desempenhou as funções de Comandante do 4.º grupo de combate da C. Cav. 742, com excepcional eficiência, muita valentia e espírito combativo. Durante as inúmeras acções de fogo inimigas a que esteve sujeito, sempre se revelou um graduado com excepcional capacidade de decisão, especialmente durante as operações «Passagem de Mão», «Rebelde», «Pelicano Acrobata» e «Diamante Verde». Particularmente no decorrer desta última operação, consagrou-se como um combatente inato e um excelente condutor de tropas, marchando sempre à testa do seu grupo de combate, sob fogo inimigo, comandando a manobra com excepcional decisão e agressividade, e lançando-se depois ao assalto, à frente dos seus homens, com absoluto desprezo pela vida e pelo perigo, e inexcedível coragem, notável serenidade debaixo de fogo e plena consciência da sua missão e funções de comando que lhe competiam, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

José Francisco de Oliveira Carvalho

Alferes Mil.º de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 1 — 2.ª Série — de 1 de Janeiro de 1966
e
Portaria de 15 de Novembro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, na operação «Diamante Branco», após o seu Grupo de Combate, que marchava isolado na flecha do agrupamento, ter sofrido um morto e dois feridos, procurou por todos os meios fazer calar o inimigo, e, apesar de o não ter conseguido e do intenso e ajustado fogo que batia a posição, tentou deslocar-se ao local onde se encontrava o corpo, acompanhado sòmente por uma praça. Durante toda a acção e sempre debaixo de fogo intenso do inimigo, deslocou-se várias vezes à frente e à retaguarda, comandando e manobrando pessoalmente os seus homens até que foi reforçado por outro grupo de combate, revelando coragem, serena energia debaixo de fogo, sangue frio, desprezo pela vida e pelo perigo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo

Manuel Vieira da Costa Neto

Alferes Mil.º Médico

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

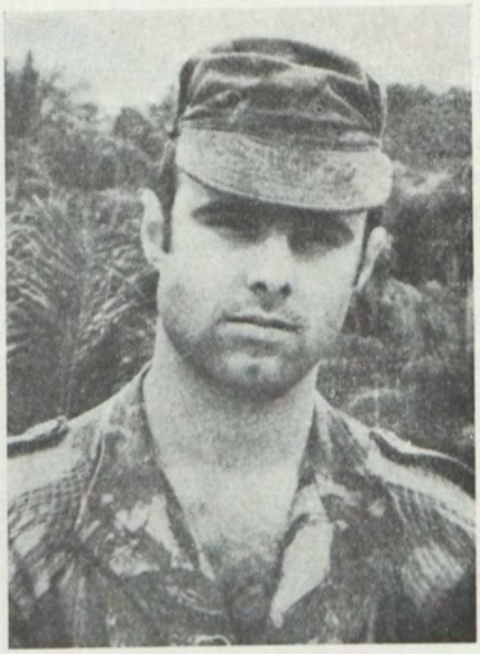
—

O. E. n.º 20 — 2.ª Série — de 15 de Outubro de 1965
e
Portaria de 16 de Setembro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque no dia 5 de Setembro de 1964, no decorrer da operação «Ponta Branca» no Norte de Angola, em que um grupo de combate da sua Companhia, foi emboscado a cerca de 3 km do quartel, tendo sofrido pesadas baixas, e sendo chamado a prestar serviço da sua especialidade, prontamente acorreu ao local da emboscada, que ainda não tinha sido levantada, juntamente com os primeiros reforços, e debaixo de fogo, conseguiu prestar os primeiros socorros aos feridos, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para salvar o maior número de vidas o que, de certo modo, conseguiu. Com a sua atitude, demonstrou o Alferes Miliciano Médico Costa Neto, muita valentia, decisão, sangue frio, serenidade debaixo de fogo, espírito de sacrifício e principalmente uma noção nítida dos seus deveres e atribuições, ousando arriscar a própria vida para os bem cumprir. Por tudo isto, considero este Oficial, um militar de muito valor, digno de ser apontado como exemplo e que honra a Unidade e o Exército a que pertence.

Fernando Nobre Libório da Silva



Furriel Mil.º de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 3 — 3.ª Série — de 30 de Janeiro de 1965
e
Despacho de 14 de Novembro de 1964

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 21 de Julho de 1964, no decorrer da operação «Serra Marão» no Norte de Angola, e quando o grupo de combate de que fazia parte foi emboscado e abatido o guia do mesmo grupo, decidiu, mediante hábil manobra, deslocar-se para junto daquele, que se encontrava em campo aberto, a fim de recuperar o seu corpo. No dia imediato e no decorrer da mesma operação, tendo todo o grupo de combate de que fazia parte, sofrido uma emboscada que durou cerca de duas horas, e verificando que o pessoal da secção que o precedia se encontrava em plena zona de morte e ter sofrido baixas, saltou para campo descoberto, e, com desprezo da própria vida, mostrando muita serenidade e muita firmeza, fez fogo cerrado sobre o inimigo, conseguindo dar tempo aos componentes da outra secção para poderem abrigar-se e proteger-se contra o fogo inimigo, num terreno dificílimo e a distâncias muito curtas. Por tudo isto demonstrou o Furriel Libório da Silva, muita coragem, decisão, sangue frio, serena energia debaixo de fogo e espírito de sacrifício, qualidades estas que lhe dão jus a ser apontado como exemplo a seguir, exemplo esse que dignificou a sua Unidade e o Exército a que pertence.

José da Silva Rocha

Furriel Mil.º de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 32 — 3.ª Série — de 20 de Novembro de 1965
e
Portaria de 2 de Outubro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 20 de Junho de 1965, no decorrer da operação «Cerr'Os Dentes», na zona inimiga, em Angola, e quando o grupo de combate de que fazia parte foi emboscado, encontrando-se no Comando da Secção em vanguarda, se manteve durante toda a acção com extraordinária coragem e serena atitude debaixo de cerrado fogo inimigo que logo de início atingiu quatro dos seus companheiros. Verificando que um dos seus homens mais próximos dele fora atingido no braço direito, prontamente lhe fez um garrote como primeiro socorro, continuando com firmeza a disparar a sua arma sobre o inimigo. Ainda debaixo de fogo intenso inimigo, tendo-se encravado a sua arma foi recuperar a do soldado ferido no braço, que então perdera as forças e não conseguia mais uso dela, e vendo que fortes rajadas eram concentradas na direcção do seu Comandante de Companhia que acompanhava o grupo de combate e procedia aos primeiros socorros dos dois feridos mais graves, prontamente veio para junto dele, fazendo fogo cerrado sobre o inimigo e garantindo assim a necessária protecção.

O Furriel Rocha revelou assim, muita coragem, sangue frio, espírito de iniciativa e serena atitude debaixo de fogo inimigo, qualidades que lhe dão jus a ser apontado como um exemplo que em muito dignifica a sua Unidade e o Exército a que pertence.

Carlos Manuel Barosa Santos

Furriel Mil.º de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série — de 10 de Agosto de 1965
e
Portaria de 24 de Maio de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, a título póstumo, por Sua Ex.ª o Comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné, pelas qualidades excepcionais de Comandante de Secção, demonstradas desde o dia 1 de Abril de 1964, data em que entrou para a Companhia, até ao dia 19 de Novembro de 1964, data em que faleceu. Durante todo este período, o Furriel Barosa revelou-se um óptimo militar, de personalidade bem vincada, com um bom senso, excepcional sangue frio, entusiasmo, competência e mais qualidades que o tornaram admirado pelos seus subordinados, camaradas e superiores. Desde o início da sua instrução militar até às mais difíceis situações de campanha, nomeadamente no Centro e Sul da Província, em que foi escolhido para com a sua Secção escoltar o Comando de Agrupamento, durante as operações «Base», «Rescaldo», «Confiança» e «Notável», nunca se poupando aos maiores sacrifícios e esforços mais árduos com prejuízo da sua saúde, tendo algumas vezes que ser evacuado. Por todos estes motivos o Furriel Carlos Manuel Barosa Santos, foi considerado um exemplo de bem servir e o melhor furriel da Companhia de Cavalaria n.º 704 merecendo ser exaltado e apontado como um exemplo a seguir.

João Manuel de Carvalho Margarido

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Por despacho de Sua Ex.ª o General Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, de 27 de Novembro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, quando fazia parte do grupo de combate que estava encarregado da defesa do posto intermédio de transmissões da operação «Faisão Verde», manteve sempre grande presença de espírito e muita coragem que se revelaram em especial durante as flagelações feitas pelo inimigo, numa das quais e ao aperceber-se da presença de elementos terroristas muito próximo da posição que ocupava, os quais atacaram a posição das nossas tropas com tiros de pistola-metralhadora e granadas de mão, carregou, sòzinho, sobre a zona por eles ocupada, tendo-os posto em fuga desordenada, demonstrando alto espírito combativo, serenidade e energia debaixo de fogo, desprezo pela vida e pelo perigo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

Valdemar Fernandes Chaves

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 18 — 3.ª Série — de 30 de Junho de 1965
e
Portaria de 9 de Abril de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 9 do corrente mês, fazendo parte de um grupo de combate que foi atacado pelo inimigo, ao ser localizada uma pistola-metralhadora deste, penetrou por iniciativa própria cerca de 5 metros no capim, que aí era pouco denso, e embora ficando sobre o alcance de fogo de outra posição inimiga, levantou-se ràpidamente atirando uma granada de mão para o local da primeira posição, silenciando-a. Esta praça já em anteriores acções tem demonstrado valoroso comportamento debaixo de fogo.

José da Silva Rocha

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 32 — 3.ª Série — de 20 de Novembro de 1965
e
Portaria de 2 de Outubro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 4 de Junho de 1965, durante a operação «Diamante Branco, quando a Secção da C. Cav. 744 que marchava em flecha, sofreu dois feridos e um morto e apesar do intenso fogo inimigo, procedeu aos primeiros socorros aos feridos. Tendo-se partido a seringa de que se servia, deslocou-se à retaguarda para pedir auxílio, voltando novamente ao local para continuar os tratamentos, revelando coragem, decisão, sangue frio, desprezo pela vida e pelo perigo, serena energia debaixo de fogo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

Jorge Claudino Cabrita

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. S. n.º 179 do Bat. Cav. n.º 745
de 10 de Agosto de 1965

Condecorado com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 4 de Junho de1965, fazendo parte da Secção da C. Cav. 744 que marchava em flecha, durante a operação «Diamante Branco, tendo sido ferido por tiros inimigos que mataram o seu comandante de secção e feriram outro camarada, continuou a atirar sobre os elementos inimigos que tentavam aproximar-se, abatendo um e mantendo os outros à distância, até que outra secção o recolheu e aos seus camaradas, revelando coragem, sangue frio, decisão e desprezo pela vida e pelo perigo e serena energia debaixo de fogo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

Francisco Joaquim Galinha Pereira

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 24 — 3.ª Série — de 30 de Agosto de 1965
e
Portaria de 29 de Junho de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, pelas, excepcionais qualidades demonstradas quando um ataque sofrido pelas nossas tropas, em 6 de Setembro de 1963, no itinerário Vila Pimpa-Zala fazendo parte de uma coluna de reabastecimento, e seguia na última viatura da qual já estavam mortos dois seus camaradas e os restantes todos feridos, embora com um tiro no peito, e com a sua arma encravada, serviu-se das armas dos seus camaradas feridos, impediu o assalto à sua viatura, e a morte dos mesmos, até ser auxiliado por elementos de outra viatura.

Luís Ferreira

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 27 — 3.ª Série — de 30 de Setembro de 1965
e
Despacho de 5 de Agosto de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, sendo apontador da metralhadora Breda na operação «Aniversário», durante um ataque inimigo à coluna auto que recolhia a sua Companhia, fez frente ao inimigo, cujo fogo atingiu a sua viatura, com grande coragem, decisão, serena energia e sangue frio conseguindo a sua rápida neutralização. Ainda como apontador da metralhadora Breda, nomeadamente nas operações «Contraste» e «Dembo Grande» fez frente a peito descoberto aos ataques inimigos que por vezes foram de muita intensidade com grande desprezo pelo perigo físico, contribuindo com a sua criteriosa acção para protecção dos seus camaradas e bom êxito da Missão. Como atirador, o soldado Luís Ferreira ocupa sempre os primeiros lugares do seu grupo de combate, sendo notória a sua habilidade na escolha de itinerários a seguir, facilitando assim a progresão em terrenos difíceis. Todos aqueles que têm visto o comportamento do Soldado Luís Ferreira frente ao inimigo mesmo os elementos estranhos à Companhia, são unânimes em o considerar um óptimo militar, digno das honrosas tradições do Exército Português.

Aviano Antunes Costa

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 27 — 3.ª Série — de 30 de Setembro de 1965
e
Despacho de 5 de Agosto de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, durante a operação «Mãos Dadas», quando as nossas tropas foram atacadas na Picada Nova de Nambuangongo, desempenhou-se com extrema valentia da sua missão de apontador da metralhadora Breda. Durante os dois ataques sofridos, ambos com a duração de cerca de 40 minutos, nunca abandonou a sua arma, instalada na viatura, mantendo-se indiferente ao fogo inimigo e ao perigo que o ameaçava. Quando interrompia o tiro, por excessivo aquecimento da arma, recorria ao uso de granadas de mão, que lançava para os locais donde provinha o fogo inimigo. No curto intervalo que mediou entre os dois ataques, decidiu desarmar a sua arma, em virtude da mesma não se encontrar em plenas condições de funcionamento, dando mostras de serenidade e de uma noção perfeita do cumprimento da sua missão. Com o seu sangue frio, coragem e presença de espírito não só contribuiu para a retirada do inimigo como incutiu nos seus camaradas confiança e espírito de agressividade, dando assim um excelente exemplo de coragem, digno de realce. A par desta sua actuação, que é de toda a justiça salientar, não poderá deixar de referir-se a sua conduta exemplar como militar disciplinado, cumpridor e zeloso.

José Fiuza Lima

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 27 — 3.ª Série — de 30 de Setembro de 1965
e
Despacho de 5 de Agosto de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, durante a operação «Contraste» levada a efeito na Picada de Quifula (Beira-Baixa) se desempenhou com extraordinária coragem, brio e espírito de sacrifício da sua missão de municiador da metralhadora Breda do 1.º Grupo de Combate, instalada em viatura. Apesar de ferido no braço esquerdo, por um projéctil inimigo e sangrando do referido ferimento, que no final da operação o levou a ser evacuado de avião, para Luanda, nunca abandonou o seu posto nem revelou o mais ligeiro desfalecimento mesmo quando debaixo do intenso fogo inimigo, dando pelo contrário incontestáveis provas de tenacidade e de valentia, que chegaram ao ponto de ser ele próprio a incitar os seus camaradas à luta. A conduta desta praça, que é de toda a justiça exaltar, constitui um exemplo a seguir por todos os seus camaradas e um motivo de sentido orgulho para a Companhia a que pertence.

Álvaro Amorim Lopes

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 29 — 3.ª Série — de 20 de Outubro de 1965
e
Portaria de 21 de Setembro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 5 de Setembro de 1964, no decorrer da operação «Ponta Branca», no Norte de Angola, e quando o grupo de combate de que fazia parte se dirigia em viaturas para determinado local, foi emboscado e a primeira viatura foi projectada ao ar, assim como todos os seus ocupantes, por efeito de uma mina e o que causou pesadas baixas no dito grupo, o referido soldado, depois de o pessoal que conduzia ter saltado para o chão, para reagir à emboscada, com uma calma surpreendente, decisão, coragem e muita serenidade debaixo de fogo, conseguiu voltar a sua viatura em sentido contrário, para o que teve de executar diversas manobras, sempre debaixo de fogo intenso.

Alheado do que se passava à sua volta, conseguiu chegar ao quartel da sua Unidade, que dista cerca de 3 km, avisar do sucedido e regressar ao local da emboscada, com os reforços necessários e primeiros socorros.

Por tudo isto demonstrou o Soldado condutor auto n.º 2224/63, Álvaro de Amorim Lopes, muita coragem, decisão, sangue frio, serena energia debaixo de fogo, que lhe dão jus a ser considerado como militar de muito valor, digno de ser apresentado como exemplo aos seus camaradas e que honra a Unidade e o Exército a que pertence.

José Marçal

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 32 — 3.ª Série — de 20 de Novembro de 1965
e
Despacho de 1 de Outubro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 20 de Junho de 1965, no decorrer da operação «Cerr'Os Dentes», na zona inimiga, em Angola, tendo o grupo de combate de que fazia parte sofrido uma emboscada, se manteve serenamente debaixo de fogo inimigo mesmo após ter sido atingido no braço direito, continuando firmemente a disparar a sua arma até não conseguir ter forças para mudar de carregadores contribuindo assim, com grande sacrifício e enquanto lhe foi possível, para reforçar a acção dos elementos mais avançados do grupo de combate em protecção da recuperação dos feridos mais graves e poder de fogo sobre o inimigo, que iniciou a sua retirada poucos mintuos após não lhe ser mais possível disparar a sua arma. Pela sua firme atitude, revelou muita coragem, grande espírito de sacrifício e serena atitude debaixo de fogo inimigo, qualidades que lhe dão jus a ser apontado como exemplo que em muito dignificam a Unidade e o Exército a que pertence.

João Gonçalves Antunes

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 32 — 3.ª Série — de 20 de Novembro de 1965
e
Portaria de 2 de Outubro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 4 de Junho de 1965, fazendo parte da secção da C. Cav. 744 que marchava em flecha, durante a operação «Diamante Branco», tendo sido ferido por tiros do inimigo que mataram o seu Comandante de Secção e feriram outro camarada, continuou a atirar sobre os elementos inimigos que tentavam aproximar-se, mantendo-os à distância até que outra secção o recolheu e aos seus camaradas, revelando coragem, sangue frio, desprezo pela vida e pelo perigo, decisão e serena energia debaixo de fogo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

Alberto Correia Costa

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Por despacho de Sua Ex.ª o General Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, de 4 de Dezembro de 1965
N.º 3 do Art.º 2.º da *O. S.* n.º 102 de 15 de Dezembro de 1965, do Comando da R. M. A.

Condecorado com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

«LOUVADO, porque, no dia 20 de Junho de 1965, no decorrer da operação «Cerr'Os Dentes», tendo o grupo de combate de que fazia parte sofrido uma emboscada, e fazendo parte dos elementos da testa, se manteve serena e firmemente debaixo de cerrado fogo inimigo de armas automáticas, mesmo após ter sido ferido no dorso por três projécteis e outros dois lhe terem perfurado o cantil, recusando-se a ser socorrido pelo enfermeiro antes de terminada a acção respondendo calmamente «que fossem tratando os outros feridos que eu cá me vou aguentando».

Até final da acção, e a despeito de estar perdendo sangue, o Soldado Alberto Costa manteve-se no seu lugar entre os primeiros elementos da frente respondendo com firmeza ao fogo inimigo, contribuindo assim para a possibilidade de recuperação e primeiros socorros prestados aos feridos mais graves por outros elementos do Grupo; revelando pelo seu comportamento muita coragem, sangue frio, grande espírito de sacrifício e serena atitude debaixo de fogo inimigo, qualidades que lhe dão jus a ser apontado como um exemplo que em muito dignificam a sua Unidade e o Exército a que pertence.

António Augusto Moura Carvalho

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 3 — 3.ª Série — de 30 de Janeiro de 1965
e
Por despacho de Sua Ex.ª o General Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, de 14 de Dezembro de 1964

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 21 de Julho de 1964 no decorrer da operação «Serra Marão» no Norte de Angola, e quando o grupo de combate de que fazia parte foi emboscado, reagiu imediatamente à emboscada em situação bastante difícil, fazendo fogo cerrado sobre o inimigo, incutindo, com o seu exemplo, ânimo aos seus camaradas, levando-os a sair vitoriosos da luta em que se encontravam empenhados. No dia imediato, no decorrer da mesma operação, tendo o grupo de combate de que fazia parte sofrido uma emboscada que durou cerca de duas horas, e tendo tido conhecimento que o Oficial Comandante do seu grupo de combate se encontrava ferido, em situação difícil e perigosa, saltou para a zona descoberta e fazendo fogo cerrado sobre o inimigo consegiu acercar-se do local onde se encontrava o dito Oficial, ao qual ministrou os primeiros socorros. Com as suas atitudes demonstrou o citado soldado enfermeiro muita valentia, decisão, sangue-frio, serenidade debaixo de fogo, espírito de sacrifício e, acima de tudo, uma noção nítida dos seus deveres e atribuições ousando arriscar a própria vida para os cumprir. Por tudo isto considero esta praça um militar de muito valor, digno de ser apontado como exemplo aos seus camaradas e que honra a Unidade a que pertence.

José dos Santos

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 3 — 3.ª Série — de 30 de Janeiro de 1965
e
Por despacho de Sua Ex.ª o General Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, de 17 de Novembro de 1964

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, no dia 22 de Julho de 1964 no decorrer da operação «Serra Marão» no Norte de Angola, tendo o grupo de combate de que fazia parte sofrido uma emboscada que durou cerca de duas horas, se manteve serenamente debaixo de fogo inimigo, respondendo a este com calma e coragem, que manteve mesmo depois de ter algumas partes do seu equipamento furadas por projécteis e de ter sido atingido numa vista por estilhaços de granada. Nestas condições, sangrando, não deixou que o seu ânimo se abatesse e, atento, conseguiu ainda forças suficientes para lançar uma granada para o local onde se encontravam os elementos inimigos, obrigando estes a fugirem. Com esta sua atitude, presença, coragem e espírito de sacrifício, que lhe dão jus a ser apontado como exemplo que dignificou a sua Unidade e o Exército a que pertence.

Joaquim Pedro da Silva

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. S. do Comando da Região Militar de Angola n.º 88
de 29 de Outubro de 1965

Condecorado com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, durante uma emboscada levada a efeito pelo inimigo a uma coluna auto na picada Zala-Bela Vista, na área do Bico do Pato, em pleno ataque e sob o fogo do adversário, tomou, voluntàriamente e por sua iniciativa, a posição de apontador de uma metralhadora Breda, a qual se encontrava avariada e sem servente, accionando-a manualmente, tiro a tiro, contra uma posição do inimigo, levando este a abandonar o combate, para o que muito contribuiu a sua atitude de invulgar coragem, sangue frio, espírito de sacrifício, serenidade e energia debaixo de fogo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

Bernardo Moreira da Silva

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. S. do Comando da Região Militar de Angola n.º 107
de 15 de Dezembro de 1965

Condecorado com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, durante a permanência do B. Cav. 745 no Norte de Angola, desempenhou as funções de apontador de morteiro de 60 mm do grupo de combate da CCS com excepcional eficiência e muita valentia e espírito combativo. Durante as inúmeras acções de fogo inimigo a que esteve sujeito, das quais se salientam uma emboscada sofrida por uma coluna logística na picada Zala-Vila General Freire e especialmente durante a operação «Gavião Azul» na qual tendo executado desde logo fogo certeiro se expôs deliberadamnete ao fogo inimigo para melhor corrigir as pontarias, instalando-se a descoberto e sòzinho na picada, apesar de constituir um alvo fàcilmente referenciado, evidenciando qualidades de coragem, serenidade e energia debaixo de fogo, sangue frio, desprezo pela vida e pelo perigo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

António Piedade Ventura

Soldado de Cavalaria

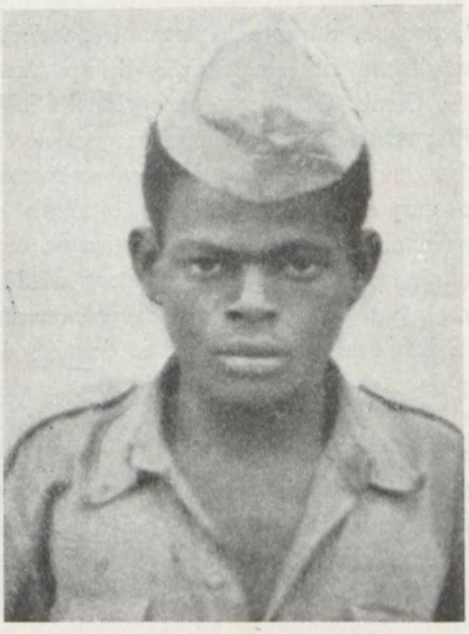
Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. S. do Comando da Região Militar de Angola n.º 107
de 15 de Dezembro de 1965

Condecorado com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, durante a permanência do B. Cav. 745 no Norte de Angola, desempenhou as funções de apontador da metralhadora Breda no G. Comb./CCS, com excepcional eficiência, valentia e espírito combativo. Durante as inúmeras acções de fogo inimigo em que interveio, das quais há a salientar uma emboscada sofrida pelas nossas tropas, o ataque na operação «Gavião Azul» e, especialmente durante o ataque inimigo a uma coluna logística na região da Fazenda Madureira, no qual, tendo começado a efectuar desde logo tiro muito certeiro, teve uma interrupção de tiro da sua metralhadora, a qual resolveu com muita calma e serenidade como se debaixo de fogo não estivesse. Recomeçado o tiro, novamente a arma se avariou, e após ter verificado que a avaria era de difícil resolução manteve-se na sua viatura sobre a qual o inimigo fazia tiro ajustado, fazendo fogo com uma arma automática demonstrando coragem, serena energia debaixo de fogo, sangue frio, desprezo pela vida e pelo perigo pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.

João Basa



Guia Nativo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 36 — 3.º Série — de 30 de Setembro de 1965
e
Despacho de 20 de Outubro de 1965

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a cruz de guerra de 4.ª classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1964, por serviços prestados em acções de combate.

LOUVADO, porque, há mais de um ano que tem servido as Forças Militares na zona inimiga, em operações e missões de patrulhamento e de reconhecimento com inexcedível dedicação, sempre pronto a colaborar e prestando ao Comandante do Bat. muito úteis informações acerca do inimigo, o guia João Basa tem assim revelado grande lealdade para com as forças da ordem. Ùltimamente, acompanhando como guia da C. Cav. 679 durante a operação «Cerr'Os Dentes» manifestou uma vez mais a sua firme vontade de colaborar com o máximo das suas possibilidades e no dia 2 de Junho de 1965 quando seguia na frente dum grupo de combate que foi emboscado, não exitou pegar na arma dum soldado que a seu lado tombara atingido pelo cerrado fogo inimigo, servir-se dela, ir ao encontro do comandante a comunicar que havia dois feridos graves na frente do Grupo e regressar ao seu lugar na frente onde com calma e serena firmeza debaixo de fogo se manteve até ao fim da acção dando protecção aos elementos que recuperavam e prestavam os primeiros socorros aos feridos mais graves, demonstrando assim coragem, sangue frio, espírito de sacrifício e serena atitude debaixo de fogo que o tornam digno da nossa grande admiração e da qual dou público testemunho.

SERVIÇOS DISTINTOS COM PALMA

Brigadeiro	**Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido**
Ten.-Coronel	**Alfredo Leão Tomás Correia**
Ten.-Coronel	**Luís Frederico Pinto Tavares de Figueiredo**
Major	**João Herculano Rodrigues de Moura**
Major	**Álvaro Francisco Torres Andrade e Silva**
Major	**Emanuel Xavier Ferreira Coelho**
Capitão	**António Casimiro Rocha Ferrand de Almeida**
Capitão	**Carlos Alexandre de Morais**
Capitão	**Eduardo Vaz Neto de Almeida**
Capitão	**Rui de Orey Pereira Coutinho**
Capitão	**Manuel Joaquim Martins Engrácio Antunes**
Alferes Mil.º	**Luís Filipe Mayer da Câmara Pina**
Alferes Mil.º	**José Baptista Máximo Mocica**

Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido

Brigadeiro

(Actualmente General)

Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 20 — 2.ª Série — de 15 de Outubro de 1965

e

Portaria de 14 de Setembro de 1965

CONDECORADO com a medalha de ouro de serviços distintos, com palma, o brigadeiro Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 15.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o brigadeiro Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido, porque tem exercido as funções de lhe foram atribuídas na região militar de Angola de forma altamente prestigiante. Oficial general dotado de grande inteligência e de muito boa preparação profissional, a que alia elevado sentido de justiça, equilíbrio e excepcional bom senso, o brigadeiro Ferreira Margarido tem-se evidenciado pela preciosa e distinta colaboração prestada ao comandante da região militar de Angola, quer como seu 2.º comandante, quer como comandante da defesa de Luanda. Nas funções de 2.º comandante da região militar de Angola o brigadeiro Ferreira Margarido impôs-se pela sua forte personalidade e grande capacidade de trabalho e de chefia, conseguindo as soluções mais práticas e económicas em tempo oportuno, sem perder de vista a melhoria das condições de vida das tropas. Elo de ligação entre o comandante da região e as chefias dos serviços e comandos das armas, desenvolveu e conseguiu notável harmonia e muita eficiência no que respeita à vida administrativa da região e satisfação das necessidades logísticas decorrentes das operações em curso, cuja zona de acção visitou com frequência e conhece de forma apreciável. Simultâneamente, como comandante da defesa de Luanda, o brigadeiro Ferreira Margarido impôr-se como um chefe de notável capacidade de comando, criterioso no emprego dos meios à sua disposição, impulsionador dos trabalhos de planeamento da defesa da cidade e *contrôle* das populações, hoje perfeitamente integrados nas necessidades de defesa da zona atribuída ao Comando de Defesa de Luanda. Por todos estes méritos, aliados aos serviços que prestou à região militar de Angola e à Nação, pelas suas qualidades morais e profissionais, o brigadeiro Ferreira Margarido, ao mesmo tempo que se creditou como um óptimo colaborador do comandante da região e um chefe de muito valor, ganhou direito à estima e elevada consideração e respeito em que é tido pelos comandos e tropas da região, o que muito me apraz pôr em destaque e é de toda a justiça louvar. Considero, pois, que os serviços prestados pelo brigadeiro Ferreira Margarido devem, com toda a razão, ser classificados como altos, relevantes, extraordinários e distintíssimos.

Alfredo Leão Tomás Correia

Tenente-Coronel de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 21 — 2.ª Série — de 1 de Novembro de 1965
e
Portaria de 10 de Agosto de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º, com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o tenente-coronel de cavalaria com o curso geral de estado-maior Alfredo Leão Tomás Correia, porque tem desempenhado desde o início da sua comissão, prestes a findar, o cargo de chefe do estado-maior do comando da defesa de Luanda.

Oficial muito inteligente, dinâmico, competente, dedicado, de uma franqueza e lealdade a toda a prova, de forte personalidade, que não exclui correcção e trato exemplares, pôs todas estas esplêndidas qualidades inteiramente ao serviço da sua função.

Tendo sido reconhecida a necessidade de montar em novos moldes a defesa da área de Luanda, a si se devem todos os estudos, trabalhos e planos necessários a essa finalidade.

Porque no comando de defesa de Luanda estão integrados, para efeitos operacionais, não só os elementos fundamentais dos três ramos das forças armadas, mas também todos aqueles que podem ser fornecidos pelas forças militarizadas, com meios de tão heterogéneas origens conseguiu o tenente-coronel Leão Correia, mercê de muita tenacidade e bom senso, estabelecer uma congregação de esforços exemplar, que abrange igualmente as autoridades administrativas e policiais e cujos resultados têm sido eloquentemente postos à prova.

Por toda esta notável e persistente acção, considero que o tenente-coronel Leão Correia muito prestigiou as instituições militares e que os serviços por si prestados ao País na região militar de Angola devem ser considerados extraordinários, relevantes e muito distintos.

Frederico Pinto Tavares de Figueiredo

Tenente-Coronel de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 24 — 2.ª Série — de 15 de Dezembro de 1965
e
Portaria de 12 de Novembro de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º, com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o tenente-coronel de cavalaria Luís Frederico Pinto Tavares de Figueiredo, do regimento de infantaria n.º 7, porque, como oficial superior de alto espírito e insuperável lealdade, comportamento e aprumo, exerceu com inexcedível competência as funções de chefe do estado-maior do agrupamento n.º 10, tendo nelas manifestado elevada e fina inteligência, muito bom senso, perfeito conhecimento das obrigações do seu cargo e grande experiência na forma de lidar com as pessoas e as coisas. Incansável, não olhou a sacrifícios para bem cumprir, tendo conduzido com muita proficiência os trabalhos de estado-maior correspondentes à preparação e execução, ao nível sector, de numerosas operações, removendo as dificuldades que as múltiplas faltas de material e por vezes a inexperiência de algumas tropas recentemente entradas em sector criaram. Impulsionou directamente no campo a execução de algumas delas, devendo destacar-se o lançamento das forças helitransportadas na operação «Aiué Grande», cuja conduta seguiu de perto, tendo mesmo acompanhado no final a coluna que recuperou as baixas que uma das companhias empenhadas tinha sofrido numa forte emboscada. Por tudo deve o tenente-coronel Figueiredo ser considerado oficial superior de alta qualidade, que honra a arma a que pertence e cujos assinalados serviços devem ser considerados relevantes, extraordinários e muito distintos.

João Herculano Rodrigues de Moura

Major de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 1 — 2.ª Série de 2 de Janeiro de 1965
e
Portaria de 24 de Novembro de 1964

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.°, com referência ao § 2.° do artigo 51.°, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o major de cavalaria João Herculano Rodrigues de Moura, porque, tendo permanecido na região militar de Angola de 15 de Agosto de 1962 a 10 de Setembro de 1964, onde serviu nos primeiros oito meses como oficial de pessoal no comando do agrupamento n.° 1, na zona de intervenção norte, e posteriormente na 1.ª Repartição do Quartel-General como chefe de secção, durante essa permanência manteve o elevado conceito, em que é tido, de oficial dotado de excepcionais qualidades de dedicação, competência, lealdade e camaradagem, a par de reconhecidos dotes de carácter.

À sua sólida competência profissional, aliada a uma experiência da vida das tropas, se deve a forma notável como foram resolvidos delicadíssimos problemas de administração de pessoal.

Oficial de vincada personalidade, disciplinado, cooperou sempre, entusiàsticamente e com todos os seus conhecimentos, na resolução dos problemas, dentro das directivas que lhe foram dadas.

Organizador e disciplinador, fez funcionar a sua secção com excepcional rendimento, apesar de dotada com relativamente poucos elementos. Assim, a sua equipa de trabalho pôde atingir alto nível de eficiência e rendimento e prestar uma valiosa cooperação às unidades e pessoal da região militar de Angola.

Por isso a actuação do major Moura é um exemplo de militar e homem a seguir e os serviços por ele prestados à região militar de Angola e ao Exército devem ser considerados altos, relevantes e muito distintos.

Francisco Torres Andrade e Silva

Major de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 18 — 2.ª Série — de 15 de Outubro de 1965
e
Portaria de 27 de Junho de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.°, com referência ao § 2.° do artigo 51.°, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o major de cavalaria Álvaro Francisco Torres de Andrade e Silva, do comando do agrupamento n.° 9, regimento de infantaria n.° 1, porque, nas funções de adjunto de informações do comando do agrupamento n.° 9, em serviço na região militar de Angola, se revelou um oficial inteligente, extremamente dinâmico e com grande espírito de iniciativa. Quer no sector do Norte de Angola, quer na zona de intervenção onde serviu, integrado no comando do agrupamento n,° 9, o major Andrade e Silva desenvolveu extraordinária e eficiente acção no estabelecimento das boas relações com as autoridades e populações, conseguindo assim obter elementos informativos de máximo interesse para uma oportuna e adequada acção do comando. É um inestimável auxiliar do chefe do estado-maior, não apenas pela sua permanente e leal colaboração como adjunto de informações, mas também por muito contribuir, com os seus dotes pessoais e extraordinário espírito de camaradagem, para a eficiência dos serviços do comando, boa disciplina e apresentação dos subordinados, que muito o admiram e estimam. Sempre atento ao bem-estar do pessoal, contribuiu grandemente, com a sua perseverança e entusiasmo, para a realização de vários melhoramentos que muito beneficiaram o aquartelamento do comando. Este oficial, que tão devotadamente serve o comando do agrupamento n.° 9, prestou, na região militar de Angola, serviços que devem ser considerados altos, relevantes e distintos.

Emanuel Xavier Ferreira Coelho

Major de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 18 — 2.ª Série — de 15 de Setembro de 1965
e
Portaria de 27 de Julho de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.°, com referência ao § 2.° do artigo 51.°, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o major de cavalaria Emanuel Xavier Ferreira Coelho, porque, na sua comissão de serviço na região militar de Angola, no desempenho das funções de chefe do estado-maior do comando do agrupamento n.° 9, evidenciou muita competência profissional, elevados dotes de carácter, exemplar formação moral, excepcional bom-senso e grande aprumo. Entregando-se inteiramente ao cumprimento das suas funções, sem limitação de qualquer espécie, e com uma alta noção do dever, conseguiu elevada eficiência em todos os serviços do comando do agrupamento nas diferentes situações em que actuou, tanto em duas zonas de intervenção, como, muito especialmente, num sector do Norte de Angola, mercê da forma inteligente e sensata como os impulsionou e coordenou, integrando-se, rápida e inteiramente, nas decisões do seu comandante. Possuindo extraordinária capacidade de trabalho e acentuado espírito de organizador, pôde sempre satisfazer as múltiplas exigências de serviço, mesmo nos períodos de actividade excepcional, ou devidas a falta de pessoal, em que desenvolveu exaustivo esforço, até, por vezes, com prejuízo da sua saúde. Pelas suas invulgares qualidades de oficial, extrema lealdade e culto de camaradagem, fomentou um apreciável espírito de equipa entre todos os elementos do comando. Apesar da sua natural modéstia, o major Ferreira Coelho é justamente considerado um distinto oficial de cavalaria e foi óptimo colaborador do seu comandante, devendo os serviços por ele prestados na região militar de Angola ser considerados altos, relevantes e distintos.

Casimiro Rocha Ferrand de Almeida

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 21 — 2.ª Série — de 1 de Novembro de 1965
e
Portaria de 20 de Julho de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.°, com referência ao § 2.° do artigo 51.°, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o capitão de cavalaria António Casimiro Rocha Ferrand de Almeida, porque, desempenhando as funções de adjunto das operações e informações do agrupamento n.° 11 desde Abril de 1964, demonstrou sempre muito interesse pelo estudo dos problemas inerentes à sua função, a qual desempenhou com competência e de forma muito dedicada, prestando aos seus comandantes e chefe do estado-maior prestimosa colaboração.

Oficial muito desembaraçado, dinâmico e dotado de grande espírito ofensivo, deslocou-se com frequência com o seu comandante para os comandos avançados, para missões de ligação e posto comando aéreo, participou em vários reconhecimentos visuais para reconhecimento do sector e obtenção de referenciações e tomou parte, voluntàriamente, em várias operações, contribuindo com a sua acção e orientação para a captura de vários elementos inimigos e recuperação das populações.

Oficial culto, inteligente e muito leal, impôs-se pelas suas qualidades e fino trato, à consideração e estima dos seus superiores, camaradas e subordinados e conseguiu, com a actividade desenvolvida, prestigiar a arma e o Exército a que pertence, prestando, assim, serviços que devem ser considerados como altos, relevantes e distintos.

Carlos Alexandre de Morais

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 23 — 2.ª Série — de 1 de Dezembro de 1965
e
Portaria de 12 de Novembro de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º, com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o capitão de cavalaria, do regimento de cavalaria n.º 3, Carlos Alexandre de Morais, pela maneira altamente eficiente como vem comandando a companhia de cavalaria n.º 626, há dezassete meses no Norte de Angola. Primeiro no subsector B4, onde exerceu exaustiva actividade de patrulhamento, pesquisa de informações e uma acção psicossocial eficiente, que muito contribuíram para o *contrôle* e pacificação da sua zona de acção, e depois no subsector DN e na situação de reserva da região militar de Angola, onde actuou durante doze meses nas regiões mais perigosas e difíceis.

Soube manter permanentemente em alto nível operacional a sua companhia, que comandou pessoalmente em todas as operações em que a mesma tomou parte, e por vezes em precárias condições de saúde, demonstrando sempre espírito de sacrifício a toda a prova e qualidades de condutor de homens que muito contribuíram para o bom êxito das várias missões que lhe foram atribuídas.

Oficial extraordinàriamente metódico e completo, merecendo-lhe sempre todos os problemas a máxima atenção e estudo, desde a preocupação dominante no que respeita ao aspecto operacional até ao melhoramento constante dos aquartelamentos e impulsionamento das actividades desportivas, manifestou sempre, além disso, dotes de carácter e aptidão para servir nas mais variadas circunstâncias, pelo que se tornou credor da maior estima de todos que com ele servem.

Por tudo se tornou merecedor de que os seus serviços prestados em campanha à região militar de Angola e ao Exército sejam considerados, com justiça, extraordinários, relevantes e distintos.

Eduardo Vaz Neto de Almeida

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 24 — 2.ª Série — de 15 de Dezembro de 1965
e
Portaria de 2 de Novembro de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.°, com referência ao § 2.° do artigo 51.°, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o capitão de cavalaria Eduardo Vaz Neto de Almeida, do regimento de infantaria n.° 15, pela forma como, durante oito meses, comandou, na zona de intervenção norte, a companhia de cavalaria n.° 486, do regimento de cavalaria n.° 7, distinguindo-se na valorização da sua unidade, conforme demonstrou nas operações em que a mesma tomou parte, bastantes das quais comandou directamente, sendo de realçar a reacção ao ataque inimigo ao aquartelamento e a operação «Bigorna», da qual resultou a captura de material de certa importância. Transferido para o comando do agrupamento n.° 11 da zona de intervenção norte, como chefe da 1.ª secção, não só estudou e movimentou permanentemente todos os assuntos da referida secção, como também, voluntàriamente, se integrou na secção de operações, auxiliando fortemente o planeamento, ao qual foi benéfica a sua prática adquirida em campanha, e ainda participou em várias operações levadas a efeito pelo comando do agrupamento, contribuindo com a sua acção para a captura de vários elementos inimigos e recuperação das populações. Oficial inteligente, culto, muito desembaraçado, sensato e dotado de grande espírito ofensivo, deslocou-se, com frequência, com o seu comandante para os comandos avançados, para missão de ligação e posto de comando aéreo, e realizou a maior parte dos reconhecimentos visuais efectuados pelo sector, prestando assim magnífica colaboração aos seus comandante e chefe do estado-maior. O capitão Neto de Almeida, pelas suas qualidades, lealdade sempre demonstrada e fino trato, impõem-se à consideração de todos que com ele privaram e conseguiu com a actividade desenvolvida prestigiar a arma e o Exército a que pertence, prestando assim serviços que devem ser considerados altos, relevantes e distintos.

Rui de Orey Pereira Coutinho

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 24 — 2.ª Série — de 15 de Dezembro de 1965
e
Portaria de 2 de Novembro de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º, com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o capitão de cavalaria Rui de Orey Pereira Coutinho, do regimento de cavalaria n.º 3, pela maneira altamente eficiente como vem comandando a companhia de cavalaria n.º 624, há dezassete meses no Norte de Angola. Primeiro no subsector B4, onde tinha à sua responsabilidade uma área muito difícil e ingrata, exercendo com grande esforço exaustiva actividade de patrulhamento e *contrôle* das populações, que muito contribuiu para a pacificação da sua zona de acção, e depois no subsector DN, e na situação de reserva, da região militar de Angola, onde actuou durante doze meses nas regiões mais perigosas e difíceis onde, consequentemente, o inimigo se mostrava mais aguerrido. Soube manter permanentemente em alto nível operacional a sua companhia, para o que muito contribuiu o seu exemplo, pois pode dizer-se que o comandou pessoalmente em todas as operações em que a mesma tomou parte, demonstrando, em todas as circunstâncias, grande desembaraço, desprezo pelo perigo, energia e espírito de sacrifício, posto à prova constantemente, qualidades que muito contribuiram para o bom êxito de muitas das operações em que teve de intervir. Além disso, a sua óptima formação moral, inexcedível lealdade, patenteada em todas as circunstâncias, e elevados dotes de camaradagem, aliados a um são optimismo, tornaram-no credor da maior estima de todos que com ele servem. Por tudo se tornou merecedor de que os seus serviços prestados em campanha à região militar de Angola e ao Exército sejam considerados, com justiça, extraordinários, relevantes e distintos.

Manuel Joaquim Martins Engrácia Antunes

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 24 — 2.ª Série — de 15 de Dezembro de 1965
e
Portaria de 2 de Novembro de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.°, com referência ao § 2.° do artigo 51.°, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o capitão de cavalaria Manuel Joaquim Martins Engrácia Antunes, do regimento de cavalaria n.° 3, pela maneira altamente eficiente como vem comandando a companhia de cavalaria n.° 625, há dezassete meses, no Norte de Angola. Primeiro no subsector B4, onde exerceu uma intensa actividade de patrulhamento e *contrôle* das populações, e depois no subsector DN, e na situação de reserva, da região militar de Angola, onde actuou durante doze meses nas regiões mais perigosas e difíceis. Soube manter permanentemente em alto nível operacional a sua companhia, que comandou pessoalmente em todas as operações em que a mesma tomou parte, demonstrando sobejamente extraordinário desembaraço e desprezo pelo perigo, elevadas qualidades de organização e de condutor de homens e espírito de sacrifício, posto à prova constantemente, não olhando às dificuldades a vencer para atingir os fins desejados. Com qualidades naturais de autêntico guerrilheiro, soube adaptar-se com extraordinária eficiência ao tipo de guerra que enfrentamos, tendo sido sempre um temível adversário com que o inimigo teve que contar e ao qual por diversas vezes causou elevadas perdas. Além disso, a sua sólida formação moral, inexcedível lealdade, patenteada em todas as circunstâncias, grande capacidade de trabalho e desejo de bem cumprir, os seus elevados dotes de camaradagem, aliados a um carácter íntegro, tornaram-no credor da maior estima de todos que com ele convivem. Por tudo, o capitão Engrácia Antunes tornou-se merecedor de que os seus serviços prestados em campanha à região militar de Angola e ao Exército sejam considerados, com inteira justiça, extraordinários, relevantes e distintos.

Luís Filipe Mayer da Câmara Pina

Alferes Mil.º de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 15 — 2.ª Série — de 1 de Agosto de 1965
e
Portaria de 7 de Junho de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º, com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o alferes miliciano de cavalaria Luís Filipe Mayer da Câmara Pina, do regimento de lanceiros 2, porque prestou serviço na região militar de Angola durante mais de dois anos, inicialmente na companhia da polícia militar n.º 418, revelando-se desde logo um oficial de valor e muito distinto. Voluntário no curso de comandos, que frequentou com interesse e dedicação, foi escolhido para fazer parte do corpo de instrutores do Centro de Comandos, desempenhou com brilho as funções de que foi encarregado, nomeadamente no ensino da guerra psicológica, tomando parte, voluntàriamente, nas operações efectuadas. Demonstrou ser um oficial subalterno de notável espírito militar, sólida formação moral e apreciável cultura e inteligência.

A competência e dedicação reveladas pelo alferes Pina determinaram a sua escolha para duas missões relevantes fora do âmbito da região militar de Angola, no Comando Territorial Independente da Guiné, como instrutor dos cursos ali em funcionamento e mais tarde em país estrangeiro de África, evidenciando novamente as suas muitas qualidades militares e justificando plenamente a confiança que nele depositava o Comando da Região Militar de Angola.

Por toda a acção o alferes Pina prestigiou a região militar de Angola e o Exército, prestando serviços que, com inteira justiça, devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.

José Baptista Máximo Mocica

Alferes Mil.º de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

O. E. n.º 15 — 2.ª Série — de 1 de Agosto de 1965
e
Portaria de 7 de Junho de 1965

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.°, com referência ao § 2.° do artigo 51.°, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o alferes miliciano de cavalaria José Baptista Máximo Mocica, do batalhão de caçadores n.° 513, regimento de infantaria n.° 7, porque, acorrendo na noite de 2 de Julho de 1964 em socorro de uma tabanca e aquartelamento que estavam a ser atacados por numeroso grupo inimigo, e tendo sido emboscada a coluna que comandava, ficando imobilizadas algumas viaturas e impossibilitadas outras de prosseguir, ainda se dirigiu com a sua auto-metralhadora ao aquartelamento atacado onde apoiou pelo fogo os defensores. Voltou em seguida à zona da emboscada e saltou da auto-metralhadora debaixo de fogo para avaliar os prejuízos sofridos e orientar a retirada dos feridos, após o que escoltou a viatura que conduziu estes feridos até meio caminho do outro aquartelamento, regressou com um reforço de munições para a guarnição atacada e permaneceu na zona da emboscada até de manhã, protegendo com o fogo da sua auto-metralhadora as viaturas avariadas. Revelou qualidades de presença de espírito, coragem, decisão e comando, que o tornam digno de ser apontado como exemplo de elevado espírito militar, devendo os seus actos ser considerados relevantes e distintos.

CONDECORAÇÕES E LOUVORES COLECTIVOS

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 490

Que, por despacho de 12 do corrente e por proposta do Excelentíssimo Comandante do Agrupamento n.º 16, louva:

Batalhão de Cavalaria n.º 490 porque, encontrando-se na Província há mais de 18 meses e tendo iniciado a sua missão de quadrícula após um período de intervenção nas regiões mais afectadas pelo inimigo (Ilha do Como e Morés), tem mantido uma actividade operacional profícua a custo dos próprios efectivos em quadrícula, enfileirando sempre ao lado de outras Unidades mais modernas na Província. Não obstante as alterações que tem havido nos principais colaboradores do Comando e no Comando das suas Companhias orgânicas, tudo por força de promoções ocorridas após o início da sua Comissão de Serviço, e apesar do elevado número de elementos inoperacionais como consequência de factores vários a que não são estranhos os períodos vividos em verdadeiro ambiente de contra-guerrilha, tem o Batalhão de Cavalaria n.º 490 sabido manter um elevado espírito combativo que honra a Arma de Cavalaria e o Exército. Unidade dotada de elevado moral, tem-no fortificado nos duros momentos de luta já vividos e que ficam a atestar o alto valor militar de todos os seus componentes, Oficiais, Sargentos e Praças, irmanados como estão no mesmo sentimento do Dever que os trouxe à Guiné Portuguesa.

(O. S. n.º 14 do Comando Militar da Guiné, de 16 de Fevereiro de 1965)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 485

Louvo a Companhia de Cavalaria n.º 485, pelo elevado espírito de sacrifício, vontade de bem cumprir e notável compreensão da missão que nos tempos actuais é exigida ao Exército, patenteados durante o período que decorreu de 22 de Maio de 1965 a 18 de Outubro de 1965, em que fez parte integrante dos Quadros do Regimento de Infantaria de Luanda.

Com efeito, pouco tempo após a sua chegada a esta Unidade, desde logo a Companhia de Cavalaria n.º 485 deu mostras de ser uma Subunidade de elite, dotada de um excepcional espírito de corpo e alto grau disciplinar, produtos, sem dúvida, do seu óptimo enquadramento.

Tendo-lhe sido conferida, além da missão operacional, que cumpriu integralmente, a incumbência da remodelação das suas instalações, conseguiu a Companhia de Cavalaria n.º 485 este objectivo num tempo mínimo e de maneira particularmente brilhante, por forma a merecer as mais elogiosas referências da parte de todas as entidades que a visitaram, numa demonstração evidente de notável iniciativa própria e espírito construtivo dos seus Oficiais e Sargentos e excepcional espírito de disciplina e sacrifício por parte de todas as praças, sendo de realçar que todo aquele trabalho foi produzido após um longo período de 21 meses de operações na Zona de Intervenção Norte de Angola.

Por tudo isto, considero a Companhia de Cavalaria n.º 485 uma unidade exemplar, digna do maior apreço, e que muito prestigiou a Arma de Cavalaria a que pertence, sendo da maior justiça conferir-se-lhe o presente louvor nesta hora de despedida.

(Art.º 5.º da O. S. n.º 272 do Reg. de Inf. de Luanda, de 21 de Outubro de 1965)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 567

Louva por proposta do Ex.mo Comandante do Agrupamento n.º 16, a **Companhia de Cavalaria n.º 567** pela maneira altamente eficiente e distinta como actuou durante cerca de 24 meses como Unidade de intervenção do Sector Oeste da Guiné, comportando-se por forma a conseguirem-se resultados dignos de realce em todas as inúmeras acções em que tomou parte, devido ao seu grande espírito ofensivo e boa preparação para o combate.

Entrando posteriormente em quadrícula não só manteve durante os últimos meses, a sua actividade operacional, como ainda desenvolveu uma grande acção psico-social que contribuiu para elevar grandemente o alto prestígio que tem as Forças Armadas entre as populações indígenas.

Todos os seus valorosos elementos nunca se eximiram aos maiores esforços, sacrifícios e riscos para integral cumprimento das suas missões e por isso esta Companhia deve ser apontada como exemplo a todas aquelas que lutam pela honra e prestígio do Exército e honra da Pátria.

(Despacho de S. Ex.ª o Comandante Militar da Guiné, de 26 de Outubro de 1965)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 570

Louvada a Companhia de Cavalaria n.º 570, porque durante quase dois anos de permanência nesta Região Militar executou as missões que lhe foram confiadas com grande brio, dedicação e esforço.

Da sua actividade operacional merecem ser destacadas as operações levadas a efeito para a detecção, aniquilamento e perseguição de elementos adversos, durante as quais demonstrou possuir uma nítida compreensão do dever e da missão a cumprir.

Na área onde desenvolveu a sua actividade conseguiu mercê de uma vontade firme e valorosa atingir acampamentos do inimigo, desorganizando-o e capturando armamento, munições e outro material diverso.

Pela forma como sempre se desempenhou das suas missões prestou a Companhia de Cavalaria n.º 570 serviços que merecem ser destacados.

(Despacho de Sua Ex.ª o Comandante da R. M. M., de 6 de Agosto de 1965)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 679

Companhia de Cavalaria n.º 679/Batalhão de Cavalaria n.º 682, louvada pelo Ex.mo Comandante do Sector «S», por proposta do Ex.mo Comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 682.

Pela forma altamente eficiente como se tem desempenhado de todas as missões que lhe têm sido atribuídas durante 13 meses de actuação na zona inimiga de Angola.

Tendo-lhe sido confiada inicialmente a ZA do Subsector do Batalhão considerada como a mais nevrálgica em consequência das várias e continuadas acções ali levadas a efeito pelo inimigo, aceitou a sua missão com grande honra e logo revelou pelo seu compartamento um assinalável espírito de sacrifício, exemplar rusticidade e forte determinação, qualidades que manteve até ter sublimado no decorrer da actuação na sua presente ZA e que foram agora bem patenteadas durante a operação «Cerr'Os Dentes» actuando com exemplar espírito de sacrifício, de agressividade e de elevado moral numa região inteiramente desconhecida onde por três vezes em dois dias teve contacto

com o inimigo, reagindo sempre de forma pronta e enérgica, com perfeita disciplina de fogo, causando três baixas ao inimigo, e continuando por vários dias em permanentes deslocações através de densa mata, numa notável afirmação de espírito ofensivo, a despeito de enorme esforço a que todo o pessoal foi submetido e de ter sofrido três baixas em combate.

A Companhia de Cavalaria n.º 679 torna-se assim digna de grande apreço pela sua exemplar conduta que em muito a prestigia bem como ao seu Batalhão e ao Sector onde actua.

(O. S. n.º 31 do Comando do Sector «S» da R. M. A., de 15 de Julho de 1965)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 702

Considerado como tendo sido dado por Sua Ex.ª o Brigadeiro Comandante Militar:

Companhia de Cavalaria n.º 702, louvada pelo Ex.mo Comandante do Agrupamento n.º 17, pela maneira exemplar como se desempenhou nas missões ofensivas de que foi incumbida no Subsector do Batalhão de Caçadores n.º 513 durante os períodos de 14 a 28 de Dezembro e de 18 de Janeiro a 19 de Fevereiro. Tendo tomado parte nas operações «Espora», «Estribo» e «Selim», no primeiro período referido e nas operações «Garrote», «Papaia», «Toupeira» e «Gira», no segundo período, em todas as operações revelou a sua boa preparação para o combate e espírito de corpo, comportando-se por forma a merecer o apreço do Comando de Agrupamento e do Batalhão em proveito do qual actuou. Realça-se a acção da Companhia na região de Unal, que percorreu em todas as direcções, numa perfeita demonstração de entusiasmo e consciência pelo cumprimento da missão. Na região de Bantael Silá, depois de ter efectuado quase totalmente o percurso que lhe foi fixado, recebeu nova missão pelo imperativo da situação criada pelo inimigo, tendo, mais uma vez, a Companhia oportunidade de confirmar a sua boa preparação e o seu entusiasmo e determinação numa acção muito eficiente e digna de nota, naquela área.

(N.º 4 do Art.º 4.º da O. S. n.º 23 de 19 de Março de 1965 do C. T. I. G.)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 742

A **Companhia de Cavalaria n.º 742/Batalhão de Cavalaria n.º 745/ Regimento de Cavalaria n.º 3,** porque durante a sua permanência no Subsector DZ (Norte de Angola) de 5 de Fevereiro de 1965 a 14 de Agosto de 1965 se consagrou como uma Subunidade que, a par do nível disciplinar que a caracterizou, realizou trabalho notável na respectiva ZA pela sua incansável actividade e reconhecida agressividade, podendo afirmar-se que o seu comportamento operacional muito contribuiu para o êxito das operações de escalão superior nomeadamente «Gavião Azul» (6 de Agosto de 1965), «Diamante Branco» (3 de Junho de 1965), «Pelicano Acrobata» (27 de Julho de 1965), «Diamante Verde» (20 de Junho de 1965), «Diamante Azul» (19 de Maio de 1965), «Faisão Verde» (2 de Maio de 1965), «Diamante Negro» (21 de Abril de 1965), «Aniversário» (13 de Março de 1965), em que tomou parte, motivo porque tal Unidade merece ser apontada como exemplo.

(Cópia do Art.º 4.º da O. S. n.º 212 do Bat. de Cav. n.º 745 de 20 de Setembro de 1965)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 744

A **Companhia de Cavalaria n.º 744/Batalhão de Cavalaria n.º 745,** porque, durante a sua permanência no Subsector DZ (Norte de Angola) de 5 de Fevereiro de 1965 a 14 de Agosto de 1965 se consagrou como uma Subunidade de elevado nível disciplinar e extraordinária preparação técnica e capacidade operacional, atributos que sempre manifestou nas diversas acções que empreendeu na respectiva ZA e que patenteou particularmente no decorrer das operações «Gavião Azul» (6 de Agosto de 1965), «Diamante Verde» (20 de Junho de 1965), «Diamante Branco» (3 de Julho de 1965), «Diamante Azul» (19 de Maio de 1965), «Diamante Negro» (21 de Abril de 1965), «Aniversário» (13 de Março de 1965), motivo porque tal Unidade, merece ser apontada como exemplo.

(Cópia do Art.º 4.º da O. S. n.º 212 do Bat. de Cav. n.º 745 de 20 de Setembro de 1965)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 754

Louvada a Companhia de Cavalaria n.º 754, porque, estando há cerca de seis meses no Norte da Província, executou todas as missões que lhe foram confiadas com grande brio, dedicação e esforço, em circunstâncias particularmente difíceis.

Nas situações de combate que teve de sustentar houve-se sempre com valentia e estoicismo.

Pelo espírito de compreensão do dever e pela comprovada desenvoltura dos quadros é-me muito grato salientar o procedimento em campanha de todos os Oficiais, Sargentos e Praças.

(O. S. n.º 41 de 11 de Agosto de 1965 da R. M. M.)

2.º PELOTÃO DA COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 570

Louvado o 2.º Pelotão da Companhia de Cavalaria n.º 570, pelos resultados obtidos na última operação em que tomou parte, conseguindo destruir um acampamento rebelde e apreender todo o material que ali se encontrava para o que, com elevado moral e entusiasmo, espírito de sacrifício e fé imbalável, foi obrigado a permanecer 6 dias em plena mata, em condições duríssimas sob todos os aspectos. Tendo já desempenhado várias outras missões em idênticas condições, sem resultados apreciáveis, nem por isso a sua vontade, o seu entusiasmo, o seu querer e o seu moral foi afectado porquanto se ofereceu voluntàriamente para mais uma acção, coroada agora de sucesso na ânsia de pretender mostrar, a todo o custo, que os seus elementos são dignos utentes da farda do Soldado Português. Constituindo um conjunto que se foi aperfeiçoando nas instruções, exercícios e no decorrer das operações sob as ordens e orientação do seu comandante, viram agora satisfeito o êxito que tanto ambicionavam e que constitui oferta de soldados ao seu País. Este conjunto de circunstâncias fazem deste Pelotão, um exemplo para todos, das elevadas qualidades militares do Soldado Português.

(O. S. n.º 39 de 31 de Julho de 1965 da R. M. M.)

3.º GRUPO DE COMBATE DA COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 680

Louvado pelo Com. Companhia porque quando se encontrava em patrulhamento, ao ouvir tiros, não exitou e dirigiu-se imediatamente para o local donde eles provinham, para dar combate ao suposto inimigo e aniquilá-lo, o que denota estar consciente da sua missão, pois não tentou evitar o encontro, antes pelo contrário foi em busca dele.

(O. S. n.º 76 do Batalhão de Cavalaria n.º 682, de 17 de Agosto de 1964)

4.º GRUPO DE COMBATE DA COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 680

Louvado pelo Com. Companhia pela maneira como se comportou durante o patrulhamento que fez à região de Cungo Tadi, no qual sofreu três emboscadas que lhe causaram várias baixas, tendo-se mantido com muita serenidade e valentia, tendo evitado assim que mais elementos fossem atingidos, tendo cumprido a missão com êxito.

(O. S. n.º 76 do Batalhão de Cavalaria n.º 682, de 17 de Agosto de 1964)

REFERÊNCIA ELOGIOSA

Sua Ex.ª o General Comandante da Região encarrega-me de comunicar a V. Ex.ª o seu muito apreço quer pela acção desenvolvida pelo Batalhão de Cavalaria n.º 682 no campo operacional, quer pelo cuidado e interesse postos pela mesma Unidade nos trabalhos de melhoria das instalações das suas tropas.

(Nota n.º 1812/2 P.º 345.85 da 3.ª Rep. do Q. G. da R. M. A. de 18 de Maio de 1965)

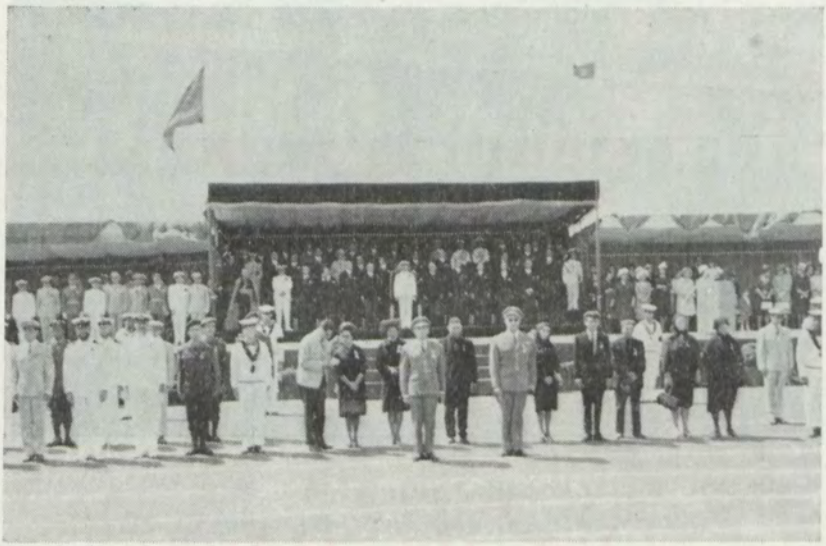
Dia da Raça

Tal como em anos anteriores e revestindo-se do mesmo alto significado realizou-se no dia 10 de Junho de 1965 — Dia da Raça — no histórico cenário da Praça do Comércio a cerimónia da imposição das condecorações obtidas pelos militares de terra, mar e ar, durante o ano anterior pelos seus esforços e feitos em campanha em terras do Ultramar. A cerimónia foi novamente presidida por Sua Ex.ª o Presidente da República e nela estiveram presentes as mais altas individualidades assim como numeroso público.

Usou da palavra em nome das Forças Armadas o Chefe do Estado-Maior das Forças Aéreas, General João Corte-Real a fim de saudar os militares distinguidos.

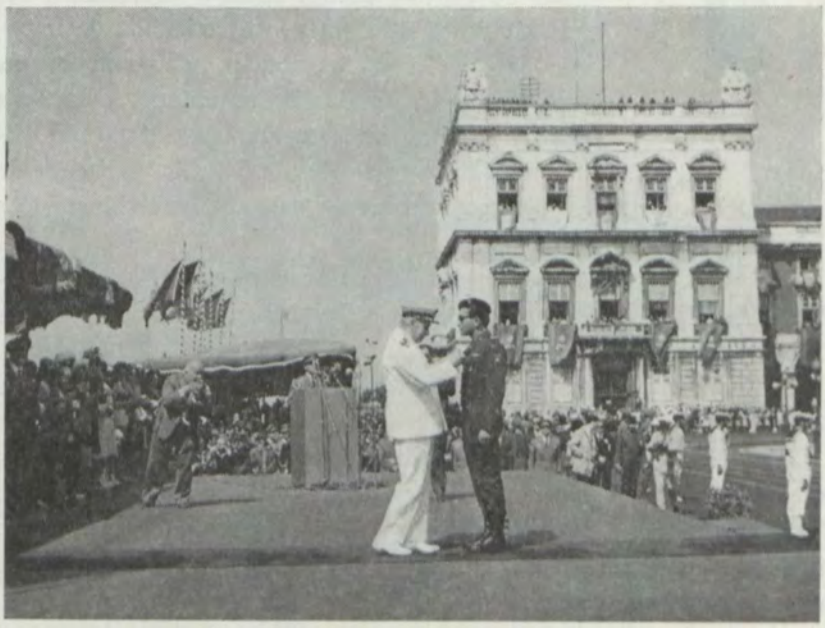
As honras militares foram prestadas por um numeroso contingente do G. M. L.

Com o mesmo significado realizaram-se cerimónias idênticas nas sedes das Regiões Militares tendo S. Ex.as os Ministros do Exército, do Ultramar e do Interior presidido respectivamente às que tiveram lugar no Porto, em Évora e em Tomar em relação aos condecorados que faziam serviço ou habitavam nas respectivas áreas.



Também nas Províncias Ultramarinas houve cerimónias com o mesmo objectivo.

Mais uma vez a *Revista da Cavalaria* assinala factos de tão transcendente projecção militar e patriótica e também se congratula por entre os condecorados se encontrarem diversos elementos da Arma.



RESUMO

DA

ACÇÃO EM CAMPANHA

DAS

UNIDADES

REGRESSADAS

EM 1965

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 399

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Joaquim dos Santos Alves Pereira* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)

2.º Comandante: Major de Cavalaria, *Luís Clemente Pereira Pimenta de Castro*

O Batalhão de Cavalaria 399, mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, desembarcou em Luanda, em 17 de Dezembro de 1962 e, passados alguns dias, assumiu a responsabilidade operacional de uma área que englobava Nambuangongo, Onzo, Quimbumbe, Beira Baixa, etc. Após cerca de 8 meses de permanência, foi deslocado para as áreas de Bela Vista, Teixeira da Silva, General Machado, Andulo, Caianda e Chinguar, onde se manteve até agora, quando regressa à Metrópole.

Colocado assim, inicialmente, numa região em que o inimigo se encontrava agressivo, moralizado e bem armado, demonstrando um salutar espírito de corpo, elevado moral, comunicativo entusiasmo, vincada agressividade e nítida compreensão da alta missão que tinha a seu cargo, pela acção dinâmica e eficiente do seu comandante e quadros, soube não só enfrentar com a maior calma e confiança todas as situações de combate, levando sempre de vencida o inimigo, mas também suportar com a maior abnegação e estoicismo as deficientes condições de instalação, de isolamento e de falta de espaço.

Da muito intensa actividade operacional que levou a cabo, por iniciativa própria ou integrado em directivas superiores, destacam-se as operações «Toma Lá», «Sem Nome», e «Até Choras», além de numerosas nomadizações e emboscadas que tiveram marcante projecção na conduta das operações do Sector a que estava atribuído, pela desarticulação que obteve das organizações inimigas através da destruição de importantes centrais e quartéis, da produção de muitas baixas e apreensão de material.

Quando colocado na região da Bela Vista e até final da sua comissão em Angola, manifestou o BCav. 399 o maior entusiasmo na pesquisa de informações, como ainda uma serena, clara e cuidadosa apreciação das notícias difundidas. Desenvolvendo desde o início uma profícua acção de assistência às populações nativas, orientada nos melhores moldes, através da execução de um plano de intensos patrulhamentos, conseguiu levar a termo uma obra a todos os títulos notável e que viria a merecer dignificantes homenagens das populações civis e autoridades administrativas com quem contactou.

Ao terminar a permanência do BCav. 399 nesta Província, onde o esforço e sacrifício dos seus homens mereceu dos escalões superiores um louvor colectivo, várias referências elogiosas, 4 Cruzes de Guerra, 2 medalhas de Serviços Distintos com Palma, e elevado número de louvores, pode esta Unidade orgulhar-se de bem ter cumprido o seu dever e ser credora do reconhecimento e muito apreço da Região Militar de Angola.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 437

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *António Prazeres Júlio*

2.º Comandante: Major de Cavalaria *Alexandre Mendes Leite de Almeida*

O Batalhão de Cavalaria 437 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 3 e desembarcou em Luanda no dia 7 de Maio de 1963.

Destacando inicialmente as suas Companhias para a região dos Dembos veio o Batalhão, passados cerca de dois meses, a ter ali a sua zona de acção efectiva, mantendo-se nessa localização até Março de 1964, altura em que foi deslocado para o Centro da Província.

No primeiro dos períodos referidos o BCav. 437 actuou especialmente nas regiões de Quinguengo, Binda, Vila Pimpa, Quilumbo, Catalabanza, Quitilene, Quiginga e Rio Chinda, denotando excelente espírito de corpo, agressividade e óptima mentalização, não só do seu grupo de Comandos como dos seus restantes quadros e tropas, para o tipo de guerra em curso, vindo os bons resultados obtidos a ser objecto de merecida distinção conferida pelo Comando de Sector Operacional de quem dependia.

Quando na sua segunda localização, empenhou-se a Unidade numa profícua acção psicológica quer sobre as nossas tropas quer sobre as

populações locais, promovendo a melhoria do seu nível sanitário e de instrução e estreitando as melhores relações com entidades e organismos civis em iniciativas dignas de maior apreço, sem descurar a manutenção da sua actividade puramente militar com vista à segurança do território e das populações que estavam a seu cargo.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 490

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Fernando José Pereira Marques Cavaleiro* (Cruz de Guerra de 3.ª Classe)

2.º Comandante: Inicialmente: Major de Cavalaria *Alexandre António Bahia Rodrigues dos Santos.*
Depois: Major de Cavalaria *Raul Augusto Paixão Ribeiro*

O Batalhão de Cavalaria 490 que foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, desembarcou em Bissau no dia 25 de Julho de 1963. Foi-lhe atribuída inicialmente a missão de intervenção à ordem do Comando-Chefe.

Em princípio de Agosto iniciou a sua actuação na Região de Oio. Foi intensa e incessante a actividade operacional desenvolvida a qual englobou pràticamente todas as modalidades peculiares a operações de tipo guerra subversiva, quer no âmbito do Batalhão quer no das suas subunidades. A actuação naquela região foi de tal modo assinalável que o inimigo que a considerava inviolável viu a sua organização desfeita sendo possível, então, executarem-se movimentos de colunas sòmente protegidas por fracas escoltas e visitá-la com assiduidade.

Em Janeiro de 1964, 15 dias depois do regresso a Bissau, o Batalhão tomou parte na operação combinada, na Ilha de Como, designada por Tridente. O comando das Forças Terrestres pertenceu ao Comando do Batalhão. As difíceis condições do clima e do terreno exigiram das forças um enorme dispêndio de energias, o qual aliado à resistência oposta pelo inimigo, vincaram bem o alto poder moral e combativo do Batalhão.

Em Maio de 1964 as subunidades do Batalhão começaram a deslocar-se para novas localizações (Farim, etc.), tendo logo iniciado operações que bateram toda a zona que lhes tinha sido atribuída. No final do mês o Batalhão tomou à sua conta a responsabilidade do sector, no qual o inimigo mantinha grande actividade. Como consequência da

actuação do Batalhão e das suas subunidades essa actividade foi extraordinàriamente reduzida, sendo de destacar, entre outras, as operações levadas a efeito na região de Canjambari. Entre os resultados obtidos contou-se a apresentação de numerosos nativos às autoridades locais.

É, também, de frisar a acção psicossocial que o Batalhão e as suas subunidades levaram a efeito.

Por vezes o Batalhão foi reforçado com C. Caç. e Pel. A M Fox, tendo estas unidades cooperado de forma notável especialmente a C. Caç. 675.

O Batalhão e suas subunidades mereceram dos escalões superiores distintos louvores colectivos e referências elogiosas, tendo sido atribuído até à data aos seus elementos 9 Cruzes de Guerra e numerosos louvores.

Pode-se com sobejas razões considerar a actuação desta Unidade, durante o longo período que esteve em operações, como assinaladamente brilhante. Foi uma Unidade de élite, de espírito de corpo bem vincado e que sempre revelou um elevado moral e grande espírito combativo. Assim bem honrou a Arma de Cavalaria e o Exército.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 461

Comandante: Inicialmente: Capitão Miliciano de Cavalaria *João da Silva Rocha Pinto*
Depois: Capitão de Cavalaria *José Rafael Lopes Saraiva*

A Companhia de Cavalaria 461, foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 8 e desembarcou em Luanda em 29 de Julho de 1963.

Passados poucos dias foi colocada numa região da zona de operações onde se manteve por um período de cerca de 10 meses, findos os quais marchou para outra região da fronteira Norte da Província onde se conservou cerca de 9 meses tendo então, sido deslocada para a área de Malange de onde, três meses volvidos, partiu para a região da fronteira que já ocupara e onde se manteve até final da sua comissão.

Enquanto permaneceu na zona de operações dedicou-se ao desenvolvimento de uma muito intensa e bem conduzida actividade, não se poupando a esforços de qualquer natureza o que ficou atestado na referência elogiosa que lhe foi conferida pelo Comando Operacional na altura em que a Unidade abandonou esta zona. Percorrendo incessantemente a sua área, levou a cabo inúmeras operações e acções ofensivas

com as quais obteve resultados altamente compensadores, sendo de realçar as conduzidas nas matas de Quiage e rios Lufra, Dange, etc.

Nas suas posteriores localizações procedeu a um criterioso trabalho de prevenção da subversão, executando patrulhamentos intensivos e várias acções na sua zona de responsabilidade e promovendo, não só uma adequada assistência psicológica e de controle, mas também um permanente contacto junto das populações autóctones dedicando, simultâneamente, especial atenção à vigilância da fronteira que estava confiada à sua guarda.

Após mais de dois anos de actividade em que se revelou como uma Unidade disciplinada, de vincado espírito de corpo e firme desejo de bem servir, pode a Companhia de Cavalaria 461 orgulhar-se de, em Angola, bem ter cumprido a sua missão.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 482

Comandante: Inicialmente: Capitão Miliciano de Cavalaria *Ciríaco José Mendonça da Cunha*
Depois: Capitão de Cavalaria *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*

A Companhia de Cavalaria 482 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 8 e desembarcou em Luanda em 29 de Julho de 1963 onde permaneceu alguns dias, passados os quais se deslocou para uma região do interior do Norte da Província onde actuou durante cerca de dois meses sendo em seguida transferida para uma zona a Noroeste da primeira onde permaneceu até Setembro de 1964 sendo, por último, colocada numa outra região a Sul desta e onde viria a terminar a sua comissão.

Na sua primeira localização, devido às características da zona que ocupava dedicou-se especialmente a Companhia a uma eficiente actividade de patrulhamentos com vista à manutenção das melhores relações com as populações locais e das suas condições de segurança, dedicando também a devida atenção ao incremento da assistência sanitária e acção psicológica sobre as massas nativas.

Nas suas permanências posteriores realizou uma acentuada actividade operacional desenvolvida por meio de acções permanentes e de elevada agressividade quer por iniciativa própria, quer no cumprimento

de directivas superiores e não raro fora da sua zona de responsabilidade; desta actividade há a destacar a levada a efeito nos rios Loge, Luala, e Dange bem como as operações «Caça Velha» e «Sempre Festa».

Também na sua última colocação, como na primeira, se empenhou numa profícua acção de assistência e captação das populações.

O entusiasmo, a dedicação, a decisão e o espírito de sacrifício postos na realização das tarefas de que foi incumbida, constituem amplos justificativos para que a Companhia de Cavalaria 482 termine a sua permanência na Região Militar de Angola com a consciência do dever cumprido.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 483

Comandante: Inicialmente: Capitão Miliciano de Cavalaria *Carlos Alberto Garrido Vaz*
Depois: Capitão de Cavalaria *Mário Arnaldo Jesus da Silva*

A Companhia de Cavalaria 483 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 8 e desembarcou em Luanda em 29 de Julho de 1963.

Passado pouco tempo marchou para uma região do Nordeste da zona Norte onde estacionou durante um período de cerca de cinco meses passados os quais foi colocada numa zona do interior do Norte da província onde se manteve até Outubro de 1964, sendo então, transferida para uma área do Leste da província de onde, cinco meses depois, se deslocou para a região de Nova Lisboa tendo, em Junho de 1965 sido colocada em Luanda.

Enquanto se manteve na zona do interior do Norte, porque as circunstâncias o impunham, foi a Companhia, na sua missão de Reserva, empenhada numa intensa e variada actividade operacional tendo sempre correspondido de forma apreciável a todos os esforços que lhe foram exigidos, demonstrando em todas as circunstâncias, e quantas vezes bem difíceis, uma real noção da missão que lhe estava atribuída e bem assim da responsabilidade que sobre si pesava. Neste período há a destacar a sua colaboração em várias acções e operações levadas a efeito na região dos Dembos, para além da sua valiosa contribuição na abertura e melhoramento de importantes itinerários da mesma região.

Durante o tempo que permaneceu nas outras zonas da província desenvolveu uma constante acção de patrulhamentos e vigilância da sua zona de acção e promoveu uma regular e bem delineada missão de

assistência e contacto junto das populações locais proporcionando-lhes igualmente uma eficiente cobertura sanitária.

Subunidade bem enquadrada, muito moralizada e dotada de espírito de sacrifício, demonstrou a Companhia de Cavalaria 483 possuir elevada abnegação merecendo amplamente, pelo esforço que desenvolveu durante mais de dois anos de actuação, o apreço da Região Militar de Angola.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 484

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *Nuno Álvaro do Couto Bastos de Bívar*
Depois: Capitão Miliciano de Artilharia *Carlos Nunes Duarte Prudente*
Depois: Capitão de Cavalaria *Helder Humberto do Nascimento Matias*

A Companhia de Cavalaria 484 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 8 e desembarcou em Luanda em 29 de Junho de 1963 aqui permanecendo alguns dias a fim de preparar o seu deslocamento para uma região da zona de operações onde fora colocada.

Depois de actuar durante um ano nesta zona foi destacada para o Leste da Província aí se conservando até final da sua comissão de serviço.

A sua actuação em Angola teve pois, duas fases nìtidamente diferentes. A primeira, dada a sua condição de Unidade de Reserva, foi caracterizada por uma enérgica e eficiente actividade operacional levada a efeito na já tradicionalmente difícil região dos Dembos, através de insistentes acções nas áreas de Quimanexe, Muxaluando e Rio Onzo, além da sua valiosa colaboração nas Operações «Terceiro Ano» e «Aiué Dois». É digno de nota que, a par desta constante actividade, manteve parte dos seus efectivos permanentemente hipotecada à protecção dos trabalhos de abertura de importantes vias de comunicação da referida região, missão em que se revelou igualmente eficiente.

Na segunda, ocupando uma zona de características bem distintas das da primeira, orientou essencialmente a sua actividade no sentido da contra-subversão, lançando constantemente as suas patrulhas em diversas direcções, obtendo e explorando informações, controlando e prestando assistência às populações nativas e, acima de tudo, exercendo uma eficaz vigilância da fronteira.

Demonstrando a Companhia de Cavalaria 484 ser uma Unidade aguerrida, disciplinada e de elevado moral, pode, finda a sua comissão de serviço, considerar-se credora do muito apreço pela acção desenvolvida em Angola.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 485

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *Leopoldo Severo Ferreira Pinto*
Depois: Capitão de Cavalaria *Rui Eduardo Anselmo de Oliveira Soares*

A Companhia de Cavalaria 485 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e desembarcou em Luanda no dia 20 de Agosto de 1963.

Poucos dias depois deslocou-se para a zona de Operações onde assumiu a responsabilidade de uma área próxima da fronteira Norte e onde se conservou durante cerca de um ano tendo, então, sido transferida para uma região a Sul da primeira, aí permanecendo até fins de Maio de 1965, em reforço do Batalhão de Caçadores 3, altura em que foi colocada na área de Luanda, onde exerceu a sua actividade até final da comissão de serviço na Província.

Em todas as suas localizações se empenhou numa constante e firme actividade operacional, demonstrando, em todas as circunstâncias, uma perfeita integração no sentido do cumprimento da missão e conseguindo obter resultados de muito mérito aos quais não são estranhos, não só um bom nível de enquadramento e grau disciplinar geral, mas também uma boa eficiência operacional revelada através da agressividade, espírito de sacrifício e abnegação que sempre pôs na execução das suas tarefas.

Desta actividade há a salientar as operações «Xeque-Mate», «Hipócrates 430» e «Volta Atrás», conduzidas na sua primeira área de responsabilidade e nas muitas operações e acções que desenvolveu na sua segunda zona de acção, com vistas ao desalojamento dos núcleos terroristas que existiam na serra do Canzundo, tendo sido coroado de êxito o imenso esforço que nelas dispendeu. Justo é também referir a louvável acção social e de assistência junto das populações locais que produziu nesta sua segunda localização.

O elevado nível da acção que desenvolveu durante mais de dois anos de serviço na Província, constitui justificativo para que a Companhia de Cavalaria 485 termine a sua permanência na Região Militar de Angola com a plena consciência do dever cumprido.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 486

Comandante: Até Maio de 1964: Capitão de Cavalaria *Eduardo Vaz Neto de Almeida*
Depois: Capitão de Cavalaria *Manuel José Martins Rodrigues*

A Companhia de Cavalaria 486 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e desembarcou em Luanda no dia 5 de Setembro de 1963, de onde, poucos dias depois, marchou para a região de Bembe a fim de assumir a responsabilidade de uma zona, a qual viria a ter a seu cargo durante cerca de catorze meses. Deslocada, então, para a região dos Dembos, aí se conservou aproximadamente quatro meses, findos os quais foi transferida para a área de Mussungo, onde permaneceu até fins de Junho de 1965, altura em que foi deslocada para a zona de Cambambe, onde veio a actuar até final da sua comissão de serviço na Província.

Na sua localização inicial todos os seus esforços foram orientados no sentido de aniquilar os bandos terroristas que existiam na sua zona de responsabilidade, o que conseguiu com verdadeira eficiência por meio de uma pertinaz, permanente e bem orientada actividade operacional, da qual é justo salientar a levada a efeito nas regiões de Toto, montes Lombo e Quilombo e rios Lucunga, Guimbo, Babala e Lufuma. No segundo local de permanência, dada a sua condição de Reserva a sua actividade revestiu-se de características diferentes, tendo o seu diverso empenhamento sido constante especialmente nas zonas de Santa Eulália, Zemba, Maria Fernanda e Muxaluando. Nas suas duas últimas localizações levou a efeito, além de inúmeros patrulhamentos e demais acções de vigilância, uma profícua actividade social e de assistência junto das populações locais, procurando, por todos os meios, preservar a sua zona da subversão.

Permanecendo durante mais de dois anos em Angola, durante os quais lhe foram atribuídas, sucessivamente, quatro missões fundamentalmente diferentes umas das outras, no desempenho de todas pôs o melhor do seu esforço e boa vontade, numa afirmação constante do firme propósito de bem as cumprir o que sempre conseguiu sem desfalecimentos. Subunidade disciplinada, moralizada e com excelente espírito de corpo, reflexos de uma esclarecida acção de comando, bem merece, incondicionalmente, o muito apreço da Região Militar de Angola.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 567

Comandante: Capitão de Cavalaria *José Luís Jordão de Ornelas Monteiro*

A Companhia de Cavalaria 567 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, e desembarcou na Guiné em 4 de Novembro de 1963.

Actuou primeiro como Unidade de intervenção do Sector Oeste e depois como unidade de quadrícula.

Na missão de intervenção demonstrou grande espírito ofensivo e uma boa preparação para o combate.

Na missão de quadrícula manteve uma intensa actividade operacional aliada a uma notável acção psicossocial que contribuiu bastante para elevar o alto prestígio que têm as Forças Armadas entre as populações nativas.

As missões que competiram à Companhia exigiram os maiores esforços, sacrifícios e riscos. Os seus elementos cumpriram de tal modo que em louvor colectivo o Comando Militar da Guiné a aponta como exemplo a todos aqueles que lutam pelo prestígio do Exército e honra da Pátria.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO FOX N.º 888

Comandante: Inicialmente: Alferes de Cavalaria *José Eduardo F. de Castro Neves* (Cruz de Guerra de 3.ª Classe)
Depois: Alferes de Cavalaria *António L. M. Menezes Abreu Coutinho* (Cruz de Guerra de 3.ª Classe)
Depois: Alferes de Cavalaria *Germano M. Simões*

O Pelotão de Reconhecimento Fox 888 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para o C. T. I. da Guiné no dia 25 de Abril de 1963, tendo chegado a Bissau 11 dias depois. Ficou adido ao Bat. Caç. 236 até à sua partida para o mato, a que se verificou em final de Maio.

Na região de «Forreá» actuou em conjunto com o Esq. Rec. 385, Bat. Caç. 513 e Pel. Fox 42, sendo de destacar de início as operações «Cancasso» e «Unal». Em missões de apoio, desobstruindo numerosos itinerários, executando escoltas, acorrendo a pontos atacados e efec-

tuando reconhecimentos, etc., quer actuando em cooperação, quer isolado sempre o Pelotão 888 agiu de uma forma altamente produtiva e valorosa.

Mais tarde, em conjunto com a Comp.ª Cav.ª 702, executou a operação «Estribo» na Região de Galo — Bolola tendo-se apoderado de numeroso material.

Repeliu com êxito durante a operação «Selim» uma forte emboscada e tomou seguidamente parte noutras operações.

Além dos danos e baixas causadas ao inimigo o moral das populações foi levantado pela actuação do Pelotão 888 nas Regiões em que actuou.

Outras operações se sucederam e que deram sempre origem a uma intervenção eficaz do Pelotão.

Os elementos do Pelotão 888 foram destinguidos com 8 Cruzes de Guerra, Prémio Governador da Guiné e numerosos louvores. O próprio Pelotão mereceu, também, louvores colectivos.

Pela sua brilhante actuação, pelos seus mortos e feridos, pela alta percentagem de elementos condecorados e louvados pode-se, com inteira razão, considerar esta Unidade como daquelas que bem honraram a sua Arma e o Exército a que pertence.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 418

Comandante: Capitão de Cavalaria *Manuel José Magalhães da Cruz Azevedo*

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 876

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *João dos Santos Ubach Chaves*

A Companhia de Polícia Militar 418, mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 em Lisboa, desembarcou em Luanda em 20 de Janeiro de 1963. Cerca de um ano e um mês após a sua chegada e mantendo a sua sede nesta cidade, destacou Pelotões, até final da comissão de serviço na Província, para S. Salvador e Cabinda.

O Pelotão de Polícia Militar 876, também mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 desembarcou em Luanda no dia 1 de Fevereiro de 1963 e nesta cidade se manteve pouco mais de um mês, sendo atri-

buído como reforço à CPM 418. Nesta situação, foi posteriormente e sucessivamente deslocado para o Lobito, onde permaneceu até final de Março de 1964, e em seguida para Nova Lisboa.

Qualquer das Subunidades citadas, em Luanda, em Cabinda, em S. Salvador ou em Nova Lisboa, na segurança de instalações, no controle de viaturas ou pessoal e em todas as missões específicas de que foram encarregadas e para as quais se encontram especialmente preparadas, demonstrou em elevado grau, eficiência, aprumo, brio, dedicação pelo serviço e excelente espírito corpo, qualidades estas que constituem timbre da Companhia.

Sob um Comando dedicado, com espírito de iniciativa e de bem servir dignos de registo, desenvolveram a Companhia de Polícia Militar 418 e o Pelotão de Polícia Militar 876 uma actividade de elevado mérito que as prestigia bem como às Instituições Militares que serviram em mais de dois anos de permanência na Região Militar de Angola.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 497

Comandante: Capitão de Cavalaria PM *Orlando José Sequeira da Silva*

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 889

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria PM *António José Ferreira de Almeida*

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 890

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria PM *Carlos José da Cruz Santos*

Estas subunidades de Polícia Militar foram mobilizadas pelo Regimento de Lanceiros 2 e desembarcaram em Luanda, a 29 de Julho de 1963 o Pelotão de Polícia Militar 889 e a 20 de Agosto de 1963, a Companhia de Polícia Militar 497 e o Pelotão de Polícia Militar 890.

Durante a sua permanência na Província, a Companhia de Polícia Militar 497 foi reforçada pelo Pelotão de Polícia Militar 890 a quem este

ligou ìntimamente, a sua actividade. Desta forma manteve-se a Companhia reunida em Luanda até Fevereiro de 1965, altura em que destacou os seus pelotões orgânicos para as regiões de Cabinda, São Salvador e Nova Lisboa, onde permaneceram até ao final da comissão de serviço.

O Pelotão de Polícia Militar 889, foi, após a sua chegada à Província, colocado no Campo Militar de Grafanil onde se manteve durante cerca de 7 meses sendo, em seguida, atribuído de reforço à Companhia de Polícia Militar 641.

Todas estas subunidades, dada a sua missão especializada e na qual se revelaram eficientemente preparadas, desenvolveram uma variada e sempre profícua actividade, sendo de destacar não só a realizada em serviços de segurança, incluindo a de colunas que se deslocavam ao Norte da Província, mas também a de controle de viaturas e pessoal.

Demonstrando estas subunidades possuir em elevado grau o sentido da responsabilidade, impuseram-se igualmente pelo valor dos seus efectivos, sendo de assinalar o seu aprumo, correcção e espírito de bem servir.

A Companhia de Polícia Militar 497, o Pelotão de Polícia Militar 889 e o Pelotão de Polícia Militar 890 são por estes factos e pelo esforço de reconhecida utilidade desenvolvido na Província durante mais de dois anos, absolutamente merecedoras da gratidão e do apreço da Região Militar de Angola.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 498

Comandante: Capitão de Cavalaria *José de Oliveira Martins*

Foi mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 e desembarcou em Moçambique a 26 de Agosto de 1963, tendo ficado aquartelada no Esquadrão de Reconhecimento (Dragões) de Lourenço Marques.

Cabia-lhe como missão principal patrulhar intensamente a cidade e bairros indígenas, contribuindo de forma decisiva para a manutenção da ordem e disciplina do pessoal militar fora dos quartéis, e incutindo em toda a população civil com a sua constante presença e justa actuação, tranquilidade e segurança.

Diàriamente, nas suas patrulhas fiscalizava os sistemas de segurança de alguns serviços considerados essenciais, e competia-lhe policiar todos os locais onde se desenrolassem cerimónias militares.

Teve uma actuação de relevo nos festivais militares realizados em Lourenço Marques, levando a cabo, no novo aquartelamento, que em 5 de Março de 1964 lhe foi destinado uma importantíssima obra cultural, enriquecendo-o e valorizando-o de forma notável.

A C. P. M. 498 mereceu sempre de S. Ex.ª o General Comandante da Região Militar elogiosas referências.

Desembarcou em Lisboa em 19 de Setembro de 1965.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 499

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *Mário António de Pádua Valente*
Depois: Capitão de Cavalaria *José do Nascimento Martins*
Depois: Capitão de Cavalaria *Rui Ernesto Freire Lobo da Costa*
Depois: Capitão de Cavalaria *Óscar da Rocha Lima*

Foi mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 e desembarcou na cidade da Beira (Moçambique) em 9 de Setembro de 1963, onde rendeu a C. P. M. 131.

Começou imediatamente a desempenhar as suas funções específicas na cidade e bairros limítrofes, colaborando assim na detecção de possíveis infiltrações de natureza subversiva.

Em fins do mês de Setembro, ficou sem um Pelotão que foi destacado para a cidade de Nampula, sob o comando do Alferes Miliciano José Barroso do Nascimento Serôdio, conservando-se ali até final da sua comissão de serviço.

Em Outubro de 1964, mais duas Secções foram destacadas para os lugares de «Furancungo e Mutarara», comandados respectivamente pelos furriéis milicianos de cav. Nuno Mário da Cunha Figueiredo e Eduardo Veríssimo Vieira de Sousa, com a missão de guardar os aeródromos ali existentes, só regressando em fins do mesmo ano. Teve ainda esta C. P. M. a missão de escoltar comboios com munições e bem assim a guarda a paióis e pontes metálicas, existentes na área do Comando Territorial do Centro.

Terminada a sua comissão de serviço, de forma honrosa, regressou à Metrópole em 31 de Agosto de 1965.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 589

Comandante: Capitão de Cavalaria *António Augusto Chiado Caçote*

Foi mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 e desembarcou em S. Tomé a 3 de Setembro de 1963. Passados três dias encontrava-se desempenhando as suas funções específicas, empenhada não só na sua actividade característica como ainda em serviço de patrulhamento ao interior da Ilha, percorrendo frequentemente itinerários desconhecidos e completamente inutilizados pelas abundantes chuvas que caiem naquela Província, procedendo na maioria dos casos à sua reconstrução.

Desde 5 de Agosto de 1963 se encontrava naquela ilha o Pelotão de Polícia Militar 891, que foi seguidamente integrado nesta C. P. M.

Em todas as circunstâncias a Companhia constituiu uma subunidade merecedora de confiança do C. T. I. S. I. P., a quem prestou serviços dignos de realce.

Terminada a sua comissão de serviço, regressou à Metrópole em 8 de Agosto de 1965.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 590

Comandante: Capitão de Cavalaria *Antero Correia de Araújo*

Foi mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 e desembarcou em Bissau a 4 de Novembro de 1963.

Na sua comissão de dois anos a Companhia desempenhou, especialmente, missões específicas de Polícia Militar, cooperando com o Comando no sentido de fiscalizar o cumprimento das determinações militares. Foi uma missão muito vasta. Duma maneira geral as suas missões poder-se-ão resumir: fiscalização individual e de circulação de elementos militares, ronda permanente da cidade e bairros indígenas, escoltas em toda a ilha de Bissau, policiamento de todos os espectáculos, escoltas a prisioneiros, informações, rusgas, batidas, etc.

Em apoio à autoridade civil a companhia desempenhou um papel importante em consequência do volume da guarnição militar da Província, e da perfeita colaboração com aquelas autoridades. O civil deu à Polícia Militar todo o seu respeito e apreço, uma vez que sabia que a P. M. estava sempre pronta a intervir, independente da hora, no sentido de a proteger e solucionar os problemas de ordem pública re-

lacionados com militares. Devido à perfeita colaboração existente, a P. M. intervinha a todo o momento junto do indígena, normalmente a seu pedido, embora canalizasse os assuntos na totalidade pela parte civil.

É de notar ainda o perfeito entendimento que se conseguiu entre três entidades policiais das Forças Armadas — Exército, Marinha e Força Aérea, o que se conseguiu pelo permanente contacto e intercâmbio das três forças.

Na parte desportiva, a Companhia atingiu elevado nível, porquanto as equipas da P. M. ganharam quase todas as competições desportivas em que tomaram parte, nomeadamente, no campeonato de futebol que se levou a efeito na guarnição de Bissau.

No âmbito da acção psicológica junto das massas nativas a acção da Companhia foi permanente, não só na execução do seu serviço diário, mas ainda pela contribuição dada pela Companhia ao Governo da Província, na parte desportiva, materializada nas comemorações do dia da Mocidade Portuguesa do ano de 1964 e no Curso de Aperfeiçoamento de Professores Primários do ano de 1965.

Regressou à Metrópole em 28 de Outubro de 1965.

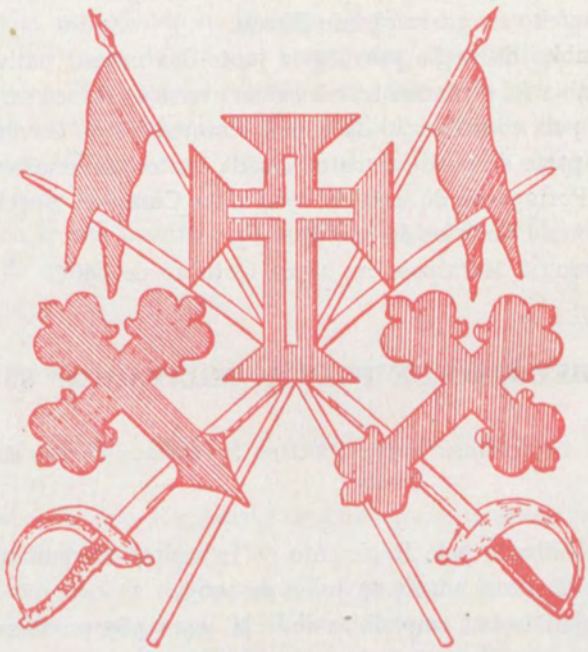
PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 891

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *António do Nascimento Barata*

Foi mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para o C. T. I. de S. Tomé em 23 de Julho de 1963.

Esteve adido às Companhias de P. M. 222 e 589, tendo-as reforçado.

Terminada a sua missão, regressou à Metrópole em 9 de Setembro de 1965.



Viagem a Angola e Moçambique do General Director da Arma

Em 4 de Outubro de 1965, em avião da F. A., partiu de Lisboa com rumo a Angola e Moçambique, Sua Ex.ª o General Director da Arma de Cavalaria, acompanhado pelo autor deste artigo que desempenhava as funções de Director das Instruções da E. P. C.

O avião fez escala em Bissau e essa breve paragem na Guiné, proporcionou um pequeno convívio com alguns oficiais de Cavalaria em serviço no Q. G. daquela Província e ainda um breve contacto com alguns que, motivos de serviços, tinham trazido acidentalmente a Bissau.

Há muito pretendida, por se lhe reconhecer o maior interesse e utilidade sob os mais variados aspectos e porque só através da observação pessoal se podem formular juízos concretos e seguros, só nesta altura Sua Ex.ª o General Director viu realizar-se o seu sonho de longos meses — poder contactar directamente com todos os militares da Arma de Cavalaria, em qualquer sítio em que se encontrassem no cumprimento do honroso e sagrado dever de defenderem a sua Pátria.

Foi possível, assim, no cumprimento de programas elaborados nos Quartéis Generais da RMA e da RMM, visitar todas, ou quase todas as Unidades da Arma até ao nível Esquadrão ou Companhia dentro das suas próprias zonas de acção.

Dentro do curto prazo de que se dispôs, isso só se tornou possível pelo interesse que a F. A. pôs no cumprimento desse programa que exigiu, além dos meios necessários para a sua execução, uma boa resistência física para suportar o viajar contínuo nos mais diferentes meios de transporte o que permitiu cobrir muitos milhares de quilómetros e ultrapassar cem horas de voo.

A chegada a Luanda verificou-se em 5 às 5,15 e, em 6, além das visitas e cumprimentos protocolares iniciaram-se as visitas às Unidades da Arma aquarteladas naquela cidade.

Nos dias seguintes, em aviões de vários tipos, ou por meios rodoviários, foi possível contactar e conviver durante algum tempo com todos aqueles que na realidade se batem e foi possível ainda percorrer em viatura e pràticamente sem qualquer escolta, zonas onde ainda há bem pouco esse acto estava rodeado de certos perigos.

Antes da partida de Angola para Moçambique foi Sua Ex.ª o General Director da Arma convidado para um almoço em que tomaram

Em Angola com os Altos Comandos das Forças Armadas Terrestres e Aéreas

parte o General Comandante Chefe, os Comandantes das Regiões Militar, Aérea e Naval e elementos dos respectivos Quartéis Generais e que serviu de pretexto para um mais estreito convívio.

Em 17 teve lugar a partida para Moçambique e da mesma forma e com uma organização semelhante, nos escassos 13 dias que aí se passaram foi a Província cruzada em todos os sentidos e visitadas todas as áreas de operações.

Em 18, no Hotel Polana reuniram-se num almoço todos os oficiais de Cavalaria que prestam serviço em Lourenço Marques. Foi uma

reunião revestida da maior simplicidade e em que se reavivaram os laços que unem todos os cavaleiros.

A este almoço compareceram também o Ex.mo Brigadeiro Costa Gomes, 2.º Comandante da Região e o Chefe do Estado-Maior Coronel Orlando Barbosa.

No dia 19 pelas 11,30, em Lourenço Marques, na presença do 2.º Comandante da RMM e de todos os oficiais de Cavalaria que fazem

No Aeroporto de Bissau com o Comandante das Forças Terrestres

parte daquela guarnição, foi prestada pública homenagem pelo General Director da Arma a Mousinho de Albuquerque, Patrono da Arma da Cavalaria, junto do monumento que em terras de Além-Mar perpetua o nome e a obra do herói.

A cerimónia consistiu na deposição de um ramo de flores na base do monumento seguida de continência e nesse momento não era apenas o General Director da Arma da Cavalaria que homenageava o seu Patrono, mas toda a Arma da Cavalaria que através do seu General e perfilada na frente do seu filho mais ilustre jurava, na própria terra

S. Ex.ª o General Director da Arma depondo um ramo de flores na base do monumento

que tinha sido teatro das suas façanhas, manter e continuar as suas tradições.

As instalações, os problemas, tudo o que estava bem e era necessário continuar, tudo o que estava deficiente e se tornava necessário remediar, tudo foi mostrado e visto com o maior interesse.

Desde as asperezas, dificuldades e particularidades do terreno em que se têm batido as tropas da Cavalaria, até aos resultados obtidos, material apreendido, tudo foi observado.

É de destacar e ultrapassa o lugar-comum, o poder de adaptação e de improvisação dos nossos soldados, a sua alegria e o seu sentido do humor, a sua sobriedade e a sua simplicidade.

Vimo-los fazer acção psicossocial através do desporto, transmitindo os seus conhecimentos sobre construção, ensinando a nossa língua, dando assistência sanitária, ajudando e ensinando a abrir estradas, prolongando muito para além do âmbito militar a sua acção no Ultramar.

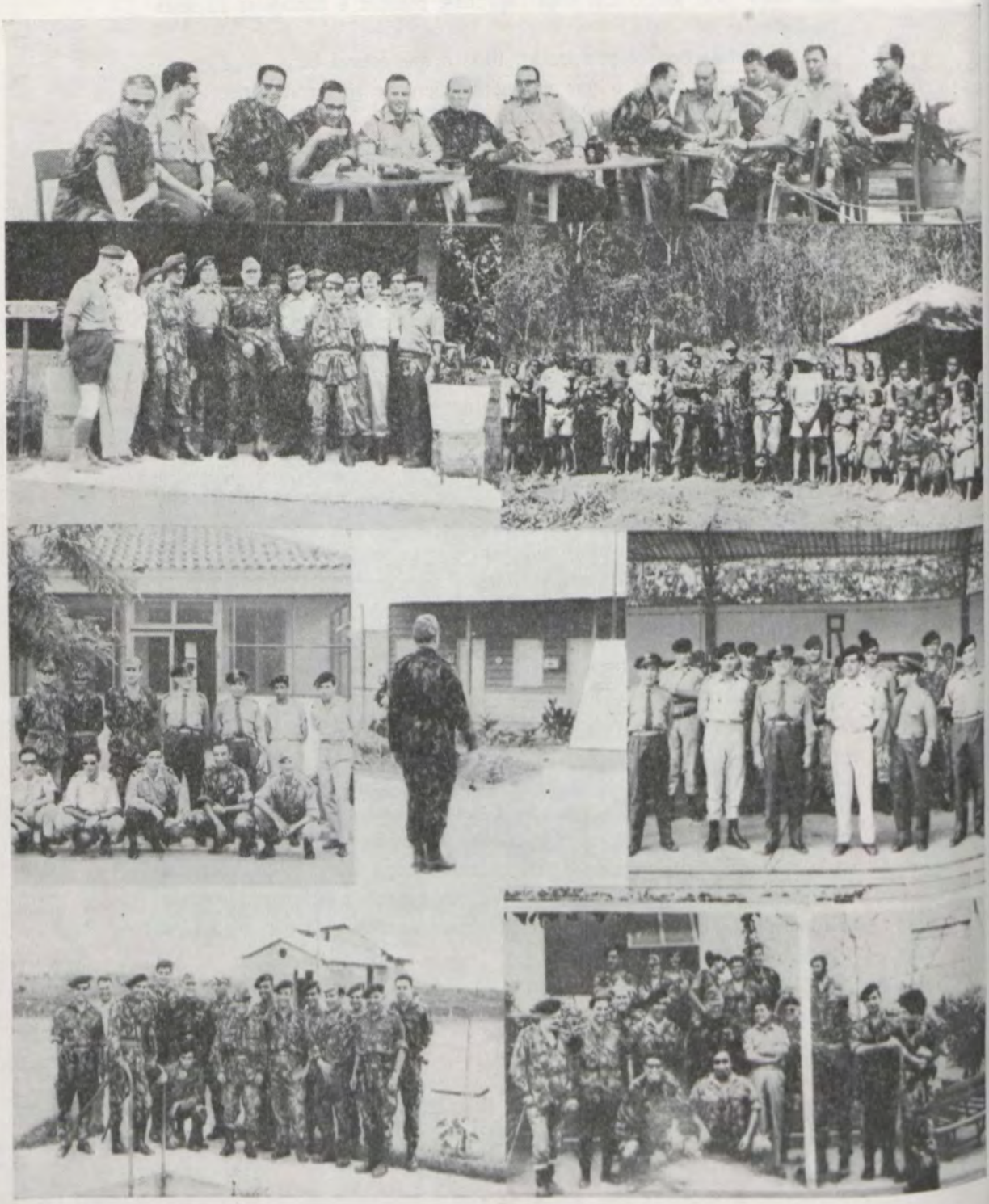
Sua Ex.ª o General Director da Arma teve ocasião de verificar até que ponto tem sido árdua a tarefa de todos os militares da Arma da Cavalaria, do empenho e determinação que em todos se patenteava de fazerem mais e melhor e da sua total devoção à causa que defendemos. É de salientar que, unidades que por motivos de ordem vária viram as suas comissões prolongadas para além dos limites normais aceitaram esse facto como absolutamente natural e sem o menor constrangimento. Este estado de espírito não se improvisa nem se exibe, é uma consequência lógica do espírito, da fé e da consciência que se põe no cumprimento de obrigações que ultrapassam muitas vezes a limitada compreensão dos homens.

A visita do General Director da Arma às Unidades de Cavalaria destacadas no Ultramar foi um incentivo e ao mesmo tempo testemunha de que o responsável pela Cavalaria Portuguesa está permanentemente junto das suas tropas a quem é exigido um maior esforço.

Por outro lado julgo que Sua Ex.ª o General Director da Arma da Cavalaria ficou orgulhoso com o que viu e pode continuar a confiar naqueles a quem compete hoje continuar a escrever, por acções, a epopeia de Mousinho.

Major SEVERO PINTO

Aspectos da viagem do General Director da Arma de Cavalaria a Angola e Moçambique



Formação dos Oficiais de Cavalaria do Q. P.

I — Através da Academia Militar desde 1837 até 1965

Pensamos ter pleno cabimento dentro do critério que tem presidido à elaboração da *Revista da Cavalaria* — procurar tornar-se um verdadeiro repositório das actividades que dizem respeito ou estão intimamente ligados com a Arma — introduzir no seu património alguns dados respeitantes aos princípios e factos mais salientes que têm orientado a formação dos seus oficiais do quadro permanente através do estabelecimento de ensino que tem, hoje, a designação de Academia Militar.

A Academia que foi buscar o seu nome à primitiva Academia Militar dos tempos de D. João IV e à Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e, também, ao facto de nela se inserirem cursos respeitantes à Força Aérea (houve até o desejo, com o que concordamos, de incluir os relacionados com as Forças Navais) é a herdeira da primitiva Escola do Exército, fundada em 1837 por essa notável figura de cavaleiro, militar e estadista que foi o Marquês Sá da Bandeira.

O nosso trabalho encontra-se bastante facilitado pois no número especial que a Revista *Proelium* (Revista Técnica dos Alunos da Escola Militar) publicou em 1937, data da comemoração do 1.º Centenário da fundação, consta um interessante e desenvolvido artigo versando, em parte, o mesmo assunto, até àquela data.

O artigo é da autoria do Ex.mo Sr. General Humberto de Buceta Martins actual Comandante da Academia e que ao tempo era Capitão e Professor da cadeira de Táctica da Arma de Cavalaria.

Limitamo-nos, portanto, a extrair dele os aspectos que julgamos fundamentais ao fim a que nos propusemos e acrescentar-lhe algo sobre

o período de 1937 a 1965 assim como algumas anotações que, em nosso entender, revelam importância.

Quando em 1837, o Marquês Sá da Bandeira, fundou a Escola do Exército viu bem e longe e assim soube escrever: «*ser tempo de instruir os oficiais em condições de eles poderem adquirir conhecimentos capazes de lhes servirem de segura base para desenvolverem na prática das suas honrosas relações de serviço, de tal modo que não sòmente possam corresponder aos deveres de cada posto, nas suas respectivas armas, mas se habilitem dignamente para os principais comandos*».

Este é o critério que nas suas linhas gerais, aliás, ainda hoje obedece qualquer curso superior em relação à respectiva actividade para que prepara.

No entanto, salvo raras excepções, há conhecimentos básicos que só se adquirem na juventude. Com o correr da vida eles aprofundam-se e desenvolvem-se. É por esta razão que em todas as profissões, aos que querem atingir as mais altas hierarquias alicerçadas nessa preparação obtida na juventude, se exige um intenso trabalho individual quer seja ou não filtrado através de concursos, estágios, cursos, congressos, trabalhos publicados, provas prestadas na vida prática, etc.

A Escola do Exército estava pois na sua finalidade, já em 1837, bem modernizada e com ligeiras rectificações, até, em relação aos nossos dias. Infelizmente houve posteriormente alterações a tão esclarecido critério.

Pròpriamente em relação à preparação dos futuros oficiais de Cavalaria, inicialmente e até 1849, esta fazia-se não só na Escola do Exército como, também, no Real Colégio Militar. Havia, portanto, duas fontes de recrutamento. A fusão só se fazia já nas Unidades (como alunos graduados em Alferes). No entanto, para serem definitivamente oficiais necessitavam de dois anos de serviço com boa informação.

É interessante verificar que aos alunos da Escola do Exército era exigido um ano de preparatórios na Escola Politécnica de Lisboa ou na Faculdade de Matemáticas da Universidade de Coimbra. Ainda longe das necessidades técnicas da actualidade que se baseiam nos conhecimentos matemáticos e físico-químicos já, então, havia uma preocupação que nem sempre e por todos tem sido bem compreendida.

O curso de Cavalaria não era diferenciado do da Infantaria e tinha na Escola do Exército a duração de um ano. Os conhecimentos de táctica constavam sòmente duma parte do programa da 1.ª cadeira designada por «Arte Militar e Fortificação Passageira».

Como é óbvio os alunos tinham também instrução de equitação e de esgrima.

Parece-nos de assinalar que é, também, em 1849 que se cria o Depósito Geral onde se deve remontar as origens longínquas da actual Escola Prática de Cavalaria. Em 1851 já os alunos de Cavalaria saídos da Escola do Exército passam por ali a fim de serem examinados. Em 1878 o governo é autorizado a criar a Escola de Cavalaria mas só em 1887 a ideia se concretiza, ainda que duma forma diferente, fundando o Visconde de S. Januário a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria em Mafra. A individualização das Armas arrasta-se mas, em 1890, a Escola é finalmente desdobrada surgindo a E. P. C. em Vila Viçosa onde funcionou até 1901. Em 1902 é transferida para Torres Novas onde se manteve até nova deslocação, em 1957, para Santarém, sua actual localização.

Ainda continuando com o parêntesis ao motivo fundamental deste artigo, se indica que em 1884 foi criada a Inspecção Geral da Arma, embrião donde veio, mais tarde, em 1928, a resultar a actual Direcção da Arma de Cavalaria.

Com a organização de 1863 os cursos de Infantaria e Cavalaria continuam, no aspecto de ensino táctico, sem se individualizarem, no entanto, a sua duração passa a ser de dois anos. O estudo conjunto da táctica era feito na 2.ª cadeira. A parte respeitante à especialização da Cavalaria era sòmente ministrada pelos instrutores para exercícios de Artilharia e Cavalaria.

Só perto de vinte anos depois, em 1881, é que a instrução de Táctica de Cavalaria passou a ficar a cargo dum instrutor privativo da Cavalaria. No entanto, continua a não haver cadeira destinada só ao ensino da Táctica da Arma.

É em 1890 que se individualiza, na 4.ª cadeira, o ensino da Táctica Geral.

Em 1892 há a assinalar que aos alunos de cavalaria, saídos da Escola do Exército, começa a ser exigida a frequência de um ano de serviço na E. P. C. para serem promovidos a Aspirantes a Oficial.

O ano de 1894 é um ano marco na evolução do ensino da Táctica da Arma pois é nele que se inicia verdadeiramente a sua individualização desdobrando-se do conjunto Infantaria-Cavalaria. A Táctica de Cavalaria fica a cargo da 3.ª cadeira com a rubrica «Ensino de Princípios de Táctica e Estratégia, Armamento e Equipamento de Cavalaria, Táctica e Serviços de Cavalaria».

Foi seu primeiro professor o Capitão de Cavalaria Fernando da Costa Maia. Verificamos que embora muito lentamente, período de 1837 a 1894, a instrução de Táctica da Arma, por saltos sucessivos, foi adquirindo personalidade, personalidade que mantém nos nossos dias.

Em 1896 começa a seguir-se o critério que, salvo nos parece com uma única excepção, coloca a Táctica Geral num ano e a Táctica de Cavalaria no ano ou anos seguintes.

Em 1905 foi nomeado professor da cadeira o Capitão de Cavalaria Bento da França.

Em 1908 a cadeira passa a ser regida pelo ilustre Oficial de Cavalaria e escritor que foi Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda.

Em 1911, a seguir à implantação da República, a Escola do Exército passa a designar-se por Escola de Guerra.

Foi, também, neste mesmo ano que passou a reger a cadeira a figura prestigiosa do Capitão de Cavalaria com CEM Júlio Ernesto de Morais Sarmento que mais tarde foi Major General do Exército.

Como consequência da nossa entrada na 1.ª Grande Guerra, em 1916, os cursos vieram a ser reduzidos pràticamente a um ano com dois semestres e deixa de haver a exigência de preparatórios universitários, sendo suficiente a habilitação com o 7.º ano dos liceus.

A matrícula no curso de Cavalaria fazia-se logo no início do 1.º ano mediante uma prova de aptidão equestre.

Findo o curso na Escola de Guerra os alunos iam durante três meses para as Unidades sendo, então, promovidos a Alferes.

Terminada a guerra, a Escola de Guerra, em 1919, passa a ser designada por Escola Militar.

O Curso de Cavalaria veio a ter a duração de três anos. Para a admissão não eram exigidos os preparatórios, no entanto os alunos recebiam na Escola os conhecimentos necessários que em tempos adquiriam nas Faculdades de Ciências.

O ensino de Táctica passou a ser feito na 14.ª cadeira com a duração de dois anos. Foi provido na sua regência o Capitão de Cavalaria Humberto de Buceta Martins.

Em 1926 nova organização da Escola Militar passou a exigir um ano de preparatórios e a 14.ª cadeira passou a designar-se por 15.ª cadeira continuando a regência a pertencer ao mesmo oficial que ali se manteve até 1942 já, então, com o posto de Tenente-Coronel.

A admissão à Cavalaria fazia-se no final do 1.º ano, mediante prova de equitação com a exigência mínima de 14 valores. Se as vagas

eram inferiores aos classificados entrava, para preferência, a classificação geral.

Foi neste período que frequentamos a Escola Militar.

Em 1940 a Escola Militar voltou a denominar-se Escola do Exército. A 15.ª cadeira foi designada por 9.ª cadeira com a rubrica «Elementos de Táctica Geral e de Táctica de Cavalaria».

Os cursos de Cavalaria foram, a nossa modo de ver, inexplicàvelmente reduzidos a 2 anos.

Os preparatórios, com cadeiras em tudo semelhantes às das Faculdades de Ciências, começaram também a ser ministrados na Escola do Exército, no anexo da Amadora. Havia, portanto, recrutamento a partir do 7.º ano e recrutamento com preparatórios tirados nas Universidades. A razão filia-se no motivo de não se obter através daquelas a quantidade de elementos necessários.

A admissão para a Cavalaria fazia-se pela ordem da classificação geral desde que o pretendente obtivesse em equitação a classificação mínima exigida.

Julga-se de assinalar o critério do ensino da Táctica Geral e da Táctica de Cavalaria ser feito na mesma cadeira, critério que já havia sido abandonado no final do século passado.

Em 1942 passou a regência da cadeira para o Capitão do CEM Augusto Casimiro Ferreira Gomes, porém oriundo da Arma de Cavalaria.

Em 1948 passou a regência da cadeira para o autor deste artigo, lugar em que se manteve até à sua partida para fazer serviço em Moçambique nos princípios de 1959.

No período 1940-1959 deram-se variadas mudanças mas todas podem ser incluídas na rubrica pormenores. Omitimos essas mudanças pois iríamos alongar demasiado este artigo, sem em contra-partida revelar particular importância.

Nesta altura, princípios de 1959, é publicado um importante diploma que pretende remodelar e actualizar o ensino.

A estrutura dos cursos é modificada sendo de assinalar a preocupação de lhes introduzir matérias que se afiguram hoje bem importantes à formação dos oficiais.

Entre estas indicamos, para além dos clássicos assuntos profissionais, a parte referente à sociologia, psicologia, pedagogia, arte de comando, etc.

A duração foi determinada em 4 anos, incluindo a matéria dos antigos preparatórios. Voltavam deste modo os cursos à duração que tiveram durante largo período até 1940.

O tirocínio mantinha a duração de um ano lectivo completo e passa a estar mais intimamente ligado ao ensino da Academia Militar, nova designação que foi dada à Escola Militar.

A cadeira passou a ser a 30.ª com a denominação de «Organização, Táctica e Serviços de Cavalaria».

Foi, então, nomeado professor o Major do CEM, oriundo da Arma de Cavalaria Eugénio Carlos Castro Nascimento que ali se manteve até 1960 data da sua partida para Macau.

Foi seguidamente nomeado, após provas públicas, o Major do CEM oriundo da Arma de Cavalaria José João Henriques de Avellar.

Como consequência do momento actual algumas alterações têm sido introduzidas na orgânica do curso e até a muitos dos aspectos encarados na organização de 1959 não têm sido dado corpo. No entanto, a 30.ª cadeira mantém-se, nas suas linhas gerais, com as características que lhe foram marcadas por aquela organização.

Porém, como é lógico, o assunto guerra subversiva passou a ter parte relevante no seu programa.

Sintetisando ainda mais o que se acaba de expor e apresentando cronològicamente os aspectos fundamentais da evolução:

1837 — Fundação da Escola do Exército.
— Curso de Cavalaria de um ano
— Exigência de um ano de preparatórios
— Ensino da Táctica Geral e das Armas constituindo uma parte da 1.ª cadeira.

1849 — A Escola do Exército única origem de Oficiais de Cavalaria.
— Criado o Depósito Geral embrião da futura E. P. C.

1863 — Curso de Cavalaria passa à duração de dois anos.

1881 — Passa a haver um instrutor privativo da Cavalaria.

1884 — Criada a Inspecção-Geral da Arma de Cavalaria embrião da futura D. A. C.

1887 — Criada a E. P. de Infantaria e Cavalaria em Mafra.

1890 — Criada a E. P. C. em Vila Viçosa.

1894 — Criada a 3.ª cadeira separando-se o ensino de Táctica de Infantaria do da Cavalaria.
— Nomeado o primeiro professor.

1902 — A E. P. C. é transferida para Torres Novas.

1911 — A Escola do Exército passa a designar-se por Escola de Guerra.

1916 — Cursos de Cavalaria reduzidos a um ano de dois semestres escolares.
— Deixa de exigir-se preparatórios.
1919 — A Escola de Guerra passa a designar-se por Escola Militar.
— Curso de Cavalaria de três anos (sem preparatórios).
— Ensino de Táctica da Arma em dois anos.
1926 — Volta a exigir-se preparatórios.
1928 — Criação da D. A. C.
1940 — A Escola Militar volta a designar-se por Escola do Exército.
— Continuam a existir preparatórios embora pudessem ser também frequentados no anexo da E. E. na Amadora.
— Curso de Cavalaria reduzido a dois anos.
— Ensino da Táctica Geral e Táctica da Arma num ano e na mesma cadeira.
1957 — A E. P. C. é transferida para Santarém.
1959 — A Escola Militar passa a designar-se por Academia Militar.
— Curso de Cavalaria de quatro anos com preparatórios incluídos.
Posteriormente — Várias alterações tendentes a diminuir a duração do curso embora com carácter provisório.
— Desenvolvimento dado ao ensino sobre assuntos de guerra subversiva.

Parece-nos que não revela interesse de maior e iríamos alongar demasiadamente este artigo se lhe inseríssemos todo o pormenor referente aos programas das cadeiras que tratavam do ensino da Táctica da Arma. No entanto, já o mesmo não pensamos se nos limitarmos a dar uma ideia geral da evolução das doutrinas de emprego Táctico da Arma que nas suas linhas gerais vieram a presidir à elaboração dos programas.

Sem pretendermos de modo algum fazer História da Arma entre nós, pensamos que podemos bem distinguir quatro épocas desde a fundação da Escola em 1837.

Salvo excepções que não foram felizes, inicialmente os elementos de cavalaria, dentro das suas tradicionais missões, eram instruídos a actuar ofensivamente a cavalo e à arma branca. Só para acções defensivas se apeava e utilizava as armas de fogo.

Imperavam ainda em toda a sua plenitude os pensamentos de Frederico II que, mais tarde, Napoleão aperfeiçoaria e daria toda a sua

eficiência. Assim, quase se passa, apesar dos ensinamentos da guerra de 1870, até aos princípios da 1.ª Grande Guerra.

A 2.ª fase começa com o aparecimento do elemento motorizado e a Cavalaria torna-se, em breve período, uma Arma hipo-motomecanizada, forma com que atinge, entre nós, o início da 2.ª Grande Guerra.

A 3.ª fase é nìtidamente uma fase de franca progressão no sentido da motorização e mecanização acabando-se com as Unidades a cavalo.

A 4.ª fase, e referimo-nos sòmente à nossa Cavalaria, começa com as operações nas Províncias Ultramarinas, já nos nossos dias. Nesta fase, a Cavalaria mantém todos os tipos da 3.ª fase mas vê-se acrescentada com Unidades tipo atiradores destinados a actuar no Ultramar. Temos, portanto, Unidades motorizadas e blindadas de reconhecimento, Unidades blindadas de carros e Unidades a pé e motorizadas de atiradores com organização comum também as Armas de Infantaria e Artilharia.

É dentro deste quadro e, repetimos, também dentro das tradicionais missões da Arma, agora acrescidas das missões que surgem em guerra subversiva, que os programas da cadeira da Táctica de Cavalaria foram evoluindo.

Os métodos de ensino acompanhando e, até, por vezes precedendo o que se passa em outras Escolas Superiores foram-se aperfeiçoando e sem perderem, porque ele também é bem necessário, o aspecto teórico e especulativo preparando o espírito a novos e justificados rumos completa-se, cada vez mais, com uma intensificação prática do ensino muitas vezes mais limitada pelas possibilidades que pelos desejos de quem instrui.

II — **Considerações Gerais**

A completar o que se tem exposto parece-nos aconselhável fazer ressaltar algumas ideias e até comentar outras. Desde que presida à sua elaboração, como não podia deixar de ser, o desejo de melhorar, cremos que, por mais divergentes que sejam as opiniões, há sempre vantagem em as apresentar quanto mais não seja para que outros que sobre o mesmo assunto se debruçam algo possam encontrar de aproveitável ou, até, chegarem a outras conclusões mais razoáveis provenientes duma mais clara visão do problema.

A este propósito não queremos deixar de indicar e prestar a nossa homenagem aos interessantes e úteis artigos publicados na *Revista Mi-*

litar pelo Coronel do CEM Gromicho Boavida. Há neles matéria de profundo estudo e conclusões que bem merecem a nossa reflexão.

Parece-nos fundamental assinalar que a finalidade marcada pelo Marquês Sá da Bandeira para uma Escola de formação de Oficiais do quadro permanente, e friza-se não só de subalternos, que se transcreveu no início do artigo, mantém a sua actualidade com ligeiras rectificações provenientes de cursos que foram posteriormente criados para serem frequentados pelos Oficiais.

Abandonar tal critério só para fazer face a necessidades momentâneas não se torna, em regra, compensador pois os efeitos perniciosos fazem-se depois sentir durante largo período e dificilmente podem ser compensados. Em Organização Militar, aliás como nas outras, não se pode viver o dia a dia. O presente pode ser imperativo mas nada absolutamente nada nos garante que o futuro não o seja ainda mais.

Compreendem-se, no entanto, certas adaptações a momentos especiais mas sem perder de vista a ideia directriz que se vem apontando.

O critério de haver preparatórios frequentados numa Universidade também pensamos que é bastante aconselhável por diversas razões entre as quais destacamos a de estabelecer entre os vários alunos destinados aos diversos estabelecimentos de ensino superior uma convivência que, regra geral, se torna frutuosa para o futuro da actividade profissional do Oficial em benefício do próprio Exército. Também representa uma selecção natural bem aproveitável. Infelizmente, face ao número avultado de vagas e a certas facilidades nas profissões civis, temos de reconhecer que a Universidade não representa hoje fonte de recrutamento quantitativamente suficiente.

Não deixaremos, porém, a título de esboço, de dizer que quanto maior é o potencial material militar duma Nação maior é a exigência da preparação moral, física, técnica e táctica que se deve exigir do núcleo que representa a parte estável das forças militares. Isto nos conduz a olhar, por vezes, o problema mais no aspecto qualitativo do que quantitativo dessa parte estável ou seja do quadro permanente, muito particularmente daqueles que representam a fonte de recrutamento dos postos superiores.

O valor real da força armada, diz Manzoni «reside hoje mais do que nunca, na perfeita preparação dos elementos destinados a enquadrar a massa combatente, elementos que devem constituir não uma casta, como sucedia no passado, mas uma verdadeira aristocracia».

Em relação à duração do curso, contando nele a matéria dos antigos preparatórios, o tempo mínimo aceitável de duração computamo-lo

em quatro anos. Assim sucedeu e com bons resultados durante largo período (embora nessa altura os preparatórios fossem frequentados na Universidade). Uma diminuição de duração do curso julgamos que traz mais vantagens aparentes do que reais.

Na verdade, ganham-se alguns elementos no primeiro ano em que se adopta o sistema de encurtamento do curso, mas nos anos seguintes a quantidade continua a ser a mesma com a agravante da preparação baixar em relação a todos os outros cursos.

O paralelismo com o que se passa em Escolas estrangeiras tem de ser feito com muito cuidado pois, às vezes, julga-se que são cursos de menor duração mas se entrarmos em consideração com os preparatórios assim não se verifica.

Ainda neste aspecto se indica, também, que há que entrar em linha de conta com o grau de instrução que posteriormente, à frequência da Escola ou Academia, se recebe nas Escolas Práticas e Unidades ou em outros órgãos de ensino.

Argumenta-se, por vezes, com motivos de carácter moral em relação à duração do curso porque colocaria o aluno da Academia em situação de ir para campanha mais tarde que o Oficial miliciano.

Não sentimos o problema do mesmo modo pelos motivos que exporemos seguidamente tomando como base os casos normais.

Um aluno acaba o 7.º ano por volta dos 17 anos. Admitido à Academia, com curso de 4 anos, vai aos 21 para o tirocínio e aos 22 está pronto a ser mobilizado.

Um aluno que acabe o 7.º ano aos 17 anos e que se destine a cursos civis, conforme a duração deste, estará pronto a ingressar no curso de Oficiais milicianos entre os 21 e 23 anos. Com a frequência do curso, tempo de instrução na Unidade, etc., será entre os 22 e 24 ou mais tarde que está em condições de ser mobilizado.

Não há, portanto, para os casos normais diferença favorável ao elemento militar do Q. P.

Admitimos sim que, quer para uns quer para outros, haja diferenças nos alunos que não são estudantes regulares.

Aliás o facto no aspecto que estamos tratando é bastante mais frizante em relação aos diversos ramos dos cursos de Engenharia e não nos consta que se pense no encurtamento do curso. Vamos até mais longe e à semelhança do que se passa em vários Exércitos estrangeiros admitimos que nem todos que se destinam à Engenharia (civil, mecânica) e às Transmissões (electrónica) têm necessidade de cursos tão longos.

Pensamos que tendo em conta a verdadeira finalidade do ensino numa Escola ou Academia Militar o número de alunos não é função das necessidades que se tem de subalternos ou mesmo de capitães. Em períodos de emergência a grande, a enormíssima percentagem destes saem dos cursos de Oficiais milicianos, ou já dos Oficiais milicianos que prestaram provas aceitáveis e desejam continuar a carreira das Armas. Temos em mente ao abordar este assunto a existência dum quadro especial de Oficiais milicianos mas não formados através da Academia Militar.

Um critério diferente traz problemas ao ensino da Academia, aos próprios alunos já de idade mais avançada por vezes com brilhantes folhas de serviço mas que estão desadaptados ao estudo de certas matérias.

Esses problemas normalmente não podem ser resolvidos duma forma satisfatória conduzindo até a soluções que não dignificam nem a Academia nem os alunos ou, então, a uma demasiada diversificação de cursos. Há, ainda, a indicar que, no futuro, surgem problemas relacionados com a idade, pois muitos provàvelmente se verão envelhecer em postos relativamente subalternos, nos quais a juventude é factor essencial de bom rendimento.

Têm variado as condições do concurso à Escola ou Academia. Desde longa data que se exigem provas de carácter físico e intelectual. O critério tem-se mantido nas suas linhas gerais. No entanto, por variadas e discutidas razões tem havido modificações no grau de exigência dessas provas. Pensamos que o assunto merece um estudo muito atento pois a diminuição do grau de exigência, compreensível em certas épocas, tem certos limites que inclusivé se relacionam com o factor económico. Um aluno, com as regalias de que hoje desfruta, não é um elemento barato. Deste modo, a admissão demasiadamente folgada conduz, mais tarde, ou a um número avultado de eliminações ou a uma bitola de classificação talvez em excesso benevolente.

A reforma de 1959 encara, também, a realização de provas psicotécnicas. É um tipo de provas hoje corrente em muitas profissões e até já existe, entre nós, um órgão especializado. Parece-nos que um esforço sério e rápido devia ser feito nesse sentido não só em relação à admissão como até à distribuição dos alunos por Armas e Serviços.

Somos partidários da existência do ensino da Táctica em cadeiras separadas, uma para a Táctica Geral e outra para a Táctica de Cavalaria. Aliás é este o critério actualmente adoptado.

Um modo de ver diferente também tem os seus adeptos e alguns argumentos de que se servem são de ponderar.

No entanto, a uniformização do ensino da Táctica Geral parece-nos essencial. Somos testemunho, apesar de toda a boa vontade que os diversos professores ponham no assunto, que só com o mesmo professor se consegue a uniformidade desejada.

A evolução é sempre, como disse Spencer, um caminhar do simples para o complexo. Assim se tem passado também com a preparação do oficial de Cavalaria. A variedade de tipos de Unidades e de materiais e modalidade de emprego (Reconhecimento, Carros, Atiradores; Guerra dos tipos clássica, atómica, subversiva, etc.) mais hoje do que nos tempos em que fomos alunos, justifica o ensino da cadeira de Táctica de Cavalaria com a duração de dois anos.

Outro aspecto essencial reside na existência do tirocínio, seu tempo de duração e íntima ligação que deve existir entre a Academia Militar e a Escola Prática.

O tirocínio é imprescindível; um ano lectivo completo é o tempo razoável.

A ligação A. M. e E. P., que felizmente já se faz, justifica-se a fim de evitar repetições escusadas de ensino de matérias e fazer da E. P. verdadeiramente aquilo que o seu nome tão a propósito e bem indica.

O actual sistema, que aliás já vem de longa data, de um professor, um adjunto e um instrutor, nos parece também acertado. Pensamos, no entanto, que no aspecto de ensino Táctico da Arma, o instrutor deve estar dependente do professor da cadeira e não do comandante do Corpo de Alunos.

No caso, que tem variado com os tempos, dos alunos serem cadetes ou aspirantes, inclinamo-nos para a solução de cadetes. O que é necessário, e na actualidade assim se verifica, é que as condições económicas e outras regalias, que também são factores a atender, sejam satisfatórias.

Também apontamos que continua a parecer-nos que a articulação do ensino da cadeira é a preconizável: aulas teóricas, trabalhos práticos e de aplicação e instrução de ITC. A experiência pensamos que bem tem demonstrado a sua eficiência e bom será não a pôr de parte.

Desde 1837 que a Escola do Exército, hoje Academia Militar, se mantém no palácio da Bemposta e seus terrenos anexos do Gomes Freire. Em 1940 foi criado o anexo da Amadora e que ainda hoje funciona.

É natural que, em 1837 e talvez mesmo em largo período, a sua localização se justificasse. Com o alargamento da parte principal da

cidade a verdade é que já há longos anos a Academia tem uma localização que se é cómoda sobre certos aspectos é inteiramente prejudicial ao seu ensino (terrenos para exercícios cada vez mais distantes, demasiado e quotidiano contacto dos alunos e até dos Oficiais com a cidade, etc.).

O desdobramento da Academia, Gomes Freire e Amadora, não é aconselhável pois acarreta muitos problemas no funcionamento dos cursos, exige maior percentagem de pessoal e é uma solução que parecendo, até certo ponto, barata, pensamos que nada tem de económica.

É natural que tenham havido vários projectos sobre uma nova Escola ou Academia. Desconhecemos a sua existência e por isso vamos limitar as nossas referências a um no qual colaboramos.

Pensou-se em levar a Escola toda para a Amadora e chegou-se em princípio a escolher o terreno. Posteriormente com a ideia de juntar na Academia os três ramos das Forças Armadas a tendência foi levá-la para a região do Alfeite onde já existia a Escola Naval. Chegou até a ser publicado um decreto-lei que alargava a zona de protecção da Escola Naval de modo a deixar a Academia com mais terrenos e mais liberta da zona habitacional. Segundo o nosso parecer infelizmente a ideia não foi por diante, por razões que não interessam agora particularizar, e voltou-se ao conceito duma Academia para as forças terrestres e aéreas.

Feitos vários reconhecimentos pareceu que a região da baixa do Sabugo junto à Granja do Marquês reunia senão todas as condições pelo menos um somatório delas que a tornavam aconselhável. Campo de aviação próximo (necessidade da Força Aérea), local salubre, relativamente perto de Lisboa e bem servido por vias de comunicação (duas estradas e uma via férrea), certa majestade de implantação pois projectava-se sobre a Serra de Sintra, área vasta sem grandes exigências de trabalhos de movimentação de terras, terrenos de preços relativamente reduzidos pràticamente quase sem expropriações dispendiosas de edifícios, e proximidade de terrenos para exercícios com características diversas, proximidade da carreira de tiro da Carregueira, etc.

Deve-se a Sua Ex.ª o Ministro de então e ao Comandante da Academia Brigadeiro Ermício Teixeira Pinto o accionamento dos primeiros trabalhos de planificação. Fez-se até um ante-projecto elaborado por uma comissão mista englobando engenheiros, arquitectos, professores, Oficiais do Corpo de Alunos, etc., etc.

Sem entrar em pormenores, indica-se que esse estudo nos pareceu bastante aceitável até tomando como padrão instalações para uma Aca-

demia actualizada e contando com largo coeficiente de segurança em relação a exigências que o futuro por certo viria a revelar.

Também pensamos que mesmo mantendo o palácio da Bemposta que bem pode ser utilizado por certos órgãos militares, a venda, se necessária e possível, dos restantes terrenos, numa zona tão valorizada dava mais que folgadamente para a construção duma Academia a que nos afoitamos a designar de modelo mesmo em relação às Academias estrangeiras melhores apetrechadas.

A ideia parece que morreu, a separação manteve-se e, com o aumento do recrutamento, posteriormente foram feitas bastantes obras quer no Gomes Freire quer na Amadora. Estes melhoramentos, que visto para o momento, representam um enorme esforço e têm por certo várias vantagens e não são de pôr de parte no futuro seja qual for o destino que seja dado às instalações especialmente às da Amadora tem, no entanto, segundo o nosso entender, um senão: quanto mais se gastar em dois locais diferentes (especialmente no Gomes Freire) menores são as possibilidades em gastar só num e pensamos que a reunião da Academia em um só local de instalação é medida que tem que acabar por ser decidida, embora reconheçamos não ser este momento o mais indicado.

Por último desejamos prestar a nossa mais sincera homenagem àqueles que foram nosso professor, professor adjunto e instrutor.

A nossa actual situação liberta-nos de qualquer falsa interpretação de lisonja. Na verdade, tivemos a sorte de dispor de um núcleo competentíssimo, que mùtuamente se completavam e que tudo fez para nos transmitir os seus vastos conhecimentos teóricos, práticos, de formação moral típica da Arma e de contacto humano. Se felizmente o professor ainda existe e até, continua na Academia em lugar cimeiro, o professor adjunto capitão de Cavalaria com o CEM Ângelo de Aguiar Ferreira e o instrutor capitão de Cavalaria João Azinhais de Melo já não pertencem ao rol dos vivos, mas continuam bem vivos nos Anais da Academia e na memória daqueles que tiveram a sorte e a honra de serem seus instruendos.

Coronel RAÚL RAMOS

O ESPÍRITO CAVALEIRO

E OS TEMPOS ACTUAIS

Foi-me suscitado este tema numa conversa havida entre Oficiais de Cavalaria, na maioria Capitães.

O Capitão — Capitis — é sempre um personagem central em qualquer equipa. Nesta, na do Exército, detém o fervor dos tempos de Alferes e já experimentou a difícil missão de comandar, isto é de decidir tendo em conta as inúmeras pendências que ocorrem nos problemas humanos, agravadas nas fileiras das Forças Armadas quando o dever quase não tem limites.

Particularmente nesta guerra, o Capitão ganha as palmas de verdadeiro chefe pelas tarefas que lhe são dadas, quantas vezes independentes, entregues ao seu engenho e capacidade, que lhe exigem que seja mais do que nunca um elemento catalizador de toda a energia potencial existente nas fileiras, condutor firme das gentes de armas, agente de correcção, para mais ou menos, da vitalidade daquele pedaço de grei que lhe foi entregue para servir «toda a grei».

Ouvir os Capitães (é ocioso afirmar-se que é preciso saber ouvir) é pois auscultar anseios, medir a tensão do entusiasmo, da determinação e da integração no ambiente existente, «fazer o ponto» para se saber se há que corrigir o rumo ou afirmar-se a mão no leme embora informando que a rota vai certa porque conduz a tal porto de abrigo ou de destino, mais conveniente para a campanha em curso.

Portanto ouvir Capitães tem hoje ainda mais interesse, desde que a audiência traga troca de ideias e de conceitos, quando se realize o diálogo como soe dizer-se. Ou nós não fôssemos os directos descendentes daqueles que formaram a tal «Távola Redonda» exemplo vivo a ter presente na mente de quem sabe ouvir para bem decidir.

*

Existe o espírito cavaleiro nos tempos actuais?

É esse espírito tão activo e tão potente como nos tempos antigos?

Ou é apenas apanágio de uns tantos fervorosos, ardentes e firmes adeptos de uma lei, uma regra, de uma instituição que não tem cabimento no tempo presente por falta de gente para o manter ou de oxigénio para o alimentar?

Foi este, em essência, o tema abordado na tal conversa.

Vejamos. O espírito cavaleiro oriundo essencialmente da Instituição da Cavalaria, existe e mantém-se na Arma de Cavalaria — a sua mais firme e permanente descendência — por força das «tradições», e das «missões» sempre renovadas, que esta Arma tem recebido através dos tempos.

«Tradições», força espiritual de extraordinário valor, arregimenta os homens ao que tem sido a Cavalaria em qualquer lugar ou momento, caldeia-os neste cadinho escaldante de valores onde se tempera o espírito e se enforma a alma que é a História, mestra de homens, compêndio de virtudes, escaninho de riqueza das Nações.

É de tal modo assim que, dizer-se que tal é ou tem espírito cavaleiro, é o mesmo que dizer que ele possui e alimenta um certo estado de espírito valoroso e ardente, fervoroso e tenaz, firme e persistente na defesa de ideais dos mais nobres na estirpe humana.

«Missões», quadro de vida, esquema de actividades, esqueleto de estruturas, define e exige características e qualificações que canaliza e impulsiona os homens e os grupos a realizar o que se impõe e lhes é exigido pelo momento ou pelo lugar.

De bom aviso é considerar — todo o Chefe o sabe — que as missões só se tornam o agente impulsionador e vivaz da actividade que determina, quanto estão de acordo com os meios que se dispõe, entre os quais avulta a natureza e preparação anímica dos elementos que afecta, natureza e preparação que as tradições fortalecem.

*

Devemos assinalar, antes de continuarmos, que estamos tratando do espírito cavaleiro apenas na Arma de Cavalaria, da sua existência e actualidade nos tempos presentes.

Não cabe aqui, tornaria muito pesado este bosquejo de ideias, tratarmos do espírito cavaleiro na sua expressão total, atingindo qualquer mortal civil ou militar de outro sector que não a Cavalaria.

Podemos assim afirmar que espírito cavaleiro não é apanágio apenas daqueles que algum dia «usaram espadas na gola da farda», alguns

destes há, infelizmente, que de cavaleiros têm muito pouco e dos outros, civis ou militares de outro sector, encontramos o mais lídimo espírito de adopção do Grémio da Cavalaria.

*

Na Cavalaria, podemos dizer, procura-se manter — é tradição — o mais puro sentimento humano e por ele, o mais decantado espírito militar.

Utiliza, suscita, desenvolve e apura os nobres sentimentos do homem na sua versão integral do complexo físico, moral, mental e anímico que é o «Homo Sapiens».

Não há vigor ou sector da capacidade humana que a Cavalaria não use (e por vezes se abuse — o esqueleto e o instinto de conservação que o digam).

Vigor e resistência física, elasticidade de músculos e articulações, prontidão de reflexos, frescura de humores, sangue vivo e forte a correr nas veias, mesmo quando o momento é de impedir que o sangue corra.

Moral atenta, pronta, potente para dominar primeiro, o próprio indivíduo que se opõe e, quantas vezes, se revolta no seu íntimo, contra a rudeza ou perigo da tarefa e depois deste combate que tem de ser tão rápido quanto enérgico, há que enfrentar a vontade fortemente servida do bucéfalo ou a dificuldade e complexidade da máquina que nos serve, e por fim a missão sempre diferente, sempre nova, em ambiente quase sempre desconhecido, que obriga a atentar em tudo quanto nos rodeia e ser tão prudente em julgar cada caso como audacioso quando o momento é de aproveitar uma oportunidade que não se deve perder, embora o risco não seja de desprezar.

Mente flexível, esclarecida, apta e capaz a julgar de pronto, sem se impressionar com os somenos de todos os problemas.

Viver é agir, agir é decidir, decidir é também arriscar, é o seu lema.

Não há problema humano, técnico ou castrense a que ele não esteja atento mas também não há problema esquecido ou demorado.

Espírito, alma, iluminada e enriquecida sempre no mais puro ideal.

O bem e o belo, é a sua legenda embora não anunciada em gritos de voz ou de tinta, embora não anunciada nos códigos correntes, mas existente e vincada nas ideias, nos gestos, nos actos dos cavaleiros. A irradiante camaradagem; o espírito de sacrifício fácil; a ideia de grupo a apelar sempre; a atitude firme na presença física, na exposição das ideias, no critério de vida; o interesse pelos problemas dos outros, so-

bretudo dos seus servidores; a alegria na missão difícil; a prontidão na execução dos encargos; a confiança conquistada em todos os Chefes, sobretudo em momentos de crise; a conquista dos jovens e dos pequenos, são tudo sinais certos do seu valor.

*

Tudo isto, que é apenas um correr da pena, é o que usa e exige a Cavalaria aos seus servidores.

É tradição ser-se assim, é tradição fazer-se assim, e quem o não é ou não o faz não é digno de «comandar a tempestade da Cavalaria» no dizer dos antigos, não pode outorgar-se o direito ao título nobre de Cavaleiro. São ainda as missões da Cavalaria semelhantes ontem como hoje, como amanhã em qualquer quadro de guerra convencional, atómica ou subversiva que permitem guardar e manter aquele espírito que hoje alguns julgam desactualizado ou inoperante, mas é tão activo e potente como nos tempos antigos.

*

Vejamos nesta guerra, o combate que se faz.

Dispositivos fluídos, descentralização de acção embora centralizada no plano geral, ampla iniciativa, informações dispersas e imprecisas, inimigo fugidio e incerto.

É combate em estilo mais próximo de qual a arma na guerra convencional? Infantaria? Artilharia? Engenharia?

Quanto a nós, é o combate mais aproximado da cavalaria em operações de reconhecimento, afinal o combate mais cavaleiro nas missões actuais. A pé, a cavalo ou auto-transportado, são as características das missões e o seu desempenho e não o meio de locomoção que definem uma arma.

E o comportamento das tropas de cavalaria nas campanhas no Ultramar?

Não tem decorrido de acordo com as suas tradições da Arma?

Não têm sido eles, na sua grande maioria elementos prestáveis, desejados, sempre prontos e aptos às missões difíceis, enfrentando-as com aquela maneira simples, activa, galharda, potente, decisiva que o caso requer?

É isto produto de valores individuais, ou de uma escola existente mercê duma regra, duma lei conhecida e divulgada, amada e servida por quem algum dia mereceu entrar no Grémio da Cavalaria?

Não são as tradições vividas pela maioria, duma ou doutra maneira, agindo contra a poluição dos ambientes e a desagregação das ideias e dos ideais?

Não são as missões, que facultam a aplicação das características válidas e valiosas da Cavalaria?

Então são só valores individuais embora o indivíduo seja o esteio e a base de tudo, ou é a escola, a regra, a lei que o ajuda a melhor afirmar-se, a distinguir-se, a construir-se, a realizar-se, enfim, como hoje é costume dizer-se?

Julgo que não podemos ter dúvidas.

Existem é certo, valores individuais do mais alto escalão, mas sabe-se bem que o indivíduo precisa de meio ambiente, do oxigénio da compreensão, do interesse e do estímulo e esse é dado pelo meio da Cavalaria que, apesar de tudo, ainda mantém o valor das tradições belas, nobres, elevadas.

*

Ainda há pouco, ao estudar a Divisão ROAD, verifiquei que o conceito que lhe deu origem e a estrutura com que foi dotada, foram inspiradas não só nas missões exigidas pelas características da guerra moderna, como pela versatilidade já anteriormente alcançada pela Divisão Blindada que guardou da cavalaria a flexibilidade e a aptidão para se adaptar a qualquer situação, e ainda que os comandantes das unidades e subunidades dessa mesma Divisão (ROAD) tinham que estar aptos a utilizar uma ampla inciativa dentro da ideia directiva do Comando como é de tradição da Cavalaria.

Agora como antigamente, o cavaleiro é apto a combater em riba de qualquer móvel, animal, terrestre ou aéreo, ou mesmo «pé em terra», a manejar bocas de fogo de maior ou menor calibre, a utilizar outros engenhos de combate, demonstrando a sua permanente versatilidade originada pela diversidade e mutação das suas missões normais e habituais, diversão e mutação ocorrida no tempo, no local, nos meios ou nos processos.

*

Embora a traços largos julgo que, tendo dado audiência no momento aos capitães na conversa que tivemos, fiz diálogo ao meditar sobre os pontos que me propuseram, trazendo aqui o meu depoimento.

É esta pois a minha resposta, em que mais uma vez afirmo a minha fé em que o espírito cavaleiro na sua expressão mais larga existirá sempre enquanto houver um homem que tenha alma, pois sendo ele firmemente e amplamente humano na sua essência — as suas tradições de humanismo cristão dão-lhe o carácter, e as missões permitem-lhe a aplicação de tais valores — e servindo tal espírito a Grei pela integração total, útil e eficiente em qualquer quadro de guerra ou de paz, haverá sempre lugar para o espírito cavaleiro servir e lustrar.

Seja quando um, um Cavaleiro, praça, sargento ou oficial, seja qual for o seu posto, soldado, cabo, furriel, alferes, capitão, coronel ou general, constitua-se exemplo vivo das virtudes e valores que a Cavalaria detém, instituição viva e activa através dos tempos, e não há que temer quanto à actualidade da Cavalaria, pois os Povos, as Nações precisam de Homens e Instituições em qualquer época da História e os Cavaleiros e a Cavalaria, porque essencialmente e activamente humanos, eficientes e valorosos, valem seja onde for e para o que for.

Coronel MIRANDA DIAS

Todo o HOMEM que viveu tem sempre alguma coisa que contar da observação da Vida e das suas experiências passadas. Pouco, muito, bem ou mal, é conforme cada um; aquele que dá tudo o que tem a mais não é obrigado; mas todos devem, por honra própria, oferecer o que têm com sinceridade e discrição.

ANIVERSÁRIO DO FEITO DE CHAIMITE

Decorreu no dia 28 de Dezembro passado o 70.º Aniversário do Feito de Chaimite. Quis este ano, o Quartel General da RMM dar às comemorações alusivas àquela acção um maior brilhantismo, para o que fez deslocar ao local o Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques, integrado de todas as suas viaturas.

Chaimite fica localizado a 250 km de Lourenço Marques e a cerca de 30 km da Vila do Chibuto numa plana imensa, que se apoia no rio Limpopo.

As autoridades e a população do Chibuto atribuem tanta importância a esta data, 28 de Dezembro, que a realçaram com a classificação de DIA DA VILA.

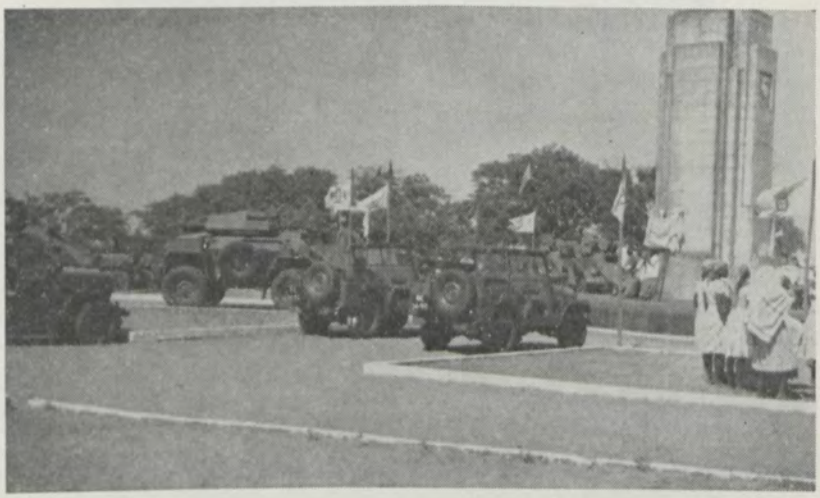
Um pelotão apeado da Unidade Militar aquartelada nesta povoação e integrado no Esquadrão, deu ainda mais amplitude às cerimónias que ali se realizaram.

Na noite de 27 para 28 foi ininterrupto o soar dos tantans, que anunciavam festa para o dia seguinte. Com efeito, a partir das 4 da manhã, de todas as picadas que convergiam no local onde o Esquadrão se encontrava bivacado, cerca do Monumento, centenas, se não milhares de indivíduos começavam a concentrar-se, escolhendo os poucos locais de sombra, para assistirem às cerimónias que se iniciariam às 10 horas. A população do Chibuto deslocou-se igualmente nos meios de transporte mais variados, apresentando o local, pouco antes da hora marcada para o início das cerimónias, um aspecto extraordinàriamente festivo com muito povo, as viaturas do Esquadrão envolvendo o Monumento e as flâmulas e guiões oscilando no cimo dos mastros ao sopro cálido de uma aragem tórrida.

Um pouco antes das 10 horas o Esquadrão estava formado para prestar as honras da ordenança ao representante do Ex.mo Comandante da Região bem como ao içar da Bandeira.

À hora marcada chegavam o Ex.mo Governador do Distrito de Gaza, acompanhado pelo Ex.mo Major do CEM Costa Freire em representação do Ex.mo Comandante da Região, autoridades civis e militares do Chibuto e uma delegação de oficiais do QG e da guarnição de Lourenço Marques.

Após o hastear da Bandeira Nacional seguiu-se uma Missa Campal rezada pelo pároco do Chibuto, estando o altar apoiado no próprio Monumento.



Viaturas do E. Rec. de Lourenço Marques, junto ao Monumento em Chaimite

Seguiu-se uma alocução proferida pelo Comandante do Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques, que se transcreve:

«Ex.mo Senhor Int. do Distrito de Gaza
Ex.mos Srs. Oficiais e camaradas
Ex.mas Autoridades civis e religiosas
Sargentos e Praças

O Q. G. determinou este ano que o E. Rec. L. M. comparecesse em Chaimite para as comemorações do dia 28 de Dezembro. Aqui estamos e é a vós muito em especial, praças do Esquadrão, que me dirijo.

O Decreto de 13 de Março de 1896 que, por distinção, promove o Mouzinho de Albuquerque ao posto de Major manda contar a antiguidade daquele posto desde 28 de Dezembro de 1895, data em que levou a efeito o aprisiona-

mento do régulo africano, cuja rebeldia tantos e tão penosos sacrifícios custou ao país.

Da nota de assentos do Capitão de Cavalaria, Joaquim Mousinho de Albuquerque consta, efectivamente, a captura do Gungunhana na data atrás indicada

Um aspecto da Cerimónia e Monumento de Chaimite

e que se encontra gravada neste Monumento de Chaimite— 28 de Dezembo de 1895.

Em 11 de Janeiro de 1896, duas semanas mais tarde, escrevia Mousinho de Albuquerque já em Lourenço Marques a Bernardo Pinheiro Correia de Melo,

1.º Conde de Arnoso, Tenente-Coronel de Engenharia e Secretário particular de El-Rei D. Carlos I.

Eis o que a carta dizia:

Meu caro Bernardo

Não te escrevo para te contar a história da prisão do Gungunhana, com a qual já deves ter sido maçado, nem para que agradeças a El-Rei o telegrama que para aqui mandou a tal respeito. Apenas te vou apresentar um pedido, mas este é o maior que me podes fazer. Morreu Caldas Xavier. Podes crer que de todos os Oficiais nossos camaradas, nenhum havia mais

O E. Rec. de Lourenço Marques antes do içar da Bandeira

dedicado, mais valente e com mais serviços. Ainda nesta expedição ele os prestou e bem árduos e valiosos. Pode-se dizer que morreu à força de cansaço do muito que tinha trabalhado em África.

Deixa viúva, cinco filhos, pai, mãe e duas irmãs e de tudo isto era ele o único amparo. El-Rei, caso entenda que eu mereço qualquer recompensa por ter apanhado o Gungunhana, que tome esta gente sob sua protecção.

Nada me pode fazer que eu mais agradeça.

Vê tu se dizes a El-Rei e arranjas tudo. Crê que praticas, além de uma boa acção, um acto de boa camaradagem e um grande favor ao teu

Amigo muito grato

Joaquim Mousinho de Albuquerque

Esta notável e nobilíssima carta retrata admiràvelmente o carácter do homem que aqui homenageamos, no próprio local e no mesmo dia, em que, há 70 anos cometeu a acção que ficou na História como o Feito de Chaimite.

Como homem e como Oficial de Cavalaria a sua projecção foi tão grande, a admiração pela sua nobre e vertical figura tão sentida na Arma que temos a honra de servir, que Mousinho de Albuquerque é como sabeis o patrono da Cavalaria Portuguesa.

O feito de Chaimite está por certo, no conhecimento de todos. Tendo partido do posto de Lhanguene no dia de Natal de 1895, acompanhado por um médico, 2 Oficiais e um punhado de Soldados, deslocou-se durante 3 dias até aqui.

É este local, onde nos encontramos neste preciso dia, que foi atingido há 70 anos, por um grupo de homens arrazados, cansados, sequiosos, doentes, após uma marcha de 3 dias pelos caminhos que ontem percorremos em viaturas, e que naquele tempo, eram mato autêntico sem qualquer semelhança com o actual panorama destes terrenos, hoje aproveitados para agricultura. E esse punhado de portugueses sustentados, já e apenas pela vontade férrea e inabalável de Mousinho liquidou, com a prisão do Gungunhana, toda uma fase de combate e de penosos sacrifícios que na nossa História ficou conhecida como «Campanha de África de 1895».

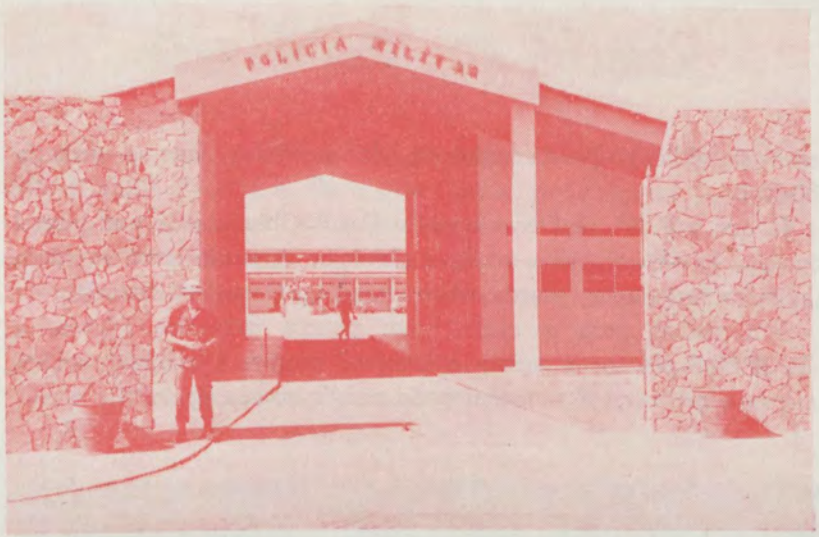
E do anonimato natural que caracteriza as gentes de um povo, que nos envolve a nós e cobriu milhares e milhões que antes de nós viveram, ascenderam para exemplo de nós mesmos e dos que depois de nós virão, as figuras austeras, nobres e verticais de uma pleiade de Soldados que, encimados por Mousinho, incluiram todos os que com querer, galhardia, fé e determinação ajudaram a transmitir à posteridade, a nós, a herança sagrada dos nossos maiores. E a Pátria, se cobriu de louros figuras como Mousinho, Paiva Couceiro, Caldas Xavier, Azevedo Coutinho e Neutel de Abreu, não olvidou os simples Soldados que cerraram fileiras e souberam cumprir como nenhum Soldado de outro país as decisões dos seus chefes, nas quais comungaram. E os anos passaram, e também esses, os simples Soldados, se individualizaram e passaram da massa do povo a figuras singulares. E todos nos recordamos do respeito e admiração que, na nossa juventude, nos mereciam aqueles que tinham a contar do que aqui passaram com o Capitão Mousinho, e com Paiva Couceiro e com Caldas Xavier. E ainda hoje, quando um desses morre, os jornais e a rádio informam a comunidade que morreu um Soldado de Mousinho.

E a história repete-se. Há que ser digno de Mousinho e dos Soldados de Mousinho».

No prosseguimento das cerimónias, o delegado do Comando da RMM depôs um ramo de flores na base do Monumento, após o que a guarda de honra desfilou em continência frente às autoridades militares.

Com o desfile terminou mais uma jornada de enaltecimento daqueles que, envergando o uniforme da Arma de Cavalaria, nobilitaram a Nação e o Exército, e transcendendo os limites da sua própria vida, ficaram a pertencer ao Património Sagrado de toda uma Nação.

Capitão GONÇALVES RIBEIRO



O Quartel da Polícia Militar em Lourenço Marques

UMA OBRA A SALIENTAR

Como escreveu surpreso, um jornalista de Moçambique, «O Quartel da P. M. em Lourenço Marques pode ser considerado como padrão Ultramarino do século em que vivemos».

Deve-se à C. P. M. 498 o ter conseguido realizar naquelas novas instalações uma notável obra, que traduz as preocupações e capacidades dos nossos militares, e materializa um generoso e válido apoio da população civil da cidade que honra o Exército e honra Moçambique.

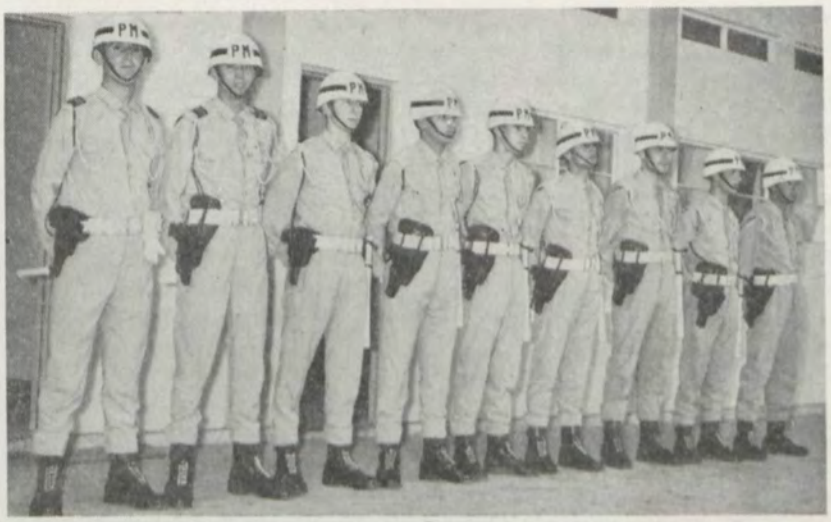
Já que de obra de cavaleiros se trata, grato é falar na nossa revista de como ela se processou, e se conseguiu o apoio civil que a tornou possível.

Terminada que foi a construção da primeira fase do novo aquartelamento destinada à P. M. — construção sóbria e funcional — havia necessidade de se proceder o mais ràpidamente possível à sua ocupação

apesar da dificuldade de obtenção do mobiliário que o tornaria habitável.

Já que a P. M. realizava o seu sonho — Obtenção de um quartel próprio — havia que merecer o que alcançara, fazendo desse conjunto de edifícios agora à sua guarda, uma verdadeira Casa da Cavalaria.

Sem verbas para o efeito, com poucos contactos iniciais, a C. P. M. 498 pôs «os corações ao alto» e lançou-se à «carga» na obra que queria realizar. E ninguém pode resistir ao seu apelo.



Mais do que arranjos decorativos, soluções mais ou menos felizes para paredes nuas, interessava criar um ambiente que melhorasse o soldado cultivando-o; um ambiente que obrigasse o soldado a viver uma vida mais forte de obrigação e de exigência.

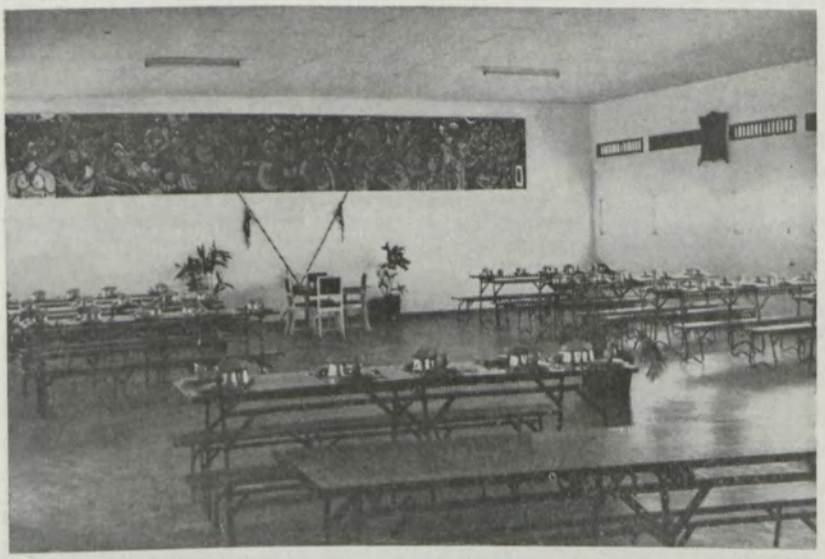
Foram os artistas plásticos quem primeiro ouviram o apelo e que imediata e generosamente sacrificando tempo e dinheiro se colocaram à inteira disposição daqueles soldados.

E a primeira obra surgiu.

O pintor negro Malangatana Valente ao fim de alguns meses de trabalho intenso pinta um valioso e enorme painel (12 m × 1,20) no refeitório das praças que é talvez a sua melhor obra e uma das mais válidas manifestações de pintura Portuguesa Africana.

Entretanto Dona Teresa Rosa de Oliveira, Augusto Cabral, Arquitecto Curado, Arquitecto Gariza do Carmo, João Ayres, João Paulo, Fátima Ramalho, José Júlio, José Pereira, Faria Duarte, Viriato da Silveira e Jorge Silva, tomam a seu cargo a valorização de algumas dependências ou ofereceu algumas das suas melhores criações artísticas.

Paralelamente, chegam ao Quartel ofertas do comércio local: mobiliário, artigos de decoração, utilidades, etc., enquanto algumas Uni-



dades Militares, como o Esq.º Rec., a C. C. S. do Q. G., a Comp. Int., o Agrup. Serv. Mat. comparticipam no empreendimento testemunhando a sua camaradagem.

O Movimento Nacional Feminino quer que a sala do soldado seja obra sua, e oferece todo o mobiliário necessário para que o soldado se sinta confortável, num ambiente que o descanse, instrua e melhore.

São já muitas centenas de contos, que enriquecem o quartel, e enriquecem o património militar, mercê de atitudes únicas, que definem gratidão e exprimem grandeza.

Começava a obra a ultrapassar o sonho.

O escultor, Professor António Pacheco, lança-se então num empreendimento que só a sua extraordinária arte, força de vontade e generosidade é capaz de conceber e realizar: dotar o quartel com um

grandioso grupo escultórico de tais dimensões que ninguém — atendendo aos meios que dispunha — acreditava ser possível concretizar-se.

O Núcleo de Arte de Lourenço Marques faz propositadamente um barracão onde pudesse ser possível realizar em barro as figuras que constituiriam o monumento.

Nele se trabalhou durante mais de um ano, lutando contra a falta de verbas, de materiais e de operários especializados.

São quatro figuras com três metros e meio de altura!

O monumento irá ocupar uma superfície de 16 m².

O Professor António Pacheco e o Professor Correia Nunes que posteriormente o coadjuvaria, só podiam contar com o jeito e generosidade dos soldados, já que não era possível recorrer a empregados especializados que levariam somas incomportáveis pelo seu trabalho.

Só para a feitura dos moldes eram necessários perto de 8 toneladas de gesso! Uma casa especializada pedia 60 contos para os executar.

A cooperação financeira de um industrial metropolitano e a perseverança do escultor e dos soldados venceram esta primeira dificuldade.

Feitos os moldes seriam precisos 10 toneladas de cimento, 30 de areia e 30 de pedra e brita miúda.

A fábrica de cimento da Matola oferece o cimento, e o Agrupamento de Eng.ª, cede a pedra, a areia e a brita.

Os soldados trabalham alegremente entusiasmados nas suas horas de justa e merecida folga.

E o que parecia impossível concretizar-se: A obra está feita.

Na parada do Quartel da P. M. em Lourenço Marques ergue-se hoje o mais valioso, o mais significativo e mais belo monumento militar realizado entre nós nos últimos tempos.

O Quartel de P. M. era ao fim de um curto espaço de tempo e sem nenhum dispêndio, uma das mais ricas Galerias de Arte de Moçambique.

No dia da rendição da C. P. M. 498 procedeu-se à inauguração do monumento e da sala do soldado, completando-se assim um Quartel que já era apontado como modelo.

Foi já com saudade, e com a justa alegria de quem sabe que realizou o mais e melhor que soube, que os soldados da C. P. M. 498 ouviram o discurso de despedida do seu Comandante.

«.....

«Em vésperas de embarcar para a Metrópole eu e os meus soldados sentimo-nos orgulhosos não só pelo que aqui fizemos — que pouco foi — mas sobretudo pelas provas de apoio de camaradagem, de interesse e consideração que através de nós foram feitas a um Exército que incondicionalmente servimos e a que nos orgulhamos pertencer.»

A Companhia parte, a Polícia Militar fica, a Cavalaria permanece. O Quartel é testemunho.

Entretanto os jornalistas de Moçambique, escrevem:

«Desta forma, ganha sentido mais lato, a expressão de Mousinho: «Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras ..... escrevemo-las nós os soldados .....».

Os soldados, de mãos dadas com os artistas, e demais população. Os primeiros, oferecem a garantia de paz enquanto os segundos, compreensivamente a retribuem com a paz emanada da arte sempiterna.»

Agora o Quartel da P. M. é também uma Casa da Cavalaria.

«BODAS DE PRATA»
dum Curso de Oficiais Milicianos

Olhem o Serrano já com os cabelos todos brancos! Olha o Quico! Vejam o Sousa Soares! Não veio o Raul Ventura!? Mas... mas tu és o Soares da Cunha? Dá cá um abraço meu caro...

Foi assim que numa radiosa mas fresca manhã de Dezembro último, num salão da Escola Prática de Cavalaria, voltaram a encontrar-se trinta e tal rapazes «quarentões». Naquele dia, porém, iriam ser rapazes de facto, os rapazes irreverentes e buliçosos de outrora. Que alegria, que profunda e sincera satisfação se adivinhava nos rostos de todos nós! É que se estava realizando o encontro por que todos anseavam há muito, mas que os imperativos da vida hodierna tinha protelado quase indefinidamente. Estava nascendo a primeira reunião dos cadetes do curso de oficiais milicianos de cavalaria de 1940, a 25 anos de distância.

Não sabemos se se têm efectuado muitas reuniões comemorativas das bodas de prata de cursos de oficiais milicianos e, particularmente, de cavalaria. Supomos que não, mas de qualquer modo o significado desta foi profundo, seja qual for o ângulo de observação. Seria sòmente a saudade, o recordar de tempos já distantes ou ainda a satisfação de rever caras amigas, algumas das quais deixaram o nosso convívio precisamente desde o fim do curso, que ditava a euforia, o prazer e até a espiritualidade que pairava em redor?

Foi, certamente, uma interrogação que se nos pôs. Parecia que outro motivo ainda mais profundo teria de existir, pois reuniões entre amigos ou conhecidos fazem-se com certa frequência sem que se viva um tal clima. Havia; havia sim; havia a ligar-nos algo de indefinido, de imaterial, de invisível, mas que estava na origem da indestrutível amizade que em todos nós, sem excepção, se enraizara há muitos anos, em lógica sequência de franca e sã camaradagem. Havia, de facto, e por forma incontroversa, o tal Espírito da Arma que servíramos.

Só assim teria explicação cabal o que estava acontecendo. Talvez nós, que não seguimos a carreira militar e que passámos, mais ou

menos meteòricamente pelas fileiras da Cavalaria, estejamos, precisamente por este motivo, embora pareça paradoxal, em condições de bem ajuizar o significado transcendente das mágicas palavras «Espírito da Cavalaria». Tivemos possibilidade, através da vida e em campos bem diferentes, de comparar, de estabelecer um paralelismo e isso nos dá jus a uma apreciação que tem de considerar-se válida.

O encontro durante este quarto de século, de dois cadetes de cavalaria de 1940, deu sempre aso a um abraço amigo, a uma palavra de simpatia, a um atravessar de rua só para duas «palmadas» fraternais, mas atravessou-se com agrado, não se foi convencionalmente delicado, não se desviou còmodamente a vista; enfim, sentiu-se prazer sincero.

Recordamo-nos ainda da centena de cadetes que se apresentaram em «Cavalaria 7» para a selecção dos que ficariam na Arma. Se alguns iam convictos do que pretendiam, a outros não os movia qualquer interesse especial. Porém, ao terminar a semana de selecção creio, firmemente, que ninguém queria sair da Arma. Porquê? Ao tempo talvez poucos atinassem com o motivo; sentiam-no, eis tudo. Um pouco mais tarde já todos o sabíamos. Tínhamos encontrado, nós, rapazes na sua maioria sem ligações militares, familiares ou outras, mas com a percepção própria da idade, uma forma de viver, de lidar entre comandantes e comandados que satisfazia a nossa maneira de ser. Quer no «7» quer mais tarde na Escola Prática encontrámos uma pleiade de instrutores, fruto também do clima tradicional da Cavalaria, que não estabeleciam barreiras entre respeito, hierarquia, camaradagem e até intimidade e amizade. Estava tudo ligado, desenvolvia-se naturalmente. Num momento de intimidade nós não esquecíamos o respeito, numa situação em que a hierarquia tinha de presidir não era esquecido pela oficialidade o significado das palavras estima e consideração.

Não se notarão nestes pequenos apontamentos algumas das múltiplas facetas do «poder» que a Arma exerce sobre todos os que por ela passaram? Assim, até o impossível é possível. Assim se nos formaram os espíritos para mais tarde, já com algumas responsabilidades de instrução ou comando, podermos desempenhar as nossas missões com humanidade, sensibilidade e compreensão para com os homens cuja formação nos fora confiada, isto é, com a dignidade própria da Cavalaria.

Mas reparamos agora que deixámos todo o curso a comemorar as suas bodas de prata, numa sala da Escola Prática. Voltemos. As con-

versas vão cada vez mais animadas e entrecruzam-se. É chegado, porém, o momento de sermos recebidos pelo comandante e oficialidade, na presença de quase todos os oficiais que foram instrutores do curso.

Lá estavam o capitão Raul Martinho — o homem que sabia, como poucos, lidar com a juventude — os tenentes Campos Costa e Crespo — o amigo Crespinho — o alferes Miranda Dias — o cadete mais antigo, como tal classificado, pela compreensão e simpatia que irradiava — (desculpem os visados os postos indicados tão distantes dos actuais, mas nós ainda os vemos assim, nós só os queremos ver assim).

Por feliz coincidência encontramos no comando da Escola o «alferes» Vasco Cordeiro, também instrutor do curso. Calcule-se a satisfação do «cadete» a quem foi cometida a incumbência da representação do curso na apresentação de cumprimentos e ao mesmo tempo o seu embaraço, pois só «via» o «alferes» e não o coronel. Palavras extremamente amáveis foram ouvidas na retribuição dos cumprimentos. Tudo apareceu com espontaneidade e a visita que se seguiu às instalações bem como a «poule» com que vários oficiais nos resolveram brindar, deixaram-nos deliciados. Como Cavaleiros que se presam, um de nós também montou, saltou e limpou! Nada de dúvidas.

Momento alto se seguiu com o descerramento de uma lápide comemorativa da reunião, na sala dos cadetes milicianos — eles que vejam bem como pensam e sentem os cadetes de há 25 anos, deve ter sido o pensamento do Comandante da Escola ao escolher, tão a propósito, este local.

E aí está a caravana em marcha para Torres Novas, com uma simpática recepção na Câmara Municipal, uma homenagem aos mortos da Grande Guerra e o ambicionado almoço de confraternização. Pois em tudo isto, firmes como rochas, lá estavam também os instrutores.

Dizer como decorreu o repasto é notòriamente escusado embora, em silêncio, se tenha de aceitar que devemos estar menos novos; no fim do almoço nem um só estava «alegre em demasia» mas há 25 anos, no jantar do fim do curso, nem um só deixou de o estar.

Enfim, o tempo vai, vai, vai... como cantava o Amarante.

Durou a refeição toda a tarde, revivendo-se peripécias que não esquecem fàcilmente, como a sardinhada na Meia Via: Numa saída matinal, o curso dividiu-se em 3 grupos cada um com o seu alferes-camarada-amigo à cabeça. Por estradas diferentes, mas convergentes no centro da povoação, à hora pré-estabelecida e à desfilada entraram os grupos na terra. O «apear» foi espectacular com cavaleiros caídos por não terem suportado em pé a violência do encontro com o terreno, e

só a algazarra de satisfação podia suplantar o relinchar dos cavalos e o barulho do apear. Foi impressionante. Depois, foi o almoço, as sardinhas e... e a volta ao quartel com uma animação duplicada pela instrução viva, dinâmica, arrojada e pela camaradagem desportiva, militar e humana que nos era facultada no inesquecível ambiente da Escola.

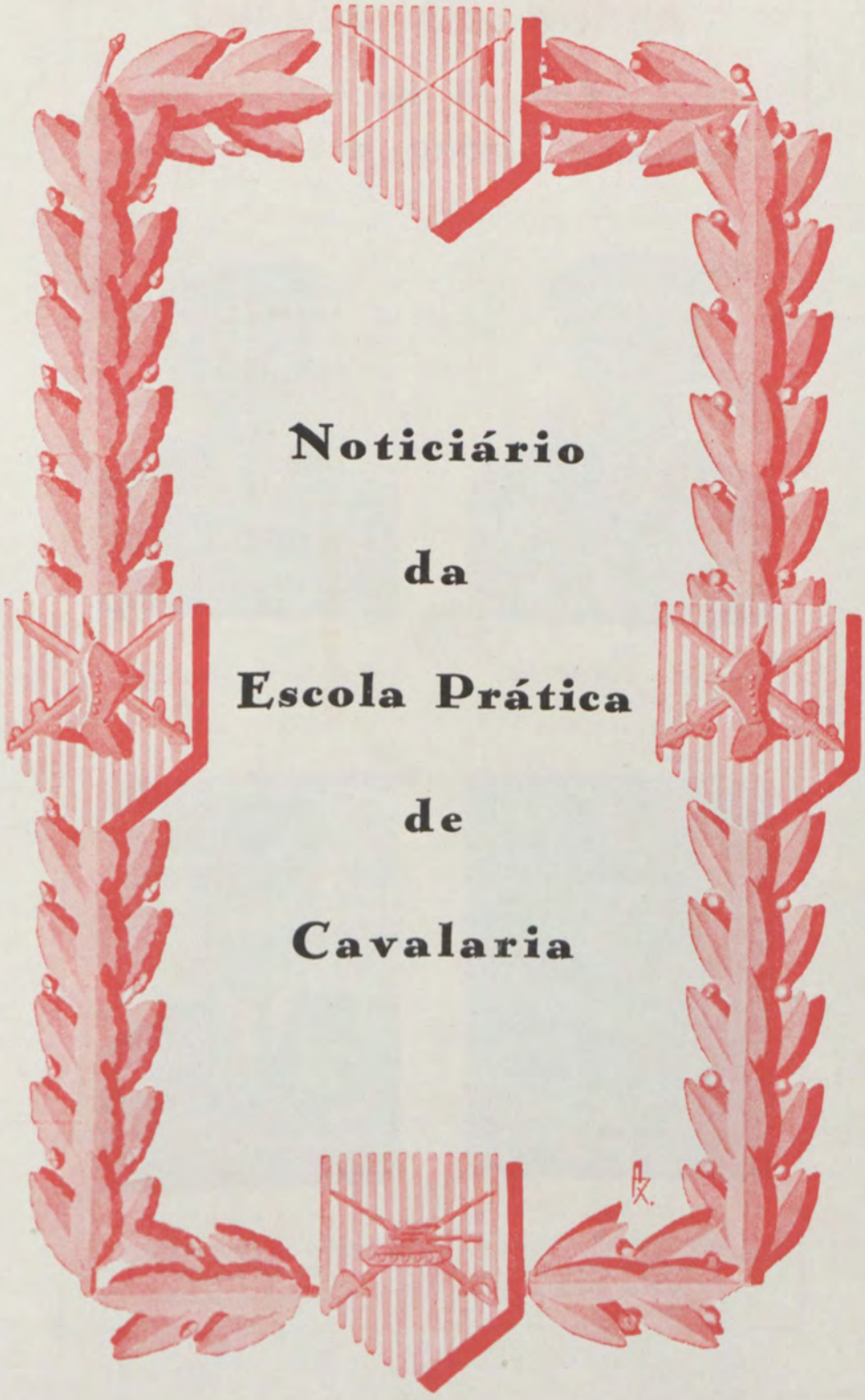
Já se tinha entrado pela noite fora quando foi possível realizar a prevista visita à antiga Escola, à nossa Escola. O primeiro sentimento foi quase o de uma revolta por ver lá instalado o que à Cavalaria não pertence. Mas não, a lhaneza com que fomos recebidos pelos camaradas de Artilharia fez-nos constatar que o «nosso» quartel estava em muito boas mãos.

E já muito dentro da noite regressamos a casa não sem grande mágoa, mas com a satisfação de um dia bem passado, de um dia bem vivido.

Obrigado, Cavalaria!

Dr. GASTÃO NEVES CARNEIRO

OFICIAIS, deveis antes de tudo e acima de tudo, saber conservar na mão a vossa gente; proceder de maneira que os vossos homens não conheçam outra voz que não seja a vossa, outra vontade que não seja a vossa vontade que em todas as circunstâncias difíceis, os seus olhos e os seus pensamentos se voltem instintivamente para vós, para que vós dicideis o que há a fazer, para que vós os arrasteis. Então formareis com eles, um CORPO com uma só ALMA.



Noticiário da Escola Prática de Cavalaria

QUADRO DE HONRA

Tirocínio de 1965

ASPIRANTES A OFICIAL PREMIADOS

1.º
José Diogo da Mota e Silva Freire Themudo
Aspirante de Cavalaria

2.º
Luís Gonzaga Coelho Vilas Boas Marques
Aspirante de Cavalaria

3.º
Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira
Aspirante de Cavalaria

4.º
Alfredo Manuel Coelho e Campos Ghira
Tenente Miliciano

TIROCÍNIO PARA OFICIAIS DO QUADRO PERMANENTE

(ANO ESCOLAR 1965)

Os novos Aspirantes com o General Director no dia da sua apresentação na Arma da Cavalaria

ACTIVIDADES

DURANTE O ANO DE 1965

DA EPC

AML «Panhard» — Transposição de um vau

1 — Actividades Escolares

À semelhança de anos anteriores, as actividades escolares de 1965 caracterizaram-se pelo funcionamento quase ininterrupto de Cursos de Formação de Oficiais e Sargentos do Q. C., não só para preenchimento das necessidades de quadros para as diferentes especialidades da Arma, como também para o das de outras Armas e Serviços.

Necessàriamente, tais cursos tiveram que sobrepor-se àqueles que normalmente funcionam para formação ou especialização de oficiais e sargentos do Q. P., dentre os quais é sempre de destacar, pela sua importância especial, o TOQP. Saliente-se que, em 1965, se realizou na EPC a instrução do tirocínio de dois cursos de aspirantes do Q. P.: um, cujo funcionamento vinha de 1964; outro que teve início e fim em 1965. No conjunto, foi grande o esforço dispendido por todo o pessoal instrutor e monitor, o qual soube ccrresponder com a dedicação e o espírito de sacrifício que estão nas tradições da Casa da Cavalaria. Justo é assinalar também, a boa colaboração dada, dum modo geral, pelos instruendos que, submetendo-se galhardamente à dureza da ins-

trução e às exigências de natureza disciplinar, bem demonstraram o excelente espírito de que estão animados.

Entre os diversos Estágios de especialização para pessoal do Q. P., destaca-se o que funcionou em Dezembro, com a duração de 3 semanas, para oficiais e sargentos: o Estágio de A. M. L. «Panhard».

As circunstâncias que rodearam a realização deste Estágio, puseram à prova a excelente capacidade técnica de «velhos» instrutores da EPC, felizmente presentes, os quais conseguiram «descascar» o novo «puro-sangue» da arma em apertadíssimo prazo, apresentando-o aos instruendos com a mesma eficiência e à vontade com que podem mostrar-lhes o velho «Patton» ou «Chaffee».

Em resumo, ordenam-se seguidamente os encargos de instrução que couberam, em 1965, à EPC:

A — *Cursos, Estágios e Tirocínios para pessoal do QP*

TOQP	15 Out 64	—	10 Abr 65
Curso Transm. para sargentos	18 Jan 65	—	03 Abr 65
Estágio CC. M47 para sargentos	18 Jan 65	—	03 Abr 65
Curso de INF. e OP para sargentos	25 Jan 65	—	03 Abr 65
Estágio de P. M. para of. (1.º turno)	26 Abr 65	—	12 Jun 65
Estágio de P. M. para of. (2.º turno)	14 Jun 65	—	31 Jul 65
Curso de Transm. para of.—2.ª parte	26 Jul 65	—	07 Ago 65
TOQP	16 Jul 65	—	22 Dez 65
Estágio A. M. L. «Panhard»	02 Dez 65	—	22 Dez 65

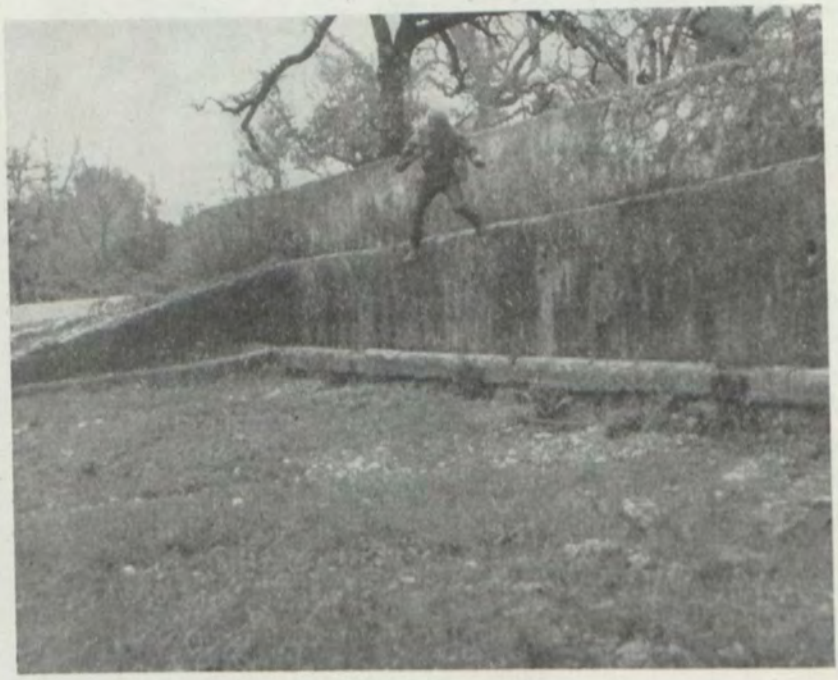
B — *Cursos de Oficiais e Sargentos Milicianos*

COM (2.º ciclo) — 1.º turno de 1964	04 Jan 65	—	09 Abr 65
CSM (2.º ciclo) — 1.º turno de 1964	04 Jan 65	—	09 Abr 65
COM (Méd., Vet.º e Farmac.)	08 Mar 65	—	03 Abr 65
COM (2.º ciclo) — 3.º turno de 1964	09 Ago 65	—	03 Out 65
CSM (2.º ciclo) — 3.º turno de 1964	09 Ago 65	—	03 Out 65
CSM (1.º ciclo)—Turno único de 1965	20 Set 65	—	22 Dez 65
COM (Méd., Vet.º e Farmac.)	08 Nov 65	—	04 Dez 65

A enumeração dos diferentes Cursos, Estágios e Tirocínios feita acima, dará ao observador atento, uma ideia da sobrecarga de trabalho a que foi sujeito o débil quadro de instrutores e monitores da EPC durante o ano de 1965.

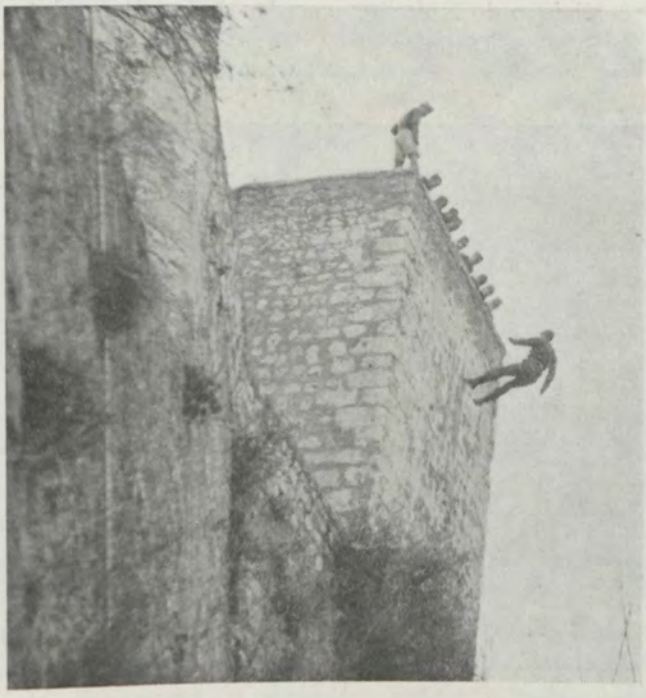
Sua Ex.ª o General Comandante da 2.ª Região Militar descerrando o retrato do Coronel Homero de Oliveira Matos

S. Ex.ª o General Comandante da 2.ª Região Militar felicitando o Coronel Homero de Oliveira Matos



Prova de patrulhas dos COM/CSM — Transposição de um muro

Outro ano de trabalho desponta já com as mesmas ou mais dificuldades que, como sempre, hão-de ser vencidas com a indispensável oportunidade. Porque... enquanto existir a força de alma e a fé nos destinos da Arma que caracterizam o pessoal que serve na EPC, «só o impossível é que levará mais tempo a resolver».



TOQP — Escalada

2 — **Outras Actividades**

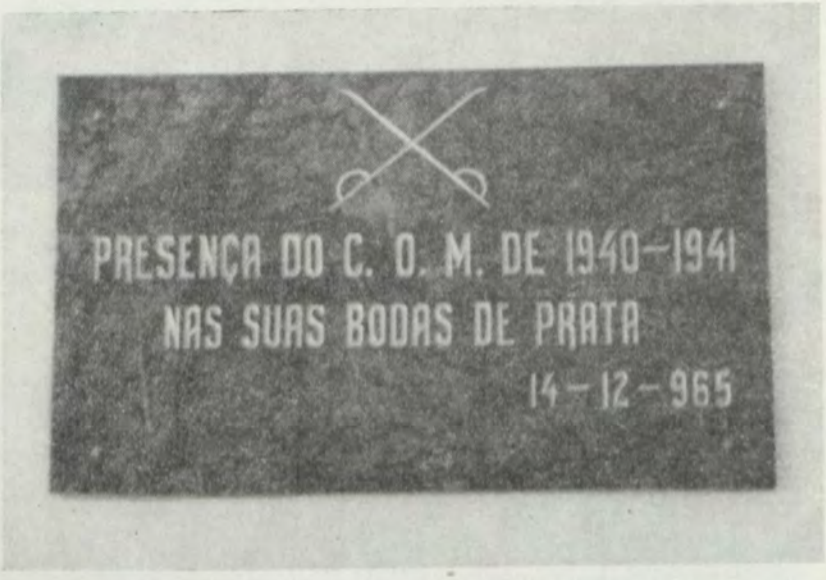
Dentre a variedade de outras actividades que, para além das pròpriamente designadas como escolares, tiveram lugar na EPC, há que pôr em destaque algumas cerimónias e festas que ocorreram em 1965.

Assim, foi com o devido relevo que se comemorou, em 21 de Julho, o «Dia da Cavalaria». Às cerimónias realizadas deu-nos a honra da sua presença Sua Ex.ª o Ministro do Exército.

Em 30 de Outubro, realizou-se a cerimónia de despedida do Coronel Homero de Oliveira Matos que comandou a EPC durante três anos e meio.

Para este efeito, deslocou-se a Santarém, Sua Ex.ª o General Comandante da 2.ª RM que presidiu à cerimónia, tendo sido recebido por Sua Ex.ª o Brigadeiro Luís Valentim Deslandes, na qualidade de Director interino da Arma de Cavalaria.

Perante formatura geral foi feita uma alocução pelo 2.º Comandante da EPC, à qual se seguiu a leitura de louvores e da Portaria pelo qual, Sua Ex.ª o Ministro do Exército, concedeu ao homenageado a Medalha de Ouro de Serviços Distintos.



Placa descerrada na Sala do C. O. M. na E. P. C.

Em 2 de Novembro, assumiu o Comando da EPC, o Coronel Vasco de Castro Ataíde Cordeiro. A cerimónia correspondente realizou-se conforme está regulamentado.

Em 14 de Dezembro, teve lugar na EPC uma pequena cerimónia que muito diz acerca do excelente espírito de camaradagem e amizade que fica a ligar todos quantos por esta Escola têm passado.

Os instruendos do COM de 1940 celebraram as suas «Bodas de Prata» e decidiram que tal aniversário só teria verdadeiro sentido se se reunissem com os instrutores do seu tempo e na EPC.

Assim, 30 ex-cadetes do COM, vindos de diversos pontos do país, aqui tornaram a ver-se... e a comover-se com as «diferenças» verificadas

uns nos outros. Com eles estiveram presentes o Excelentíssimo General Raul Martinho e Coronéis Campos Costa, Crespo, Miranda Dias e Vasco Cordeiro, seus instrutores.

Dentre as cerimónias realizadas, destacamos:

— Recepção na Sala de Honra, com a presença de todos os actuais instrutores da Escola.
— Descerramento duma placa comemorativa na Sala do COM.
— Um minuto de silêncio em homenagem aos mortos da EPC.

Seguidamente, oficiais ex-instrutores e os ex-cadetes, deslocaram-se a Torres Novas, onde após alegre almoço de confraternização, visitaram o velho e saudoso aquartelamento da EPC naquela vila, onde certamente rememoraram as suas «aventuras hípicas» de há 25 anos e reviram o preciso local das «figueiras» por lá plantadas...

Posteriormente, soubemos que os alunos do COM de 1939 se reuniram também num jantar de confraternização, em Lisboa. Para esse jantar foram especialmente convidados os instrutores de então, entre os quais o Coronel Vasco Cordeiro. A comissão organizadora vai enviar à EPC uma placa comemorativa para ser colocada na sala do COM.

Como já é de tradição, celebrou-se mais uma vez a Festa do Natal, com a distribuição de brinquedos aos filhos de oficiais e sargentos e de roupas e brinquedos aos filhos das praças. A festa teve lugar no Ginásio, devidamente arranjado para o fim em vista, com a presença do Comandante, oficiais, sargentos e praças da Escola e suas famílias.

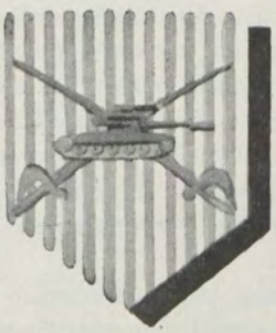
Na noite de 23 de Dezembro, no refeitório do Rancho Geral, teve lugar uma ceia para todo o pessoal da Escola, presidida pelo Comandante. No mesmo refeitório, em 31 de Dezembro, realizou-se a ceia de fim do ano na qual tomaram parte, além das praças, os oficiais e sargentos presentes.

Prova de patrulhas
dos COM/CSM
Descida de uma barreira

Prova de patrulhas
dos COM/CSM
Passagem sob um pontão

Doutrina

e



Cultura Militares

A Divisão Americana

SUA ORGANIZAÇÃO

Tendo-me sido sugerida, por Sua Ex.ª o General Director da Arma, a vantagem que haveria em tratar na *Revista da Cavalaria*, a organização da actual «Divisão», eis-me que, aproveitando a sugestão, aqui venho de novo com algumas mal ataviadas considerações, aflorar este assunto, convencido de que de alguma forma sou útil aos meus camaradas. É claro que o tema não pode ser tratado senão muito sumàriamente porque nem o local nem a audiência admitiria o seu estudo exaustivo. Que ele tem interesse para os cavaleiros de qualquer grau hierárquico não sofre dúvida mas há que limitar a explanação, não vá a coisa passar da zona de acção do interessante para o domínio do enfadonho e inútil.

A Cavalaria entra na constituição desta grande Unidade com fracções dos dois tipos — Reconhecimento e Carros de Combate — que as exigências do combate moderno estabeleceram como necessidades orgânicas da «Nobre Arma». É, portanto, imprescindível que os cavaleiros, se amanhã integrados no complexo divisionário, saibam o que este é e quais as suas características essenciais como base para a avaliação raciocinada do potencial de combate da Grande Unidade deste escalão.

Comecemos, então, a tarefa que nos foi determinada.

Estávamos habituados a considerar a Divisão como uma Grande Unidade de constituição fixa e permanente, dentro do seu tipo, que agrupada com outras, podia formar Corpos de Exército, Exércitos ou Destacamentos de Exército desde que ao conjunto se atribuisse um comando e órgãos de comando (E M geral e E M especial), unidades de apoio de combate e órgãos de serviços correspondentes ao volume dos seus efectivos. Hoje não é assim. A Divisão deixou de ser uma

G. U. de estrutura fixa e é constituída por órgãos de comando, apoio de combate e apoio de serviços, de composição relativamente fixa, a que o Comando Superior, no início das operações, agrega determinado número e tipo de unidades de escalão batalhão.

Para já, diga-se que à determinação do número e tipo dos batalhões a uma divisão, chamam os americanos «Tailoring», isto é, vestir a divisão ou fazer a sua estruturação. E desta forma, consoante a qualidade da vestimenta, assim a G. U. tomará a forma de Divisão de Infantaria, Divisão Mecanizada, Divisão Blindada ou Divisão Aerotransportada. Repare-se que se não fala aqui da Divisão Aeromóvel, designação agora muito em voga por causa da guerra do Vietname e isto porque a divisão aeromóvel é uma grande unidade de constituição especial, destinada especìficamente às operações de tipo contra subversão que, ali, o Exército americano executa.

Assente, pois, que a Divisão é constituída pelos seguintes elementos de constituição relativamente fixa:

1 — Comando

2 — Estado-Maior

3 — Unidades de apoio de combate

4 — Órgãos de apoio de serviços.

A esta estrutura são atribuídos os batalhões e grupos de C. C. necessários para cumprimento da missão atribuída e adequados ao ambiente operacional em que se prevê o emprego da G. U.

Como se vê, a constituição da Divisão não é fixa sendo, portanto, necessário proceder-se à sua organização prévia. A esta operação se pode, como vimos, dar o nome de estruturação a qual se defenirá como «a determinação dos tipos e quantidades de batalhões e grupos de carros a atribuir à Divisão».

A estruturação da Div. toma a designação de estratégica, táctica externa ou táctica interna conforme se trata da fixação do número e tipo de batalhões feita anteriormente à atribuição da Div. a um Teatro de Operações determinado, da atribuição ou subtracção de batalhões à Div. com a finalidade de satisfazer necessidades tácticas específicas, ou da distribuição dos meios divisionários pelos comandos das brigadas subordinadas tendo em vista as respectivas missões tácticas.

Da estruturação estratégica resultará o tipo de Divisão tendo em atenção a natureza e número dos batalhões e grupos de carros que lhe foram atribuídos.

Aperecem-nos, assim, as divisões de infantaria, mecanizadas, blindadas e aerotransportadas, como vimos.

Estudemos, agora, com algum detalhe, a constituição dos vários órgãos e unidades da Div. e, para isso, comecemos pelo comando.

O comando da Div. é constituído pelo comandante, dois brigadeiros segundos comandantes e os estados-maiores pessoais destas três entidades.

Na sua missão de comandar, o General é auxiliado por um estado-maior, pelos comandantes das armas e pelos chefes dos serviços.

Dispenso-me, por entender desnecessário, de me alongar sobre a organização e funções do Estado-Maior, já do conhecimento geral, bastando lembrar que, além do Chefe do E. M., existem orgânicamente quatro repartições através das quais são preparadas, coordenadas e transmitidas aos subordinados, as decisões do Comandante. Pode ainda existir uma quinta repartição que tem como função específica os assuntos de administração civil.

A par deste estado-maior, a que chamaremos o estado-maior geral ou estado-maior coordenador, existe, como se sabe o estado-maior especial ou técnico o qual é constituído pelos vários comandantes das armas e chefes de serviços cuja função é a de conselheiros técnicos do Divisionário.

E visto como é, nas suas linhas gerais, constituído o comando da Divisão, passemos à enumeração e descrição sucinta dos vários elementos comuns a todas as divisões.

São eles os seguintes:

— Companhia de Comando e Serviços da Div.
— Comandos e Companhias de Comando de três Brigadas
— Artilharia Divisionária
— Agrupamento de Apoio de serviços
— Batalhão de Transmissões
— Batalhão de Engenharia
— Batalhão de Aviação
— Grupo de Reconhecimento
— Companhia de Polícia Militar.

Vejamos, portanto, qual a função e constituição gerais de cada um destes órgãos:

1 — *Companhia de Comando e Serviços da Div.*

Agrupa o pessoal destinado ao Q. G. divisionário e tem por missão fornecer-lhe o apoio de alimentação, administração, abastecimento, manutenção e sanitário.

Tem a seu cargo, também, o apoio de alimentação à Companhia de P. M.

2 — *Comandos e Companhias de Comando de três Brigadas*

Cada comando de Brigada compreende o pessoal necessário para dirigir a instrução e conduzir as operações tácticas desta unidade.

A Brigada dispõe de comandante e segundo comandante e tem um estado-maior organizado a quatro secções, um oficial de aviação, um oficial de transmissões e um oficial capelão.

A Companhia de Comando dispõe duma secção de ligação, um pelotão de aviação e um pelotão de transmissões.

3 — *Artilharia Divisionária*

A Artilharia Divisionária agrupa o conjunto de órgãos de comando e grupos de artilharia destinado a fornecer o apoio de fogos artilheiros necessários às unidades de manobra durante o combate.

É constituída essencialmente por um comando e Bateria de Comando e Serviços, três grupos de obuses de 10,5 cm a três baterias de seis bocas de fogo e um grupo misto de obuses 15,5/20,3 cm a três baterias de 15,5 cm e uma bateria de 20,3 cm. De notar que no 15,5 as baterias são as seis b. f. enquanto que no 20,3 as baterias são apenas a quatro b. f.

Além destes grupos a Artilharia Divisionária conta ainda com um Grupo de Mísseis e duas baterias.

Como já se disse, a missão essencial desta artilharia é apoiar pelo fogo as unidades de manobra. Nestas circunstâncias as suas bocas de fogo batem os objectivos, na frente, que podem dificultar a acção daquelas unidades e servem-se dos seus alcances para dar profundidade ao combate, batendo objectivos que se situam na retaguarda profunda do adversário. Para isso, a Artilharia Divisionária tem à sua

disposição uma gama de alcances que variam entre os nove e os quarenta e cinco quilómetros.

4 — *Agrupamento de Apoio de Serviços*

O agrupamento de Apoio de Serviços é o comando divisionário que agrupa todas as unidades e órgãos de serviços destinados a garantir o apoio em abastecimentos, transportes, manutenção, sanitário e outros, necessários às operações divisionárias.

Dele fazem parte a banda divisionária, uma Companhia de Administração, um Batalhão Sanitário, um Batalhão de Reabastecimento e Transportes e um Batalhão de Manutenção cuja constituição passaremos ràpidamente em revista.

A Companhia de Administração tem a seu cargo todas as operações de pessoal e administração da Divisão incluindo a centralização do serviço de pessoal de todas as unidades. Para este efeito organiza-se em secções especializadas entre as quais se contam as de justiça, finanças, religiosa, ajudante general, verificação de contas, pessoal, mecanográfica, etc., etc.

O Batalhão Sanitário tem a seu cargo assegurar o S. S. da Div., incluindo a evacuação dos indisponíveis dos órgãos sanitários das P. U., a montagem e funcionamento do P. S. Divisionário, os reabastecimentos sanitários e o serviço de estomatologia de emergência.

É constituído por um Comando, Companhia de Apoio e três Companhias Sanitárias.

Todas estas companhias dispõem de um pelotão de automacas e um pelotão de P. S. mas enquanto os pelotões da companhia de apoio asseguram o apoio sanitário às unidades que operam na zona da retaguarda da Divisão, as companhias sanitárias asseguram o mesmo apoio às unidades que operam encorporadas nas brigadas.

Segue-se o Batalhão de Reabastecimento e Transporte. Este batalhão tem por missão fornecer às tropas divisionárias os reabastecimentos de todas as classes, excepto munições.

É constituído por um Comando e Companhia de Comando, uma Companhia de Reabastecimento e Serviços e uma Companhia de Transportes. Na Companhia de Reabastecimentos encontramos um pelotão de reabastecimentos e três secções avançadas de reabastecimentos que, como é fácil de calcular, se destinam a reabastecer as brigadas. No que respeita à Companhia de Transportes dir-se-á que é a mesma constituída por três pelotões de transporte ligeiro e um pelotão de transporte médio.

A sua capacidade é de 276 toneladas de carga ou de 405 000 litros de combustíveis.

Como quarta e última unidade do Agrupamento de Apoio de Serviços, temos o Batalhão de Manutenção, cuja missão, como está bem de ver é a manutenção do material divisionário com excepção do sanitário e do criptográfico. Este batalhão é constituído por um comando, três companhias de manutenção avançadas e uma companhia de manutenção de aeronaves.

5 — *Batalhão de Transmissões*

Este batalhão, responsável pelas transmissões divisionárias, tem como missões normais entre outras, as seguintes:

— Instalação e accionamento dos CT que servem os PCP, PC táctico, PC/Agrup. Serv. e Base Divisionária.
— Instalação e accionamento de centros de mensagens por teletipo e por rádio e do serviço de cifra para o Q. G. divisionário e comando do Agrupamento de Apoio de Serviços.
— Accionamento do serviço de fotografia divisionário, etc., etc.

O B. Tm. é constituído por um comando e destacamento de comando, companhia de operações de comando, companhia de operações de apoio e companhia de transmissões avançadas.

6 — *Batalhão de Engenharia*

O Batalhão de Engenharia da Divisão é constituído por comando e Companhia de Comando, quatro Companhias de Sapadores e uma Companhia de Pontes. As Companhias de Sapadores são organizadas a três pelotões de sapadores cada um dos quais a três secções. A Companhia de Pontes dispõe de dois pelotões de navegação ou pontes móveis de assalto e um pelotão de viaturas blindadas de lançamento de pontes.

São missões gerais deste batalhão a execução ou orientação dos trabalhos de organização do terreno, comunicações, decepção e camuflagem; a assistência técnica às tropas de Divisão; a preparação de demolições (convencionais ou nucleares); a montagem e accionamento

de L. R. Água (até 5 L. R.); etc. Como noção de ordem de grandeza dir-se-á que o batalhão de Eengenharia tem uma mão-de-obra utilizável de 650 homens.

Quanto à companhia de pontes dir-se-á que pode montar 165 metros de ponte de classe 60 ou 170 metros de ponte de classe 50.

7 — *Batalhão de Aviação*

O Batalhão de Aviação Divisionário é constituído por comando e destacamento de comando, Companhia Aeromóvel Ligeira e Companhia de Apoio Geral.

A Companhia Aeromóvel Ligeira dispõe de três pelotões de transporte aéreo e dum pelotão de serviços. Cada pelotão de transporte aéreo acciona oito helicópteros utilitários (capacidade de transporte de 10 homens) do tipo UH-1 cujo raio de acção é da ordem dos 100 quilómetros.

A Companhia de Apoio Geral, constituída por um pelotão de apoio geral, um pelotão de observação aérea e pesquisa de objectivos e um pelotão de serviços, tem como missões gerais, entre outras, as seguintes:

— apoiar as unidades que não dispõem de aeronaves orgânicas;
— dar apoio de transporte ao comando e E. M. divisionários;
— garantir a informação por infravermelhos, radar e fotografia aérea;
— reforçar as possibilidades de transporte da Companhia Aeromóvel.

É nesta companhia que está agregado todo o material de pesquisa de informações como os quatro aviões OV-1 (secções de radar e de infravermelhos) e os dez aviões teleguiados para fotografia. Além deste material, a companhia dispõe de pessoal e material para equipar o aeródromo divisionário, torre de controle inclusivé.

8 — *Grupo de Reconhecimento*

Chegamos agora à unidade divisionária de particular interesse para os cavaleiros. Trata-se do Grupo de Reconhecimento. Sobre ele, e por razões óbvias, nos deteremos um pouco mais, muito embora as

nossas considerações não possam deixar de ser particularmente sumárias.

O Grupo de Reconhecimento Divisionário (e aqui não pode deixar de acentuar-se a palavra divisionário dado que os grupos do Regimento de Cavalaria Blindada são muito diferentes deste) é constituído por:

— Comando
— Esquadrão de Comando
— Três Esquadrões de Reconhecimento
— Esquadrão de Cavalaria do Ar.

Não valerá a pena falar do comando porque, supomos, a sua constituição é do conhecimento geral. Desta maneira, passaremos a analisar com alguns pormenores, a organização do Esquadrão de Comando.

a. O Esquadrão de Comando do G. Rec. tem como função fornecer os órgãos de comando, administração de pessoal, abastecimentos, alimentação, apoio sanitário e manutenção de material às subunidades subordinadas. Para isso o esquadrão de comando dispõe de pelotão de transmissões, secção de comando do grupo, pelotão de manutenção, pelotão sanitário, secção de vigilância terrestre e pelotão de apoio de serviços.

Vejamos com algum detalhe a constituição de alguns destes órgãos.

O pelotão de transmissões, cujo chefe é o oficial de transmissões do grupo, dispõe de pessoal, equipamento e transportes orgânicos necessários para garantir a instalação, funcionamento e manutenção do sistema de transmissões do Grupo. Tem a seu cargo a montagem do centro de mensagens do Grupo no qual se integra o equipamento criptográfico bem como o pessoal que o serve.

O pelotão é transportado em viaturas próprias, algumas de lagarta e outras de rodas.

O pelotão de serviços é constituído por comando, secção de transportes, secção de abastecimentos e secção de alimentação. A secção de transporte carrega a dotação normal de abastecimentos do grupo. A secção de abastecimentos é responsável pela procura, recepção e distribuição dos abastecimentos. A secção de alimentação, provê à alimentação da unidade e está organizada com cinco equipas de alimentação de esquadrão.

O pelotão de manutenção tem à sua responsabilidade a manutenção orgânica do grupo, a recolha e evacuação das viaturas avariadas e o

reabastecimento de peças sobressalentes de todo o material com excepção do sanitário e de transmissões.

O pelotão sanitário é o órgão de serviço de saúde do Grupo no qual se incluem uma secção de P. S., uma secção de enfermagem e uma secção de evacuação. Pode montar e accionar o P. S. do Grupo e dispõe de ambulâncias blindadas para evacuação dos indisponíveis.

A secção de vigilância terrestre está equipada para assegurar a vigilância de radar a média distância e actua normalmente sob a orientação directa da secção de informações do comando do Grupo. Está organizada de maneira a constituir duas equipas de radar.

b. No que se refere ao Esquadrão de Reconhecimento, pouco há a dizer. Continua a ser a unidade básica do grupo. É constituída por um comando e três pelotões de reconhecimento. Estes pelotões continuam a integrar um comando, uma secção de exploração, uma secção de atiradores, uma secção de carros de combate e uma secção de apoio mas as secções dispõem actualmente de algum material diferente daquele que nos habituámos a considerar no equipamento destas unidades. Assim, nos pelotões já não existem viaturas de rodas e, todas elas são blindadas. Isto traduz, aliás, a tendência moderna da orgânica dos exércitos que tem de considerar a necessidade da protecção do pessoal contra as radiações atómicas. Desta forma, cada pelotão dispõe de cinco viaturas blindadas de comando e reconhecimento do tipo M 114 ACRC (Armored Comand and Reconaissance Carrier), duas viaturas blindadas de transporte de pessoal do tipo H 113 APC (Armored Personel Carrier) e três carros de combate M 41 com canhão de 76 mm. Desta forma o esquadrão de reconhecimento passa a dispor, para as suas operações de reconhecimento, duma força de choque de nove carros de combate.

c. Vejamos agora o esquadrão de Cavalaria do Ar cujas missões, dentro do Grupo de Reconhecimento, são dar apoio aéreo de reconhecimento e garantir a segurança pela informação que é susceptível de ir colher a distância. Pode, além disso, ser empregue em missões de escolta de operações aeromóveis, ocupar pontos importantes do terreno por curtos períodos e encarregar-se da aquisição de alvos nucleares ou de operações de controle de danos.

O Esquadrão de Cavalaria do Ar está organizado a um comando, uma secção de operações, um pelotão de exploração aéreo, um pelotão de atiradores aéreo, uma secção de armas pesadas aérea e um pelotão

de serviços. No comando estão naturalmente integrados, além do comandante do esquadrão, os elementos necessários ao desempenho das funções de comando do mesmo. São ao todo cinco homens que se transportam num helicóptero ligeiro e numa viatura ligeira de transporte de pessoal. Segue-se a secção de operações em cuja constituição se encontra o seguinte pessoal: um oficial de operações de voo, um sargento-ajudante piloto de helicóptero, um sargento de operações de voo, um graduado de transmissões, um especialista de operações de voo, um tripulante de helicóptero e dois operadores de rádio. Todo este pessoal se transporta num helicóptero utilitário e em duas viaturas ligeiras. Esta secção está equipada para exercer o controle de voo em operações de combate do esquadrão e garantir a sua ligação com as unidades apoiadas. Acompanha os elementos de combate do esquadrão na zona avançada de combate, actuando de bordo do helicóptero já indicado.

Vejamos agora a constituição do pelotão de exploração. Este pelotão é constituído por um comando, equipado com um helicóptero ligeiro de observação, duas secções ligeiras de exploração, cada uma dispondo de quatro helicópteros ligeiros de observação; uma secção pesada de exploração, equipada com quatro helicópteros utilitários. Os helicópteros ligeiros estão armados com conjuntos de metralhadoras duplas e os utilitários com conjunto de mísseis guiados anticarro. O pelotão dispõe, portanto, de treze helicópteros, sendo nove ligeiros e quatro utilitários.

Segue-se o pelotão de atiradores constituído por um comando de quatro secções de atiradores. Cada secção tem o chefe, um atirador-metralhador e duas esquadras de quatro homens (comandante, granadeiro, dois atiradores). Cada secção é transportada num helicóptero utilitário equipado com sistemas de metralhadoras quadruplas; igualmente o comando do pelotão é transportado num helicóptero utilitário.

A secção de armas pesadas é constituída por um comandante e três pilotos de helicóptero cada um montado num helicóptero utilitário equipado com lança-foguetes. Esta secção destina-se a proporcionar o apoio de fogos próximo às unidades empenhadas no combate terrestre. Constitui, normalmente, uma base de fogos aérea operando em conjunto mas pode ser repartida e dada em reforço aos pelotões.

Finalmente temos o pelotão de serviços que é constituído por comando, secção de manutenção e secção de abastecimentos. Tem por função garantir o apoio de manutenção do material do esquadrão bem

como o apoio de abastecimentos. Dispõe ao todo de dois helicópteros e quinze viaturas.

Temos assim tratado sumàriamente o Grupo de Reconhecimento Divisionário cujas missões gerais no quadro das operações da G. U. a que pertence, são, como se sabe:

— a execução de acções de reconhecimento em largas frentes e grandes profundidades;
— a obtenção e divulgação de informações, tácticas, incluindo as informações sobre alvos nucleares e cálculo de danos. Estas informações obtidas por meio da observação terrestre ou aérea e, ainda, por meios electrónicos de vigilância;
— a manutenção da segurança do ou dos flancos da Div.;
— a ligação entre unidades divisionárias ou entré a Div. e as unidades vizinhas;
— quando devidamente reforçado, constituir a força de cobertura da Div. tanto na aproximação como nos movimentos retrógrados ou os PAvG, na defensiva;
— detecção de agentes químicos, pesquisas radiológicas e operações de controle de danos;
— segurança da zona da retaguarda da Div.;
— exploração do sucesso das operações conduzidas por outras unidades e dos efeitos produzidos pelas armas de destruição maciça;
— garantir a escolta armada das operações aeromóveis.

9 — *Companhia de Polícia Militar*

A Companhia de Polícia Militar tem, como se sabe, as seguintes possibilidades:

— constituir uma secção de PM no QG divisionário;
— estabelecer 36 postos de controle de movimentos ou igual número de patrulhas motorizadas por períodos de 24 horas;
— garantir a segurança do PC principal da Div.;
— estabelecer e accionar três LR de prisioneiros (1 para cada brigada);
— escoltar os PG na sua evacuação;
— executar serviços de prebostado;

— prestação de outros serviços, inclusive o de combater como tropa apeada.

A Companhia de PM é constituída por quatro pelotões de PM a três secções e um pelotão de segurança a quatro secções.

*

Estudamos, como se indicou, as unidades que constituem em permanência a Divisão e que, com muito ligeiras modificações (em especial quanto à Div. Aerotransportada) pertencem a qualquer tipo de GU deste escalão.

Porque não desejo que este trabalho peque por extensão demasiada, não me permito detalhar a constituição daquelas unidades que são, afinal, os elementos de manobra e combate da Divisão, isto é, os batalhões. Limito-me a recordar aos meus leitores que, na Infantaria, deveremos considerar os BI, pròpriamente ditos, e os B. Mecz, enquanto na Cavalaria, teremos os G. C. C.

No que respeita a batalhões vêmo-los organizados a uma companhia de comando (na qual encontramos uma secção de vigilância do campo de batalha, um Pel. Tm., um Pel. Rec., um Pel. Mort. Pes., um Pel. AC, um Pel. Svc., um Pel. Mant. e um Pel. Sant.) e três companhias de atiradores (a três pelotões de atiradores e um pelotão de armas pesadas).

Os batalhões mecanizados têm constituição idêntica ao BI, apenas com a diferença de disporem de viaturas blindadas TT para transporte de todo o seu pessoal. De resto, a título de curiosidade se dirá que os BI são considerados, na actual conjuntura, apenas como unidades destinadas à mecanização logo que, para tal, existam os meios materiais indispensáveis.

Vejamos agora os GCC. São constituídos a um Esquadrão de Comando e três ECC. Fazem, sempre com esta constituição, parte das D. Bl, D. I, D. Mecz, Brig. Mecz. Indp., Brig. Bl. Indp., etc.

Dispõem dum total de dois CCLig (canhão de 76 mm) e cinquenta e quatro CC Med (canhão de 105 mm).

Os seus E. Comd. são constituídos por:

— Sec. Comd. Grupo
— Sec. Vig. Campo Batalha
— Sec. C. C.

— Pel. Tm.
— Pel. Rec.
— Pel. Mort. Pes.
— Pel. Svc.
— Sec. V. B. L. P. (Viat. Bl. Lanç.to de Pontes)
— Pel. Man.
— Pel. Sant.

Os ECC são, como se sabe, constituídos a três pelotões de cinco carros.

A título de curiosidade diremos que estas unidades estão armadas com carros M 60 que são equipados com motor «Diesel», com um canhão de 105 mm e que a sua autonomia é de 400 quilómetros.

*

Já vimos que o tipo de divisão resulta da quantidade e tipo de unidades de nível batalhão atribuídas àquilo que constitui a estrutura permanente divisionária.

E assim nos aparecem as DI que contam normalmente com oito BI e dois GCC; as D Mecz a sete B Mecz e três GCC; as D Bl a cinco B Mecz e seis GCC. Pelo que respeita à Div. Aerotransportada dir-se-á que o número de batalhões de infantaria aerotransportada e o número de batalhões de pára-quedistas é muito variável (seis para três, normalmente) e que as divisões deste tipo não dispõem de GCC.

Já dissemos que nas unidades das armas e serviços que constituem o núcleo divisionário permanente as diferenças que se notam são de somenos importância conforme o tipo de Div. de que se trate. Não queremos, contudo, deixar de indicar as seguintes, fundamentais no que se refere à Artilharia já que na Cavalaria, Engenharia e Serviços não existem pràticamente. Assim, na D. I. a Artilharia é toda rebocada; na D. Mecz. tal como na D. Bl esta arma é toda autopropulsada; e na D. Aero, a Artilharia é reduzida a três GAC 10,5 cm rebocados e um grupo misto de mísseis/obuses.

Ainda, quando se trata de Div. Aerotransportada o Agrup.º de Apoio de Serv. vê a sua orgânica acrescida com uma Comp. de Equipamento Aéreo.

*

E assim parece cumprida a sugestão de Sua Ex.ª o General Director da Arma a qual procurei executar com o melhor espírito de colaboração e a maior objectividade procurando ser, entretanto, o mais breve possível para não me tornar enfadonho.

Resta-me terminar com uma recomendação aos meus possíveis leitores e esta é a de que quem pensar no volume de meios que uma Divisão, de qualquer tipo dos indicados aqui, reune na sua orgânica completa, é instintivamente levado a concluir que só um país com as possibilidades dos E. U. A. pode pensar em constituir exércitos desta forma. Mas isso não constitui, de maneira nenhuma, motivo para que não estudemos atentamente os princípios em que assentou esta organização, as possibilidades que a mesma organização confere a estas GU e quais os princípios que regulam o seu emprego porque, a par do acréscimo de conhecimentos que do estudo fatalmente resulta — e não fica mal a nenhum de nós procurar obtê-lo — dá-nos uma mais completa consciência das realidades para apreciação dos problemas em que nos vemos envolvidos no mundo de hoje, para cuja resolução é cada vez mais necessário que tenhamos os pés bem assentes no chão.

Brigadeiro LUIZ DESLANDES

A rapidez é a essência da guerra. Tirai proveito da imprepa-ração do inimigo, metei-vos por caminhos inesperados e atacai os lugares não guardados.

(SUM TOÉ — ARTE DE GUERRA — 500 AC)

A Cavalaria da Guiné

O Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, em palavras que não são de mera cortesia, aprecia neste número da nossa Revista o comportamento das Unidades de Cavalaria nesta nossa Província. Ninguém com mais conhecimento de causa o podia fazer pelo que não merece a pena insistir nesse ponto, nem na satisfação que elas vão certamente trazer a todos os Cavaleiros.

As próprias palavras de S. Ex.ª, expressam conceitos de emprego que, muito me apraz registar e se não fosse a vantagem de detalhar certos aspectos técnicos, sentir-me-ia mesmo dispensado das considerações que vão seguir-se.

Com efeito, quando se empregam Unidades de Cavalaria, actuando a pé e equipadas como Companhias de Caçadores, nunca se deve esquecer que o Espírito da Arma, entranhado nos oficiais e sargentos que as enquadram, tem influência marcante em todos os subordinados. Quem assim não proceda arrisca-se a não tirar delas o melhor rendimento e, o que é pior, a desgastá-las sem benefício para ninguém.

Não é admissível que quem comanda esqueça este princípio elementar que é aplicável não só aos Cavaleiros como a todos os ramos das Forças Armadas, mas nunca é demais enunciá-lo.

Se isto é assim para as Unidades actuando com a organização da Infantaria, muito mais o é para aquelas que são especìficamente Cavaleiras como os Esquadrões e Pelotões de Reconhecimento.

Infelizmente, a experiência de cinco anos de guerra, não nos tem servido de muito neste particular e continuamos a empregar as autometralhadoras isoladas, sem o apoio de outro elemento da mesma natureza ou de secções de atiradores exploradores, transportados em viaturas blindadas.

Pois se até se tem chegado a aplicar A. M. como estáticas casamatas blindadas, fazendo parte do sistema puramente defensivo dos aquartelamentos!...

Por outro lado esta dispersão impede que os Comandantes dos Pelotões possam exercer a acção psicológica de comando sobre os seus homens e de fiscalização sobre o estado das suas viaturas. Perdem eles próprios as características que diferenciaram a sua instrução e de tudo isto resulta que acabem por não ser nem bons subalternos de reconhecimento nem de atiradores.

Penso mesmo que a própria constituição de pelotões independentes, isto é, não pertencendo orgânicamente a um Esquadrão, já tem bastantes inconvenientes. No entanto eles poderão ser atenuados, se periòdicamente se fizeram substituições desses pelotões por outros orgânicamente pertencentes ao E. Reconhecimento. E que a acção directa do capitão é muito necessária quer sobre os homens quer sobre o material e impõe-se a sua presença frequente junto das unidades destacadas e mesmo em operações em que a sua subunidade participe.

Claro está que na Guiné a natureza do solo e do clima são a maior limitação das viaturas, mas essa circunstância não é exclusiva das blindadas e não justifica portanto a sua imobilização durante a época das chuvas e muito menos na época seca.

Àquelas que pelo seu adiantado uso não possam fazer longas caminhadas, serão atribuídas outras missões como de colaborar na defesa dos aquartelamentos não como casamatas fixas, mas como elemento de intervenção móvel e activo, por meio de sortidas manobrando e envolvendo o atacante.

Mas neste caso já não se trata de verdadeiras Unidades de Reconhecimento, muito embora as suas guarnições devam manter intacto o espírito Cavaleiro.

Nunca mais poderei esquecer a lição que recebi, poucos dias depois da minha chegada à Guiné, do Comandante duma das primeiras Unidades que visitei.

Mostrou-me um abrigo enterrado, coberto de troncos de palmeiras e de terra que, ao contrário do resto do aquartelamento, extremamente cuidado, se apresentava abandonado.

— «Meu Comandante, disse-me ele, «isto» já cá estava e por isso o deixei ficar, mas não o uso. A defesa do aquartelamento faço-a no exterior e tomando eu a ofensiva!»

Entre parêntesis devo esclarecer que quem assim falava é um dos melhores capitães que têm passado pela Guiné e até pelo nosso Exército, na opinião escrita e verbal dos seus Chefes.

Pois é assim mesmo, é com este espírito manobrador que devem ser empregadas as A. M. de Rec. e não tendo-as paradas ou na simples

segurança das pistas de aterragem, como pretexto da sua difícil substituição.

À primeira vista esses argumentos podem parecer exactos, mas na realidade são errados, gravemente errados, porque os homens e as viaturas estando paradas deterioram-se mais do que andando, desde que se execute rigorosamente a manutenção diária e periódica adequada e se respeitem sujeições indicadas pelos técnicos destas Unidades, que são os seus Comandantes.

O que está certo é aplicar as Unidades de Reconhecimento, sempre que necessário, nas suas funções específicas da guerra subversiva, isto é, na segurança dos itinerários (quanto mais frequentemente se patrulha um itinerário menos probabilidades há de ele ser minado), na protecção de colunas motorizadas que tenham de se deslocar ràpidamente por necessidades operacionais (menor vulnerabilidade às minas), na reacção às emboscadas pelo fogo instantâneo e pela manobra, sempre que o terreno o permita e em golpes de mão rápidos e incisivos, sobre objectivos limitados e bem definidos.

Outra ideia bastante generalizada que convém seja revista é a de se pensar que as A. M. podem só por si, constituir unidades de reconhecimento.

Não digo que para o nosso caso específico insistamos muito em manter, com a mesma organização, as quatro secções que clàssicamente formam os Pel. de Rec. até porque essa própria organização está sujeita a evoluções, mesmo na aplicação a situações de guerra clássica.

Certamente prescindiremos, na maioria dos casos, da Secção de Exploração, clàssicamente montada em «Jeeps», dada a sua nula protecção contra emboscadas e a sua pouca utilidade sempre que a marcha seja à base de itinerários, que não permitem desenvolvimentos laterais, ou a rápida exploração de zonas arborizadas, de pequena densidade e extensão; poderemos também prescindir da Secção de Apoio, desde que não possa fazer fogo de cima das viaturas, dado o tempo morto que precede a sua actuação, especialmente se dispuzermos de A. M. equipadas com lança-granadas, ou de AML (viatura equipada com morteiro que também faz tiro tenso).

Mas já o mesmo se não pode dizer da Secção de Atiradores, transportada em viaturas blindadas donde façam fogo, ou saltem ràpidamente a coberto dos empates directos do In. (saída da guarnição pela porta da retaguarda).

É a esses atiradores que incumbe quer a defesa próxima das A. M. especialmente contra as armas anticarro, quer a reacção à emboscada

pelo seu fogo a coberto de blindagem, quer a manobra a pé protegida pelas A. M. para envolver o In. ou pequenos aglomerados populacionais onde se suspeite da sua presença, misturado com elementos fiéis.

Sei das dificuldades com que se tem lutado até ao presente para dotar as nossas Unidades de reconhecimento com as adequadas viaturas blindadas de T. P. (transporte de pessoal) e o que se tem improvisado, geralmente com recursos locais, que duma maneira geral não satisfazem ao mínimo das características exigidas, por falta de materiais adequados.

Claro que o ideal tem-nos sido vedado pela conhecida «boa vontade» de alguns dos nossos «leais» aliados, mas como já estamos habituados a passar sem o óptimo e mesmo sem o bom, creio que não será muito difícil adaptar alguns dos tipos de viaturas de que dispomos, a essa função.

Para isso devemos fixar-nos num mínimo de características a exigir à viatura base e depois adaptar-lhe uma blindagem lateral, de fundo e de cabina, bem como, se possível, uma torre ou escudo igualmente blindados para a metralhadora ou metralhadoras que, de preferência, deverão ser de 12,7.

Penso que para estas funções certos tipos das nossas viaturas T. G. podem satisfazer, desde que se faça judiciosa escolha entre aquelas de que dispomos, de modo a aguentarem a sobrecarga de peso que uma verdadeira blindagem, muito embora incompleta, possa acarretar-lhes.

Em artigo escrito, há tempos para a «Revista» preconizava o emprego de «Unimogs» blindados. Já não penso assim no momento presente porque, pelo que me tem sido dado observar, a sobrecarga exigida tiraria a estas viaturas a mobilidade que é vital para o desempenho das suas funções.

Resumindo e para terminar julgo que:

É inconveniente, fragmentar as unidades de Reconhecimento abaixo de secção, (com base no mínimo, de uma A. M. e um T. P. BL).

É inconveniente manter as viaturas e guarnições paradas «para as poupar» especialmente em climas húmidos como são geralmente os tropicais.

É inconveniente dispersar as subunidades de reconhecimento pelos Batalhões, mas quando o fizermos, como reforço eventual, teremos sempre de lhes atribuir os órgãos de manutenção necessários.

É inconveniente pensar-se que as unidades de reconhecimento se resumem às viaturas blindadas de reconhecimento.

E isto porque, quer seja em guerra clássica, quer em guerra subversivas, as viaturas blindadas, sejam C. C. sejam A. M., necessitam sempre da protecção de atiradores.

E especialmente pela natureza das operações pedidas às unidades de reconhecimento que esses atiradores têm que pertencer à mesma unidade e estarem portanto perfeitamente integrados e ligados moral e psicològicamente pelo Espírito do Corpo que só integralmente se consegue entre indivíduos da mesma Unidade e da mesma Arma.

Brigadeiro REYMÃO NOGUEIRA

A boa Cavalaria é essencial requesito para a guerra, e mesmo tão essencial da Milícia, que sem ela fica **manco** o Exército, como um corpo sem pés.

(O MELHOR LIVRO DA GUERRA — 1708)

GOLPE DE MÃO? ATAQUE!

Existe uma terminologia militar que se destina a definir determinadas acções. Recentemente a actividade a que fomos forçados no Ultramar originou, por se entender que tudo era novo, novos termos que procuram definir uma táctica nova.

Não podemos concordar com muitas novidades das quais vamos tomando conhecimento, antes estamos convictos que não houve grandes revelações, a não ser para aqueles que se esqueceram que na vida é necessário além de recordar, realizar e prever.

Como nem todos os intervenientes têm a capacidade de interpretar e fazer leis, especialmente pela falta de conhecimentos militares que lhes permitam comparar a fim de ajuizar com rigor, surgiu uma anarquia nos termos e o que é pior nos conceitos e ideias.

Poderá dizer-se que é apenas uma questão de palavras. Puro engano, as palavras têm o seu verdadeiro significado e destinam-se a expressar determinados conceitos ou ideias que não podem deixar de influenciar um estado de espírito ou uma mentalização definida.

Assim, verifica-se que é vulgar ouvirmos falar de guerra subversiva quando se devia enunciar guerra de guerrilhas. Todos nós já lemos no nosso programa e horário de instrução, «exercício em ambiente de guerra subversiva» quando na realidade se deveria ler «exercício de contra guerrilha». Sem nos querermos alongar diremos que guerra subversiva é Estratégia e guerrilha ou contra guerrilha é Táctica.

Não são só as acções tácticas de guerrilha e contra guerrilha que são merecedoras do estudo de quem se vê envolvido numa guerra

subversiva. As forças armadas têm que estar aptas a poder fazer face a um conflito armado do tipo convencional, porque a máquina subversiva pretende conseguir uma montagem e consolidação, de modo a vir a accionar um conjunto de forças armadas que pode constituir um verdadeiro exército rebelde. Esquecendo-nos deste pormenor corremos o risco de retrogadarmos para o guerrilheiro, enquanto o guerrilheiro evolue para o militar.

A emboscada, o golpe de mão, não são acções novas ou desconhecidas e, sendo especialmente utilizadas pela guerrilha, são tão velhas como ela e como a própria Guerra.

No campo táctico a guerrilha caracteriza-se por ter de seguir um procedimento que resulta de ser mais fraca em meios do que as forças que se lhe opõem. Estas, pelo contrário, não devem desprezar o que é realmente a sua maior vantagem, o seu maior potencial de meios.

Por certo, se um elefante tiver que dominar um gato não o conseguirá se pretender arranhá-lo.

Conhecer a técnica, saber executar um golpe de mão e realizá-lo, em circunstâncias especiais e com fim determinado, é muito diferente do conceito de que todas as nossas acções ofensivas são golpes de mão. Para mais, um golpe de mão não pode deixar de ser caracterizado por um acentuado espírito de retirada, embora associado a um elevado espírito agressivo. É realizado por uma força que em virtude do segredo do seu deslocamento, do assalto fulminante ao objectivo e da necessidade de conseguir surpresa, precisa de ser de pequeno efectivo e possuir mobilidade para se furtar à reacção do inimigo que pode colocar nesse ponto mais meios.

Dois casos então se podem verificar, ou para se ter iniciativa e realizar acções ofensivas se têm que executar golpes de mão, quase como um modo normal de procedimento em virtude da inferioridade de meios, ou o golpe de mão é executado por vezes e com uma finalidade determinada, embora se possua maiores possibilidades de meios. No primeiro caso surge uma acção ofensiva característica da guerrilha, um dos seus processos normais de actuação, no segundo surge uma possibilidade de adopção das forças regulares para atingirem determinada finalidade, mas nunca um processo normal de actuação.

As forças de contra guerrilha podem colocar meios superiores em determinado momento e em determinado local e é nesta vantagem que elas terão que basear a sua actuação. Como tal, para as forças regulares o golpe de mão é uma acção com uma finalidade específica, e o que é específico não é normal. Qual então a acção ofenssiva normal?

Sem dúvida nenhuma o ATAQUE. Atacar, no seu pleno significado, aproximar-se, destruir, aniquilar, capturar e ocupar.

Contudo, de certo modo uma novidade surge neste ataque contra qualquer instalação rebelde. Para a nossa formação táctica clássica, o ataque contém normalmente a ideia de passagem para a nossa posse de determinado ou determinados pontos do terreno. Ele está ligado ao conceito de ponto importante. Por isso, se uma força tem a missão de atacar uma posição, o facto de conseguir a ocupação do objectivo é considerado em muitos casos como tendo obtido a finalidade em vista, mesmo que a guarnição inimiga retire. Nesses casos ocupar um ponto e mantê-lo é o êxito procurado independentemente das baixas causadas ou da captura de elementos ou armamento inimigo.

Nas acções de contra guerrilha tomam sempre aspecto fundamental o aniquilamento ou captura dos elementos e armamento inimigo. Conseguirem os grupos inimigos furtarem-se à nossa acção, evitarem o contacto com forças de efectivos e possibilidades superiores não é renunciar à luta mas um processo de actuação que lhes permite evitar o seu aniquilamento, para que possam tomar a iniciativa em determinado momento e local mais favoráveis. Portanto, fiquemos com a ideia de que numa acção de contra guerrilha, não basta conseguir a ocupação de um ponto antes ocupado por uma força de guerrilha, mas conseguir esmagar essa força, aniquilando-a, ou neutralizá-la, capturando-a, pois o fundamental é causar baixas. Passemos pois a analisar o modo de executar um ataque, não um golpe de mão, a um acampamento, quartel, central ou casa de mato rebelde, nomes por que usualmente são conhecidas as instalações inimigas.

Para o bom êxito de um ataque a uma destas instalações é fundamental o factor surpresa. Ela é o resultado do binómio segredo e rapidez e de tal modo que se possuirmos meios que nos permitam realizar um ataque com a máxima rapidez, o segredo é secundário por o inimigo não ter tempo para tomar as posições que lhe permitam reagir ou furtar-se à nossa acção. Evidente é a enorme vantagem da existência de helicópteros para o transporte de forças de intervenção, sem os quais nem sempre é possível obter a rapidez indispensável para se obter surpresa. Na maioria dos casos a velocidade (rapidez) é de nível tão baixo que a surpresa só seria obtida se o segredo fosse num nível tão elevado que está fora das nossas possibilidades.

Outra noção se torna necessário frisar, o planeamento de um ataque deve ser tanto mais minucioso quanto menores forem as nossas possibilidades da rapidez. Com um mínimo de preparação é fundamental,

num ataque, a acção de assalto, enquanto que com o aumento de preparação do mesmo, surge, tomando progressivamente papel mais importante, a acção de detenção dos elementos inimigos.

Para análise de um ataque desta natureza, passamos a considerar como força actuante um grupo de combate (Pel. +), o objectivo ocupado por uma força inimiga de efectivo ao alcance das possibilidades de um grupo de combate e localizado numa região onde é possível a actuação e manter-se o efectivo indicado para as nossas forças. Caso contrário as forças a empenhar terão que ser de maior efectivo mas a sua articulação e processo de actuação é o mesmo.

A articulação deverá ser:

Grupo de Assalto — Uma ou duas secções (conforme a possibilidade de resistência a prever no objectivo).

Grupo de Detenção — Duas ou uma secção (conforme os itinerários de retirada do objectivo).

Reserva e Apoio — Uma secção (dotada de lança-granadas foguete e morteiro ligeiro).

Passaremos a decompor a acção por fases, para melhor compreensão:

1.ª Fase — PREPARAÇÃO

Há que não esquecer os mínimos detalhes: quanto ao inimigo, suas possibilidades e valor, seus hábitos, sistema defensivo e de vigilância; quanto ao terreno, se possível, natureza e configuração do objectivo, percurso a realizar, itinerários de acesso e de possível retirada do inimigo caso se furte à nossa acção, existência de campos de tiro e obstáculos; quanto às nossas forças, instrução da acção a realizar, fardamento, equipamento e material com que devem ser dotadas, a certeza absoluta que todos conhecem as suas missões, prever evoluções de situação, definir com precisão o respeitante a reabastecimentos, ligação, evacuações, hora e sinal para o desencadeamento do assalto.

2.ª Fase — APROXIMAÇÃO

— Deslocamento

O deslocamento terá de ser realizado de modo a que se obtenha silêncio, alerta permanente, segurança constante, possibilidade de reacção pronta, segredo. Normalmente será apeado e iniciado de noite,

para que o assalto seja desencadeado ao amanhecer. O percurso a efectuar, por vezes, terá que ser muito mais extenso do que o necessário para que se consiga decepção.

— **Entrada em Posição e Espera**

Durante este período pode-se gorar toda a surpresa. É extraordinàriamente difícil acercarmo-nos do objectivo e permanecer nas suas imediações sem sermos pressentidos. Contudo, é indispensável consegui-lo sem o que não será possível desencadear o assalto com a eficácia desejada.

O grupo de assalto entra numa posição de espera, pronto a irromper no objectivo logo que o crepúsculo o permita.

O grupo de reserva e apoio, normal localização do comandante da força, aguarda e ocupa uma posição da qual possa apoiar o assalto, se o inimigo se revelar resistindo, ou reforçá-lo.

O grupo de detenção ocupa, emboscado, posições nas principais linhas de retirada do inimigo, a fim de, por actuar sobre elementos em retirada, aumentar as baixas obtidas no assalto.

Os grupos em que se articula a força atacante não devem separar-se, de modo a que não seja possível o seu apoio mútuo ou uma reunião parcelar ou total, para fazer face a qualquer ameaça. As características do terreno, as possibilidades e valor do inimigo imporão as distâncias referidas. Todo o conjunto e grupos parcelares devem em todas as circunstâncias prover à sua segurança em todos os sentidos. Há vantagem em que o ponto de irradiação seja o mais avançado possível por razões de segurança, em relação à surpresa passa-se o contrário.

3.ª Fase — ASSALTO

Com a máxima agressividade dá-se entrada no objectivo procurando-se efectuar o maior número de baixas e o seu domínio por uma cuidadosa ocupação do mesmo. Deve evitar-se ter que eliminar sentinelas, pela grande dificuldade em o conseguir sem quebrar a surpresa, antes se deve actuar de modo a que a sentinela venha a ser mais uma baixa mas no momento do assalto, quiçá a primeira.

O grupo de reserva e apoio entra no objectivo após o grupo de assalto e estabelece imediatamente a segurança periférica.

4.ª Fase — CONDUTA NO OBJECTIVO

Neste momento é possível que já tenham entrado em acção os grupos de detenção por se lhes terem revelado elementos inimigos em retirada do objectivo. Neste, o grupo de assalto passou a realizar a busca e limpeza, reunião de material e documentos bem como prisioneiros e feridos.

A sinal ou por ligação rádio (todos os grupos devem ser portadores de um rádio) os grupos de detenção reunem-se no objectivo. Deslocam-se de modo a que fique batida a região dos itinerários de possível retirada de elementos inimigos, desde as suas posições até ao objectivo. Neste, reforçam a reserva e apoio na sua missão de segurança, ou o grupo de assalto na sua missão de busca e limpeza, conforme o que for mais necessário.

Em seguida deve realizar-se uma acção de batida na área circundante do objectivo, a fim de serem detectados, caso existam, esconderijos de material, elementos inimigos escondidos, etc. Esta acção é realizada pela Reserva e Apoio reforçada com todo ou parte do Grupo de Detenção. O Grupo de Assalto, só ou reforçado com parte do Grupo de Detenção, mantém a posse do objectivo (neste ou num local prèviamente determinado será o local de reunião) e está apto a poder reforçar a acção de batida que se está realizando.

5.ª Fase — REUNIÃO E REGRESSO

A força reunir-se-á num local prèviamente determinado e escolhido de modo a que os vários grupos se desloquem o menos possível isolados, quer no espaço quer no tempo. Será reorganizado o dispositivo de marcha e sempre que possível deve ser utilizado um itinerário diferente do da ida e até à chegada à base devem ser tomadas rigorosíssimas medidas de segurança.

Em síntese, recordemos:

1.ª Fase — Preparação

Missão — Estudo — Organização — Missões aos diversos elementos — Instrução — Segredo

2.ª Fase — Aproximação

Surpresa — Segurança — Espírito de Missão

3.ª Fase — Assalto

Oportunidade — Agressividade — Rapidez

4.ª Fase — Conduta no Objectivo

Segurança — Tarefas definidas — Controle

5.ª Fase — Reunião e Regresso

Segurança — Reorganização — Segurança

Necessário é que uma ideia persista. Foi estudado um ataque feito por um Grupo de Combate porque para o efeito era o efectivo necessário. Neste tipo de acções é fundamental o acerto do efectivo a empregar. É preciso não esquecer que em muitas situações apenas podemos contar connosco. Se é certo que não se devem abandonar mortos ou feridos, teremos que empregar os efectivos necessários para efectuar a sua segurança e a evacuação com os meios suficientes mas sem que possa ser afectado o cumprimento da missão. Devemos sempre ter bem viva na memória a velha máxima *«Há grandes inconvenientes em recolher à cavalariça um cavalo que acaba de borregar»*.

É possível atacar com um Grupo de Combate? Os grupos de assalto, de detenção, apoio e reserva serão secções.

Terá que se atacar com uma Companhia? Os grupos serão Pelotões ou Grupos de Combate.

O inimigo, as características do terreno e a região poderão até impor que os grupos sejam Companhias.

A necessidade de se obter uma decisão militar favorável e o nível atingido pelo inimigo imporão os meios a empregar. Eles terão que estar de acordo com as nossas máximas possibilidades. O que se pretende atingir, tem que ser atingido. O empenhamento necessário pode e deve obrigar a sacrifícios e a uma mentalização adequada.

Empenharmo-nos com espírito de economia, quero dizer poupança, pode originar que no futuro para nada sirva o que julgámos inconsequentemente poupar.

Major RICARDO DURÃO

O Comando em Campanha

Comandar em campanha — particularmente numa campanha como esta em que andamos empenhados — é um acto que requer muita ponderação e muito cuidado, já que, da eficiência da acção do comando, dependerá sempre o êxito das missões e a segurança em que as tropas trabalham, sejam as de quadrícula, sejam as de intervenção, sejam quaisquer outros — especiais — que se apliquem.

A acção do comando em campanha terá de exercer-se, assim, no conjunto e no particular, com base nas *Transmissões e no PCA*, através duma infra-estrutura técnica eficiente que garanta a ligação, e duma observação aérea bem orientada que permita a cada comandante de operação, de agrupamento ou de sub-agrupamento, dispor sempre dos precisos factores de espaço, tempo e informação, para poder decidir bem e na devida altura.

Nas transmissões, como afinal em tudo quanto se relaciona com a vida militar, há vícios de paz e vícios de guerra. O preciosismo das transmissões, será um vício de paz. O uso indiscriminado do PCA, por sua vez, gerado pelas próprias características desta campanha, pode considerar-se um vício de guerra, principalmente se o Comandante se preocupar mais em fazer PCA do que em actuar com os seus colaboradores, de um PC terrestre bem localizado no dispositivo.

A questão está, pois, em se encontrar, para o procedimento dos comandos o justo equilíbrio de funcionamento e emprego destes dois preciosos e únicos meios de que um comandante dispõe para prever, dirigir e accionar as suas forças em situações de campanha.

Passemos a analisar separadamente estes dois meios de acção — as TRMS e PCA — para, no fim, os conjugarmos numa ideia ou ponto de vista que nos parece, de facto, equilibrado e válido, porque ambos são, realmente, precisos e preciosos.

1 — As Transmissões

O problema das TRMS é sempre absorvente, seja qual for o escalão de comando que se considere, constituindo uma preocupação para todos os comandantes a ligação que têm de estabelecer e manter com os escalões subordinados.

Pela nossa parte, porque entendemos não dever transcender o escalão em que, pela hierarquia e pelas funções, estamos colocados, vamos discorrer sobre ele apenas a partir do escalão *Batalhão* ou *Agrupamento* correspondente em operações, deixando aos mais altos escalões operacionais e técnicos, o estudo em âmbito mais largo.

Num Batalhão, para o serviço das TRMS, há um conjunto de pessoal técnico que é encabeçado pelo oficial de TRMS da Unidade — Comandante do PEL. TRMS — dispondo para a execução daquele serviço, de determinado pessoal e material orgânicos — os sargentos e operadores, mensageiros e criptos e os postos e respectivos acessórios. Neste aspecto orgânico e técnico, pode dizer-se que tudo quanto se relaciona com as transmissões está certo — matemàticamente certo.

No ponto de vista operacional, também está certo incluir-se, como acontece, nos E. M. dos Batalhões, o Of. TRMS, oficial especializado que, fazendo parte da equipa do Comando da Unidade, é — ou deve ser no comando do Batalhão — um precioso e indispensável elemento a ouvir, sempre que haja dispositivos a estabelecer ou manobras a executar. É ele quem elabora os anexos de TRMS dos planos e ordens de operações — documentos sem dúvida, os mais importantes entre todos os outros. Assim, ele terá de estar integrado desde o princípio nos conceitos da operação e nas particularidades das missões; terá de estudar detidamente a situação, o terreno, os meios, as efemérides; terá ainda, não raro, que impor condicionamentos técnicos à execução e que implicar com certas instruções de coordenação, e até, quiçá, com as missões das subunidades. Só depois de distribuídos os Planos e as Ordens de Operações, ele pode deixar de ser elemento do E. M. para passar, então, como OTRMS e CMDT/PEL. TRMS, a um executivo.

Nem sempre isto acontece. Os Planos fazem-se, as ordens saem, as missões atribuem-se e definem-se, e, à última hora, manda-se o OTRMS elaborar o seu anexo para as transmissões de acordo com os ITTMS em vigor.

Este procedimento parece-nos, de facto, inconveniente, para não dizermos manifestamente errado, já porque, as disposições dos Planos

e Ordens de Operações poderão não ser completamente exequíveis em relação ao aspecto técnico das transmissões, já porque o anexo das transmissões para poder corresponder realmente às necessidades da ligação, não pode ser feito à pressa e tem que ter em vista todos os factores positivos e negativos que nela podem influir.

Para elaborar o seu anexo de TRMS, o OTRMS, não poderá limitar-se, portanto, a contar os postos de cada tipo, a distribuí-los pelas redes a formar; a fazer uma meia dúzia de bolas num papel e a ligá-las por linhas de várias cores. Ele terá de trabalhar, como já se disse, desde o princípio, com o O. Op, e, que estar bem senhor do que é preciso fazer-se em matéria de transmissões no âmbito do E. M., elaborando o seu ANEXO e respectivos Apêndices. Ele é, sem dúvida, a seguir ao Oficial de Operações, o elemento mais importante para o Comandante, na fase preparatória, e para o qual não pode haver segredos.

Isto quanto ao OTRMS como Oficial do E. M. da Unidade.

Depois, o mesmo Oficial, como Comandante do Pelotão de Transmissões, irá verificar o material, fará a distribuição dos sargentos e especialistas pelos diferentes postos, velará pelo condicionamento dos meios a transportar, e, finalmente, olhará pela sua instalação. Como O. TRMS, fiscalizará o serviço, velará pela segurança física do material e pelo cumprimento das regras de exploração e das medidas de segurança táctica regulamentadas ou por ele próprio estabelecidas, de acordo com a situação e desenrolar da acção.

Isto, quanto ao O. TRMS, como Comandante do Pel. Transmissões e Custódio de material Cripto e técnico especializado e credenciado pela CHERET.

Os Sargentos de Transmissões, serão, pròpriamente, os executores do serviço. Como comandantes dos postos de transmissões montados, eles, essencialmente técnicos na sua formação, terão a preocupação dominante de garantir as transmissões e de fiscalizar o registo e a escrituração de todos os documentos que importam àquele serviço, bem como o procedimento dos operadores.

Os operadores, por sua vez, serão os agentes, os homens que recebem e transmitem as MSGS tal como lhes são entregues, segundo as regras de exploração das transmissões em vigor e a preparação técnica que lhes é dada.

Até aqui, como se viu, tudo está de acordo com o que se encontra regulamentado. Porém, na prática, nem sempre assim acontece, ou seja, nem sempre se confere ao O. TRMS a importância que merece,

nem as coisas correm como é preciso para que as comunicações se garantam em todas as circunstâncias.

Dada a importância da ligação numa campanha em que os dispositivos são fluídos e dispersos e o terreno — muito acidentado e muito coberto —, raramente ajuda, há muitas vezes que ajustar o procedimento, mais às necessidades, do que às leis formais.

Desta maneira, o estudo da situação implica quase sempre o estabelecimento de PTRMS avançados para garantir a ligação dos vários agrupamentos e subagrupamentos em operações, postos esses que não poderão ser apenas simples «relais» mas PC onde os comandantes, com elementos do seu comando, estejam em condições de decidir e de dar solução aos problemas que porventura surjam no decorrer da acção, acompanhando bem de perto as operações em curso.

2 — O PCA

O PCA é um vício de guerra, se se considerar que é este o único meio de que se dispõe para exercer a acção de comando em campanha e não o outro — das TRMS pròpriamente ditas — a que já nos referimos.

Que o PCA é um meio imprescindível de comando, não temos dúvida alguma. Que se possa, só através dele, comandar uma operação, pessando o comandante todo o tempo no ar e fora do seu PC terrestre, não nos parece corial, dadas as limitações a que as suas decisões não poderão deixar de estar sujeitas nestas condições. A base do comando tem de ser sempre o PC terrestre — mais ou menos avançado — onde funciona um CTRMS que ligue todos os S/Agrs, e onde se encontram registadas, estudadas, e recortadas todas as informações, incluindo aquelas — preciosas — que o PCA pode fornecer.

A ideia de que, no escalão BATALHÃO, o mais importante é o PCA está portanto certa, apenas na medida em que a observação aérea — directa ou indirecta — é indispensável à condução e manobra dos S/Agrs, mas crê-se que será sempre impossível comandar bem só pelo PCA e através deste. Numa posição central ou avançada, rodeado dos elementos do seu E. M. e dos meios técnicos precisos para uma decisão ponderada, um CMDT poderá decidir melhor, perante as informações que vá coligindo e, aquelas que, dum PCA completamente orientado lhe possam ser transmitidas oportunamente. No PCA, o CMDT poderá ser substituído com vantagem por um bom observador

aéreo com experiência e perfeitamente integrado no seu conceito de operação. É que do Comandante estar em PCA, e o de não poder estar sempre no ar e em toda a parte ao mesmo tempo, implica, muitas vezes, que se fixa a um único Agrupamento do seu Comando, esquecendo ou tendo que abandonar temporàriamente os outros, ou, ainda, tendo que tomar do ar decisões muito precipitadas.

Por outro lado, será sempre de um ponto central que se comandarão melhor as forças, com uma visão mais realista do terreno, que não do ar, onde, sobretudo se a prática de PCA não for grande, é afinal estimar mal as distâncias e os acidentes.

É de acordo com este ponto de vista que se junta ao problema das transmissões em campanha que já abordámos, este da ligação ar-terra e terra-ar, e que se considera o PCA como um complemento de toda a ligação que tem de ser estabelecida, e não como meio principal — e para muitos — único de comandar em campanha.

Um comandante de vários agrupamentos ou subagrupamentos tem de manter sempre o controle da situação do conjunto das forças que comanda e só se justifica que se desloque ele próprio em PCA quando porventura surja, nesse conjunto, um problema grave a resolver particularmente num dos elementos que manobra ou tem disposto.

Assim, o PCA, em vez de constituir um simples passeio pelos agrupamentos ou subagrupamentos, deverá obedecer a um planeamento e a ordens prèviamente estabelecidos para a sua execução, ordens que deverão abranger o conjunto do dispositivo e da manobra.

Concluimos, pois, para terminar, pela necessidade dum estudo judicioso das transmissões, infra-estrutura eficiente e prática que sirva, de facto, os Comandantes nos seus PC recuados ou avançados, e que inclua o PCA como elemento e não como base do comando.

De resto, quem está em terra, seja num PC, seja a executar a manobra, aprecia sempre mais a orientação que lhe vem de terra, do próprio comandante, pelas ordens que dele emanam, do que a direcção que eventualmente lhe seja dada — sem motivo premente que o justifique — fora das missões que anteriormente lhes tenham sido determinadas. Para quem está em terra, com uma missão específica para cumprir, é sempre desagradável ver essa missão alterada inopinadamente. O que ele pede, normalmente ao PCA não são novas missões, mas essencialmente a sua localização e uma orientação para os objectivos que tem de alcançar e que bater. É que todos sabem que as mudanças bruscas das missões e dos conceitos de operação, se traduzem muitas vezes em esforços inúteis, em perdas de oportunidades e em

perturbações dispensáveis por parte de quem está empenhado, a quem assim são muitas vezes pedidos esforços, que podendo não ser inúteis, custam imenso a fazer, só porque não estavam previstos e porque para eles nem o espírito nem o corpo estavam preparados.

3 — **Maneiras de Comandar**

— *Organização*
— *Disciplina*
— *Espírito de Corpo*

Há tantas maneiras de comandar quantos os comandantes. Por isto mesmo, naquelas tropas que não sejam simplesmente «bandos armados», impõem-se regras comuns — leis e regulamentos — que condicionam a acção do comando de acordo com os diferentes escalões e estabelecem os distintos graus da hierarquia e as prerrogativas das várias funções e especialidades. O simples «bando armado» vai-se, assim, transformando progressivamente num complexo orgânico que se pode simbolizar pelo sólido geométrico piramidal. No vértice, estará, lògicamente, o COMANDANTE, e, dele para baixo, escorrendo pelas faces da pirâmide, correspondentes a cada sector de actividade ou de especialidade, toda a hierarquia, que termina, na base, no último grau do comando, que será o do próprio soldado, comandando-se a si mesmo.

É a organização que determina a forma do sólido. É a disciplina que permite mantê-lo invariável na sua estrutura, isto é, garantir a coesão da matéria que o forma. Finalmente, é o espírito de corpo, que lhe imprime uma vida própria e preserva a forma sólida material, das desagregações que, o meio ambiente, em que a forma está e funciona, pode produzir.

Vimos, pois, que a forma da pirâmide depende da organização, e, assim, na maneira de comandar, não pode um comandante desprezar ou menosprezar — nem em relação aos escalões, nem às especialidades — este importante aspecto do organismo que comanda, seja ele um Exército inteiro, seja apenas um Grupo de Combate.

Na sua maneira de comandar, muito menos pode desprezar ou menosprezar a disciplina, força coerciva que mantém o Exército, ou o Grupo de Combate na sua estrutura orgânica, e garante o seu funcionamento regular como organismo, força que, afinal, conserva o próprio homem no seu equilíbrio dentro do corpo que lhe pertence, ou a que pertence.

Para tanto, terá naturalmente o comandante que derramar a sua acção disciplinar através e de acordo com a escala hierárquica decrescente, de modo que, mesmo sem a sua presença, a unidade exista e funcione tal como ele o pretende, e independentemente da sua presença física, que não pode estar ao mesmo tempo em toda a parte. Portanto, todo aquele comandante que não transmitir a sua acção de comando através dos comandos seus subordinados, de cada sector e especialidade, ultrapassando-os, desconsiderando-os ou desprestigiando-os, até aos últimos escalões, pode, de facto, alcançar junto destes, — últimos — muita popularidade e certo domínio pessoal, mas criará, — para si próprio e para o conjunto que comanda — uma posição efémera, já que, fora da sua presença, nada funcionará bem, e, mesmo quando está presente, nada funcionará como deve ser. Ele poderá, por arrastamento ou impulsão, levar os seus soldados até onde quiser, mas não deixará de sofrer tormentosas desilusões, quando quiser que eles o façam por si próprios ou levados por outros. Queixar-se-á então amargamente dos seus colaboradores directos, e da disciplina da sua unidade pela qual se sente responsável. Contudo, quando assim acontece, alguma coisa está errada na sua maneira de comandar, que é condição essencial para se ser BOM Comandante o saber catalizar a colaboração de TODOS os subordinados e manter a disciplina do grupo formado em todas as situações e circunstâncias de tempo e de lugar.

Finalmente, vale a pena abordar esse tão discutido como transcendente aspecto da vida de qualquer unidade que é o ESPÍRITO DE CORPO — ou seja, a própria essência da vida do agregado.

Podemos admitir que uma unidade exista só porque se organizou e se impôs uma disciplina ao seu funcionamento. Ela existirá, de facto, em condições normais de existência, isto é, desde que o serviço que lhe seja pedido se enquadre na capacidade normal de rendimento dos elementos que a compõem e resistência moral e física que os caracterize no geral e no particular. Pode ser, mesmo, uma unidade considerada BOA, na rotina duma guarnição e no espectacular formalismo das paradas e dos «Tatoos».

No entanto, se uma unidade nestas condições não estiver imbuída de verdadeiro Espírito de Corpo, se a sua actividade e apresentação tiverem por base, apenas, o fachadismo e a exploração fácil de certos aspectos negativos dos homens, — a vaidade, o orgulho, a ambição — muito terá, também, que sofrer o seu comandante, quando, ao exigir-lhe um esforço transcendente, não vir, a unidade do seu comando e os seus «garbosos» militares, corresponderem esforçadamente ao esforço

pedido. Neste caso, ele terá de concluir que, — afinal — à sua Unidade falta Espírito de Corpo, ou que este se não enformou nas faculdades positivas dos homens e dos conjuntos que são as VIRTUDES CÍVICAS e MILITARES que formam as pessoas e caracterizam as Instituições.

O Espírito de Corpo é ALMA que, em cada momento, destila no alambique do Tempo através da Tradição e da História as virtudes das Instituições — neste caso, da Instituição Militar. Assim, o Espírito de Corpo, não pode ser só propaganda e fachada, mas terá que ser alguma coisa mais que não se cria, mas que se vai buscar a uma fonte que, como todas as fontes, brota duma nascente, e que, como todas as nascentes que o sejam verdadeiramente, é inesgotável. Deste modo, nós não entendemos a validade do Espírito de Corpo duma Unidade — dum Grupo de Combate, por exemplo — que não se integra sucessivamente no Espírito dum Esquadrão, dum Regimento, duma Arma de Cavalaria, dum Exército, e, duma Instituição Militar que englobe todas as Forças Armadas. Não entendemos, precisamente pela mesma razão, que se despreze ou menospreze o Espírito de determinada Arma ou Força Armada, na formação do Espírito de Corpo de qualquer Unidade de qualquer escalão, mesmo quando por simples questão de conceito ou necessidades tácticas, haja que uniformizar a orgânica, as designações ou as insígnias, os procedimentos e os métodos de aplicação.

Atribuimos ao Espírito de Corpo, portanto, extraordinária importância na vida duma Unidade, porque, se a organização lhe dá forma e a disciplina lhe garante o funcionamento regular, o Espírito de Corpo dá-lhe o alento preciso para viver, e para transcender, em todas as situações e circunstâncias — particularmente nas duma campanha — aquilo a que as Leis e Regulamentos obrigam e a disciplina impõe, para a levar além — diremos ainda — da própria existência viva de toda a Unidade, e de cada um dos seus homens.

É por isso que afirmamos, para terminar, que a força anímica do Espírito de Corpo, processando-se como a orgânica e a disciplina segundo uma escala de valores, é de primordial importância para a formação duma Unidade, que, tal como o Homem isolado, tem que possuir, como HOMEM verdadeiro, FÉ, CONSCIÊNCIA e CORPO, e não, apenas, viver uma existência como uma colmeia ou um formigueiro.

*

Ao abordar este tema que, à primeira vista, pode parecer pretenciosamente filosófico, estávamos a pensar nos jovens oficiais do nosso

Exército, e, particularmente, da nossa Arma, a quem são confiados actualmente funções de comando e a grave responsabilidade da condução de homens em situações de campanha. Temo-los visto comandar — e comandar bem — temo-los visto, também, muitas vezes, mergulhados em sérias dificuldades para se libertarem dos condicionamentos e limitações que a sua rápida ascensão não pode deixar de implicar. Foi por isso que nos resolvemos a abordar este tema, e nos permitimos, mesmo, aconselhar, a que nunca se esqueçam que comandam homens e não coisas ou números, homens que, sendo todos diferentes, nunca poderão ser tratados da mesma maneira, por fórmulas rígidas ou prepotência de atitudes. Principalmente em campanha, os galões vão-se esbatendo à medida que os verdadeiros chefes vão crescendo na qualidade e no número, porque, até o homem sòzinho se tem de comandar a si próprio. Mas também não podem nunca esquecer — mesmo em campanha — que é a organização que estabelece a ordem dos valores e o seu grau; que é a disciplina que impõe o respeito de cada um por cada outro; e o espírito de corpo que obriga todos a sacrificarem os seus interesses particulares ao conjunto que formam.

E, nesta base, aqui deixamos um conceito que ouvimos muitas vezes a um grande Comandante que já tivemos.

COMANDAR É PREVER, É DIRIGIR, MAS É, TAMBÉM, PROMOVER BOAS VONTADES

Major ANTÓNIO MACHADO

O verdadeiro CHEFE é aquele que pensa, medita, estuda e decide pelos outros; aquele que não dorme, e só poderá dormir depois de assegurado o repouso de quantos lhe devem obediência; que não come, e só poderá comer depois dos seus subordinados receberem a alimentação; que só dá uma ordem quando assegura os meios de a executar. É CHEFE aquele que nunca repousa, pois mesmo durante o sono, o seu subconsciente se preocupa com os assuntos que decidirá na vigília.

Cavalos na barra do Quanza

A CAVALARIA A CAVALO NO ULTRAMAR

Duas opiniões:

I — A CAVALARIA — MEIOS E MISSÕES

(Esboço de estudo sobre o emprego do cavalo)

Tenente-Coronel L. BARROS E CUNHA

II — HISTÓRIA ANTIGA... QUE SE REPETE...

Major DUARTE SILVA

A CAVALARIA

Meios e Missões

Esboço de estudo sobre o emprego do cavalo

1 — **Generalidades**

a) Em todos os tempos e em todos os Exércitos se passaram em revista:

— Meios
— Técnicas
— Métodos
— Etc.

b) Também e em consequência, a orgânica, a articulação das Armas e Serviços foram objecto de estudos, com duas finalidades fundamentais:

— Economia com eficiência (assegurada ou até incrementada).
— Equilíbrio entre as Partes Componentes dos Exércitos.

c) A Cavalaria, adentro do nosso Exército, cabe uma missão que, excluindo os conceitos extremistas e inaceitáveis de preponderância ou eclipse, tem de ser cumprida, viva e equilibradamente, em conjugação com as missões das restantes Armas. Isto como parte duma ideia mais geral do jogo equilibrado das Forças Armadas, representadas pelos seus diferentes ramos.

A consumação duma política terá fatalmente de ter sempre disponíveis «recursos de força», eficientes e equilibrados quanto aos seus componentes.

d) Em relação à Arma de Cavalaria parece oportuno esboçar-se um estudo em que sejam reavaliados os recursos materiais colocados à sua disposição, para cabal cumprimento da missão ou missões em que seja mais rendosa a sua aplicação.

e) Os meios postos à disposição da Cavalaria têm sido, por ordem cronológica:

— o cavalo
— o motorizado
— o blindado
— o helicóptero (por ora só em países de mais largos recursos).

O mais antigo meio, o cavalo, foi nestes últimos tempos suprimido como meio de guerra. Realmente nos conceitos de guerra moderna, clássica ou atómica, não haverá lugar para o cavalo, como meio de combate.

Assim restou à Arma de Cavalaria a utilização do motorizado ou do blindado, uma vez que, certamente por condicionamentos de ordem material, lhe está vedado o acesso ao helicóptero, complexo, caro e com limitações de emprego consideráveis.

f) Também compete, *e bem*, à Cavalaria contribuir para o esforço que as nossas Forças Armadas vêm desenvolvendo no Ultramar, na defesa duma Ordem que importa, antes de tudo, assegurar e proteger. A honra desse contributo activo não deverá ser-lhe retirada.

g) Contudo, um reexame de meios e aplicação, não teria cabimento, não seria oportuno?

No nosso Ultramar o emprego do cavalo, em «Cavalaria a Cavalo», seria em absoluto descabido?

O uso do cavalo indiscriminadamente no Ultramar parece absurdo «a priori»!

Mas, só por isso, será de excluir o reexame do seu possível emprego, não terá cabimento a sua aplicação? Não será de reconsiderar este precioso meio?

h) Mais concretamente, em Angola e em Moçambique, os espaços grandes, os «pisos» das vias de comunicação, a economia dos nossos recursos (militares e nacionais), a acessibilidade de tantas zonas, o controle de pontos sensíveis e de populações, não aconselhariam o retorno ao uso da «tropa a cavalo»?

i) O facto do signatário já ter percorrido Angola desde o Lobito até ao Dundo e Cacolo, passando por Henrique de Carvalho e Luso, grande parte de avião e viatura, permite-lhe atrever-se ao que se segue.

2 — **O Porquê do Estudo**

a) Desde que o autor deste Esboço de Estudo chegou a Angola vem trocando impressões com camaradas, ouvindo com atenção as expressões resultantes das suas experiências e convicções.

Se, de algumas e bem poucas, ressalta um relativo saudosismo, a grande parte, embora revelando individualidade de conceitos, é objectiva e realista.

b) Foram lidos com particular interesse dois artigos do Sr. Capitão de Cavalaria Fernando de Almeida:

— «Cavalaria a Cavalo em Angola?» (*Revista da Arma da Cavalaria* — 1963 — Pág. 289)
— «Emprego da Cavalaria a Cavalo em Angola» Sim! (mesma Revista — 1964 — Pág. 231),

sendo o segundo artigo objectivo e expressando um conceito de emprego bastante interessante.

c) São considerados e discutidos diferentes critérios, mas um «factor comum» existe em todos os critérios surgidos:

— a consideração da vantagem de se reencarar o cavalo como meio de utilização possível em Angola, com utilidade —

e, por natural extensão, deverá pensar-se do mesmo modo relativamente a Moçambique.

d) Também foram ouvidos pareceres de técnicos (de Medicina Veterinária e de Agricultura), cujas informações se consideram preciosas.

3 — **Finalidade do Esboço de Estudo**

a) Analisar as Missões e os Meios da Cavalaria, face aos condicionalismos do Ultramar e da Economia Portuguesa, para Angola (como para Moçambique).

b) Encarar a economia de meios militares que pudesse ser efectuada, ou o aumento do seu rendimento, por um melhor ou mais concentrado aproveitamento.

c) Lançar as bases de partida para um Estudo Completo, a executar forçosamente por uma equipa, que, para um só, seria tarefa desmesurada.

d) Assinalar repercussões e possibilidades que, excedendo embora o âmbito militar, nem por isso deixam de ser de considerar como muito importantes, pelas suas naturais consequências, adentro da economia geral e segurança das Províncias Ultramarinas.

4 — **O Cavalo**

a) *Parte geral*

Interessa estudar a sua aplicação, tendo em conta suas vantagens e limitações.

Vulgarmente, sem uma análise mais profunda, põe-se de parte o cavalo, absolutamente «a priori».

Contudo em Angola (como em Moçambique) a vida do cavalo é possível. É um animal útil e rendoso. Haja em vista a sua aplicação por nativos, no Sul de Angola.

A sua alimentação não constitui problema especial.

A saúde do cavalo pode, modernamente, ser encarada com mais optimismo.

b) *Limitações*

(1) *A Doença*

Existem várias doenças que não são insuperáveis:

— Doença do Sono — Há vacinas e também há largas zonas onde não existe esta doença (ou não há mosca infectada);
— Horse-Sickness — Há vacina (fabricada na União Sul Africana);
— Sarna — A limpeza diária e a «pasta de enxofre» aplicada com oportunidade obviam tanto a sarna na pele como nos cascos;
— Timpanismo — Basta evitar a variedade de capim que provoca esta doença do aparelho digestivo.

Também há regiões onde é de considerar a altitude, que apenas reduz o rendimento e resistência aos grandes esforços e, mesmo assim, relativamente.

(2) *Alimentação*

As grandes distâncias poderiam fazer supor problemas de alimentação.

Contudo há pastagens, por toda a parte onde existem «anharas», «mulolas», mesmo no tempo de cacimbo, e há possibilidades de obter apoio nos Postos Administrativos por meio de lavras (para milho, soja, forragens: folha de batata doce, folha de gergelim, etc.).

Desta forma se reduziria o volume de carga alimentar ao indispensável para serem vencidas as maiores distâncias (e também no que respeita a «grão», que, aliás, poderia ser obtido em qualquer «sanzala»).

Citam-se diversos tipos de grãos: milho, «massango», «massambala», painço, ginguba (amendoim), «ohassa» (parecido com «massambala»).

É de notar que no Centro e Sul é fácil a cultura de fava.

(3) *Tratamento*

O tratamento basear-se-ia no recurso a veterinários civis.

(4) *Ferração*

Grande parte das zonas permitem encarar o uso do cavalo desferrado (chão mole e arenoso), parecendo suficiente o endurecimento do casco pelo trabalho ou uso de ingredientes endurecedores. As soluções de sulfato de cobre são preventivas de micoses.

(5) *Abrigo durante as intempéries ou para descanso ou protecção de feras*

Um simples alpendre coberto a capim, circundado de estacada, junto de «quimbos» ou das Administrações parece ser suficiente.

(6) *As grandes distâncias e a sua fraca velocidade*

c) *Vantagens*

(1) Acessibilidade possível de todas as zonas, particularmente as zonas interditas a viaturas na época das chuvas.

(2) O detalhe de observação: a fraca velocidade permite um exame mais cuidadoso das zonas a percorrer.

(3) A discrição da deslocação: bastante silencioso em relação à viatura, de noite não é visto à distância, como é óbvio.

(4) Menor vulnerabilidade, por poder actuar em grupos reduzidos, actuando mais dispersos.

(5) Possibilidades de se deslocar ao longo das zonas sensíveis, por exemplo, ao longo de caminhos de ferro.

(6) Possibilidades de complementar a acção de outras forças militares.

5 — **O Pessoal**

a) Quadros de instrução e monitores

Dentro dos actuais quadros de Oficiais da Arma ainda é possível obter os recursos de instrutores necessários à preparação progressiva de tropas de Cavalaria a Cavalo.

Com o decurso do tempo, estas possibilidades irão sendo reduzidas até à extinção completa.

Dentro dos actuais quadros de Sargentos, teriam pràticamente de ser reconstituídos todos os monitores.

b) Enquadramento

O enquadramento conviria ser feito, com Oficiais e Sargentos Metropolitanos e Angolanos, (ou Moçambicanos), tirando os seus cursos na E. P. C., para maior homogeneidade de formação.

c) Praças

Seria conveniente o «sistema misto» com 1/3 de Metropolitanos, 1/3 de brancos de Angola (ou Moçambique) e 1/3 de nativos, (ou proporção aproximada).

Na Secção poderiam encarar-se equipas mínimas de 3 elementos (2 equipas-esquadras por Secção), além de 1 Comandante da Secção e 1 Comandante de Esquadra, (8 elementos ao todo).

d) *Alimentação*

É um problema algo complexo que só um estudo profundo permitiria resolver com a flexibilidade necessária.

A exploração de recursos locais (caça, frutas) permitiriam aumentar largamente a autonomia alimentar das Unidades.

NOTA — *Os Cuanhamas* são considerados *bons cavaleiros* que utilizam o cavalo no pastoreio de gado. Serão recursos imediatos de recrutamento de pessoal.

6 — **Os Meios**

a) *Animais*

A adquirir na União Sul Africana ou na Argentina, a exemplo do que já se fez para Moçambique e também para Angola (Campanhas do Sul de Angola dos princípios do século) e Metrópole, com base em animal rústico e económico. Considerando a carga no dorso reduzida ao indispensável, conviria um tipo de animal de relativamente reduzido porte, necessàriamente de menor custo.

b) *Viaturas*

— Por Pelotão — 1 TG 3/4, c/atrelado 1 ton, c/rádio
— 1 TG 1/4 (viatura de ligação) c/rádio
— Por Esquadrão — 2 TG 21/2 ton, c/atrelado 1 ton
— 2 TG 1/4 (viatura de ligação) c/rádio

c) *Armamento*

Que lhe permita maior eficiência com menor carga de transporte:

— Espada (?)
— Catana ou «iavite» (vulgo: «javite»)
— Pistola Metralhadora 9 mm (carregadores no cavaleiro e peitoral com cartuchos) — larga dotação, portanto
— Granada de mão (ofensiva de preferência).

d) *Transmissões*

E/R transistorizados a pilhas — a estudar (podendo usar-se antena horizontal estendida por 2 cavaleiros, para aumento de alcance):

— 2 por Secção — (1 por Esquadra)
— 2 por Pelotão — para ligação com as Secções
— para ligação com o Esquadrão
— 2 por Esquadrão.

NOTA — Conviria material do mesmo tipo, podendo algum posto servir de rádio-relais, se tècnicamente for viável. (Para a PM em Lisboa, por exemplo, foi considerado conveniente e atribuído material «Storno»).

7 — **Organização**

a) *Das Tropas*

A estudar:

— dentro da Arma
— dentro do âmbito F. Armadas-Exército num plano de conjunto visando:

— economia de outros meios
— reforço de outros meios

a encarar com flexibilidade para cada Província e a fasear no tempo.

b) *Das Unidades a constituir e seu volume*

A planear convenientemente, mediante Estudos Completos.

8 — **Consequências possíveis**

a) *De âmbito militar*

(1) Possível economia de meios actualmente existentes (há unidades que têm de fazer patrulhamentos a pé, por falta de material — patrulhamentos de forçosamente reduzido âmbito).

(2) Efeito moral causado pela visita de zonas inacessíveis a outros meios.

(*A ilustrar:* uma entidade teve, para encontrar um determinado elemento, de fazer 20 km de «Land-Rover» por uma picada, 20 km através de mata onde não existia trilho e, encontrando um pontão interrompido, fez mais de 20 + 20 = 40 km a pé, para conseguir o efeito pretendido).

(3) As extensas fronteiras poderiam ser mais eficientemente patrulhadas.

b) *De âmbito «militar-civil»*

Lançar as bases de criação de uma Guarda Rural (tipo Serviço Rural da Guarda Nacional Republicana), que poderia ser independente da P. S. Pública, por meio de pessoal permanente (permanência ao serviço e nos locais), à custa de pessoal do Exército que fosse passando à disponibilidade. Isto traduzir-se-ia, possìvelmente, em sensível e progressiva economia de Forças do Exército.

c) *De âmbito económico*

(1) Criação posterior de cavalos na Província (nas Províncias) com o consequente incremento de riqueza pecuária, fixação de pessoal, etc.

(2) Com a difusão do cavalo, aumentar-se-iam:

— possibilidades de pastoreio de gado de outros tipos, com a utilização do cavalo por pastores, (além do cavalo para tiro e para carne).
— disponibilidade de pessoal na província conhecedor do cavalo, com prática de o utilizar e conhecedor do terreno.

d) *De Recrutamento Militar e possível constituição de uma Guarda Rural*

A disponibilidade de pessoal habituado ao campo e ao cavalo, com mentalidade de cavaleiro e de caçador, permite aumentar os recursos de recrutamento, e o seu aproveitamento traria certamente economias noutros sectores.

9 — **Preparação e Estruturação**

a) *Preparação*

Tanto a preparação do homem (instrução a cavalo e do tratamento do cavalo, uso das armas a cavalo, etc.), como o treino do cavalo (aceitação da sela, do cavaleiro, a sua utilização no tiro e uso de armas brancas), como a preparação do binário «cavaleiro-cavalo», requerem grandes cuidados e são morosas.

Assim, caso a matéria deste Esboço de Estudo venha a ser considerada de interesse, impunha-se «um trabalho concorrente» que permitisse a montagem das estruturas cavaleiras, dentro de prazos de tempo convenientemente encurtados.

b) *Estruturação*

A tropa a cavalo terá de ser constituída em unidades que permitem o seu estabelecimento em:

— *unidades de quadrícula* (para efectivos equivalentes, as áreas controladas poderão ser maiores ou mais rendosamente aproveitadas).
— *unidades (elementos de reforço a outras tropas)*, sejam estas tropas de quadrícula ou sejam de intervenção (onde for viável).

O Comando e vida administrativa teriam de ser estudados, evoluindo necessàriamente, no tempo, em função do desenvolvimento e alterações do emprego dos meios militares e à medida que outras estruturas (Guarda Rural) fossem sendo criadas.

A ligação com as autoridades administrativas e gentílicas era conveniente. A permanência nas zonas e a permanência ao serviço (pessoal da Província) tornariam essa ligação fácil e natural.

10 — **Outros Dados**

a) A Cavalaria, a ser constituída, seria do tipo «Unidade de equipamento muito aligeirado», para permitir uma muito larga autonomia e raio de acção.

b) Para a P. S. P. de Angola, em Luanda está a ser considerada a constituição de uma unidade a cavalo para serviço urbano.

c) Nas Campanhas do Sul de Angola, no Cuamato, foi preciosa a acção da tropa a cavalo, preparada e instruída na Província.

d) O prestígio alcançado, pelo homem que usa o cavalo sobre o homem que se desloca a pé, é grande. Os chefes gentílicos consideram-no factor de prestígio, o cavalo impõe o respeito!

e) Algumas autoridades administrativas já propuseram a constituição duma «Guarda Rural», a cavalo, como também algumas entidades já utilizaram o cavalo, para uso pessoal, em funções de serviço.

f) Há a assinalar a deslocação de grandes quantidades de gado desde o Sul da Província para o Norte de Lunda, a T. T., acompanhado por pastores nativos a pé, com as inerentes dificuldades de controle do gado a deslocar, vivendo o gado de pastagem nos percursos, e o pessoal de recursos de fortuna ou géneros comprados, em todos os períodos do ano. Isto permite considerar, como perfeitamente possíveis, extensas deslocações de tropa a cavalo.

g) O cavalo não consome «sobressalentes» nem exige instalações caras, com pessoal de elevado grau de tecnicismo, isto é, torna-se económico em «preciosas divisas».

II — **Em Resumo**

a) A utilização de tropas a cavalo (em Angola, como em Moçambique) afigura-se de grande oportunidade e de largo alcance económico:

— militarmente, para o esforço que a Nação vem desenvolvendo (encargos resultantes).
— nas consequências pelo «interesse» a que pode dar lugar.

b) A tropa a cavalo permitiria uma quadrícula de grande eficácia, um reforço de forças de intervenção, o que poderia traduzir-se em:

— economia geral de efectivos
— aumento de rendimento de outras tropas.

c) A obtenção e rendimento do cavalo (alguns anos de bons serviços com grande economia de recursos) poderia ser bem mais fácil e menos oneroso que a de veículos motorizados (cujos problemas viria atenuar):

— recorrendo a países fornecedores de cavalos até à montagem de uma criação suficiente (a criação uma vez montada, só iniciaria

a sua rentabilidade no fim de 5 a 6 anos, no mínimo, acrescidos do tempo, desenvolvimento, selecção e treino, etc.).
— promovendo fomento interno, com vantagens.

d) O armamento seria sucinto (possível de fabrico nacional).

e) O armamento do adversário teria o seu rendimento diminuído em relação à tropa a cavalo, actuando sempre em O. Dispersa e com pequenos efectivos, francamente remuneradores portanto.

f) As outras tropas poderiam, mais fortemente e com maior segurança, empenhar-se.

g) Dotada com meios de transmissão adequados, a obtenção de notícias e a sua imediata exploração poderiam ser alcançadas.

12 — **Projecto de Propostas**

Caso haja cabimento para o pensamento agora expresso:

a) Que seja apreciado o presente Esboço de Estudo como possível ponto de partida para Estudos Completos sobre a matéria.

b) Que, em consequência de *a*, considerando o rendimento imediato que a tropa a cavalo poderia dar, fosse estudada a sua estruturação, em planeamento concorrente das entidades intervenientes no assunto.

c) Que, mediante voluntariado e com pessoal dos B. Cav. ou C. Cav. existentes em quadrícula, fossem constituídas as primeiras unidades de Cavalaria a Cavalo, a que forçosamente haveria que reunir pessoal branco e preto (Cuanhamas, por exemplo) natural de Angola (e Moçambique), para maior facilidade de vida e rendimento operacional.

13 — **Final**

Como estudo de iniciativa pessoal, não se pretendeu fazer trabalho inédito, antes abordar, o mais realistamente que foi possível, assunto tão difícil e talvez até melindroso, passível de interpretação de «saudosismo».

A economia (rendições, abastecimentos, aquisições, manutenção, etc.), o rendimento (não haver pràticamente zonas inacessíveis), a utilidade admissível foram o móbil deste despretencioso trabalho.

Tenente-Coronel LUIZ BARROS E CUNHA

História Antiga... que se repete...

O assunto já não é de hoje. Mesmo quando ainda não se pensava no motor para substituir o cavalo e a muar no Exército, já havia quem quisesse levar o cavalo a África e quem fosse de opinião contrária. Por volta de 1894 havia pelo menos duas figuras, e eram figuras com letra grande, Mousinho e Caldas Xavier, que eram da opinião que o cavalo daria rendimento na guerra do sertão. Se na altura o primeiro ainda não tinha o prestígio que depois veio a conquistar, já não se se podia dizer que fosse um sonhador, ignorante do problema africano. Já tinha experiência da Índia e do Sul de Moçambique, e além disso sempre foi um estudioso e profundo conhecedor da História Militar. Mas era um cavaleiro, e portanto aos olhos de muita gente, isso tornava-o suspeito. Mas, Caldas Xavier era infante e já nessa época uma autoridade nas campanhas africanas. Foi este ilustre oficial que um dia escreveu «O efeito de uma carga de Cavalaria, sobre os nossos inimigos, inteiramente estranhos ao combate desta Arma, deve ser explêndido e terá a vantagem de entusiasmar as massas da guerra-preta dos nossos régulos armados de escudo e de azagaia». António Enes não era da opinião que os cavalos fossem a África, mas principalmente por razões não tácticas. Mais tarde veio-se a provar que todos tinham razão. Quando foi possível ter Cavalaria na altura própria os resultados foram brilhantes e deram inteira razão a Mousinho e Caldas Xavier. Não me vou alongar a descrever Macontene, Maputo, perseguição ao Maguiguana, Môngua e tantas outras acções, não é essa a finalidade destas linhas embora seja sempre muito agradável recordá-lo. Mas António Enes também tinha razão. Foi sempre muito difícil conseguir e manter os cavalos, e se não fosse essa dificuldade a relação das vitórias da Cavalaria em África seria muito maior, teria morrido menos gente e as campanhas teriam durado muito menos tempo.

Mas isto tudo é «História antiga». Será?

Estão a decorrer operações em África.

Ainda se porá o problema do cavalo ir ou não ir dar uma vez mais a sua contribuição para a vitória das Quinas?

Não será mesmo ridículo falar no problema numa época em que a surpresa pode ser conseguida pelos helitransportados, pela velocidade das viaturas, e pelos efeitos da aviação e até em certos casos da Artilharia?

Poderemos pensar nos efeitos da carga da Cavalaria, da novidade da Arma ou no entusiasmo que provocaria nos que estão ao nosso lado, como dizia Caldas Xavier?

As dificuldades para criar e manter unidades a cavalo serão as mesmas?

Em setenta anos a Ciência não teria conseguido que os cavalos se dessem em África?

Em que condições seria de pensar na chamada, mais uma vez, às fileiras do velho companheiro de armas?

É na resposta a estas perguntas, e na troca de opiniões que daí possa resultar que eu vejo a repetição da «História antiga». Infelizmente os arguentes e os defensores não têm os nomes gloriosos dos que discutiam este mesmo assunto há setenta anos.

Não me proponho discutir a guerra de Angola duma maneira geral. Angola é muito grande e os factores em que se pode basear uma discussão deste género, a missão, o inimigo, o terreno e os meios estão constantemente a variar, mesmo dentro da cada zona. Refiro-me portanto ao que conheço por ter vivido, e não pelo que tenho lido ou ouvido. E começo por fazer uma afirmação: Justificam-se unidades a cavalo nalgumas regiões da ZIN.

Mas para quê? Não certamente para repetir a gloriosa carga de Macontene.

Vejamos algumas das características duma unidade a cavalo e como reagem com os factores atrás indicados.

1 — *Velocidade* — Numa região com uma boa rede de estradas e que sejam transitáveis em todas as épocas, não se pode comparar a velocidade de uma unidade a cavalo com a de uma unidade motorizada. Mas, certas regiões da ZIN estão muito longe de obedecer a estas duas condições e é do conhecimento de todos a influência que principalmente as condições atmosféricas, as obras de arte, e os obstáculos têm na velocidade das viaturas nas picadas. A velocidade de uma unidade a cavalo

em relação aos meios modernos não será grande mas não é afectada a não ser um pouco pelo calor. Ainda reagindo com o factor terreno conclui-se que muitas linhas de água que constituem obstáculo para os meios auto não o são para o cavalo. As matas densas são obstáculo, mas já o capim que por vezes chega a ser obstáculo para o próprio homem, não o será na maioria das vezes para o cavalo. Quanto ao acidentado do terreno, é aí que em determinadas regiões o cavalo dará maiores vantagens. Há regiões planas onde as viaturas podem andar à sua velocidade normal mesmo fora das picadas, especialmente no Sul mas há as regiões que sem serem consideradas montanhosas e sendo de capim, são intransitáveis por viaturas, e, o homem a pé encontra muitas dificuldades. São regiões onduladas, no género da serra d'Ossa. Aí será onde melhor rendimento se tirará da velocidade do cavalo. Ainda não comparámos esta característica com o factor Inimigo justamente para o fazer ao mesmo tempo com o factor Missão. A velocidade duma unidade a cavalo, apesar de algumas histórias que se contam, em relação ao In é bastante superior nas regiões com características atrás indicadas. As nossas missões podem ter aspectos muitos variados e numa dessas variedades, a interdição de fronteiras por exemplo ou patrulhamento, o In não é só constituído pelos super-homens que entram nas tais histórias e já vi as NT não serem capazes de agarrar povos constituídos por velhos, mulheres e crianças só por não terem velocidade. Em determinadas regiões as informações chegam sempre atrasadas e normalmente sabe-se onde eles passaram e não onde vão passar, mas a perseguição torna-se muito difícil e justamente porque ao homem a pé lhe falta a tal velocidade e a viatura não vai lá. Há de facto os helicópteros, mas não estão ali à mão e também teriam muitas sujeições que todos conhecemos (estão verdes, como diria a raposa).

Concluo que a velocidade das unidades a cavalo é um factor positivo para:

— Missões tipo interdição de fronteira, perseguição de bandos e patrulhamentos.
— Em terrenos que não tenham matas cerradas, mesmo que sejam cortados por linhas de água médias, ou de capim ou muito ondulados.
— Em regiões onde os outros meios não possam tirar partido da sua velocidade.
— Onde o In procure passar desapercebido, sem ter grande poder de fogo, ou onde actue em bandos móveis.

As unidades a cavalo perdem velocidade em terrenos pantanosos, escarpados e em matas densas.

2 — *Flexibilidade* — Se em qualquer tipo de guerra esta é uma qualidade essencial, na guerra subversiva ainda se torna mais necessária. As unidades a cavalo são flexíveis no terreno, na organização e com grande poder de adaptação e improvização visto que o conjunto cavaleiro-cavalo transporta em si tudo o que lhe é necessário. Este conjunto constitui só por si uma «unidade» tal como o atirador. O poder de adaptação de uma unidade a cavalo a alguns dos tipos de operações desta guerra é notável. Especialmente para acções do tipo perseguição, batida e patrulhamento.

Quando focar a mobilidade deste tipo de tropa, farei reagir a flexibilidade com os factores da decisão.

3 — *Raio de acção* — Reconheço que este é um dos pontos sensíveis da defesa da volta do cavalo a África. Os defensores intransigentes desta tese podem ir à História ou a recentes resultados desportivos buscar exemplos em que unidades a cavalo ou cavaleiros conseguiram médias que ultrapassam em muito o que se pensa que um cavalo pode dar. Mas essas médias não se podem pedir durante períodos muito prolongados e a cavalos e cavaleiros não especializados. Quando apareceu o motor nos Exércitos, os últimos defensores do cavalo chegaram a imaginar grandes viaturas que transportariam as unidades para as regiões onde tivessem que actuar. Se a ideia fosse prática seria em parte uma solução para este senão do cavalo. Mas isso seria já sonhar. Defendamos a vinda do cavalo a África, mas dentro das realidades.

Embora seja arriscado dizer números, considero que o raio de acção de uma unidade tipo pelotão não deverá ultrapassar os vinte quilómetros o que daria ao esquadrão, e nas condições que adiante indicarei a possibilidade de cobrir uma frente de 120 km.

4 — *Mobilidade* — Consideremos no conjunto a velocidade, a flexibilidade e o raio de acção de uma unidade a cavalo. Dentro de um círculo de 20 km de raio um pelotão pode aparecer em toda a parte, em pouco tempo e sejam quais forem as condições atmosféricas, não sendo na maioria das vezes obrigado a percorrer caminhos onde pode ser esperado. O esquadrão faria o mesmo numa faixa, com 40 × 120 km.

Mas, seria preciso inventar uma região em que as missões, o terreno e o In fossem todos a favor do emprego deste tipo de unidades. Talvez essas regiões não existam. Mas há-as, e é por experiência que o digo, em que um grande número de *missões*, em grandes faixas de *terreno*, e onde o *In* a maioria das vezes permitiriam tirar muito rendimento de unidades a cavalo e onde os *meios* de que dispomos NÃO satisfazem para o cumprimento da missão. Pode-se até acrescentar que a área atribuída às unidades que actuam nessas regiões corresponde sensìvelmente às áreas atrás indicadas para as unidades a cavalo.

Seria portanto uma forma de emprego de unidades a cavalo a atribuição de pelotões às companhias que actuam nessas regiões. A velocidade do cavalo entraria em acção quando o motor não pudesse ser utilizado ou quando a do homem a pé fosse insuficiente. A flexibilidade destas unidades permitiria várias combinações orgânicas e inclusivamente o seu emprego a pé. O seu raio de acção permitiria a criação duma zona de insegurança para o In onde o infante chegaria esgotado ou seria denunciado pelo motor.

Mas não é só a linha de raciocínio de Mousinho e Caldas Xavier, os tácticos, que interessa considerar. Ao logístico com certeza que surgem muitas dúvidas, como surgiram a António Enes. Antes de se responder a essas dúvidas vejamos quais são as habituais, e depois peçamos aos técnicos que nos digam quais as soluções. Não conheço nenhum trabalho actualizado sobre o assunto. Neste assunto nem tudo o que se pensava há setenta anos ainda é válido, mas estou habituado a ouvir pôr essas dúvidas, o que não tenho ouvido são as respostas.

5 — *O cavalo dá-se em África?*

África é muito grande. Qual cavalo? Há tantas raças.

Que há muitos cavalos na África Portuguesa posso desde já dizer que sim e até das raças mais delicadas. Até se pode constatar que os sítios onde há mais, Lourenço Marques e Beira, são justamente os locais onde tantos morriam e davam preocupações a António Enes. Não sou veterinário, mas julgo não escrever uma grande asneira se disser que desde que seja escolhido o tipo de cavalo e sejam tomados os cuidados necessários, o cavalo dá-se em toda a parte, e se não der faz-se um tipo de cavalo que se dê. A Ciência e a necessidade conseguem tudo. Em Luanda há cavalos, no planalto há cavalos, há mesmo quem diga que na Barra do Cuanza há uma manada selvagem e se os bovinos se dão também o cavalo se dará. Mas, nas campanhas do prin-

cípio do século morriam às centenas a ponto de às vezes serem substituídos por mulas. A Ciência não dispunha dos meios que dispõe hoje, mas se durante o estudo do assunto se chegasse à conclusão que seria preferível a mula, seria mesmo a mula. Não é a Cavalaria da luva branca que estou a defender. Se fosse preciso que em vez de cavalgar tivéssemos que «camular» não haveria grande inconveniente, seria mais um meio na já longa lista de que a Arma de Cavalaria se serviria.

6 — *E o que comeriam os cavalos?*

Fala-se muito em capim, mas para já, há muitas espécies de capim e as boas nem sempre estão à mão. Mas mesmo quando o houvesse e bom, animais submetidos a grandes esforços, não se aguentariam só com capim. Seria de facto mais um problema a resolver mas julgo que não seria muito difícil. Há hoje rações modernas que são baratas e de fácil transporte por serem leves e pouco volumosas. A parte de alimentação não seria difícil pois que o pior de transportar, o capim, haveria quase sempre no local. O problema da água é que seria um dos principais condicionamentos na atribuição das unidades a cavalo, atendendo o que cada um precisa de 18 a 20 litros diários.

7 — *E as emboscadas?*

O cavalo é um alvo muito grande. Quando uma unidade a cavalo cair numa emboscada, com certeza que fica lá toda. Esta afirmação que é uma ideia generalizada merece ser discutida. Se é verdade que o conjunto cavalo-cavaleiro é bastante mais volumoso que o homem a pé e portanto melhor alvo, é-o muito menos que qualquer viatura onde vão concentradas maior número de vidas. Há a parte psicológica, porque numa viatura se vai atrás de qualquer coisa, que na verdade não dá protecção e a cavalo vai-se a peito descoberto. Mas na realidade há menos probabilidades de se ser atingido a cavalo que numa viatura. E sendo o cavalo um ser vivo, poria muitas vezes o problema a quem atira se ao cavalo ou ao cavaleiro. Em trilhos encaixados uma unidade a cavalo ficaria em más condições ao ser emboscada, mas já atrás se disse que este tipo de unidades não seria indicado para todas as espécies de terreno. Por outro lado a reacção a uma emboscada, em terreno aberto, por uma unidade a cavalo seria desconcertante. No entanto uma emboscada num terreno mais aberto não será muito fácil de montar a uma unidade a cavalo, pela dispersão com que esta se des-

loca, pelo comandamento que tem o cavaleiro e pela frente que a unidade pode explorar. Por outro lado, a perseguição estaria facilitada se o terreno fosse favorável.

Há ainda outras características das unidades a cavalo que na guerra subversiva têm grande interesse e que são:

8 — *Capacidade de transporte*

A autonomia de uma unidade a pé numa zona onde haja água mas em que não possa ser reabastecida por via aérea, dificilmente ultrapassa os cinco dias e é preciso que se consigam carregadores. Na Indochina os franceses consideravam que cada cavalo tay correspondia a quatro carregadores e lá a selva não fica nada a dever à nossa. Por outro lado o carregador indochinês era mais resistente do que aqueles de que normalmente dispomos. Numa unidade a cavalo além da montada de cada homem há ainda os cavalos bastes o que equivale a conseguir uma autonomia de cerca de trinta dias se utilizarmos o mesmo número de bastes que carregadores. Quando não fosse aconselhável a utilização da unidade a cavalo, poder-se-ia utilizar só os bastes para substituir os carregadores que por vezes não se conseguem. É de salientar que tem havido muitas ocasiões em que, se os reabastecimentos tivessem sido feitos a dorso teriam chegado primeiro devido às condições do terreno ou obstáculos postos nas picadas. Também é de considerar que este meio de transporte funciona sempre mesmo que a ONU resolva dificultar os reabastecimentos ou não haja peças de reserva.

9 — *Barulho nos deslocamentos*

O pouco barulho que uma unidade deste tipo faz ao deslocar-se, se a considerarmos em relação a uma unidade motorizada também pesa na balança como uma vantagem e é sabido que o silêncio nos deslocamentos é uma das condições para se obter a surpresa tão desejada.

10 — *Instrução*

As dificuldades da instrução e consequente recompletamento de uma tropa a cavalo sempre foram uma das características que tornou o cavaleiro uma tropa que deve ser empregada com usura. No entanto para esta tropa a cavalo não seriam precisos grandes «calções». Pouco

mais seria necessário que serem capazes de se transportar a cavalo e terem o à vontade necessário para o manejo da espingarda mesmo montados. A instrução seria exactamente a dada ao actual atirador, acompanhada de equitação e tiro a cavalo. Certamente que seriam necessários talvez mais dois meses de instrução, mas ainda o que considero mais difícil é tornar-se a pôr a máquina em condições de funcionar. Perdeu-se uma sequência que não se pode improvisar, e se nos lembrarmos que as últimas gerações de oficiais de Cavalaria não fazem ideia do que é o cavalo militar teremos de reconhecer, embora com bastante pena, que seria uma dificuldade arranjar os quadros e «infra-estruturas» necessários para pôr de pé uma tropa a cavalo.

Conclusões

Nas condições actuais da guerra em Angola justifica-se e é tècnicamente possível o emprego de pequenas unidades a cavalo que actuariam em colaboração com as unidades de quadrícula. Essas unidades estariam em zonas de infiltração em que o terreno fosse favorável. Há bastantes ZA com estas características e tenho ouvido infantes e artilheiros dizer que «o que ali dava era uma unidade a cavalo». Essas unidades estariam preparadas para o combate a pé e teriam uma orgânica semelhante à do Esquadrão a cavalo reforçado com um pelotão de bastes e meios rádio.

Este trabalho não pretende estudar o pormenor e como tal não faço considerações quanto aos tipos de cavalo, armamento, fardamento e o que mais seria necessário para manter unidades a cavalo no mato.

Até certo ponto as principais razões dos opositores a esta ideia serão as mesmas dos opositores de 1894, mas além dessas há a acrescentar o desconhecimento ou esquecimento do que é uma unidade a cavalo, o estorvo que seria para quem a tivesse de utilizar pois que não vem no livrinho de capa azul e além disso há um argumento que afasta definitivamente o cavalo de África: os americanos não o usam e o Ché também não.

Mas lembro que esta guerra é nossa, que em guerra subversiva já somos maiores e vacinados e que acima de tudo estamos a combater AQUI e contra ESTE inimigo.

Major DUARTE SILVA

Administração de uma Companhia em Angola

Muito se tem escrito sobre a actuação de várias unidades e subunidades em Angola no ponto de vista operacional e focado vários aspectos no decorrer das diferentes operações. Conselhos sempre úteis não só para quem actua pela primeira vez, como até para aqueles que já mais de uma vez têm estado no Ultramar, durante o actual período. Porém, sobre o ponto de vista administrativo pouco se tem dito e, no meu Batalhão, falava há dias o meu 2.º Comandante, que seria interessante que se focasse num simples artigo os diferentes aspectos administrativos de uma Companhia e quais as dificuldades que surgem a um Comandante de Companhia que pela primeira vez, nessas funções, venha para Angola.

Não se pretende, de forma alguma que este artigo venha substituir a leitura das diferentes NEP das Chefias dos Serviços, todas elas bastante pormenorizadas e onde tudo se encontra bem explicado, merecendo jus a que se reconheça que muito se tem feito para apresentar os diferentes assuntos de forma clara e estando tudo taxativamente determinado e dentro do possível simplificado.

Pretende-se, porém, dar uma ideia geral da administração de uma subunidade de modo a poder-se fiscalizar e não assinar de cruz os documentos que lhes põe na frente. Já tem acontecido, o que tem de se admitir, haver por vezes faltas administrativas, algumas graves, de que o capitão é responsável e se deram por falta de conhecimentos e de fiscalização do capitão que a maioria das vezes tem na sua Companhia pessoal inexperiente e nem sempre dedicado.

Veremos então, os seguintes assuntos:

— *Vencimentos do pessoal*
— *Fundos do tesouro*

— Despesas com o pessoal
— Despesas com o material
— Despesas com pagamento de serviços e diversos encargos

— *Fundos privativos*
— *Fundos à responsabilidade da Companhia*
— *Fardamento*
— *Reabastecimento de Combustíveis e Lubrificantes*

Vencimento do pessoal

Em Angola, os Conselhos Administrativos das unidades de reforço foram extintos passando a estar a cargo das companhias todas as funções administrativas com excepção da elaboração dos vencimentos do pessoal. Os vencimentos que até à data da extinção dos C. A. estavam a ser elaborados, para sargentos e praças pelas companhias e para oficiais pelos C. A. passaram a estar a cargo da Chefia de Contabilidade da RMA, subordinados ao novo método mecanográfico.

No fim de cada mês, receberá a companhia uma relação numérica e nominal de todos os militares, com o vencimento a que cada um tem direito, sendo essa relação acompanhada de um boletim de vencimentos, um para cada militar, onde vêm discriminados os abonos e descontos introduzidos. Acompanhando esta relação vem também o cheque da importância total a pagar.

A elaboração dos vencimentos ao pessoal, por parte da Chefia do Serviço de Contabilidade e Administração, é feita de acordo com as alterações introduzidas nos mapas de alterações (m/3 para oficiais e sargentos e m/4 para praças) a enviar no fim de cada mês, alterações que só são consideradas no mês seguinte àquele a que dizem respeito. Qualquer abono ou desconto indevido é de inteira responsabilidade da Companhia. Por tal motivo, há necessidade da elaboração do registo geral, de todos os militares (oficiais, sargentos e praças), devidamente actualizado com todas as alterações que influam na vida administrativa do militar (vencimentos e alimentação), embora nos mapas de alterações só interessem ser mencionadas as que influam nos abonos de importâncias que digam respeito a vencimentos, alimentação a dinheiro ou quaisquer outras a que tenham direito.

Porque, por vezes, aparecem pequenos lapsos, por parte da CSCA na elaboração dos vencimentos (abonos e descontos indevidos) o que se tem de admitir dado o volume de serviço que a CSCA tem a seu cargo, pois, cada oficial de processo elabora os vencimentos de muitas companhias e ainda, porque estão mais ao alcance das companhias as

alterações do seu pessoal, competirá ao 1.º sargento conferir a relação de vencimentos recebida da CSCA e certificar-se se os abonos e descontos estão de acordo com o que cada militar tem direito. No caso de aparecerem divergências, o 1.º sargento mencioná-las-á nos respectivos mapas de alterações para que no mês seguinte sejam harmonizadas pela CSCA.

Quando hajam abonos indevidos, estes devem ser sacados aos militares, não só porque assim está determinado como ainda se tem verificado, pela prática e sobretudo no que respeita a praças que, se este procedimento não for adoptado o militar gasta aquilo que não é dele e no mês ou meses seguintes, quando vier o abate não só corre o perigo de já não não ter a importância para repor como ainda lhe causa má impressão quando verificar o boletim de vencimentos com um abono inferior em relação aos seus camaradas, esquecendo-se de que já o tinha recebido e gasto sem dar por isso.

Há ainda a salientar que cada militar está autorizado a estabelecer uma pensão de, no máximo, 2/3 do seu vencimento que é paga na Metrópole e sempre que o militar não tenha vencimento que cubra essa pensão só traz complicações para ele e para os serviços de contabilidade.

Antes de pagar o pré às praças, o 1.º sargento deverá verificar todos os boletins de vencimentos e aqui aconselho a que à semelhança dos C. A. se arranje um envelope para cada militar e este ser-lhe entregue no dia do pagamento.

A praça receberá o dinheiro, conferirá e entregará o envelope.

O sistema de pagamento, com largas dezenas de contos em cima de uma mesa, deverá pôr-se de parte. Este sistema tem a vantagem, ainda, de antes do pagamento o 1.º sargento poder verificar melhor todas as contas, sentado na sua secretária, sossegado e dispondo de todo o tempo necessário.

É talvez fora do âmbito do artigo que me propus escrever, mas permitam-me mais um conselho: Façam a formatura do pré com os militares melhores ataviados, engraxados e cabelos cortados. Não há melhor que a formatura do pré para obrigar o soldado, que vive no meio do mato e supõe de somenos importância certas preocupações de atavio para, sem coacção, os obrigar a andar decentes. Por vezes é difícil reunir a companhia toda, mas poder-se-á pagar o pré por duas vezes.

Fundos do Tesouro

Despesas com o pessoal

Nesta rubrica são incluídas as despesas com o assalariamento de nativos (faxinas, guias e auxiliares de guias-carregadores) e recursos locais — mapa de alimentação.

— Assalariamento de nativos

Cada Companhia pode dispender mensalmente, com o assalariamento de nativos, no máximo, as seguintes importâncias:

Guias até	1 500$00
Auxiliares de guias até	3 000$00
Faxinas e impedidos até	4 185$00

O assalariamento dos nativos está condicionado pelas disponibilidades de verba no orçamento da RMA que normalmente sofre alterações para menos.

O assalariamento de guias e auxiliares carece de autorização do COM SEC de quem a Companhia depende operacionalmente.

Além dos vencimentos, os nativos têm também direito ao abono de alimentação em género, à semelhança dos militares, desde que se encontrem deslocados das suas residências.

A justificação das despesas com este pessoal é feita mediante relação de vencimentos a juntar à conta corrente M/A que no fim de cada mês se envia para processo.

Os faxinas fazem muito arranjo pois libertam a Companhia de certos impedimentos que absorvem pessoal operacional.

Em princípio, na minha opinião, os militares operacionais não devem ser desviados para sempre da sua função, que não é ser faxina no quartel. É preferível impedir mais pessoal para o serviço de oficiais e sargentos e estes acumularem com o serviço operacional, do que desviar 2 ou 3 militares só para esse serviço.

— Recursos locais

São as despesas feitas com a aquisição de géneros para o rancho, adquiridos no mercado. Estas despesas são justificadas com

recibos em duplicado, cujo original selado se envia com a conta corrente M/A à Chefia do Serviço de Contabilidade e Administração para processo.

— Rancho

A administração do rancho está a cargo do sargento de alimentação, sempre um furriel miliciano ou quase sempre. Esses sargentos tiraram o respectivo curso mas é necessário que sejam dedicados e cuidadosos para se conseguir uma boa alimentação e uma boa administração.

Infelizmente, aos capitães mais cuidadosos, tem por vezes acontecido ter certos problemas no rancho, muitas vezes por inexperiência do sargento de alimentação. O 1.º sargento não se deve alhear dos problemas de escrituração do rancho e não se esquecer que como comandante da formação do comando da companhia também lhe compete zelar e verificar as contas do rancho.

Em Angola, no aspecto de fornecimento de géneros, para o rancho, podem-se utilizar duas modalidades:

— Administração directa — A companhia dispõe de 20$50 por militar, comprando os géneros no mercado local, ou
— Intendência.

— Subunidade apoiada por um D. A. V.

A Companhia é obrigada a gastar um mínimo de géneros no DAV que a apoia, podendo apenas dispor, para frescos, uma certa quantia por dia. Com uma autorização do QG ainda se poderá gastar mais que o estabelecido por dia, no mercado local, onde por vezes se conseguem arranjar carne, peixe e outros géneros mais baratos que no DAV, evitando ter que fazer, pelo menos, duas vezes por semana, centenas de quilómetros para reabastecimento.

É obrigatório, e muito vantajoso, que seja feito diàriamente, nos impressos próprios, o mapa diário do rancho, onde se escrituram os géneros e quantidades consumidas diàriamente. Nesse mapa figura a despesa total feita nesse dia e a média por rancho. Será um óptimo controle para o sargento de alimentação. Claro que este sistema obriga a uma pesagem diária de géneros e a ter uma balança certa.

A verba do rancho chega e consegue-se uma alimentação razoável mas exige um grande controle. Fornecendo o depósito em géneros «ah hoc» é inevitável que acabará por haver desperdícios e abusos que poderão dar mau resultado.

Para os géneros em depósito, como se encontra determinado, deve ser feita uma ficha por cada género onde vão sendo abatidas as quantidades fornecidas. Mesmo que não haja tempo para se actualizar as fichas todos os dias, deve o sargento de alimentação conferir o depósito 3 ou 4 vezes por mês, pelas fichas.

Ao comandante da Companhia será fácil de quando em vez pedir as fichas e verificar se as quantidades de determinados géneros estão certas. Aqui, poderei dizer que já tem havido falhas, por vezes graves, por se estar convencido que o depósito de géneros tem uma existência muito superior à que tem na realidade.

Os sargentos de alimentação são inexperientes, pelo menos de princípio, e se supuserem que avaliam mais ou menos a existência do seu depósito enganam-se e por vezes em avultados valores.

As despesas do rancho são justificadas:

Os géneros adquiridos no DAV, por facturas em triplicado. No fim do mês envia-se o original com o mapa m/1 à Chefia de Intendência e os duplicado e triplicado ao órgão de apoio. Neste caso a companhia fica apenas com as guias de remessa.

Os géneros adquiridos por exploração local, como já se disse, são justificados por recibos em duplicado sendo o original, selado, enviado com a c/c m/A à CSCA.

Fundos do Tesouro

Despesas com o material

Neste capítulo estão incluídas as seguintes rubricas:

— Despesas de conservação de imóveis
— Despesas de conservação de móveis
— Despesas com o material de defesa e segurança pública
— Despesas com a aquisição de impressos
— Despesas com a aquisição de expediente e diverso material não especificado.

Despesas com pagamento de serviços e diversos encargos

Está prevista neste capítulo, a seguinte rubrica:

— Despesas com luz, aquecimento, água, lavagem, limpeza, etc.

Tanto para as despesas com o material como para pagamento de serviços e diversos encargos, são atribuídos, pela CSCA duodécimos que não podem ser excedidos mensalmente. Estas verbas caducam no fim de cada ano se não forem gastas.

Ainda pelo capítulo de «Despesas com pagamento de serviços e diversos encargos», podem ser gastas outras importâncias, a saber:

— Despesas com correios e telégrafos
— Despesas com tratamento hospitalar
— Despesas com funerais
— Despesas com rendas de casas.

Para estas despesas não existem verbas fixas e são submetidas a processo à medida que vão aparecendo. Para tal, torna-se necessário solicitar à CSCA a devida autorização de despesa — PAD — (pedido de autorização de despesa) que só poderão ser submetidas a processo depois de autorizadas.

A cada companhia de reforço é atribuído um fundo permanente (fundo de maneio) para fazer face às suas despesas mensais. Este fundo é variável, de 80, 100, 120 contos, etc. Normalmente este fundo, no total ou em parte, está depositado no Banco mais próximo. A Companhia, à medida que vai necessitando de liquidar as despesas mensais, levanta as importâncias ou passa cheques.

Para justificação das despesas com o pessoal, material, pagamento de serviços e diversos encargos, etc., a Companhia elabora uma c/c M/A, a que já me referi por várias vezes, à qual junta os originais dos recibos, devidamente selados e rubricados pelo comandante da Companhia, e a relação de vencimentos do pessoal (assalariados), que envia para processo à Chefia do Serviço de Contabilidade e Administração, até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diz respeito.

A CSCA, depois de processar as contas, devolve o sextuplicado da c/c M/A acompanhada do cheque correspondente à importância dispendida ou processada. Digo ou processada, porque por vezes a importância processada pode não ser a dispendida se se verificar qualquer anomalia que obrigue o oficial do processo a fazer os respectivos abates. Aconselho a que a Companhia deva prestar as suas contas dentro dos prazos estabelecidos (até ao dia 10) para não se verificarem atrasos por parte da CSCA na liquidação das despesas, atrasos esses que vêm impossibilitar a Companhia de encerrar as contas do mês seguinte por falta de disponibilidades no «fundo de maneio». Para obviar a este

inconveniente, Companhias há que preferem ter um fundo de maneio bastante grande. Não me parece aconselhável...

Fundos privativos

Todas as Companhias em Angola têm a sua cantina, indispensável no mato, onde na maioria das vezes nem há casas comerciais. Além disso, um certo número de artigos como cerveja, refrigerantes e tabacos, são fornecidos às unidades militares com descontos apreciáveis.

Até há bem pouco tempo a administração da cantina constituia um fundo particular da companhia, no entanto foi dada ordem para que todas as subunidades submetessem à aprovação um orçamento sobre os fundos privativos.

As receitas para esse fundo são quase exclusivamente da cantina, havendo também subunidades que obtêm receitas da venda de taras vazias do vinho, barris e garrafões.

Nesse orçamento, estimam-se as receitas e as despesas, com as diferentes rubricas, durante o ano económico.

Esses orçamentos devem ser enviados para aprovação à CSCA até ao dia 15 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeite.

À semelhança do que se passa com as restantes despesas é mensalmente submetida a processo uma c/c M/Al (Fundos Privativos) com a indicação das receitas e despesas justificadas por recibos selados. Se durante o ano económico não se esgotarem as receitas, estas passam para o ano seguinte e são verbas que a Companhia nunca perde até ao fim da comissão. Todas as importâncias que no final da comissão passarem em saldo nos fundos privativos serão entregues, mediante guia, no Conselho Administrativo do Quartel General.

Fundos à responsabilidade da Companhia

Depois da extinção dos CA dos Batalhões de reforço, as Companhias, como já disse, passaram a ter sob seu controle toda a administração, com excepção dos vencimentos. Porém, além das funções atrás indicadas, aparece um problema e de suma importância que é o controle de todas as importâncias que entram e saem da Companhia. Na sua maioria, os 1.os sargentos não estão devidamente instruídos de modo a, sem dificuldade poderem, perante o comandante da Companhia ou qualquer inspecção administrativa apresentar uma escrituração clara da justificação das importâncias entradas e saídas.

Existe na Companhia uma folha de caixa das receitas e despesas que pouco elucida quanto à sua proveniência.

Como todas as importâncias recebidas e pagas devem dar entrada na folha de caixa, há necessidade de montar um sistema de escrita que permita um controle eficaz. Companhias há que se limitam simplesmente a controlar o fundo permanente e fundos privativos, esquecendo-se que todas as outras importâncias recebidas com destino a outras entidades ou abatidas por exemplo nos vencimentos, pensões, etc., devem ser devidamente escrituradas e arrecadam-nas dentro de um simples envelope até posterior destino. Não quero aqui dizer que possa haver desvios ou menos cuidado no seu controle, simplesmente isso traz o inconveniente de ser só o 1.º sargento o único que poderá responder quando qualquer entidade perguntar pelo destino dado a essas importâncias. Pretende-se, pois, que tudo esteja devidamente explícito de forma a que qualquer sargento que tenha de substituir o 1.º sargento possa com facilidade integrar-se no serviço e responder sem evasivas às perguntas que lhe forem feitas.

Salvo melhor opinião a Companhia deve montar uma escrita de «devedores e credores» para todas as importâncias que receba ou pague, nomeadamente, fundo de maneio, abonos indevidos nas relações de vencimentos, os débitos de outras entidades e ainda outras importâncias entregues pelos militares para liquidações das várias entidades que as solicitam. Aponto aqui como exemplo o *Jornal do Exército* que periòdicamente solicita liquidações pelo fornecimento de jornais a variadíssimos militares, cujas importâncias são entregues na CSCA com destino à Metrópole. Já agora, ocorre-me aqui esclarecer que todas as importâncias destinadas à Metrópole são entregues por guia na CSCA.

No fim de cada mês, a Companhia deverá elaborar um processo de «devedores e credores», devidamente documentado (receita e despesa), onde constam todos os movimentos. Para a elaboração desse processo há necessidade da existência de fichas de devedores e credores. No final do encerramento das contas mensais o saldo da folha de caixa há-de ser igual ao saldo devedor menos o credor, das fichas de devedores e credores.

Aconselho ainda para que o processo das despesas e receitas de cada mês, isto é, toda a documentação mensal da vida administrativa da Companhia, deve ficar devidamente organizado de forma a poder ser apresentado, sem dificuldade, a qualquer inspecção. Há Companhias que, talvez por falta de conhecimentos, separam o processo em várias pastas o que, além de ser mais difícil a sua apresentação a uma

inspecção, esta só poderá ser feita pela pessoa que montou o sistema. Há também Companhias que em cada mês elaboram duas folhas de caixa (uma para os fundos do tesouro e outra para os fundos privativos).

Parece-me, e suponho mesmo que em cada unidade nunca deverá existir mais do que uma folha de caixa onde são feitos todos os movimentos.

A elaborar uma folha de caixa para cada fundo, suponho também que haja Companhias que separam as importâncias dentro do mesmo cofre...

Fardamento

Os fardamentos aqui como na Metrópole têm um prazo de duração, porém, atendendo à actividade operacional podem-se fazer requisições de fardamento antes de findar o prazo, à medida que este se vai inutilizando. Elabora-se uma participação justificando a incapacidade do fardamento, mencionando o tempo de duração que tem e junta-se à requisição. Aprovada a incapacidade é satisfeita a requisição de fardamento novo.

O fardamento incapaz poderá ter dois destinos: Se a tropa se encontra no mato, afastada a grandes distâncias de Luanda, a Chefia do Serviço de Intendência autoriza a sua inutilização (redução a trapo), mediante auto de aniquilamento. Este processo tem como finalidade evitar dispêndios para a FN no seu transporte para o Depósito Base de Intendência. Se a tropa está em Luanda ou próximo, o fardamento incapaz deverá ser entregue no DBI. (Chefia do Serviço de Intendência).

O militar em Angola, como presentemente na Metrópole, tem 3 uniformes: de serviço, campanha e passeio. É infelizmente vulgar verem-se praças fardadas de qualquer maneira e utilizarem artigos dos 3 tipos de uniforme na sua indumentária. É pena e aconselho a que não o permitam: A praça no aquartelamento, serviço interno, deve utilizar o fardamento de sarja; em operações e patrulhamentos, o uniforme camuflado e deixar o outro apenas para passeio. Suponho que a miscelânia que por vezes se vê pode fazer crer haver certa indisciplina e os civis repararem e criticam e... por vezes podem ter razão.

Há uma certa tendência para o à vontade, no mato, mas se realmente as condições em que se vive são más, há que ter mais cuidado desde o atavio à limpeza do quartel, não só visando o aspecto disciplinar mas também o higiénico.

Alguém me perguntava um dia antes de partir para o Ultramar: No mato também é preciso vassouras?... Sim, são precisas muitas vassouras, muita cal e que cada um tenha consigo os mesmos cuidados higiénicos que na cidade.

No aspecto de uniformes, até à data só anda mal fardado quem é desleixado; as requisições são normalmente satisfeitas e a dotação inicial distribuída à praça é suficiente.

Reabastecimento de Combustíveis e Lubrificantes

O reabastecimento de combustíveis é feito pelas companhias gasolineiras mediante contrato feito e aprovado pela Chefia do Serviço de Intendência. As Companhias são obrigadas a abastecerem-se da companhia gasolineira autorizada a fornecer a cada unidade ou subunidade. Só poderão abastecer-se noutra companhia gasolineira quando por qualquer motivo se deslocar para uma localidade onde não haja agente da companhia gasolineira autorizada a abastecer a sua unidade.

As requisições de combustíveis são feitas em impressos próprios, em triplicado. O original entrega-se à companhia abastecedora; o duplicado junta-se aos mapas do fim do mês e o triplicado fica em poder da unidade.

Os óleos ùltimamente são requisitados à Chefia do Serviço de Intendência e não às Companhias gasolineiras.

No fim do mês escrituram-se os mapas próprios justificativos das requisições feitas, um por cada companhia abastecedora se foi utilizada mais do que uma, que com a relação dos saldos a passar para o mês seguinte se enviam à Chefia do Serviço de Intendência. Esclareço ainda que também é permitido o fornecimento de combustíveis e lubrificantes a viaturas militares estranhas à subunidade desde que nessa localidade não haja representante da companhia gasolineira autorizada a fornecer a unidade a quem essas viaturas pertencem. Neste caso a subunidade abastecedora elabora também um mapa justificativo dos fornecimentos, ao qual junta o original da requisição passada pela entidade abastecida. Todas as requisições de combustíveis e lubrificantes só podem ser feitas nos impressos próprios.

Além dos combustíveis são também escriturados nos mapas os diferentes tipos de óleos requisitados, que têm uma referência numérica conforme o tipo de óleo.

Presentemente não é necessário justificar, perante a Chefia do Serviço de Intendência o consumo de combustíveis e lubrificantes. Con-

tudo, foi determinado que as companhias devem elaborar um mapa justificativo dos consumos de combustíveis e lubrificantes durante o mês, com a indicação das viaturas, número de quilómetros andados e média do consumo aos 100 km. Este mapa fica arquivado na Companhia, para efeitos de inspecção.

Também deverão ser elaboradas fichas para os diferentes combustíveis e lubrificantes em depósito, que permita saber em qualquer altura a existência na Companhia.

O registo diário livrete e cadastro da viatura, deverão aqui, como na Metrópole, estar sempre em dia.

Se a subunidade tiver bombas automáticas deve-se ter o cuidado de as verificar de vez em quando. Já tem acontecido haver faltas e sobras exageradas por as bombas estarem desrreguladas e aparecerem para mais ou menos 1 litro em cada 10.

Pretendeu-se dar uma ideia muito sucinta da administração de uma Companhia Operacional e chamar a atenção para certos pontos que a prática ensina que se deve ter cuidado para evitar graves erros. Um capitão 100% operacional no Ultramar, tem que olhar, fiscalizar e estar a par de tudo que se passa na sua Companhia e ninguém lhe perdoa se em virtude da sua intensa actividade operacional se esquecer e tem erros de administração.

A mola real de tudo que acabei de dizer, é o 1.º sargento da Companhia e é a ele que compete fazer e orientar os seus subordinados nas diferentes secções de administração e aprender o que não sabe. O facto de não ir às operações não o poupa a muito trabalho. Só mais um conselho: o quadro orgânico da Companhia prevê um certo número de especialistas, *é com esses que o serviço tem de ser feito* e não rodear o 1.º sargento de um número imenso de auxiliares que pouco fazem, muito complicam e podem fazer-lhe crer que há serviços de administração de que se pode desligar, *o que não é verdade*.

Ao terminar não quero deixar de realçar a maneira extremamente dedicada e competente com que sempre desempenharam as suas funções os dois 1.ºs sargentos que comigo prestaram serviço no Ultramar nas duas Companhias que comandei, e agradecer ao último, 1.º sargento Manuel Rodrigues Cachada, a sua ajuda na elaboração deste artigo.

Capitão GALIANO TAVARES

Controle de Populações

A Nação encontra-se empenhada numa luta nas suas Províncias Ultramarinas, enquadrada por um tipo de guerra que denominamos por «Guerra Moderna» e houve que adaptar e ministrar novos conhecimentos às Forças Armadas por forma a dar-lhes uma melhor adaptação aos métodos de luta do inimigo com possibilidades de mais fàcilmente atingir os êxitos desejados. Naturalmente vários obstáculos tiveram que ser vencidos pois é bastante difícil tentar modificar, de um momento para o outro, todo um processo de luta fortemente enraizado nos espíritos dos elementos de um Exército, principalmente nos de formação mais antiga.

Mercê dos conhecimentos adquiridos por grande número de oficiais franceses, prisioneiros dos comunistas durante o conflito da Indochina, foi possível analisar e estudar os meios de que o inimigo se serve neste tipo de luta. Este estudo permitiu mais tarde, na Argélia, opor ao inimigo forte resistência e até mesmo conseguir resultados compensadores, que aliados a outras razões, produziram, aquando da renúncia àqueles territórios, forte reacção nos meios civis e militares que ainda hoje se mantém e fazem sentir. Conhecedores da técnica de actuação inimiga tentemos portanto, opor-nos à sua acção e utilizando meios idênticos, procuremos conquistar e dominar os «objectivos» que ele se propõe alcançar.

Os habitantes de determinadas regiões tornaram-se combatentes, mercê de uma constante e inteligente acção de agentes inimigos, formados em centros de subversão que dispõem de avançados meios de preparação e que funcionam na maioria dos países comunistas. Esta nova forma de recrutar combatentes, quer levando-os a pegar em armas quer induzindo-os a colaborar por outros meios nesta luta, pode ser conseguida espontâneamente ou por intermédio de acções de terrorismo e obedece a um planeamento moroso que na maioria dos casos consegue atingir os fins em vista sem que as forças da ordem de tal se apercebam. A pouco e pouco o inimigo, infiltrando os seus elementos, domina toda ou parte da população e «condu-la» de tal forma, que acaba por conseguir montar uma «Organização Clandestina Armada» poderosa,

cuja destruição será a única forma pela qual garantiremos a nossa vitória.

Esta organização inimiga apoia-se portanto na população e esta passará a ser o nosso principal objectivo de luta. Vamos pois procurar um processo que nos permita «conduzir as populações» subtraindo-as à acção do inimigo e criando um sistema idêntico ao que ele montou para fàcilmente detectarmos e expurgarmos os elementos indesejáveis, garantirmos a segurança dos habitantes, promovermos a sua valorização social e negarmos ao inimigo a obtenção de informações, a cedência de alimentos e dinheiro, o deslocamento dentro do nosso território, etc.

Para tal se conseguir há que «CONTROLAR AS POPULAÇÕES» e preparar as NT para a montagem e funcionamento desta sua nova actividade.

Nestas considerações procuraremos cingir-nos ao que de positivo nos foi possível observar no interior da Província da Guiné, numa das suas regiões mais densamente povoadas, não nos referindo aos aspectos que o problema pode apresentar nos grandes centros populacionais.

O controle das regiões rurais, feito à base da actuação das Companhias em quadrícula deve ser orientado com a seguinte sequência:

1.º — Controle das populações que vivem junto dos Destacamentos militares.
2.º — Criação de tabancas (povoações) em auto-defesa, devidamente controladas e de preferência dispostas ao longo dos itinerários que ligam os vários Destacamentos.

Tanto num caso como no outro o controle das populações será obtido pela montagem de um sistema que compreenda as seguintes fases indicadas já pela ordem que nos parece de mais fácil aceitação, por parte das populações, na região a que o estudo se refere:

1 — Auto-Defesa
2 — Informação e Contra Informação
3 — Recenseamento
4 — Acção Psicológica e Social
5 — Enquadramento
6 — Controle dos Movimentos e Comunicação
7 — Controle dos Transportes e Transmissões
8 — Controle dos Meios de Manutenção

Não se poderá indicar que esta ou aquela fase é mais importante e um Cmdt de Companhia, embora com umas fases mais trabalhadas que outras, deve ter sempre a preocupação de não esquecer nenhuma delas porque o inimigo, sempre atento, com facilidade encontrará forma de penetrar na nossa Organização. Há também quem erradamente pense que o controle das populações é ùnicamente o seu recenseamento, o que pode levar-nos a cometer graves erros de difícil reparação.

Procuremos agora analisar cada uma das fases apresentadas enquadrando-as sempre pelo que a prática nos ensinou:

1 — **Auto-Defesa**

a. *Defesa do aquartelamento e da povoação*

— Construção de uma rede de arame farpado dupla em que a exterior tem uma aba. Esta rede deve ser montada por forma a não permitir a entrada de animais domésticos os quais além de a poderem danificar fazem explodir as armadilhas que nos locais mais perigosos forem implantadas.
— Armadilhamento entre as redes nas zonas mais perigosas. Em alguns casos o armadilhamento de zonas entre as redes de protecção, devido ao crescimento do capim, cria problemas de difícil resolução quando se torna necessário descapinar. Por isso é de aconselhar um estudo da região e só proceder ao armadilhamento em situações muito especiais e nunca com carácter definitivo.
— Montagem de armadilhas, nos locais mais prováveis de instalação do inimigo durante o ataque ao Destacamento, comandadas à distância.
— Elaboração de um plano de tiro, adaptado ao número de armas colectivas existentes e a uma inteligente distribuição dos abrigos, ao longo do perímetro a defender.
— Construção de abrigos com capacidade para permitir o alojamento de todos os elementos encarregues da defesa nesse local, ligações enterradas entre os abrigos, montagem de uma rede telefónica interna e de um cuidadoso sistema de iluminação exterior e interior, etc.
— Constituição de uma força de intervenção, com possibilidades de sair ràpidamente do Destacamento, por forma a poder actuar, pelo flanco, sobre as forças atacantes.

b. *Construção de abrigos para protecção da população*

— Construir-se-ão vários abrigos à prova de morteiro em número suficiente para abrigar toda a população. De acentuar que um ataque inimigo terá sempre consequências destrutivas para a actuação das NT se houver baixas entre os habitantes.

c. *Comprometimento da população na defesa*

— Consegue-se pela sua participação activa em todos os trabalhos de fortificação e, mais tarde, quando na fase do Enquadramento, nomeando responsáveis para os vários sectores de defesa da povoação, os quais darão instrução e comandarão um certo número de homens. Desta forma, a pouco e pouco se irá conseguindo aliviar o trabalho de vigilância exigido às NT e reforçar a ideia de que a nossa presença, entre outros motivos, se destina a cooperar com a população na sua própria defesa.

2 — **Informação e Contra Informação**

Além da necessidade de existência de verbas que permitam manter uma corrente de notícias indispensável para uma proveitosa actuação das NT, devemos lembrar-nos de que não é aconselhável a existência de informadores a quem se paga, por exemplo, mensalmente. Este processo tem o inconveniente de levar o informador a «mostrar serviço» chegando mesmo a inventar para poder receber. Os informadores devem antes ser recompensados pelo valor das notícias apresentadas e tanto mais quanto elas depois se confirmarem.

Sabendo-se também que o inimigo exerce represálias sobre os informadores, elementos de sua família, sobre a população da povoação a que pertence e até mesmo sobre o chefe da povoação, e nesta forma de actuação pretende criar uma noção de responsabilidade directa ou indirecta que, provocando o terror, nos priva de preciosas informações, há que salvaguardar a existência de estes informadores rodeando-a do máximo segredo e servindo-nos de expedientes que permitam o contacto com eles sempre em segurança.

À medida que o «CONTROLE DA POPULAÇÃO» de determinada povoação vai sendo mais perfeito deve-se mentalizá-la no sentido

de que a cedência expontânea de informações se destina à sua própria segurança o que, fàcilmente, acabará por compreender e aceitar com entusiasmo.

3 — **Recenseamento**

Esta fase do «CONTROLE DE POPULAÇÃO» permite identificar e localizar ràpidamente qualquer dos habitantes que sejam encontrados, pelas nossas forças nos itinerários e até mesmo para controlar as entradas e saídas de todos os habitantes das povoações ou a estadia de elementos estranhos. Para tal se torna necessário elaborar um bilhete de identidade (certificado de recenseamento) e uma ficha de recenseamento, às quais é indispensável juntar fotografias. O primeiro estará na posse do habitante o qual obrigatòriamente deverá sempre trazê-lo consigo. O segundo deverá ser elaborado em duplicado ficando um na posse do Comandante da Companhia e outro na do Batalhão. A possibilidade de ser em diferentes cores, para cada povoação ou regiões, com maior facilidade permite uma rápida localização do identificado. Os elementos não possuidores de identificação serão detidos e os seus superiores devidamente responsabilizados.

4 — **Acção Psicológica e Social**

A Acção Psicológica obedecerá a um plano devidamente elaborado devendo, se possível, constituir-se uma equipa dirigida por um oficial encarregue de difundir, pelas povoações mais indicadas, os programas do antecedente elaborados. De lembrar que esta acção terá resultados muito mais favoráveis nas povoações onde estejam a ser montadas as outras fases do «CONTROLE DA POPULAÇÃO».

A equipa de Acção Psicológica deve ser constituída por mais dois elementos da população para servirem de intérpretes, uma praça e um condutor e disporá de uma viatura apetrechada com meios de difusão (instalação sonora com alti-falantes, gravadores gira-discos, etc.). Esta equipa, sempre que possível, deve actuar em conjunto com a do Posto de Socorros itinerante e desta forma se conseguirá uma cobertura de todo o Sector e a recolha de informações sobre as necessidades mais prementes da população (funcionamento de Escolas e ajuda em material didáctico, difusão de novos métodos de culturas e outros bene-

fícios de carácter social). À medida que determinada povoação coopera e aceita com entusiasmo as diferentes fases do Controle, os benefícios de natureza social devem ir aumentando por forma a incentivá-la e a mostrar-lhe que as NT beneficiam as populações mais fiéis. Fácil se torna depois a progressiva actuação das NT junto das restantes povoações pois estas hão-de, necessàriamente, desejar beneficiar de tudo o que proporcionámos às outras.

5 — **Enquadramento**

Esta fase é talvez a mais difícil de pôr em prática pois encontra grandes obstáculos a vencer. No caso da Guiné, em algumas regiões, as hierarquias estabelecidas do antecedente mantêm uma grande autoridade sobre as populações mas nem sempre os chefes são os elementos de maior valor. Assim verifica-se, por exemplo, que um filho de um régulo tem sempre maior autoridade do que qualquer outro habitante não pertencente às famílias mais categorizadas mesmo que este possua qualidades de comando e de carácter superiores e que esta autoridade é reconhecida e livremente aceite por toda a população.

Daqui resulta que ao desejarmos enquadrar uma população, isto é dividi-la em grupos relativamente pequenos e nomear um chefe para cada um deles, nos vemos obrigados a aceitar para tais cargos homens que na maioria não possuem as qualidades necessárias. Atendendo também a que se devem incentivar as camadas mais jovens e valorosas da população, o que como vimos nem sempre é possível, podemos avaliar as dificuldades que sentimos ao tentar pôr em prática esta fase do Controle.

Como resolver então este problema?

Mantendo as autoridades tradicionais e a pouco e pouco procurando elevar aqueles que na realidade possuem valor até que, pela observação das suas qualidades, a população os venha a reconhecer e aceitar. É um processo moroso mas que acabará por se impor e recompensará os nossos constantes esforços.

A Guiné Portuguesa tem administrativamente vários regulados cujos chefes se chamam régulos, os regulados de várias tabancas (povoações) com chefes de tabanca e estas com várias moranças (grupos de casas), cada uma com um chefe de morança. Para realizar o Enquadramento de uma determinada tabanca há que a dividir em Sectores cada um com o seu responsável que neste caso será o chefe de morança de maior prestígio. Normalmente as moranças são constituídas por

elementos de uma mesma família pelo que o chefe de morança é também o chefe da família. Uma das hierarquias de que nos vamos servir será então escalonada da seguinte forma:

— Régulo
— Chefe de tabanca
— Chefe de sector
— Chefe de morança.

(Podem-se e devem-se estabelecer outras hierarquias nas povoações como sejam as dos grupos das mulheres, dos jovens, associações desportivas, etc.).

Após realizado este trabalho há que responsabilizar sempre os elementos encarregues da chefia. Assim, o chefe de uma morança é responsável perante o seu chefe do sector por: presença de estranhos nas suas casas sem conhecimento das autoridades superiores e portanto da autoridade militar; cedência de homens para colaborarem nos trabalhos de fortificação; instrução militar dos habitantes que cooperam na defesa de determinado sector da tabanca; nomeação dos homens destinados à auto-defesa desse sector; etc.

Esta rede de Enquadramento e portanto de responsabilização deve ser apertada a pouco e pouco, com muito bom senso, por forma a torná-la aceitável, mas ser-se-á sempre inflexível na repressão das faltas, para, além de demonstrar força e espírito de justiça, se poderem proporcionar oportunidades de ascensão aos lugares de chefia dos elementos mais jovens e mais aptos. Será de boa política interessar todos os outros membros, da hierarquia estabelecida, na administração da justiça por forma a que as decisões tomadas sejam aceites por todos.

Esta fase do «CONTROLE DA POPULAÇÃO», pelos fins que se propõe alcançar, parece ser a que mais contribui para o controle das massas.

6 — Controle dos Movimentos e Comunicações

O controle dos movimentos e comunicações fàcilmente se põe em execução desde que já se encontrem relativamente bem organizadas as fases anteriores.

Ao encontrar-se um habitante num itinerário deve-se registar a sua identidade e verificar se está autorizado ou não, a deslocar-se de uma região ou de uma tabanca para outra, devendo mesmo ser obrigatório

possuir também uma espécie de passaporte com apresentação obrigatória junto das autoridades da região ou povoação para onde se desloca.

Todos estes movimentos devem ser escriturados e enviados mensalmente ao Comando da Companhia do Sector. Se o habitante se desloca para um sector diferente do dessa Companhia deve-se dar conhecimento ao Comando Militar desse Sector e ao respectivo Batalhão. Desta forma se pode, com relativa facilidade, localizar suspeitos em casos de aliciamento, cedência de informações ao inimigo, etc.

7 — **Controle dos Transportes e Transmissões**

O mesmo da fase anterior.

8 — **Controle dos meios de Manutenção**

Deve sempre que possível elaborar-se uma relação das possibilidades económicas das áreas das povoações por forma a não permitir a manutenção dos grupos inimigos.

Esta fase apresenta-se já como o expoente máximo do «CONTROLE DAS POPULAÇÕES» e pode ser aperfeiçoada à medida que se verifique que todas as outras se encontram definitivamente bem organizadas.

De frisar que a determinação dos habitantes com maiores possibilidades económicas indica imediatamente, conforme a natureza dos seus bens, aqueles que se encontram mais «agarrados» à região ou os que, com maior facilidade, pretenderão abandoná-la.

Pretendemos em poucas palavras, num estudo muito superficial, chamar a atenção para o objectivo principal desta nossa luta: a POPULAÇÃO. Muito mais haverá a dizer sobre tão vasto assunto mas temos a certeza de que, com maiores ou menores dificuldades, será possível pô-lo em execução e não exageramos se afirmarmos que os resultados entusiasmarão de tal forma as NT que jamais esta sua forma de actuação será esquecida pois são esforços com resultados visíveis e que nos tornará aos olhos das populações como elementos organizados e organizadores e mais fàcilmente compreenderão que o Exército, além de um poderoso meio de defesa da Pátria, é um precioso elemento de valorização social.

Fàcilmente se verificará também que algumas modificações há a fazer permitindo-me apresentar a seguinte:

As Unidades em quadrícula, principalmente em zonas de população, necessitam de ter elementos diferenciados para as seguintes missões:

— Defesa do aquartelamento e da povoação;
— Força de intervenção;
— Controle da população.

Esta organização obrigará a maior dotação de armas colectivas, a uma instrução mais pormenorizada das matérias referentes a Controle de Populações e à criação de um conjunto de elementos, que organizarão as diferentes fases e que constituirão as equipas de «CONTROLE DE POPULAÇÕES».

Em conclusão há a afirmar que todo o esforço a dispender só terá êxito se houver uma íntima cooperação com as autoridades civis da região.

Capitão MARCELINO MOURATO

..... eu aconselho a adopção de uma filosofia básica para uso da Vida; aquela em que Aristóteles dizia que

«ENSINA A FAZER VOLUNTÀRIAMENTE
O QUE OS OUTROS FAZEM POR VIOLÊNCIA»

Então como caminhar pela Vida fora?

A CAVALARIA
NO SEU DEVIDO LUGAR
(Uma opinião)

Suponho não restarem dúvidas a ninguém mas muito em especial a quem já tenha cumprido uma comissão no Ultramar depois de 1961, a extraordinária importância das Unidades de Reconhecimento na Guerra Subversiva; pena é que por dificuldades de vária ordem não haja em número muito maior Esquadrões de Reconhecimento no nosso Ultramar. Se atendermos ao número de Unidades deste tipo existentes nas Províncias presentemente afectadas, verifica-se quanto este número fica aquém das urgentes e sempre prementes necessidades existentes. Talvez por esta necessidade, talvez porque o maior desejo de todo o Cavaleiro é pertencer a uma típica Unidade de Cavalaria, talvez até porque muito grandes são as nossas esperanças de um futuro mais ou menos próximo vermos aumentar as «nossas» Unidades para um número que justifique o emprego dos Cavaleiros nas suas verdadeiras missões e dada também a experiência de cerca de ano e meio de permanente actividade operacional como Comandante de um Esquadrão de Reconhecimento numa das nossas Províncias Ultramarinas lembrei-me de escrever umas linhas acerca das ideias com que passado este tempo fiquei sobre a constituição de um Pelotão de Reconhecimento, atendendo às nossas actuais possibilidades.

A Secção de Exploração seria constituída por 2 viaturas «Daimler» com 1 metralhadora cada formando estas 2 viaturas conjuntamente com a *Secção de Atiradores* apeada um *Escalão de Manobra* actuando sempre em conjunto podendo acorrer rápida e eficientemente a qualquer das margens do itinerário onde o Pelotão actue;

A Secção de Atiradores transportada numa viatura de blindagem lateral com fácil saída para os atiradores sendo de toda a conveniência possuir uma metralhadora fixa na viatura para poder na estrada conjuntamente com as autometralhadoras apoiar o *Escalão de Manobra*

quando porventura este tenha que actuar fora do itinerário (talvez a ùltimamente tão falada Comando «Cadillac»).

A Secção de Autometralhadoras constituída como normalmente por 2 «AMS» cujo tipo que talvez mais resolva as dificuldades existentes nas nossas Províncias Ultramarinas especialmente no que se refere a terreno, seja pelo que tenho lido a «AML Panhard».

A Secção de Apoio não vejo grande necessidade na sua existência com um morteiro, especialmente o actualmente distribuído aos ERecs, pois esta arma não pode ser nunca empregue com eficiência por uma força com as características de 1 Pel Rec; parece-me e julgo não andar longe da verdade ser preferível, ou dotar a Secção de Atiradores com uma guarnição de L. G. Foguete, mas apenas com *Granada Explosiva* ou constituir realmente a *Secção de Apoio* formada por 2 guarnições das armas atrás indicadas, mas repito com Granada Explosiva, que actuaria no itinerário em apoio do *Escalão de Manobra;* esta Secção seria transportada numa viatura tipo «Unimog» caso não fosse possível transportá-la numa viatura de blindagem lateral; no entanto repito, parece-me pelo menos por agora, tendo em conta o nível atingido pelo inimigo que se nos tem deparado, ser dispensável a *Secção de Apoio.*

Se estas minhas linhas contribuirem de algum modo para o maior desejo actual de todos os verdadeiros Cavaleiros, fico inteiramente satisfeito comigo próprio principalmente por ter cumprido a Missão:

«A CAVALARIA NO SEU DEVIDO LUGAR»

Capitão MARQUES PEREIRA

A decisão produz-se mais ainda pela deslocação mental e moral do comando que pela deslocação física e material das forças de que dispõe.

Uma operação algures na Guiné

O IN, apesar de perseguido, batido e desmoralizado, não desiste da luta: uma parte dos seus elementos refugia-se além fronteira, outra desloca-se para uma zona de mais difícil acesso à NT. Esta, desbaratado o IN, não se limita a uma acção de presença; continua a rechaçá-lo nas suas incursões, procurando o contacto e prepara, entretanto, uma acção que lhe permita desalojar os rebeldes da zona por eles percorrida, apesar das dificuldades de toda a ordem com que iria deparar.

A permanência do Batalhão durante longos meses em regiões afectadas pela acção dos terroristas, não é obstáculo suficiente para o impedir de seguir o lema «SEMPRE EM FRENTE» gravado no seu «guião» e no espírito dos seus homens, e assim se aproxima o dia em que o IN sofrerá um dos mais rudes golpes na sua organização.

Ele sente, prevê, poderemos mesmo afirmar, tem a certeza que a NT o procurará na zona, que julga e pretende inacessível, localizada numa área do sector de difícil acesso em determinadas épocas do ano, consequência da configuração do terreno (no período das chuvas e para além dele, o terreno apresenta-se alagado, e com o itinerário impermeável ao trânsito de viaturas).

Estes «obstáculos» naturais aliados ao facto da zona ser servida por um único itinerário que a atravessa, permitiram que o IN se sentisse seguro e impedisse a utilização do itinerário com centenas de abatizes cortando assim o acesso à zona tanto o do nosso sector como o do sector vizinho.

O planeamento para a ocupação de uma «posição» na referida zona não iria ser fácil, pois vários «espinhos» surgiriam; no entanto essa posição foi ocupada, não sem que alguns sacrifícios se verificassem.

A pesquisa de notícias sobre o IN que actuava na zona preocupou sobremaneira o Comando do B. Cav. e alguns reconhecimentos aéreos foram executados.

Conhecidos os movimentos IN na referida zona, por reconhecimentos e principalmente por notícias de elementos nativos fiéis, tornava-se necessário em primeiro lugar, como é óbvio, «abrir caminho».

A primeira dificuldade surgia. Tinha terminado a época das chuvas, havia uma ponte a transpor antes da primeira «bolanha» e consequentemente um troço do itinerário, a seguir à ponte, com uma extensão de cerca de 500 metros, impermeável ao trânsito de viaturas.

A ocupação da posição demoraria alguns meses e a acção a executar constaria de 3 fases.

Na 1.ª fase a NT executa acções de limpeza nas imediações do itinerário, nas quais o IN manifesta a sua presença com reacções conduzidas com determinação e violência.

Na 2.ª fase procede-se ao levantamento de abatizes. A NT corta, queima e arrasta árvores, permanentemente flagelada pelo fogo IN. O esforço é gigantesco, mas os obstáculos são removidos palmo a palmo e algum sangue generoso é derramado.

Durante dias os nossos soldados combatem e trabalham denodadamente conseguindo «limpar» o itinerário.

A 3.ª fase, a fase da ocupação, enfim surge. Os preparativos tiveram que ser iniciados a longo prazo, pois a ocupação seria com carácter permanente. Isto trouxe o inconveniente do segredo da ocupação não poder ser mantido; sòmente foi possível o da data do início da operação.

Nesta altura o IN não poderia ter dúvidas sobre a nossa intenção e quaisquer preparativos anormais chegariam possìvelmente ao seu conhecimento.

Às 0300 do Dia D iniciou o Bat. a fase do deslocamento para o objectivo.

Este deslocamento fez-se em duas etapas. Uma de 19 km, até uma posição das NT e outra, de 15 km, daquela até ao objectivo.

A coluna era constituída por 3 grupos e de cada grupo faziam parte subunidades com missões determinadas.

Durante a primeira etapa não houve qualquer incidente. Na segunda deflagrou uma mina sob uma viatura pesada, não obstante as precauções tomadas na detecção de engenhos explosivos.

Não houve qualquer baixa e a coluna continuou a progressão sendo rebocada a viatura que sofreu os efeitos da mina.

A 500 metros do local onde deflagrara a mina surgiram abatizes que se supõe terem sido colocadas na véspera. Ocupavam uma extensão de 3,5 km e eram cerca de 40, alguns de grande porte.

O esgotante trabalho de levantamento de abatizes durou cerca de 5 horas e meia e foi executado debaixo de quase permanente flagelação IN, que empregou P, PM, um mínimo de 2MP, GM e MORT.

As medidas de segurança adoptadas, apesar da enorme extensão da coluna, constituída por 30 viaturas pesadas, revelaram-se eficazes, porquanto o IN nunca conseguiu aproximar-se por forma a provocar baixas nas NT.

Este resultado e o facto de se ter conseguido atingir o objectivo em tempo conveniente deve-se ao entusiasmo, espírito de sacrifício e desprezo pelo perigo dos elementos encarregados da segurança da coluna e os que tinham a missão de levantar as abatizes que, apesar de trabalharem sempre nos locais mais expostos, parecia não se darem conta do fogo IN.

O objectivo foi atingido cerca das 1200 sem que o IN tivesse deixado de flagelar as NT.

A posição organizou-se por forma a constituir um quadrado de 100 x 100 aproximadamente, tendo por centro um edifício isolado já existente.

Montada a segurança começou-se imediatamente a lançar uma rede de arame farpado por forma a englobar o quadrado mencionado, havendo o cuidado de deixar uma passagem para viaturas em cada uma das faces.

Em cada um dos quatro vértices iniciou-se simultâneamente a construção de um abrigo de secção, à prova de granadas de bazooka e morteiro e procedeu-se a uma limpeza sumária dos campos de tiro.

As viaturas foram dispostas nas quatro faces do quadrado por forma a iluminarem campos de tiro durante a noite.

Informações fornecidas por um nativo referem ter o IN sofrido mortos e feridos.

Foram capturados alguns documentos.

As NT não sofreram qualquer baixa.

A Força Aérea colaborou nas acções.

Informações colhidas depois da operação referem que o IN conhecia a intenção de se ocupar a posição, tendo recebido reforços de duas «bases» localizadas num dos sectores vizinhos que se mantiveram 2 dias na expectativa. Como a acção não foi desencadeada como previam, regressaram às suas «bases» exactamente no dia em que se executou a operação.

A operação descrita foi valorizada pelo facto do IN possuir na zona grupos perfeitamente organizados e os seus elementos demonstrarem conhecimentos tácticos invulgares.

Capitão ARRISCADO NUNES

Como caminhar pela vida fora?

Obsediante pergunta a que respondo: mas, por agora, em posição de «sentido»:

— **Passo cadenciado,** andamento em que se alcança o distante ficando ainda apto a pretender o mais longe
Não atropela e chega sempre a horas

— **Ventre recolhido,** propósito de frugalidade, de moderação dos desejos.
Todo o excesso arrasta consigo perturbações inevitáveis

— **Peito saliente,** atitude que exprime vontade de melhor viver, respirando melhor; de resistir com firmeza a todos os choques e atritos exteriores; de dar espaço ao Coração para bater com ritmo e livremente.
Do ritmo das nossas acções depende a ordem e a elegância das nossas relações.

— **Olhar em frente,** exprime lealdade, o orgulho e a decisão; olhar em frente fixando o chão a distância;
Quem olha para o alto só vê as miragens das suas presunções; Quem olha para baixo, em atitude de vencido, só verá o pó e o esterco dos caminhos!

(Ten.-Cor. ALBANO M. PINTO VELOSO)

Horas de Sacrifício

Preparação da Tropa

(Uma opinião)

Se alguma vez me fosse posto o problema de como conseguir uma boa Unidade operacional no tipo de guerra actual, por certo argumentaria que a questão é por demais complexa, envolvendo um somatório de factores, dos quais nem a sorte pode ser abstraída, pela grande quota parte com que influi nos possíveis êxitos. No entanto, e baseado na experiência que já adquiri, tentarei focar alguns desses factores que me parecem de primordial importância, tanto na parte de preparação, como posteriormente em combate.

1 — Disciplina, Instrução e Mentalização

A primeira meta a atingir é criar uma Unidade disciplinada e bem instruída, em que os oficiais saibam ser bons Comandantes de Pelotão, os Sargentos bons Comandantes de Secção e as praças bons Cabos e Soldados. Este será um difícil passo.

Mentalizar a tropa para a guerra que se nos depara, não os enganando, mas antes preparando-os para a verdade que os espera e convencendo-os que à sua frente estão dois anos muito sérios em que os erros se pagam com a vida.

Não esquecer que é fundamental realçar bem, porque nos batemos, explicando a razão e o direito que nos assiste nesta guerra.

2 — **Desejo ardente de cumprir a missão**

As dificuldades, as contrariedades e os obstáculos a vencer são sempre tão grandes que, se não estiver em todos incutido o desejo e a determinação de cumprir a missão que nos é dada, dificilmente se vence. Quantas vezes é tão fácil desistir e tão difícil prosseguir! Tantas situações se nos deparam assim! É nestas que o Comandante tem de pôr à prova o seu valor. Todos os seus subordinados, de olhos postos nele, aguardam a sua atitude, esperam a sua decisão. É a ocasião em que se ganha ou se perde a confiança dos homens à nossa guarda. Conseguindo-o tem-se uma Unidade e os êxitos aparecerão com naturalidade e facilidade.

3 — **Decisão e espírito de iniciativa**

Mais vale decidir mal do que nada decidir, sempre o ouvi dizer, e, quanto mais situações difíceis vivo, mais me convenço da sua verdade. Nesta guerra todos sem excepção, do Soldado ao Oficial, têm de decidir e de ter um forte espírito de iniciativa.

Não posso esquecer a primeira vez que a Companhia entrou em combate. Às 0600 as lanchas aproximam-se da margem do Rio... para o desembarque. À nossa frente, uma bolanha de 1000 metros de comprimento separa-nos de uma tabanca. No nosso flanco esquerdo, uma mata estende-se quase até ao rio. O 1.º Pelotão a desembarcar, adoptando a formação de 3 colunas paralelas separadas cerca de 100 metros, tenta atingir o mais ràpidamente possível a orla da mata onde se situa a tabanca. Quando seguia a meio da bolanha o inimigo revelou-se bem abrigado e oculto das vistas.

As nossas tropas que tanto ouviram falar na disciplina de fogo mostraram que a aprenderam. Nem um tiro se ouve o que permite a rápida localização do inimigo. É dada então ordem para a coluna da esquerda,

onde ia o morteiro, bater a mata enquanto as outras duas ràpidamente atingiam a tabanca.

Enquanto esta era queimada, não deixei de mostrar ao pessoal a minha satisfação pelo seu comportamento, realçando que a base do sucesso esteve na disciplina de fogo. Pois bem, o grupo inimigo retirou, foi-nos retardando a marcha e, a dado momento, alguns elementos do grupo são vistos pelo elemento da testa da coluna. E foi com espanto que eu, mais atrás recebi um pedido para fazer fogo. Se tem havido iniciativa! Nesse momento não deixei de pensar «maldita disciplina de fogo».

Em contrapartida lembro-me que, noutras operações, situações difíceis foram quase só resolvidas por iniciativas decididas de alguns elementos. Numa emboscada, numa mata cerrada e noite escura, 3 soldados desembaraçados foram suficientes para pôr o inimigo em debandada, apesar da situação adversa para a nossa tropa. Noutra ocasião, um 1.º Cabo e um Soldado decididos, fizeram abortar uma emboscada permitindo a captura de uma metralhadora e duma pistola-metralhadora.

Muitos mais exemplos teria para mostrar o que conseguem o poder de decisão e o espírito de iniciativa.

4 — **Persistência e espírito de sacrifício**

A que pontos são necessários!!!

Dois exemplos. Não é sem persistência e espírito de sacrifício que se atravessa uma bolanha às 1700 a fim de montar um estacionamento para pernoitar. Que às 0300, quando a roupa começava a secar, começa a chover ininterruptamente, como se o tormento dos mosquitos não bastasse já. Que no outro dia se cumpre a missão que nos foi imposta debaixo de chuva tropical constante (choveu sem interrupção das 0900 às 1700). Que se inicia o caminho de regresso às lanchas, 8 km de bolanha em que a altura da água variava entre o joelho e a cintura, num percurso de mais de 6 horas. É preciso persistência e espírito de sacrifício para iniciar um percurso às 2100 de um dia e terminá-lo às 2300 do dia seguinte, em que as primeiras horas, por erro dum guia, têm de ser feitas numa bolanha em que, se a altura da água não era muita, a quantidade de lodo dificultava por demais, e em que os momentos de paragem e «descanço» foram aqueles que o inimigo nos impôs.

5 — Entusiasmo e permanente boa disposição

Sem entusiasmo e permanente boa disposição dificilmente se conseguem os êxitos que se desejam. É habitual ouvir aos soldados esta frase: «No mato tudo é contra nós, o terreno, o clima, o inimigo e até as abelhas e as formigas». Se o andar no mato não é feito com um certo espírito «desportivo», as dificuldades parecem-nos sempre maiores. Mas, se o houver, tudo se consegue com um sorriso nos lábios. Não posso esquecer que numa operação, quando pelas 0600 recomeçávamos a cumprir a missão que nos tinha sido imposta para esse dia, um militar vem a correr direito a mim e diz-me «Ó meu Capitão não podemos seguir já, está ali uma pata que tem um ovo já meio de fora».

Muito mais há a dizer e nada foi dito de novo, mas há uma palavra que não quero deixar de repetir: «Sorte». Não me refiro à sorte que nos bate à porta, mas aquela que intensivamente procuramos, e nos compete nunca deixar fugir.

Capitão SILVA ATAYDE

A VONTADE é a sublimação do desejo, é puramente espiritual que enraíza no Passado, floresce no Presente, frutifica no Futuro.

INSPECÇÕES MÉDICAS NO RECRUTAMENTO

A formação de um bom exército tem a sua base na eleição dos elementos que o constituem, sendo a primeira eliminatória feita no exame médico de recrutamento. Para que se verifique este desideratum é necessário a existência de uma massa recrutável elevada que nem todos os países possuem, e a minuciosidade do exame médico.

Por vezes as circunstâncias bélicas do momento não permitem a aplicação de um exame médico rigoroso mas, existe um limite de escolha imposto pela tabela de doenças, mais ou menos lata, conforme as necessidades, e de que se faz uso rotineiro no recrutamento. À priori, parece portanto estar assegurada a formação de um exército constituído por homens mais ou menos aptos ao desempenho da missão que lhes vai ser conferida. E estaria, se não fora por um lado, a falta de conhecimentos quanto ao comportamento de Soldados portadores de determinadas doenças, dada por situações beligerantes anteriores, e por outro se fossem devidamente despistadas e tratadas enfermidades que poderão parecer de somenos importância, à primeira vista e que o não são na prática.

Na guerra Ultramarina que nos foi imposta, utilizamos em grande parte tropa vinda da Metrópole que apresenta, precisamente, doenças que poderiam ter sido curadas antes do embarque e não o foram, ou porque nas inspecções médicas não lhes foi prestada a devida atenção ou não foram mesmo detectadas. É o caso por exemplo de Hidrocelo, Varizes, Genum-Valgum, Oligofrenia, nos seus diversos graus desde a imbecilidade até à debilidade mental, Hiperqueratoses (calos), Quistos dermoides, Hallux-valgus (joanete), Otite, Bronquite Asmatiforme, diminuição da acuidade auditiva, etc. Os portadores destas doenças toleram a instrução que lhes é ministrada sem apresentarem queixas, embora tenham sofrido o primeiro toque de alerta. Ao chegarem ao Ultramar; a acção do clima, a dureza dos patrulhamentos apeados a corta-mato por terrenos com todos os acidentes possíveis e até inve-

rosímeis, as noites passadas no mato sobre um pano de tenda e algum capim seco; as queixas começam a surgir e à medida que vão somando dias de actividade operacional, vão-se tornando indisponíveis. Acorrem ao Posto de Socorros onde são observados e tratados alguns, e enviados ao Hospital Militar outros com o fim de receberem o tratamento especializado de que carecem. Daqui, resulta prejuízo para a F. N. e perturbação no desempenho da missão que a cada um cabe, dentro da Companhia a que pertencem. Vejamos mais detalhadamente o acontecido aos portadores das doenças citadas acima. O portador de Varicocelo, Varizes, Hemorroidas, Quistos dermoides, Hallux-Valgus são submetidos a intervenção cirúrgica. Durante esse tempo e até terminar a convalescença foram passados mês e meio a dois meses. Os de Hidrocelo, Genum-Valgum, Oligofrenias, Hiperqueratose, Otite, Bronquite asmatiforme, diminuição da acuidade auditiva estão a ser presentes constantemente à Consulta Externa e submetidos a tratamento paliativo. Quantos mais doentes idênticos aos citados existirem, maior é a exigência do número de médicos e menor o rendimento para o que foram determinados. Todas estas execuções são muito mais onerosas no Ultramar que seriam na Metrópole.

Durante o tempo ausentes, internados ou nas Consultas Externas, estes doentes ou são substituídos nas suas tarefas ou vão sobrecarregar os camaradas de especialidade com nítido prejuízo no rendimento global da Companhia. E assim, temos uns quantos atiradores que não ouvem bem (diminuição da acuidade auditiva) que não podem andar ou só o fazem com dificuldade (Hidrocelo, Varizes, Hiperqueratoses da planta do pé, Hallux-Valgus) que não podem fazer serviço nocturno (Bronquíticos) e até os que não podem ser incluídos no desempenho de qualquer tarefa (Oligofrénicos). Mas, como a tabela não lhes dá possibilidades de evacuação para a Metrópole, vão ficando em serviço no aquartelamento e quando o médico os encontra um pouco melhorados lá vão numa ou noutra patrulha para de novo voltarem ao mesmo estado de indisponíveis.

O Comandante de Companhia por vezes encontra sérios embaraços para poder cumprir uma missão que lhe foi determinada porque além destes doentes há a entrar em linha de conta com os doentes transitórios que todos os dias surgem (feridos, traumatismos diversos, paludismo, gripe, enterites agudas, amigdalites, entorses, etc.) e com os de doenças mais graves que requerem internamento imediato (Hepatites, Apendicites, desastres de armas de fogo e viação, Úlceras gastro-duodenais) o que em média absorve um Grupo de Combate ou pouco menos. Esta

panorâmica leva-nos a exigir da Metrópole o maior número de homens em bom estado sanitário o que se conseguirá com uma inspecção médica tão cuidadosa quanto possível e o envio dos casos despistados ao Hospital Militar.

Uma observação deverá absorver pelo menos seis a sete minutos o que é suficiente desde que o médico monte um sistema onde não desperdice o tempo. A todos os candidatos se deve fazer auscultação cardíaca e pulmonar uma inspecção exterior despistando Varizes, Hernies, Varicocelos, Hidrocelos, encurtamento de membros, Genum-Valgum ou Varo, etc., e inquirir o mancebo sobre doenças havidas ou existentes. É um exame sumário mas, que se for feito com consciência e bem gizado, o tempo referido acima é suficiente. Tive ocasião procedendo dentro destes moldes de despistar diversas cardiopatias valvulares algumas pneumopatias, fracturas viciosas, anquiloses, etc., que se assim não procedesse viriam para o Ultramar em vez de serem enviados ao Hospital e aí recuperados para então em condições físicas aceitáveis, virem, não tornar-se um peso ou uma falta, mas sim um indivíduo apto a desempenhar uma missão.

Ten. méd. mil.º VERÍSSIMO DA SILVA

O moral está para o físico na relação de 3 para 1.

(NAPOLEÃO)

UMA OPERAÇÃO CAVALEIRA NA GUINÉ

O tempo que decorreu entre a ordem de saída imediata do Esquadrão e escoamento pela porta de armas da última das suas viaturas foi verdadeiramente o que pode chamar-se um tempo «record». As coisas passaram-se com efeito num ritmo quase fulgurante.

Era cerca de meio-dia, e tudo se ia processar dentro da rotina de sempre, quando, de súbito, o Comandante do Esquadrão ordena a formatura imediata da Unidade. Fazendo apelo à presteza que sempre caracterizou a colocação em ordem de combate do pessoal como das viaturas do Esquadrão, lembrou que um minuto ganho seria sempre um trunfo a mais para a vitória. A agitação que os preparativos geraram imediatamente é quase indiscritível. Ordens que se cruzam, pessoal que acorre ao paiol e às arrecadações, o roncar das viaturas que se colocam imediatamente junto à porta de saída, tudo transformou a paz de um fim de semana que ia começar, num clima que, por tantas vezes repetido, se nos foi tornando familiar.

Fora estipulado que, à medida que os pelotões ficassem prontos, saissem isoladamente até um ponto de reunião pré-combinado, onde se agregaria então todo o Esquadrão. Foi assim que, num abrir e fechar de olhos, o quartel se tornou como que deserto, onde apenas ficou o pessoal estritamente necessário para que fosse assegurada uma defesa o menos insuficiente possível.

Eram cerca de duas horas da tarde quando foi atingido o ponto referido, onde o Esquadrão desfilou perante o Governador da Província

e da população, numa espécie de demonstração de força para tranquilizar o ânimo dos espíritos, alarmados com as últimas notícias que afirmavam estar o inimigo muito próximo e disposto a uma ofensiva em massa.

O plano da operação, que se iniciaria às primeiras horas da madrugada do dia seguinte, apontava como missão para o Esquadrão, manter um patrulhamento constante numa rede de itinerários que cercavam a zona provàvelmente mais afectada, escoltar forças que iriam actuar na mesma e constituir finalmente uma força de apoio, a acorrer onde possíveis circunstâncias aflitivas o exigissem. Foi assim que a cada um dos pelotões foi atribuído determinado sector que começou a ser intensamente patrulhado às primeiras horas da manhã.

Tudo parecia decorrer dentro de uma calma um tanto inesperada, não tendo nenhuma das forças empenhadas na operação, obtido o contacto com o inimigo, cuja posição tinha até aí sido muito difícil de localizar.

No entanto, tal situação não se prolongou por muito tempo. Não eram mais que oito horas da manhã quando um dos nossos pelotões, alertado por rebentamentos muito próximos e deduzindo que forças nossas estivessem sendo atacadas, partiu imediatamente na direcção do local. Não tinha percorrido porém mais que dois ou três quilómetros, quando, de repente a um estrondo monumental se segue um tiroteio verdadeiramente infernal, que por momentos, corta toda a possibilidade de reacção à coluna, naturalmente colhida pela surpresa. Deste primeiro embate, verificou-se que uma autometralhadora fora atingida por uma granada de bazooka, que deixou a guarnição paralizada durante largos minutos, enquanto que uma das secções de atiradores fora, pelo número elevado de feridos, posta fora de combate pelas armas inimigas. As granadas continuavam a chover sobre a estrada e na orla da mata, donde, apenas a alguns metros se podiam distinguir nìtidamente as posições das metralhadoras dos terroristas. Passados porém os primeiros momentos da brutal surpresa, todo o pelotão, como que accionado por uma mola desconhecida, desencadeou uma reacção de tal modo intensa que conseguiu abrandar durante algum tempo a fúria contrária e permitir o refazer progressivo daqueles que tinham sido mais duramente atingidos no início da acção. Como era relativamente fácil referenciar as posições dos vários grupos atacantes, também não foi difícil concentrar-se sobre eles, o nosso fogo que assim os conseguiu, após meia-hora de intenso esforço, calar por completo. A pouco e pouco o tiroteio foi abrandando até desaparecer totalmente. Urgia veri-

ficar o estado do pessoal, evacuar os feridos mais necessitados e proceder a uma ligeira batida no terreno, onde tinham tomado posição as forças emboscantes. Na verdade, os resultados desta batida deixaram todos os elementos do pelotão verdadeiramente pasmados: vários cadáveres inimigos espalhados no terreno, cujas armas automáticas de modelo perfeito, mas desconhecido, foram imediatamente apreendidas; metralhadora; várias espingardas semi-automáticas; pistolas; munições diversas e uma bazooka que todavia foi encontrada muito mais tarde. Durante a execução desta batida, um dos grupos viu a menos de dois metros um elemento inimigo que se dispunha já a disparar a sua arma, quando, num reflexo rápido, um dos nossos soldados saltou sobre ele aplicando-lhe uma violenta coronhada e o aprisiona, ajudado pelos seus camaradas.

Apesar do forte abalo causado em todo o pelotão, de um momento para o outro reduzido a menos de dois terços, fora verdadeiramente compensador este balanço final da emboscada. Final... é talvez eufemismo! Não tinham, com efeito, decorrido mais que uns escassos vinte minutos sobre os últimos tiros, quando nova bazookada, rebentando ali a alguns metros, mas felizmente dentro da mata, veio iniciar novo tiroteio cuja intensidade ultrapassou talvez a do primeiro. Era o inimigo que voltava à carga. Não havia dúvida: tratava-se de um grupo ferozmente empenhado em aniquilar a tropa caída na emboscada. Os minutos que se seguiram foram verdadeiramente angustiosos, já que os nossos efectivos se encontravam consideràvelmente reduzidos: um granadeiro partira já a evacuar para uma localidade a cerca de dois quilómetros, os feridos mais graves e uma secção de atiradores, pràticamente posta fora de combate. O apoio pedido demorava a chegar. No entanto, lutava-se com todas as forças contra o inimigo, que mais parecia um diabo louco.

Porém, tudo ia acabar finalmente: o roncar dos aviões veio trazer-nos um lampejo de esperança, que a chegada de um dos outros pelotões do Esquadrão aumentou ainda mais. Tudo estava salvo! A resistência inimiga quebrou-se completamente e dentro de alguns minutos, o pesadelo findou, como que por encanto.

Por muitos motivos, esta acção, a que não faltou, sem dúvida, um pouco do bafejo da sorte, teve uma importância capital no desenrolar da operação que se iniciara havia apenas algumas horas: o grupo inimigo teve sérias perdas em efectivo e material, tendo ficado pràticamente destroçado sobretudo após a perseguição movida pela Força

Aérea, que imediatamente a seguir detectou o seu acampamento que destruiu por completo.

Todas as forças em operação se concentraram em seguida naquela zona, e a sorte quis e também a coragem dos nossos soldados, que o inimigo batesse inteiramente em retirada para ali não mais regressar nos tempos mais próximos.

O Esquadrão cumprira assim, uma das suas missões mais específicas: do reconhecimento resultara o contacto, que manteve até que novas forças viessem actuar por sua vez. A operação nìtidamente cavaleira tivera assim pleno êxito.

Alferes PITA SOARES

A aproximação indirecta é a forma estratégica mais económica e a que autoriza as maiores esperanças.

★

A vitória a mais completa e a mais feliz é esta: obrigai o vosso inimigo a abandonar os seus projectos, sem sofrermos, nós mesmo, o menor mal.

(BELISÁRIO)

Abatizes colocadas pelo In. que ràpidamente são tiradas da estrada

Uma Carga de Cavalaria na Selva

A operação iniciara-se, havia já várias dezenas de horas e as primeiras informações que nos chegavam da forma como decorria, concordavam em dois pontos: enquanto que, por um lado, um dos ramos das nossas forças fora menos afortunado no cumprimento da missão, o outro constituído pelo Esquadrão, em que se enquadrava também um pelotão de Sapadores, continuava imperturbàvelmente a sua actuação, desobstruindo e assegurando a utilização de um itinerário, que, de há muito, se encontrava fechado. Em confronto até com o plano da operação, verificava-se um considerável avanço em relação ao horário provável, sendo portanto de prever que a operação se concluiria antes da hora pré-estabelecida.

Acabado há momentos de chegar do P. C. A., o Comandante mostrava-se bastante satisfeito com o decorrer de parte da operação, elogiando particularmente as forças que actuavam ao longo do itinerário,

que o inimigo se vangloriava de ter mantido sob seu total controle, sem que as nossas forças tivessem alguma vez conseguido obter êxito em evitá-lo.

O P. C. A., interrompido por necessidade de reabastecimento de combustível, continuaria dentro de alguns minutos, e como me achava livre e interessado em observar do ar o decorrer da operação, obtive para tal a necessária autorização.

Concluídos os preparativos de voo, levantámos pouco depois, tomando o rumo das terras do Norte. Estava-se no princípio da época de monção e a queda das primeiras chuvas provocara já uma mudança quase total no aspecto da paisagem. Do amarelo torrado e do castanho da época seca, a selva transformava-se num imenso tapete verde, onde, aqui e ali, se iam distinguindo os primeiros charcos, tão característicos nestas paragens da Guiné. Da zona de matas mais abertas do Centro da Província, fomos a pouco e pouco subindo até às densas florestas do Norte-Centro, onde, apesar de constantes esforços em contrário, se acoitavam ainda grupos remanescentes de terroristas, que, todavia tinham, quase por completo, perdido a iniciativa e parte da sua agressividade. Matas, mais matas, bolanhas, rios, picadas sinuosas a perderem-se dentro do mato e... eis finalmente, lá ao longe, uma longa fita de terra avermelhada em que minúsculos pontos se movimentavam. Ao aproximarmo-nos mais umas centenas de metros, perdemos um pouco de altura e pudemos então distinguir melhor: Lá estavam as autometralhadoras, os granadeiros, os unimogs e as restantes viaturas do Esquadrão.

Pela rádio, chegou a informação de que fora atingido o limite do Sector, tendo tudo decorrido dentro de uma certa normalidade e com êxito total: estava finalmente limpo, o itinerário que, de há tanto tempo se achava fechado, e que, por isso, tão grave paralização causava, pela impossibilidade de ser utilizado.

Uma vez cumprida a missão e alcançado o objectivo, o Esquadrão aguardava apenas a ordem de regressar, que, na verdade foi imediatamente dada pelo Comandante do Batalhão.

Executada a manobra de regresso, a coluna reiniciou então a sua marcha através daquela longa, interminável fita, que riscava, com uma nitidez impressionante, a imensidão da selva verde. Tudo decorria sem incidentes e tudo levava a crer que a operação terminaria sem que nada de anormal viesse a perturbar a normalidade com que tudo decorrera até ali.

Era cerca de uma hora da tarde. No P. C. A. considerava-se a operação como pràticamente concluída, pouco mais havendo portanto

a fazer, que regressar por sua vez, pois que nada justificava já, a sua permanência no ar.

De repente, quando a coluna deslizava junto a uma grande clareira, que uma densa mata cercava, as viaturas pararam. Num abrir e fechar de olhos, e como que por encanto, uma imensidade de pontos minúsculos irrompem das viaturas. As autometralhadoras destacam-se imediatamente da coluna e arrancam na direcção em que a mata era mais densa. Não havia dúvida: era o inimigo que estava à vista! A rádio assim o confirmou e então foi verdadeiramente notável o espectáculo a que, do ar, todos tivemos oportunidade de assistir. As autometralhadoras avançavam como verdadeiros diabos através da clareira, na direcção da mata, e os vários grupos de atiradores, que mais pareciam formigas animadas de um fantástico frenesi, espalhavam-se em toda a extensão, protegendo os carros, na sua progressão fulminante na direcção do inimigo. Tudo se passou num ápice; não eram decorridos mais que alguns minutos e já a enorme clareira se encontrava completamente vazia; tudo se tinha entranhado já dentro do mato apenas tendo ficado na estrada a força suficiente das viaturas não blindadas. A rádio anunciava: «Casa de mato detectada... inimigo posto em fuga...». De dentro da mata, uma coluna de fumo branca, começou então a elevar-se lentamente, contrastando com o denso verde escuro, onde, do alto, nada se podia distinguir. Não tardou que as viaturas e toda a força apeada regressasse ao itinerário, retomando a sua marcha de regresso.

Tudo se passara num repente e fora verdadeiramente fantástica a disciplina com que decorrera toda uma operação que constituia mais um êxito para o valoroso Esquadrão da Guiné.

Após ter seguido, do ar, o desenrolar rápido, fulgurante de tudo o que afinal foi até, para nós, um espectáculo, houve alguém que exclamou: «Ena! Parecia uma carga de Cavalaria!» E era verdade! Aquilo a que assistíramos, nada melhor se poderia chamar do que isso: Uma autêntica Carga de Cavalaria na Selva!».

Alferes PITA SOARES

Algures na Guiné

«Ó Pátria que és tão velhinha
Longos anos te consomem
Mas não deixas de ser minha
Enquanto for vivo e homem»

No dia 20 de Junho de 1965, pelas 0500, saiu, de ....., uma força apeada, constituída por 27 militares do 3.º Grupo de Combate da CCAV..., chefiados pelo seu Comandante de Companhia, e 30 Polícias Administrativos, comandados por um Aspirante a Oficial de 2.ª linha, com o fim de averiguar das actividades dos bandoleiros nas tabancas de ..... e circunvizinhas, pois havia notícias que dias antes havia passado por aqueles lugares um grupo de inimigos armados.

Ao chegarmos a ....., cerca das 0930, fomos informados pelo chefe da tabanca, activo colaborador das nossas tropas, que um grupo bem armado constituído por cerca de 100 elementos, tinha saído dali havia escassas horas, indo possìvelmente estacionar na tabanca de .....

Apesar de não constituirmos um grupo poderoso em comparação com o contingente e armamento do inimigo, pois que a Polícia Admi-

nistrativa não possui ainda armas automáticas, o brio de militares levou-nos a acelerar ainda mais a nossa já apressada marcha; e só a cerca de 1 km da dita tabanca nos detivemos, a fim de montar o dispositivo de ataque.

Dividimo-nos então em dois grupos: n.º 1, constituído por 18 homens da CCAV e 10 Pol. Adm., comandados por um Alferes da mesma CCAV. teve como missão ficar emboscado num determinado local, esperando por uma possível retirada do inimigo; ao n.º 2, constituído por 9 homens da CCAV... e 20 da Pol. Adm. comandados pelo Comandante da CCAV..., coube-lhe como missão o ataque à tabanca, de ..... O grupo n.º 2 avançou até à orla da mata mais próxima da tabanca, pois a mesma ficava no meio de uma enorme clareira. Em dado momento, e obedecendo à ordem do CMDT da CCAV ..., procedeu-se ao assalto, mas, como tivemos de entrar na clareira, fomos imediatamente detectados. A resposta por parte do inimigo não se fez esperar. Consecutivas rajadas de armas automáticas fizeram-nos compreender que, concretizar o assalto a um grupo muito mais numeroso, abrigado em tabancas e separado de nós por uma clareira, só seria possível com um avanço a peito descoberto. Apesar de tudo tentámos aproximar-nos do inimigo. Escassos metros tinham sido percorridos quando, quase ao mesmo tempo, são atingidos os dois Comandantes das forças e caem por terra. Houve, portanto, que organizar uma posição defensiva, a fim de não se perderem aqueles metros de terra descampada, já ganhos, e aguardar a chegada do grupo emboscado na mata, a cerca de 1 km, ao qual foi dada ordem de atacar a tabanca tentando flanquear o inimigo.

Iniciada a manobra, o grupo n.º 2 fixou o inimigo, enquanto o n.º 1 iniciava o envolvimento que demorou 2 longas horas até que o inimigo, sentindo-se numa posição insustentável, foi obrigado a bater em retirada, não sem sinais de ter sido severamente castigado.

Cumprida a missão, regressámos ao nosso aquartelamento onde chegámos por volta das 1500, pois cerca de 10 km do percurso foram feitos em viaturas.

Ao terminar esta minha narrativa, não ficaria de consciência tranquila, se não realçasse três factos:

— A bravura de um oficial de 2.ª linha (negro na cor da pele, mas português de corpo e alma) que, mostrando total desprezo pela vida, à frente dos seus homens e debaixo de fogo, investiu furiosamente contra os bandoleiros (irmãos de cor, mas inimigos da Pátria) acabando por tombar no campo da honra.

— A abnegação e domínio de nervos do CMDT da CCAV..., que sendo ferido quase no mesmo momento em que foi morto o oficial de 2.ª linha, aguentou todo o tempo que se esteve debaixo do fogo, dando sempre as suas ordens. Mais ainda, ao regressarmos, caminhou durante 14 km, até chegarmos às viaturas, sem qualquer queixume, e rejeitando sempre a ajuda dos seus subordinados.

— Por último realço a actuação do 3.º Grupo de Combate da CCAV ..., quer a secção que durante duas horas aguentou um inimigo muitíssimo mais numeroso, não o deixando avançar um único palmo fora das suas primitivas posições, quer aqueles que, lançando-se ao ataque, andaram durante as mesmas 2 horas correndo e deitando-se, num terreno onde nada mais tinham para abrigar-se do que uns montes de terra feitos pela formiga baga-baga.

São bem dignos que os apelidemos de valentes e corajosos!

Ao reler aquilo que escrevi, e principalmente referindo-me à parte final da minha narrativa, lembrei-me de uma frase, já velhinha mas à qual os muitos anos não conseguiram tirar o alto significado:

«DITOSA PÁTRIA, QUE TAIS FILHOS TEM»

Furriel GOMES BRÍZIDO

Prevenir para evitar é a lei fundamental da luta contra a subversão.

Escuridão em dia de Sol

Um ataque inimigo

Era cerca de meia-noite do dia de S. Pedro do ano de 1965, quando fomos acordados ao som de rajadas de metralhadoras e rebentamentos de morteiro e bazooca.

Compreendendo imediatamente que o inimigo nos atacava, as nossas tropas reagiram prontamente. Lançando mão à arma e cartucheiras todos se lançaram com decisão e intrepidez para fora das casernas, muito embora as saídas se encontrassem barradas pelo fogo intenso e constante do inimigo. Necessário se tornava chegar ràpidamente aos abrigos e ocupar as posições que a cada um estavam confiadas, dentro do sistema defensivo prèviamente fixado, pelo que forçoso foi arriscar. Seguindo pelas valas de acesso aos vários abrigos não tardou que todo o dispositivo estivesse montado.

Entretanto um rebentamento tinha atingido o edifício que serve de caserna a um Pelotão.

Respondendo ao fogo inimigo pouco a pouco as nossas tropas foram adquirindo a supremacia de fogo.

Duas granadas de bazooka mais felizes lançadas pelo inimigo atingem simultâneamente o depósito de gasolina de uma viatura e um bidon de gasolina que ràpidamente se incendiaram, provocando um enorme clarão. A cerca de 200 metros à nossa frente localizámos então os bandoleiros dispostos em linha fazendo fogo de espingardas. Mais além o fogo de metralhadoras, morteiro e bazooka continua.

Começando a ser atingidos pelo fogo certeiro das nossas armas e sentindo-se mais a descoberto, os bandoleiros, aproveitando a escuridão da noite, bateram em retirada embrenhando-se nas matas próximas, esquivando-se assim ao contacto com as nossas tropas.

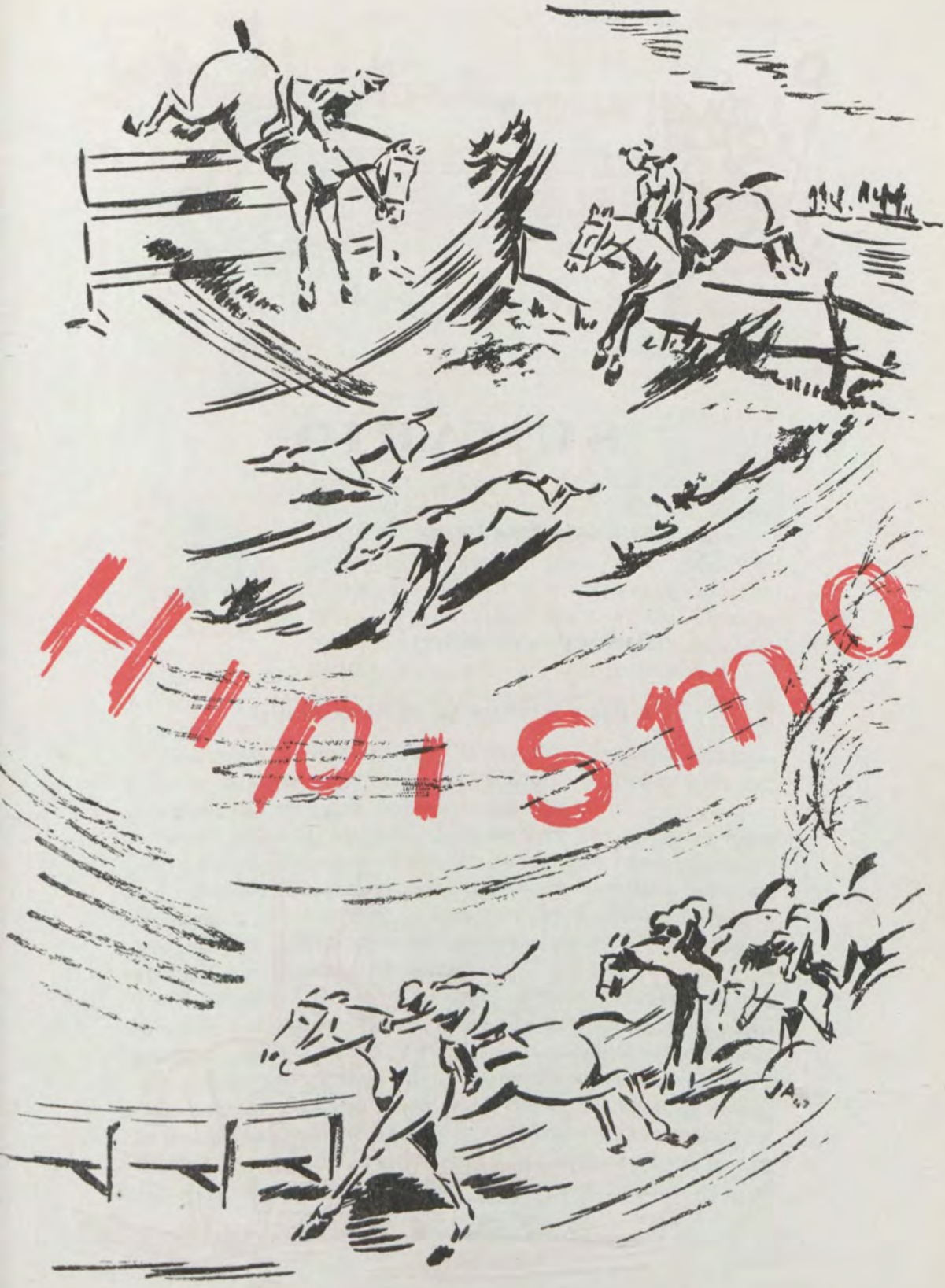
O ataque durara duas horas bem longas e duras. Mal se vislumbrava ainda a madrugada, quando alguns elementos da população, que se encontram também integrados no sistema defensivo, encontraram alguns corpos e armamento diverso, que o inimigo tivera que deixar na precipitação da fuga, bem como vestígios de que outros elementos foram gravemente atingidos pelo fogo das nossas armas.

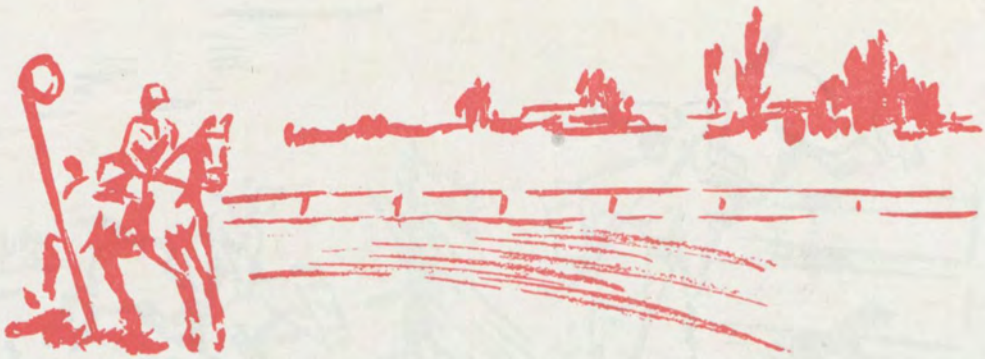
Mais uma vez a rapaziada mostrou saber enfrentar situações difíceis, com a serenidade precisa, pondo à prova o seu espírito de corpo, decisão e valentia, podendo mais uma vez sentir a satisfação do *dever bem cumprido*.

Soldado LEITE ROSA

O sangue é o preço da vitória.

(CLAUSEWITZ)


Hipismo



SUMÁRIO

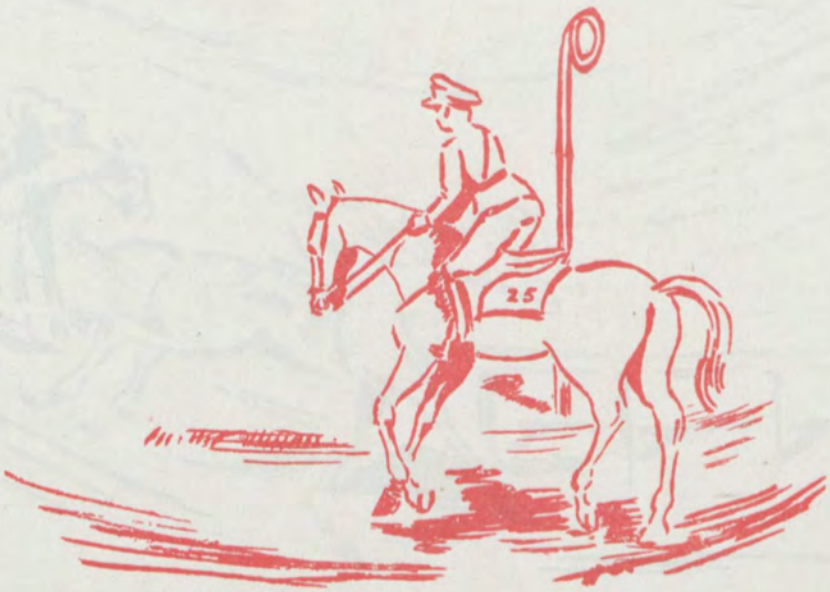
Actividade Equestre em 1965

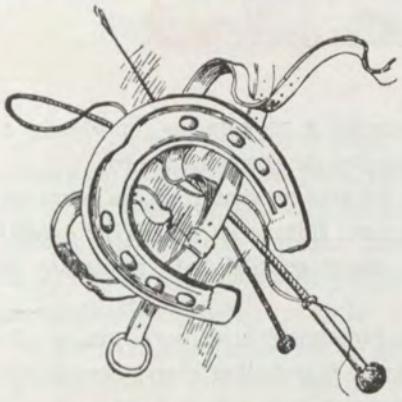
S. C.

Galeria dos Vencedores

A Época Internacional na África Austral

G. R.





ACTIVIDADE EQUESTRE EM 1965

Referindo-me especialmente às actividades equestres desenvolvidas pelos cavaleiros militares directamente ligados ao Ministério do Exército durante o ano de 1965 começo por frisar que as dificuldades avolumam-se no sentido de se conseguir manter em bom nível a Equitação nos Cavaleiros Militares. Não quero com isto dizer que tenha faltado auxílio financeiro da parte do Ministério do Exército; as circunstâncias de momento é que forçosamente nos levam a caminhar para uma baixa do nível anterior.

São causas fundamentais, a diminuição da Instrução de Equitação e prática da mesma pelos Oficiais de Cavalaria que iniciam a sua carreira e dos Cadetes que se destinam àquela Arma.

A não utilização, por vezes, dos Instrutores com o Curso de Equitação em instruções próprias, o não funcionamento de cursos ou estágios para manutenção dos conhecimentos equestres que tendem a perder-se, diminuindo a pouco e pouco provoca uma descida bastante rápida e alarmante para aqueles que ainda pretendam manter o gosto pelo cavalo mesmo só olhando ao desporto.

O desconhecimento de certas bases mínimas indispensáveis tais como trato e cuidados a ter com os cavalos incluindo dos seus alojamentos e transportes tanto por via férrea, marítima ou via ordinária.

Foco este ponto sensível dos conhecimentos mínimos que deve ter todo o chamado *homem de cavalos* aquele que o pretende ainda utilizar com consciência, pois que tal como o motorista que deve conhecer a sua máquina o cavaleiro deve conhecer a sua montada. Esta, porém, exige ainda do cavaleiro que tenha dela um conhecimento mais ou

menos profundo, mantendo-a em trabalho e preparação continuada a fim de ser utilizada nas melhores condições de aproveitamento.

O cavalo é um ser vivo e como tal tem as suas reacções nervosas mais ou menos acentuadas consoante a sua finura *(de sangue)*, em geral quanto mais sangue tem o cavalo maior sensibilidade apresenta às nossas exigências.

Basta de literatura pois o que se pretende é fazer notar que se não soubermos ou formos capazes de manter e trabalhar convenientemente a nossa montada não poderemos conseguir bons resultados na sua utilização prática e assim mesmo, adquirindo bons cavalos ou que se afiguram como tal, estes permanecem sem progresso e em bom português *é dinheiro deitado à rua.*

Pretendemos portanto de qualquer forma, que se mantenham os conhecimentos que nos restam sobre a utilização do cavalo, actualmente mais no campo desportivo apelando portanto para aqueles que ainda sentem o gosto pelo Desporto Equestre.

Falemos seguidamente da época hípica deste ano. O ano hípico teve as suas primeiras provas que eram internacionais durante o *Jumping de Lisboa* de 5 a 7 de Fevereiro que se realizou, como em anos anteriores, no pavilhão da Feira Internacional de Lisboa. O piso apresentava-se bom e os obstáculos estavam bem colocados num bom traçado das provas.

Tendo sido as primeiras provas de concurso hípico da época e limitado obrigatòriamente o número de concorrentes que tiveram de se defrontar com alguns cavaleiros franceses e espanhóis, a nossa representação não foi má embora parte dos conjuntos não estivessem ainda em plena forma. A prova que despertou talvez maior interesse foi a do segundo dia, a *Potência,* que chegou à 4.ª barragem onde ficaram ex-æquo em 1.º lugar, com 4 pontos, Queipo de Llano (Espanha) no *Infernal* e Henrique Callado no *Konak.*

Também Queipo de Llano ganhou o Grande Prémio com *Infernal* em competição com o Major Jorge Mathias no *Joc de l'Ile.* Nestas diversas provas do Jumping destacamos ainda dos nossos cavaleiros o Major José de Morais no *Nageur,* Tenente Pimenta da Gama no *Mazarino* e *Passa pé* e Manuel Malta da Costa no *Novelista.* Os cavaleiros espanhóis foram fortes adversários especialmente Queipo de Llano com *Infernal* e o Comandante Rotondo com *Celtibero.* Tivemos, também, ocasião de apreciar uma boa exibição dos cavaleiros do Cadre Noir de Saumur que veio expressamente a Portugal para o Jumping.

De 5 a 9 de Maio teve lugar em Mafra, no C. M. E. F. E. D., a *Semana Equestre Militar* para oficiais e sargentos.

Este certame encontra-se presentemente falho duma das suas provas «Campeonato Equestre Militar» actualmente Concurso Completo de Equitação por constar de 3 tipos de provas diferentes: Ensino, Fundo e Obstáculos em campo próprio.

De facto e em consciência, actualmente não é fácil haver os cavaleiros e cavalos militares devidamente preparados para tal.

Já não será mau conseguir manter cavalos e cavaleiros preparados para Concursos Hípicos e alguns desses cavaleiros que possam ter os seus cavalos em boa preparação de ensino a fim, de não só beneficiarem na condução das suas montadas como ainda poderem prestar provas de competição na parte de ensino. Torna-se actualmente difícil no Exército manter cavalos com diversos fins desportivos, uma vez que eles ou são destinados a manter a instrução equestre em Estabelecimentos Militares, ou para competições desportivas normalmente Concursos Hípicos em cujas provas nos facilitam a escolha de elementos constituintes de possíveis equipes internacionais.

Apesar de todas as dificuldades ainda em Mafra se apresentaram um bom número de concorrentes. Esperemos que se possa manter anualmente esta reunião de família Militar Equestre.

As provas de Escola foram disputadas em duas categorias. Uma mais simples correspondente à do Concurso Completo de Equitação em que tomaram parte 3 oficiais, na outra, mais difícil denominada S. Jorge, apenas tomou parte um cavaleiro.

A prova de ensino tipo Concurso Completo de Equitação, a meu ver, quase deveria ser obrigatória para todos os oficiais concorrentes. Seria uma forma de verificar a maneira como cada um conduzia ou dominava o cavalo ou cavalos que se lhes encontram distribuídos. Esta prova também contaria para a classificação na prova Conde de Avranches para aqueles cavaleiros que fossem escolhidos para aquela prova.

As provas de obstáculos decorreram bem tendo-se distinguido o Major Cruz Azevedo com *Labrador*, o Major Jorge Mathias com *Mon Tonton* e o Tenente Brito da Cruz com *Foxglove*. Dos novatos apenas destacaremos *Namur du Payré*, *Alvor* e *Arlequim*.

Conforme o calendário seguiu-se o *C. H. N. de Alcanena*, em 29 e 30 de Maio, o qual me parece que devido à muito boa vontade de algumas pessoas se poderá manter mas apenas com a possibilidade de animar os cavaleiros com cavalos menos experimentados, tal como

o de Arruda dos Vinhos. Parece-me que em determinados Concursos não deviam tomar parte cavaleiros montando cavalos Internacionais dando assim lugar a que os outros cavalos de menor categoria se possam distinguir.

Seguiu-se o *C. H. I. O. de Lisboa* de 5 a 13 de Junho, que esteve agradável tendo além da nossa equipe a presença das equipes inglesa e espanhola e em que a equipe nacional conquistou a Taça das Nações e a Taça de Ouro da Península. A composição da nossa equipe foi a mesma para as duas provas: Major Jorge Mathias montando *Joc de l'Ile*, Tenentes Brito da Cruz com *Foxglove* e Pimenta da Gama com *Mazarino* e Manuel Malta da Costa com *Novelista* na Taça de Ouro e com *Palpite* na Taça das Nações por doença de *Novelista*. O Major Jorge Mathias ganhou o Grande Prémio e o Tenente Pimenta da Gama as provas de Potência e de Caça além do Prémio de Honra do C. H. I. O. A Manuel Malta da Costa foi atribuído a Taça General Vieira da Rocha (para cavaleiros nacionais).

Os nossos cavaleiros militares estiveram em número reduzido, embora talvez alguns mais pudessem ter aparecido.

Quanto à presença no nosso C. H. I. O. de cavaleiros estrangeiros, com excepção dos espanhois, torna-se difícil motivada pela dificuldade que representa a sua deslocação através de toda a Espanha, tal como para os nossos cavaleiros a deslocação para além dos Pirenéus.

Realizou-se em Sintra, de 8 a 13 de Julho, o seu habitual *Concurso Hípico*. A assistência foi, em geral, pouco numerosa e parte dela vinda de Lisboa. No final do Concurso Hípico houve uma simpática festa de confraternização dos concorrentes nos jardins do Palácio Valenças levada a efeito pela Câmara Municipal.

Este Concurso Hípico, em geral, reune um bom número de concorrentes que na quase totalidade vêm diàriamente de Lisboa. Falo assim porque só com alguma ligação ou permanência dos concorrentes junto do público local se poderá transmitir o interesse do Concurso Hípico aos habitantes da terra. Também não se deve enjoar o público com demasiado número de provas no mesmo dia, nem as prolongar por horas infinitas.

Destacamos os seguintes cavalos a prometer para o futuro: *Mon Tonton, Namur du Payré, Nageur, Zawel* e *Ufir*.

Realizou-se um novo *Concurso Hípico*, de 16 a 18 de Julho, em Peniche. Agradou a grande parte dos concorrentes embora tivessem os cavalos alojados longe do campo e o terreno reservado ao aquecimento também fosse pequeno, visto que junto do mesmo se agrupam maior ou menor grupo de cavalos quanto maior ou menor é a distância às cavalariças. O piso em terra batida não estava mau se bem que fizesse bastante poeira. A Organização esforçou-se, de resto, por agradar o mais possível e o público local acorreu em grande número e mostrou entusiasmo. As dimensões do terreno do Concurso eram boas, contudo para que possa ter continuidade a realização deste Concurso torna-se necessário corrigir alguns defeitos já apontados e facilitar o alojamento para os concorrentes.

O *Concurso Hípico de Matosinhos*, realizado de 28 de Julho a 1 de Agosto, este ano teve o seu campo próprio, que embora estreado para aquele fim se encontrava bom e com boas tendências a melhorar. A sua configuração é interessante fugindo ao habitual rectângulo prestando-se contudo a uma boa disposição dos obstáculos. Ao que parece ainda pensam melhorá-lo, o que em certos aspectos se torna necessário.

Pode dizer-se que é um campo muito bonito e presta-se para o fim em vista, sobretudo se montarem ali junto os alojamentos para os cavalos. A ideia que há tempos se mantém de se conseguir ali um C. H. I. está já um tanto definida para 1966. Pelo menos é possível contar com a presença de cavaleiros espanhois. Embora se compreenda a necessidade de realizar provas à noite, desde que possam ser evitadas é melhor para Concursos Hípicos a ceu aberto. Teve este Concurso Hípico a presença de bastantes cavaleiros e também o público da terra foi numeroso.

As provas de Júniores estiveram bem e concorridas (inscritos 23 cavalos) e distinguiram-se entre outros Babette Staal e V. Pereira Coutinho. Nos Seniores gostamos de ver Nuno Carneiro com *Xelim*, cavalo com que ele se entende e merece, pois é aficionado de verdade. Distinguiram-se entre outros Miss Jennifer Holroyd, o Tenente Pimenta da Gama e o Major Jorge Mathias com os cavalos *Zawenda*, *Mistral* e *Joc de l'Ile*. Tivemos ocasião de apreciar o carroussel da G. N. R. do Porto muito bem apresentado e também o trabalho de escola do Major Jorge Mathias no seu velho cavalo *Núcleo*.

À Câmara Municipal e Junta de Turismo local representada pelos seus inexcedíveis dirigentes e colaboradores, os melhores desejos pela continuação da sua boa vontade.

Seguiu-se o bem conhecido e antigo *Concurso Hípico de Pedras Salgadas*, de 4 a 8 de Agosto. Este ano não teve a presença de cavaleiros espanhois mas todavia resultou bem devendo-se a sua organização à persistência de alguns dos chamados «carolas» em especial o Ex.mo Director da Arma de Cavalaria auxiliado pelo Sr. Ernesto Santos da Empresa das Águas que com a sua iniciativa conseguem através de várias dificuldades levar a bom termo a realização deste C. H. I. cuidadosamente estudado.

Para variar e devido aos esforços do entusiasta Jorge Ferreira realizou-se o *C. H. de Arruda dos Vinhos*, em 17 e 18 de Agosto. É mais um Concurso Hípico para os amadores da especialidade, mas deve ser limitado por agora a determinado número de cavalos. O segundo dia nem assistência quase teve.

Depois veio o *Concurso Hípico de Oeiras* que tem foros de continuidade por estar na linha de Cascais e teve as suas provas em 21 e 22 do mesmo mês. É simpático, não sendo grande o terreno do Concurso mas chega, e como é ao lado de Lisboa consegue levar aí um bom número de cavaleiros. Tem junto um bom picadeiro e cavalariças para os cavalos que ali devem permanecer os dois dias do Concurso. É patrocinado pela Santa Casa da Misericórdia, o que é importante.

Dois dos nossos melhores *Concursos Hípicos* se seguiram, o de *Cascais*, de 28 de Agosto a 5 de Setembro, o qual no próximo ano de 1966 se pretende que seja Internacional, e o da *Figueira da Foz* de 8 a 12 de Setembro. Este por ser numa praia agradável e longe de Lisboa mantém em boa ligação os cavaleiros que podem ainda gozar duma estadia agradável o que de certo modo compensa a infelicidade que cada um possa ter no decorrer das provas. Ali torna-se necessário conseguir uma instalação própria para os cavalos junto ao campo de obstáculos o que poderá ser uma realidade se acaso se mantiver no pensamento da Câmara Municipal ter o seu terreno próprio para a realização de Concursos Hípicos. Distinguiram-se entre outros o Major Cruz Azevedo com *Sete* e o Tenente Pimenta da Gama com *Castiço* e *Mistral*.

O *C. H. de Cascais* possui até agora o que poderemos considerar o melhor campo dos nossos Concursos Hípicos, pelo menos próximo da Capital.

É mantida a sua conservação pela Câmara Municipal. Neste Concurso Hípico nota-se um certo entusiasmo da parte da juventude sobre-

tudo através da aposta mútua que chama o interesse do conhecimento dos cavalos e cavaleiros. Cascais tem nos últimos anos organizado bastantes provas para Júniores. Nem sempre é bom exagerar o número destas provas misturadas com as de Seniores pois pode levar o público, por vezes, a ter menos interesse pelo C. H.

Cascais que organizou este ano o Campeonato Nacional de Júniores teve 9 inscrições e nas outras provas de Júniores 24.

O Campeonato foi ganho por Babette Staal montando *Hobbit* e pena foi talvez que este campeonato não se tivesse realizado antes do Campeonato da Europa para Júniores que teve lugar em Salice Terme (Itália) onde a nossa representação foi muito boa tendo-se destacado Manuel Lopo de Carvalho montando *Rovuma* e Chaves Ramos montando *Tamariz*. Ainda fizeram parte da equipe José Cansado Pais e José Manuel Prado montando respectivamente *Vencedor II* e *Maritza*.

Terminou a época de Concursos Hípicos com o *C. H. Nacional de Lisboa*, de 22 a 26 de Setembro. É mais um C. H. organizado pela S. H. P. o qual não sei se verdadeiramente compensa o seu esforço, ou se a organização de provas para este deverá ser outra. O público em geral não corresponde nem parece mostrar interesse.

Actuação no domínio internacional

Três dos principais cavaleiros da Equipe Nacional de 1964, Tenente-Coronel Henrique Callado, Major Duarte Silva e Capitão Vasco Ramires seguiram em missão de serviço para o Ultramar. Da equipe ao C. H. I. O. de Nice ainda fez parte o Major Duarte Silva que não pôde montar a égua *Jeune France* por ter chegado àquele concurso muito manca, tendo tido por isso que montar outro cavalo de equipe o *Tamariz* e na Taça das Nações *Mazarino*.

Foram componentes da equipe por mim chefiada mais os seguintes cavaleiros: Major Jorge Mathias com *Vergel* e *Joc de l'Ile*, Tenente Pimenta da Gama com *Mazarino*, *Castiço* e *Jonquille C* e Manuel Malta da Costa (civil) com *Novelista* e *Vintage*.

Obteve-se uma vitória no «Prix Château de Nice» «caça» com *Joc de l'Ile* montado por Jorge Mathias que ainda se classificou mais 3 vezes. O cavaleiro mais regular foi o Tenente Pimenta da Gama que conseguiu 8 classificações; Malta da Costa 3, sendo uma o 6.º do Grande Prémio.

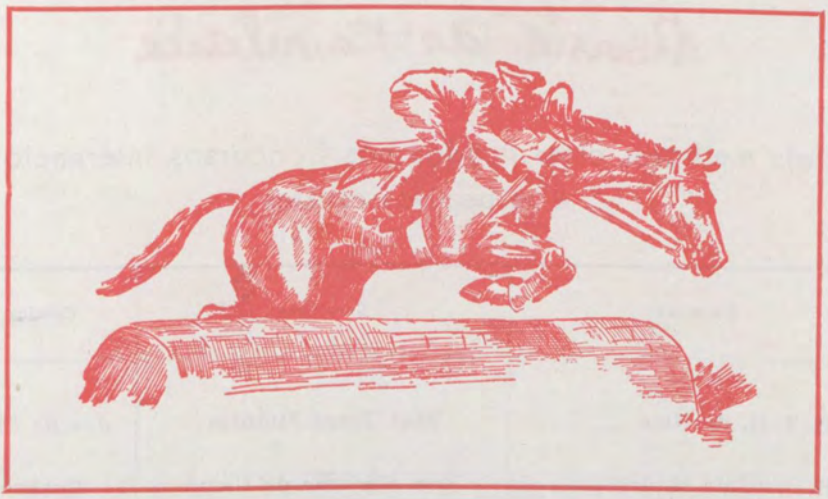
Para Madrid a equipe foi constituída pelos Majores Cruz de Azevedo e Jorge Mathias, Tenentes Brito da Cruz e Pimenta da Gama e Manuel Malta da Costa.

A equipe apresentou-se bem a ponto de na 1.ª mão da Taça das Nações se encontrar em segundo lugar. O mais regular foi o Tenente Pimenta da Gama que conseguiu 7 classificações, seguido de Jorge Mathias com 4, Manuel Malta da Costa com 2 e os dois outros com uma cada.

Não se conseguiu nenhum primeiro prémio contudo obtiveram um segundo cada um dos cavaleiros Jorge Mathias, Brito da Cruz e Pimenta da Gama.

O Capitão Álvaro Sabbo, Tenentes Brito da Cruz e Pimenta da Gama e o Alferes José Sentieiro também participaram em alguns C. H. I. de Espanha tendo-se distinguido o Tenente Pimenta da Gama que alcançou várias vitórias.

Coronel SOUZA COUTINHO



Galeria dos Vencedores

Oficiais vencedores dos Grandes Prémios e respectivos cavalos

Certames	Cavaleiros	Cavalos
C. H. N. de Alcanena	Alf. José Sentieiro	*Rebelde*
C. H. I. O. de Lisboa	Maj. Jorge Mathias	*Joc de l'Ile*
C. H. N. de Matosinhos	Ten. Pimenta da Gama	*Mistral*
C. H. N. das Pedras Salgadas	Cap. Álvaro Sabbo	*Mazarino*
C. H. N. de Oeiras	Ten. Martins Abrantes	*Minerva*
C. H. N. da Figueira da Foz	Maj. Cruz Azevedo	*Sete*
C. H. N. de Lisboa	Ten. Pimenta da Gama	*Castiço*

Oficiais melhores classificados nos Concursos Internacionais e respectivos cavalos

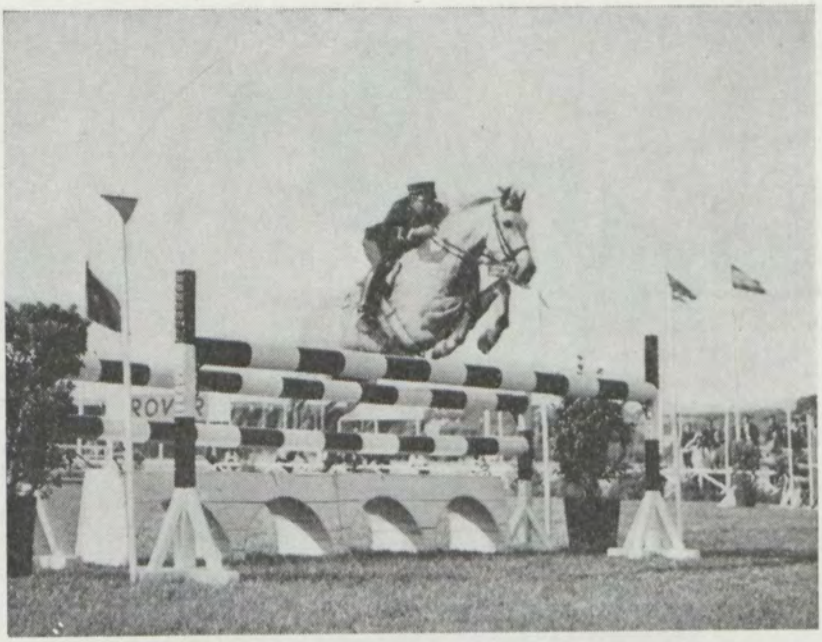
Certames	Cavaleiros	Cavalos
C. H. I. O. de Nice	Maj. Jorge Mathias	*Joc de l'Ile*
C. H. I. O. de Madrid	Ten. Pimenta da Gama	*Castiço*
C. H. I. O. de Lisboa	Ten. Pimenta da Gama	*Mazarino*
C. H. I. O. de Lourenço Marques	Cap. Vasco Ramires	*Copperfield*

Equipa Portuguesa no C. H. I. O. de Madrid e Lisboa — 1965

Major Cruz Azevedo montando Sete

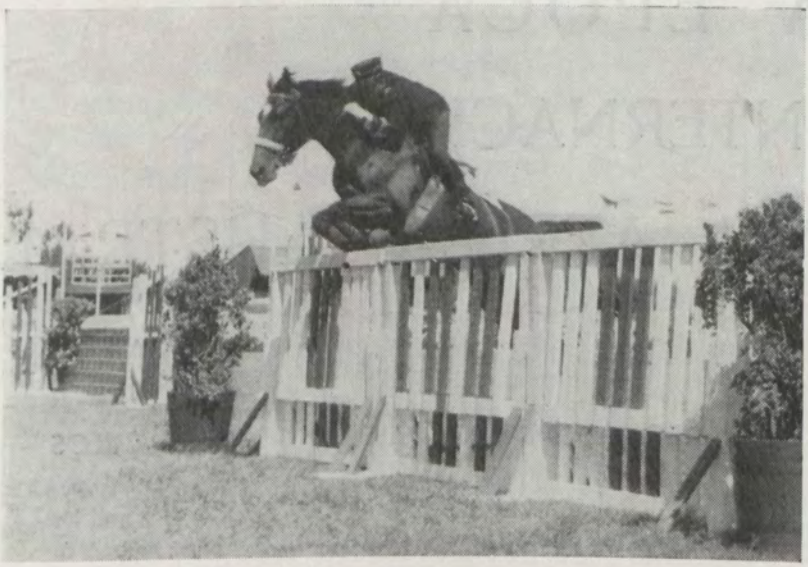
Major Jorge Mathias montando Joc de l'Ile

Capitão Alvaro Sabbo montando Mazarino



Tenente Pimenta da Gama montando Mistral

Tenente Pimenta da Gama montando Castiço



Tenente Martins Abrantes montando Minerva

Alferes José Sentieiro montando Rebelde

A ÉPOCA INTERNACIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL

CAMPEONATO DO CAVALEIRO DE OBSTÁCULOS

FINAL DA ÉPOCA DE 1964

Seniores

Após as várias provas de apuramento classificaram-se para a final, de nove conjuntos inicialmente inscritos, os seguintes cavaleiros e cavalos:

— Major Luís Inocentes, montando *Harpagão*
— Capitão António Ribeiro, montando *Limpopo*
— Capitão Paiva Mourão, montando *Coperfield*
— António Barbedo, montando *Pegasus*.

É esta prova, apesar de disputada há pouco tempo, das que atraem um maior número de entusiastas às bancadas daquele extraordinário recinto que é o Hipódromo do Centro Hípico de Lourenço Marques. Admitimos que o interesse verdadeiramente excepcional pelo campeonato, que se verifica entre o número cada vez maior dos que assistem às Provas Hípicas, reside nas características muito peculiares da final, em que cada cavaleiro terá que conduzir as montadas de todos os outros concorrentes.

O resultado final foi a justa consagração do cavaleiro que melhor se soube adaptar às várias montadas, tendo conseguido a extraordinária proeza de ser apenas, penalizado com 4 pontos, feitos com o seu próprio cavalo!!!

A classificação ficou assim aprovada:

1.º Major Luís Inocentes, com *Harpagão*
2.º António Barbedo, com *Pegasus*
3.º Capitão Paiva Mourão, com *Coperfield*
4.º Capitão António Ribeiro, com *Limpopo*.

Juniores

Foram finalistas:

Maria Antónia Portugal, com *Manjacaze*
Yutta Graben, com *Baltizar*
Dério Lino, com *Tosca*
Armando Canelhas, com *Kayel*

Tendo saído vencedora Yutta Graben.

ÉPOCA DE 1965

Mantendo uma tradição que já vem de longos anos, voltaram os cavaleiros portugueses a competir nos vizinhos países da Rodésia e República da África do Sul. Sendo, embora, nós um dos que se encontram ligado às lidas e problemas hípicos, não podemos deixar de salientar o quanto hoje em dia exige em esforço e dedicação a prática da equitação. Este aspecto manifesta-se, ainda, com uma maior acuidade quando, estabelecendo o paralelo, ao nível de competições internacionais, se apuram as condições deficientes em que os nossos competidores militares se encontram.

Assim, enquanto os conjuntos estrangeiros se mantêm por longos anos, apurando-se e melhorando em cada época, os nossos conjuntos, por força das obrigações de serviço, apenas se podem apresentar, na sua melhor forma, em uma ou, no máximo, 2 épocas; os cavalos «conhecem» desta forma uma infinidade de cavaleiros que, muito naturalmente, os tentam adaptar à sua própria «monta» num período de tempo reduzidíssimo com vistas à apresentação em concursos hípicos.

Sabe-se, ainda, que sendo as remontas feitas na vizinha República da África do Sul, os melhores cavalos não nos são vendidos, que mais

não seja pelos preços astronómicos que, pelos mesmos, são pedidos. É contudo contra esses autênticos «craques» que teremos de competir. Acrescente-se a estes aspectos o número de entusiastas pela equitação que, de ano para ano, aumenta quer na Rodésia quer na República da África do Sul. Como exemplo podemos realçar o número de cavalos do grau «A» que vimos competir numa prova «Spring Show» em Johannesburg; nada mais do que 36!!! E qualquer deles de categoria internacional, sabendo-se que o grau «A» corresponde, na Metrópole, ao 4.º handicap. E os nossos cavalos «A» são 2!!! É exactamente contra todos estes «contras» que nos temos que bater quando em competições internacionais.

Apesar de tudo os resultados conseguidos nesta época de 1965 foram notáveis como se pode apurar das classificações obtidas.

C. H. I. DE BRYANSTON

A equipa Militar Portuguesa que se deslocou à República da África do Sul, foi constituída pelos seguintes oficiais:

Major Veterinário Manuel Joaquim Trindade, como Chefe de Equipa.
Major CEM Luís Alberto Santiago Inocentes, com os cavalos *Harpagão* e *Ontário* (Graus A e C).
Capitão de Cavalaria Rui Coelho Abrantes, com os cavalos *Ideal* e *Harpa* (Graus B e C).
Capitão de Cavalaria António Gonçalves Ribeiro, com os cavalos *Limpopo* e *Helénico* (Graus B e C).
Capitão de Cavalaria José Eduardo de Paiva Mourão, com os cavalos *Micawber* e *Jau* (Graus C).
Capitão de Cavalaria Vasco Luís Esteves Ramires, com os cavalos *Coperfield* e *Ofir* (Graus A e C).

A Equipa Militar Portuguesa deslocou-se à República da África do Sul para tomar parte nos Concursos Hípicos Internacionais de Bryanston e de Johannesburg (Rand Easter Show).

O Concurso Hípico de Bryanston foi organizado pelo Bryanston Equitation Center. Dado que a sua realização é imediatamente antes do Rand Show de Johannesburg participam neste Concurso todos os ca-

valeiros que disputaram aquele certame tornando-o valioso no aspecto técnico.

Estavam inscritos neste Concurso cerca de 100 cavalos, sendo 25 dos Graus A e B e 75 do Grau C. Figuravam entre os Concorrentes todos os nomes de destaque do hipismo Sul Africano.

Disputaram-se provas para cavalos A e B no primeiro dia e para cavalos do Grau C no segundo dia.

Os percursos nada tinham de especial a anotar, à excepção de no Grande Prémio terem incluído uma banqueta com varas que, sem ser um obstáculo difícil, podia inutilizar algum cavalo. Sendo o Grande Prémio uma prova com características próprias só se compreende a inclusão da banqueta para criar dificuldades aos cavaleiros visitantes. Alguns obstáculos de má construção (muros com tacos ocos e muito leves) provocaram inúmeros toques.

Os cavalos da Equipa Portuguesa depois de três dias e duas noites de viagem não se apresentaram em Bryanston nas melhores condições físicas. Nas provas de Grau A classificaram-se *Coperfield* e *Harpagão* em 5.º ex-aequo.

Nas provas de Grau C com todos os cavalos dando bom rendimento conseguiram um 2.º lugar na prova de parelhas com *Helénico* e *Micawber* e dois 3.os com *Micawber*.

A salientar que as provas foram disputadas por 75 cavalos e que, no Championship dos 15 cavalos apurados para a 1.ª barrage, 4 eram da equipa portuguesa tendo apenas sido excluído 1.

No aspecto técnico a equipa portuguesa agradou muito.

Conduzindo correctamente, sem exageros de ajudas e com umas posições académicas, os portugueses salientaram-se dos restantes concorrentes. Foi opinião de vários organizadores que a presença da equipa portuguesa deu brilho ao certame e que a sua actuação foi das mais brilhantes dos últimos anos.

Outros Comentários

Dada a proximidade dos concursos de Bryanston e Rand Show é de toda a vantagem que a equipa portuguesa participe futuramente neste concurso para que, além de uma melhor adaptação dos cavalos ao clima de altitude, possam os cavaleiros contactarem antes do Rand Show com o tipo de provas a disputar na África do Sul. Há ainda a grande vantagem de os conjuntos iniciarem o Rand Show já rodados atingindo mais depressa o seu máximo.

CONCURSO HÍPICO INTERNACIONAL DE JOHANNESBURG

RAND EASTER SHOW

O Concurso Hípico Internacional de Johannesburg foi organizado pelo Witwaters-rand Agricultural Society sendo uma das maiores atracções do «54th Rande Easter Show». Pelo interesse do público, pela perfeição da organização e pelo cartaz turístico que é o Rand Show, este Concurso Hípico é sem sombra de dúvida um dos mais importantes de toda a África. Nele tomaram parte as grandes figuras Hípicas da África do Sul e Rodésia e nele se apresentaram os melhores cavalos de África.

Estavam inscritos neste Concurso 31 cavalos do Grau A, 54 cavalos do Grau B e 62 cavalos do Grau C. É de assinalar ainda que só podem ser inscritos cavalos C que já tenham pontuação.

Estavam presentes os melhores cavaleiros da África do Sul, além das equipas da Rodésia do Sul e Moçambique.

Disputaram-se duas provas do Grau C, quatro provas do Grau B, cinco provas do Grau A, além do Championship e uma prova tipo Taça das Nações.

Todos os percursos se apresentaram com nível. Quase todos os traçados implicavam cuidados na condução que, uma vez não tomados, comprometiam radicalmente a classificação.

Nas provas de Grau C, dum modo geral, os percursos não foram equilibrados. A existência de verticais altos e leves, e voltas de 180°, comprometeram dezenas de concorrentes.

Nas provas de A e B, as interdependências entre os obstáculos eram notórias obrigando a uma monte calculada. Raros foram os cavaleiros que tendo descuidado as distâncias conseguiram classificar-se. As distâncias antes e depois da vala obrigaram normalmente a uma monte cuidada.

Os compostos apresentaram-se sempre com as distâncias largas e à base de obstáculos largos. Os triplos de rias e oxers a uma passada (8 m), triplos de vertical, triplice e ria (10,80 m e 7,80 m) surgiram nas provas tipo Grande Prémio.

Os obstáculos dum modo geral apresentaram-se de fácil transposição: Rias com vara de entrada mais baixa, verticais com sebes, muros marcados, etc., mas a sua construção era por vezes ingrata: cancelas muito leves, muros de tacos ocos, etc.

Os cavalos da equipa portuguesa apresentaram-se bem, pois que entraram sempre com possibilidades de disputar as classificações de honra. Se por vezes os resultados não eram satisfatórios não o eram devido à falta de classe do conjunto, mas sim a determinados factores a que todos os desportos estão sujeitos. Ficou-se sempre com a ideia de que qualquer dos conjuntos portugueses entrados poderia ser vencedor.

Nas provas de Grau C, *Micawber* obteve um 3.º lugar e um 7.º lugar disputando o *Championship* onde obteve um 5.º lugar. Qualquer dos restantes cavalos com um pouco de sorte poderia obter boas classificações.

Nas provas de Grau B, *Ideal* obteve um honroso 2.º lugar na prova de «Visitantes» com um excelente percurso.

Nas provas de Grau A *Coperfield* formou com o Capitão Vasco Ramires um magnífico conjunto. Os seus percursos foram um modelo de perfeição e de classe evidenciando-se entre as muitas dezenas de conjuntos que disputaram o Rand Show de 1965. A regularidade das suas actuações demonstrou bem a categoria do conjunto. Obteve um 3.º lugar na prova de «Visitantes» atrás do *Ideal*, um 3.º lugar no Grande Prémio, um 3.º lugar na Potência, um 4.º lugar no Championship, um 7.º lugar na Regularidade e um 7.º lugar no Star.

Harpagão foi ainda um dos cavalos mais em evidência não obstante a sua avançada idade. Obteve um 5.º lugar na regularidade, um 7.º na Potência, um 3.º lugar no Grande Prémio e um 5.º lugar no Championship.

No total a equipa obteve 14 classificações.

No aspecto técnico poderemos dizer que a Equipa Portuguesa actuou francamente bem, deixando em todos os presentes uma agradável impressão. Não foram raros os elogios à actuação dos portugueses e as opiniões sobre o valor da equipa muito contribuiram para o bom nome e prestígio da Província.

Outros Comentários

O Rand Show é sem dúvida um dos Concursos Hípicos Internacionais de maior projecção em toda a África. Fazendo parte da Feira do Rand, nele compareceram inúmeros estrangeiros e sul-africanos que nessa época se deslocam a Johannesburg. Por isso, representa o Rand Show uma das melhores oportunidades para se impor a presença de Portugal em África.

Tendo o desporto hípico especial preponderância na alta sociedade dos países de influência britânica e sendo praticado com especial distinção pelos oficiais portugueses, fàcilmente se podem criar e manter contactos com a melhor sociedade sul-africana.

No presente ano, produto da actuação dos militares portugueses que disputaram o Rand Show de 64 e do comportamento da equipa deste ano, mantiveram-se e estreitaram-se as relações com as entidades civis e militares que muito contribuiram para que a Equipa Militar Portuguesa fosse recebida com especial distinção.

II C. H. I. O. DE LOURENÇO MARQUES

Resultou este Concurso numa organização impecável, graças ao interesse, dedicação e esforços envidados pela Direcção do Centro Hípico de Lourenço Marques.

As provas decorreram todas com um nível muito elevado a que não foi estranha a presença dos melhores conjuntos da Rodésia e República da África do Sul.

Houve a lamentar na véspera da abertura do Concurso a morte, por congestão, do extraordinário *Loch Lad*, montada n.º 1 do grande cavaleiro sul-africano que é Ernest Hayward.

Das provas mais bem disputadas e que levou ao auge o entusiasmo de uma enorme assistência foi a Prova das Nações em que se chegou ao fim das 2 mãos com as equipas de Moçambique e República da África do Sul empatadas. Houve necessidade de um percurso mais para apuramento do vencedor, tendo triunfado com todo o mérito, a equipa visitante.

Prova 1 — **Associação dos Produtores de Sisal — Caça**

1.º Maria Iwanowska	*Ospoey*
2.º Capitão Paiva Morão	*Micawber*
3.º Capitão C. Campos	*Nevado*
4.º Capitão C. Campos	*Ofir*
5.º R. Grayston	*Dither*
6.º W. Angus	*Flash*

Prova 2 — **Inos — Tabela A S/C — 1 Barrage C/C**

1.º Capitão V. Ramires	*Copperfield*
2.º Major L. Inocentes	*Harpagão*
3.º Angela Edwards	*Ranie*
4.º R. Grayston	*Sabre*
5.º Geo Myburg	*Moby-Dick*
6.º Geo Myburg	*The Laird*

Prova 3 — **Mozambique Gulf Oil Cª — «Escolha o seu Salto»**

1.º Peter Levor	*Shaza*
2.º W. Angus	*Flash*
3.º Geo Myburg	*The Laird*
4.º Angela Edwards	*Megawatt*
5.º Geo Myburg	*Vrede*
6.º Capitão Paiva Morão	*Micawber*
7.º Capitão Paiva Morão	*Jau*
7.º Maria Iwanowska	*Inwati*

Prova 4 — **Governo Distrito de Lourenço Marques — Potência**

1.º Major L. Inocentes	*Harpagão*
2.º Capitão V. Ramires	*Copperfield*
3.º R. Grayston	*Sabre*
3.º António Barbedo	*Pegasus*
3.º W. Angus	*Foxfire*
3.º E. Hayward	*Usutu*

Prova 5 — **Caju Industrial — Tabela A S/C — 1 Barrage C/C**

1.º Maria Iwanowska	*Inyati*
2.º Frs. Van Heerden	*Comklaas*
3.º Angela Edwards	*Megawatt*
4.º Geo Myburg	*Gay Rambler*
5.º Peter Levor	*Espirit*
6.º Capitão Lobo da Costa	*Intruso*

Prova 6 — **Ermoque — Seis Barras**

1.º	W. Angus	*Foxfire*
2.º	Capitão Paiva Morão	*Jau*
3.º	Frank Fernandes	*Calipso*
3.º	W. Angus	*Flash*
5.º	António Barbedo	*Pegasus*
5.º	E. Hayward	*Usutu*
5.º	Maria Iwanowska	*Ospoey*
5.º	June Fitzpatrick	*Liberette*

Prova 7 — **Sonap — Tabela A C/C**

1.º	Gert Myburg	*Gerónimo*
2.º	Angela Edward	*Megawatt*
3.º	Capitão Paiva Morão	*Micawber*
3.º	R. Grayston	*Rither*
5.º	E. Hayward	*Friartuck*
6.º	Peter Levor	*Espírito*
7.º	Capitão C. Campos	*Nevado*

Prova 8 — **Câmara Municipal de Lourenço Marques — Grande Prémio — Tabela A S/C — 1 Barrage C/C**

1.º	Angela Edwards	*Ranie*
2.º	Geo Myburg	*Moby-Dick*
3.º	Capitão R. Abrantes	*Ideal*
3.º	Peter Levor	*Shaza*
3.º	E. Hayward	*Usutu*
3.º	R. Grayston	*Saboe*

Prova 9 — **Colmoque — Regularidade**

1.º	Gert Myburg	*Gay Rambler*
2.º	R. Grayston	*Dither*
3.º	Gert Myburg	*Gerónimo*
4.º	Maria Iwanowska	*Inyati*
5.º	Peter Levor	*Espírito*
6.º	Sally Mennell	*Charade*
7.º	Gail Hall	*Royal-Amber*

Prova 10 — **Notícias — Ganhadores — Tabela A S/C — 2 Barrages última C/C**

1.º E. Hayward	*Usutu*
2.º R. Grayston	*Saboe*
3.º W. Angus	*Flash*
4.º Angela Edwards	*Ranie*
5.º Maria Iwanowska	*Ospoey*
5.º W. Angus	*Foxfire*

Prova 11 — **Entreposto Comercial de Moçambique — Tabela A C/C**

1.º R. Grayston	*Dither*
2.º Gert Myburg	*Gay Rambler*
3.º E. Hayward	*Usutu*
3.º R. Grayton	*Sabre*
5.º G. Fischer	*Pay-Bell*
6.º Maria Iwanowska	*Somnambulist*
7.º Gert Myburg	*Jerónimo*

Prova 12 — **Coca-Cola — Ensino**

1.º L. Levy	*Witchcraft*
2.º L. Levy	*Rebel Song*
3.º Varela Nunes	*Conronic*

Prova 13 — **Governador da Província de Moçambique — Taça das Nações**

1.º ÁFRICA DO SUL

				Barrage
E. Hayward	*Flash*	0	0	0-33 s
Peter Levor	*Shaza*	0	0	0-32 s
Geo Myburg	*Moby-Dick*	4	12	0-30 s
W. Angus	*Fox Fire*	0	0	0-31 s

2.º PORTUGAL

				Barrage
Capitão P. Morão	*Micawber*	12	0	0-32 s
Frank Fernandes	*Calipso*	0	4	0-33 s
Major Inocentes	*Harpagão*	0	0	0-30 s
Capitão V. Ramires	*Copperfield*	0	0	8-32 s

3.º RODÉSIA

Angela Edwards	*Ranie*	7	0
Mrs. V. Heerden	*Super Star*	20	8
G. Fischer	*Belles Idol*	11	3
K. Edwards	*Megawatt*	0	0

CONCURSO HÍPICO DE SALISBURY

O Concurso Hípico de Salisbury foi organizado pela Rhodesian Agricultural and Horticultural Society e teve lugar durante a 54.ª Exposição anual, inaugurada oficialmente por Sua Ex.ª o Governador Geral de Moçambique. Neste concurso estiveram presentes os mais afamados conjuntos — cavalos e cavaleiros — desta parte da África. A equipa militar que se deslocou de Moçambique, chefiada pelo Major Veterinário Manuel J. Trindade e composta pelos Capitães Rui Abrantes com os cavalos *Ideal* e *Ontário*, Rui Lobo da Costa com *Harpagão* e *Intruso*, António Gonçalves Ribeiro com *Limpopo* e *Helénico* e José Paiva Mourão com *Copperfield*, *Micawber* e *Jau*, teve uma actuação coroada de brilhantismo. Este brilhantismo atingiu o auge quando com a presença de Sua Ex.ª o Governador-Geral de Moçambique no dia da inauguração oficial da feira, na prova das 6 barras, para cavalos de graus A e B, portanto para os melhores cavalos, o Capitão Paiva Mourão arrancou o 1.º e 2.º prémios com os cavalos *Jau* e *Micawber* respectivamente e o Capitão Rui Abrantes o 5.º com o *Ideal*.

Por este facto Sua Ex.ª o Governador-Geral desceu ao campo e felicitou aquele excelente cavaleiro.

Na prova de conjuntos, a que concorreram 8 equipas, a nossa classificou-se em 2.º lugar, depois duma igualdade de pontos que teve de ser discutida em barrage.

O Grande Prémio teve 5 percursos limpos na prova inicial, entre os quais os de *Harpagão* e *Copperfield*. A 2.ª barrage disputada em tempo teve dois percursos limpos entre os quais o de *Harpagão* tendo a classificação final sido:

1.º Angela Edwards no *Ranie*
2.º Capitão Lobo da Costa no *Harpagão*
3.º Capitão Paiva Morão no *Coperfield*.

RESULTADOS DAS PROVAS

Grau C (48 cavalos inscritos)

2.º *Jau* com Capitão Paiva Morão
7.º *Intruso* com Capitão Lobo da Costa
8.º *Ontário* com Capitão Rui Abrantes

Graus C e B (49 cavalos inscritos)

2.º *Jau* com Capitão Paiva Morão
7.º *Micawber* com Capitão Paiva Morão
8.º *Ideal* com Capitão Rui Abrantes

Prova de Graus A e B — The Waterfalls Prophy

3.º *Copperfield* com Capitão Paiva Morão
5.º *Harpagão* com Capitão Lobo da Costa

Prova de Conjuntos (8 equipas inscritas)

2.º Moçambique

A equipa teve a seguinte composição:

Ideal com Capitão Rui Abrantes
Harpagão com Capitão Lobo da Costa
Micawber com Capitão Paiva Morão

Prova das 6 Barras (31 cavalos inscritos)

1.º *Jau* com Capitão Paiva Morão
2.º *Micawber* com Capitão Paiva Morão
5.º *Ideal* com Capitão Rui Abrantes

Grande Prémio «Llewellin Chalenge Cup» (22 cavalos inscritos)

2.º *Harpagão* com Capitão Lobo da Costa
3.º *Copperfield* com Capitão Paiva Morão
6.º *Micawber* com Capitão Paiva Morão

Como nota simpática colhida durante o concurso, o gesto de na festa de encerramento a nossa equipa ter sido convidada pelo Sr. Harry Reedman, já nomeado para o cargo de representante da Rodésia em Lisboa, para ocupar a sua mesa. Atitude gentil que bem demonstra apreço e estima que as figuras mais representativas da vida rodesiana manifestam pelos nossos cavaleiros.

CONCURSO HÍPICO DE GWELO

Realizou-se, organizada pela «Midlands Show Society», a feira anual de Gwelo. Este ano o «Show» foi inaugurado oficialmente pelo Primeiro Ministro da Rodésia, Ian Smith, e com a presença de altas individualidades governamentais. Do programa do «Show» constou o concurso hípico ao qual estiveram presentes os cavaleiros que tinham tomado parte no concurso de Salisbury e portanto também a nossa equipa militar. Esta nossa equipa teve uma actuação brilhantíssima tendo o Primeiro Ministro cumprimentado e felicitado o chefe da equipa.

Na festa de encerramento do «Show» foi a nossa equipa convidada para a mesa de honra onde se encontravam altas individualidades parlamentares, director do «Show», presidente da Câmara, etc., tendo-se estreitado laços de amizade e de simpatia, de tal forma, que todos manifestaram o mais veemente desejo e esperança de verem aqui, no próximo ano, durante o mesmo «Show», a nossa equipa militar.

RESULTADOS

Os resultados foram dos mais brilhantes obtidos pela nossa equipa.

Novice Dressage

1.º prémio — Capitão Morão com *Micawber*

Tandam Vale Jumping (1.ª fase):

1.º Capitão Morão com *Micawber*
2.º Capitão Ribeiro com *Limpopo*
3.º Major Inocentes com *Harpagão*

Combined Training

2.º prémio — Capitão Morão com *Micawber*

Grau C — Depois de 3 barragens e com 4 percursos sem faltas classificou-se em 1.º lugar o Capitão Paiva Morão no cavalo *Jau* e em 3.º lugar o Capitão Ribeiro no *Helénico*.

Take Your Own Line Jumping

2.º Capitão Abrantes no *Ideal*
4.º Capitão Morão no *Jáu*
5.º Capitão Morão no *Micawber*

Grade Handicap Jumping

1.º *Jau* com o Capitão Morão
6.º *Ontário* com o Major Inocentes

Tandem Vale Jumping (2.ª fase)

1.º Capitão Morão no *Micawber*
3.º Capitão Ribeiro no *Limpopo*
4.º Major Inocentes no *Harpagão*

Potência

1.º Capitão Morão no *Micawber*
3.º ex-acquo — Major Inocentes no *Harpagão*, Capitão Ribeiro no *Limpopo* e Capitão Morão no *Copperfield*

Gamblers' Stakes Jumping

3.º Capitão Morão no *Micawber*
4.º Capitão Lobo da Costa no *Intruso*

Grande Prémio

1.º Major Inocentes no *Harpagão*
4.º Capitão Morão no *Copperfield*
5.º ex-acquo — Capitão Ribeiro no *Limpopo* e Capitão Morão no *Micawber*

O cavalo mais premiado neste concurso foi *Micawber* montado pelo Capitão Morão.

A nossa equipa ganhou no total:

7 primeiros prémios
3 segundos prémios
7 terceiros prémios.

CONCURSO HÍPICO DE BULAWAYO

Organizado pela Royal Agricultural Society of Southern Rhodésia realizou-se em Bulawayo o 8.º Royal Show.

Na disputa das provas hípicas estiveram presentes os melhores conjuntos da Rodésia e alguns da República da África do Sul.

A inauguração oficial do Show foi feita por Sua Ex.ª o Governador da Rodésia, Sir Humphrey Gibbs, tendo sido convidado para lugar de destaque o chefe da nossa equipa.

A equipa pelos resultados brilhantes, obtidos nos concursos de Salisbury e de Gwelo, era esperada com impaciência e admiração. O con-

curso que se realizou no Trade Fair teve uma assistência das mais ilustres e das mais numerosas. Assim é que ao Grand Prix assistiu todo o corpo consular acreditado em Bulawayo bem como muitas entidades governamentais, tendo sido convidado para o Royal Box o chefe da nossa equipa.

A T. V. entrevistou também o chefe da equipa, para um programa directo, tendo sido focados os resultados brilhantes da equipa, a posição académica dos nossos cavaleiros, a simpatia e o agradável acolhimento de que fomos rodeados. Ainda não tinham aparecido, segundo nos informaram, uma equipa nossa tão homogénea e tão forte. De resto era já esta a opinião dos sul-africanos no Easter Rand Show.

Resultados das provas:

Combined competition (provas de ensino e de obstáculos):

1.º Capitão Paiva Morão no *Micawber*

Dressage novice

2.º Capitão Paiva Morão no *Micawber*

Overture Stakes, Grau C

1.º Capitão Paiva Morão no *Jau*

Overture Stakes, Graus A e B

3.º Major Inocentes no *Harpagão*

Choose Your Own Line

1.º Capitão Ribeiro no *Limpopo*

Top Score Competition, Graus A, B e C

2.º Capitão Abrantes no *Ideal*
4.º ex-aequo Capitão Paiva Morão no *Micawber* e Capitão Ribeiro no *Helénico*

Seis Barras:

2.º Major Inocentes no *Harpagão*

Grand Prix

4.º Major Inocentes no *Harpagão*

Assim se encerrou esta época de hipismo na Rodésia que muito contribuiu para o engrandecimento deste nosso desporto e para o estreitamento de relações amigas entre os dois povos.

CAMPEONATO DO CAVALEIRO DE OBSTÁCULOS DE 1965

Realizou-se no Hipódromo do Centro Hípico de Lourenço Marques a final dos seniores do Campeonato de Moçambique do Cavaleiro de Obstáculos, com que aquele clube encerrou as suas actividades equestres do ano corrente.

Foram finalistas:

Major Inocentes com *Harpagão*
António Barbedo com *Pegasus*
Capitão António Ribeiro com *Limpopo*
Capitão Carlos Campos com *Nevado*

O numeroso público que enchia as bancadas do Centro Hípico seguiu com bastante interesse e emoção esta finalíssima em que o seu vencedor ficou sòmente decidido nos últimos percursos, em notável despique entre os cavaleiros Major Luís Inocentes e Capitão Carlos Campos, vindo a triunfar o primeiro destes cavaleiros.

Nevado foi o melhor cavalo, com uma grande diferença de pontos de todos os outros e aquele que averbou mais percursos limpos e se mostrou mais fácil de conduzir. Foi na realidade um cavalo extraordinário, que devido ao trabalho e regime de ensino que actualmente tem, não estranhou os diferentes estilos de monte e que cumpriu cem por cento, com aquela honestidade e escrupulosidade que são as principais

características deste pequeno cavalo que é de verdade um grande saltador e campeão.

Pegasus foi o segundo melhor cavalo e também aquele que nos pareceu que todos os outros finalistas mais fàcilmente se adaptaram.

Limpopo cumpriu satisfatòriamente.

Harpagão, foi de todos o mais difícil, não se esperando que tivesse posto «a coisa tão feia».

A classificação final ficou assim estabelecida:

1.º Major Luís Inocentes
2.º Capitão Carlos Campos
3.º Capitão António Ribeiro
4.º António Barbedo

O Major Luís Inocentes, ao consagrar-se campeão de 1965, manteve o seu título, que ganhara já em 1964!!

Capitão GONÇALVES RIBEIRO

Jornais revistas livros

A AEROMOBILIDADE E AS FORÇAS TERRESTRES

Artigo do Coronel DE FAVITSI na revista francesa «L'Armée», n.º 45 — Fevereiro de 1965 — Tradução do Coronel RAÚL RAMOS.

Na era nuclear ao pensar nas forças terrestres temos de assinalar que os progressos que elas beneficiaram no domínio da potência não foram acompanhados de progressos comparáveis no domínio da mobilidade.

Os inconvenientes que resultam do equipamento destas forças com materiais estritamente ligados ao solo tomam um singular relevo à luz da missão que lhes seria atribuída e da ameaça que pesaria sobre elas em caso de operações nucleares, de tal modo que somos naturalmente conduzidos a interrogarmo-nos se não será necessário seguir novos caminhos.

Verifica-se, justamente já desde há algum tempo, a inscrição em ordem do dia da «aeromobilidade» (1): enquanto que as pesquisas relativas ao veículo «à coussim d'air» e ao avião de deslocagem vertical tendem a alargar o campo das possibilidades já oferecidas aos exércitos de terra pelos helicópteros que evoluem constantemente, vê-se, por exemplo, nos Estados Unidos, fazer experiências sobre a ferramenta de combate «aeromóvel».

A aeromobilização mais ou menos generalizada das forças terrestres será ela de natureza a dar-lhe uma aptidão em deslocamentos flexíveis e rápidos que

(1) As tropas aeromóveis são para as tropas aerotransportadas o que as tropas mecanizadas são para as tropas motorizadas.

deixou de ser satisfeita e a remediar, deste modo, ao menos parcialmente, os inconvenientes resultantes da sua insuficiente mobilidade? Que nos seja permitido fazer a este respeito algumas reflexões iniciais que, para além dos planos actualmente elaborados, visem uma etapa de ulterior modernização.

Uma nova relação Fogo-Movimento

O átomo criou uma solução de continuidade na evolução de um dos factores tradicionais da manobra: o fogo. Não há motivos para se ficar admirado que este aspecto tome uma importância sem medida comum com aquela que se acorda ao outro factor que é o movimento. É partindo do facto nuclear que serão no futuro forjados os destinos. É em função das disponibilidades em armas de destruição maciça e das suas características que se idealizarão os planos estratégicos. É em volta delas que se construirão os sistemas de forças. As tácticas adaptadas à eventualidade dum conflito nuclear acordam também e a justo título, a prioridade absoluta ao fogo e assiste-se, no domínio do emprego das grandes unidades terrestres a uma transposição do princípio em vigor durante a guerra de 1914-18, quando o fogo tinha rompido o equilíbrio em detrimento do movimento:

«A Artilharia conquista. A Infantaria ocupa».

Certamente a extensão do aerotransporte, a afectação orgânica de engenhos voadores no seio das forças terrestres, a generalização da mecanização, assim como os progressos já feitos ou a atingir no domínio da mobilidade em todo o terreno, dos seus materiais base abriram aos exércitos de terra novas possibilidades no domínio do movimento.

Porém, não é menos real que importante fracção destes exércitos, a que forma «o invólucro» da arma nuclear táctica terrestre ficou essencialmente ligada à terra, construída como é em volta do carro, quer dizer, do elemento concebido há meio século com vista a restabelecer o equilíbrio entre o factor «fogo» e o factor «movimento», durante o primeiro conflito mundial e chegado à maturidade durante o segundo, há já vinte anos.

Expressando-nos de outro modo: à revolução correspondente *ao domínio da potência não correspondeu, no domínio da mobilidade senão progressos que se situam na linha duma contínua evolução.*

Mobilidade e vulnerabilidade das forças terrestres

Por substanciais que sejam estes progressos, não parecem suficientes para resolver de modo plenamente satisfatório os problemas *essenciais* que se põem, na perspectiva de operações nucleares, às forças quase inteiramente equipadas de materiais ligados ao solo.

Da mobilidade

O primeiro destes problemas é o da *sua aptidão para desempenhar a missão para a qual elas foram concebidas.* Construídas em volta do fogo nuclear táctico, elas são essencialmente auxiliares, quer se trate de preparar ou per-

mitir a aplicação do fogo, de lhe dar a sua maior eficácia, de completar ou de rematar os seus efeitos.

Aptas à recolha da informação de contacto, as unidades que compõem estas forças — a menos que sistemàticamente procurassem um contacto estreito com o inimigo, o que tornará delicada a exploração pelo fogo das informações que procura — são tributárias do radar para a informação em profundidade. O rendimento deste meio técnico depende porém do terreno e da possibilidade de acesso aos pontos altos. Para se obter a libertação desta sujeição pensa-se dotar as unidades terrestres com radares de pesquisa ao solo... aéreos ou na utilização de engenhos voadores pilotados ou não, transportadores de dispositivos fotográficos ou de televisão. Isto, porém, não é senão uma primeira consequência da servidão que faz pesar o solo.

Com efeito, função da informação, o rendimento do fogo nuclear depende igualmente da densidade dos elementos inimigos sobre os quais é aplicado. Salvo quando ela deriva acidentalmente duma insuficiente dispersão do inimigo, esta densidade não será, em geral, obtida senão obrigando aquele a temporàriamente concentrar-se, seja, na ofensiva, sob o efeito duma acção que o comprime; seja, na defensiva, sob o efeito duma suficiente resistência para o levar a montar uma acção em força. Resistência ou acção de força implicam, as duas, no lugar desejado um certo potencial «clássico» que, no estado actual das coisas, não pode ser obtido senão pelo preço duma concentração de meios, quer dizer, expondo-se às reacções nucleares do inimigo. Um acréscimo de vulnerabilidade é, então, o preço do potencial e a vulnerabilidade é tanto maior quanto mais durável for a concentração dos meios. É evidente que se tal é o caso das unidades ligadas ao solo, unidades dotadas de meios capazes de se libertarem dele poderiam, pelo contrário, concentrar-se e dispersar-se com grande rapidez e conciliar assim o potencial e a segurança.

Uma observação semelhante deduz-se do exame das acções tendo por objectivo rematar ou completar os efeitos do fogo nuclear. Também aí lentidão é sinónimo de menor eficácia e maior vulnerabilidade. Com efeito uma grande mobilidade será necessária às forças de exploração amigas, dum lado para tirar o máximo proveito do efeito de neutralização deste fogo, por outro lado para se subtrair às reacções nucleares inimigas, sempre possíveis. Porém, a rapidez de deslocamento das unidades ligadas ao solo, já diminuída pelas dificuldades naturais do terreno, arrisca-se a ser ainda mais reduzida sobre um campo de batalha nuclear, pleno de zonas contaminadas, revolvidas ou postas a fogo o que demanda, não mais uma excelente mobilidade todo o terreno, mas uma mobilidade «por cima do terreno».

Uma conclusão idêntica impõe-se ao considerar o problema posto pelo emprego das reservas.

Sem dúvida, num sistema organizado em volta da arma nuclear táctica, a reserva mais segura é constituída pelas armas nucleares disponíveis. Mas há casos em que o comandante não poderá parar o imprevisto — de que o risco em combate nuclear será permanente — senão fazendo intervir os agrupamentos clássicos em reserva, especialmente contra um inimigo em íntimo contacto ou infiltrado, cuja acção, no escalão divisão por exemplo, ameaçaria precisamente os meios nucleares de lançamento ou um centro nervoso da cadeia de informações ou de comando.

Por certo, os agrupamentos reservados não poderão desempenhar ùtilmente o seu papel de reserva se não estão em condições de intervir a tempo. Função das dimensões das zonas de acção nas operações nucleares, das acrescidas dificuldades do terreno a vencer, assim como das demoras necessárias para reunir as unidades que estão em dispersão atómica, fica-se no direito de duvidar se as reservas constituídas por unidades ligadas ao solo podem ser empregadas com utilidade fora de zonas relativamente reduzidas em volta das suas posições de alerta.

Fora destas zonas «de intervenção eficaz» é preciso apelar para reservas móveis constituídas por elementos capazes de se libertarem das servidões do solo. É com este espírito que é por vezes encarado o emprego de helicópteros armados, assim como de infantaria de reforço transportada em helicópteros de manobra de que devem ser dotadas as futuras divisões mecanizadas francesas?

Da vulnerabilidade

Vamos agora examinar *o segundo problema essencial* que se põe às forças terrestre equipadas com materiais ligados ao solo: o da sua vulnerabilidade.

Porque já largamente tratado este problema não merece grande desenvolvimento.

Duma maneira geral convém notar que logo que as forças estão em dispersão atómica, as grandes unidades terrestres equipadas com materiais ligados ao solo ocupam necessàriamente, sob pena de serem incapazes de se constituirem em conjuntos coerentes em prazos aceitáveis, áreas que estão à medida do potencial táctico nuclear inimigo e sem que os consumos nucleares a consentir, senão para a destruição, ao menos para a sua neutralização, sejam proibitivos.

Certamente, a generalização da blindagem e, em certos casos, as possibilidades de enterramento, oferecem a múltiplas células possibilidades razoáveis de sobreviverem aos golpes mordazes do inimigo. Mas não serão já mais do que células dispersas pois o conjunto coerente que constitui a grande unidade terá desaparecido.

Mais frágeis nas suas células elementares, as unidades dotadas de material voador parecem, no entanto, constituirem conjuntos menos vulneráveis, em vista da rapidez com que elas se podem concentrar ou dispersar e da instantaneidade com que podem variar os pontos de aplicação do seu potencial. Elas podem, com efeito ,esperar o momento da sua aplicação numa dispersão adequada a tornar inoperante a aplicação do fogo nuclear ou concentrarem-se e agir com uma tal rapidez que, tornado tentador o objectivo que elas constituiriam seria demasiado móvel no espaço e demasiado fugitivo no tempo para poder ser surpreendido.

As reflexões que levaram a examinar os dois grandes problemas que se põem às forças terrestres quase exclusivamente equipadas com materiais ligados ao solo na perspectiva de operações nucleares, poder-se-ia ajustar-se-lhe para o terminar um outro de alcance menor, ainda que mais geral.

A aptidão todo o terreno tem limites e sabe-se desde longa data que é uma noção das mais relativas. Consequentemente, dizer que os materiais de lagarta uniformizados estão bem adaptados ao terreno «médio» e, pelo contrário que serão dificilmente utilizáveis nos rochosos, lodosos, montanhosos ou cobertos de

espessas florestas não faria senão sublinhar uma evidência e encarar a superioridade de que beneficiam no domínio da *polivalência em relação ao terreno* os materiais dotados duma mobilidade «por cima do terreno».

Aeromobilidade

Deste modo, os raciocínios seguidos para sair das veredas constituídas pelos carros parecem convergir todos no sentido da *aeromobilidade*, quer dizer, no sentido da aptidão conferida às forças terrestres a libertarem-se do solo, não sòmente para se deslocar, mas igualmente para combater, entendendo-se que o domínio que elas poderiam considerar como seu, seria para o essencial do «razar o solo ao cimo dos chopos». Dificilmente pode ser posta em causa a possibilidade de se realizar uma fórmula desta espécie. Ela já foi experimentada em larga escala há muitos anos nos Estados-Unidos, onde se estuda o problema ao escalão grande unidade, e no Viet-Nam onde as operações heliotransportadas são moeda corrente. Noutros exércitos pensa-se pôr ao serviço um helicóptero de combate capaz de cumprir ao menos uma parte das missões actualmente destinadas aos carros.

Em França, as operações da Indochina e da Algéria abriram largamente o caminho, e os helicópteros não estarão ausentes das nossas futuras divisões mecanizadas.

Técnicas novas — hélices «carénées», veículos «à effet de sol .....», asas flexíveis — são postas à prova em certos países, mesmo no nosso, e poderão em futuro ainda incerto, conduzir a novos tipos de veículos aeromóveis.

Resumindo, as ideias e as realizações caminham, desde já impondo a certeza de que, cedo ou tarde «a aeromobilização» mais ou menos desenvolvida das forças terrestres será um facto concluído.

Uma nova forma das forças terrestres

Já anotámos, de passagem, que se a vulnerabilidade *global* das unidades aeromóveis podia ser estimada como inferior às das unidades ligadas ao solo, pelo contrário a vulnerabilidade dos seus materiais considerados em si mesmo, era largamente superior, por exemplo, à dos carros. Ainda, no estado actual das coisas, os problemas tais como a navegação dos «aerodynes» com todo o tempo ou com má visibilidade não estão ainda resolvidos dum modo satisfatório. Este aspecto incita-nos a mostrarmo-nos prudentes. Mas há ainda mais aspectos. Vimos atrás que as unidades aeromóveis seriam aptas a intervenções rápidas, instantâneas, potentes e breves. Pelo contrário elas respondem mal ao desejo de permanência sobre o solo, justificado pela necessidade de assegurar a continuidade da informação e a segurança dos meios ligados ao solo face a um inimigo também terrestre.

Por outro lado, igualmente, parece que a grande vulnerabilidade das unidades ligadas ao solo face à ameaça nuclear resultava menos da fragilidade dos seus materiais do que da necessidade em que elas se encontrariam de se concentrar para serem potentes, sem terem a mobilidade suficiente para executar aquela concentração em certo tempo.

Consequentemente, chega-se a conceber uma *fórmula para as forças terrestres*, a um escalão que resta a precisar:

— dum lado, *unidades mecanizadas equipadas de materiais anfíbios*, ligeiros, moldando-se ao terreno, controlando os eixos e corredores favoráveis aos carros, enquanto que, paralelamente, comandos a pé, heliotransportáveis ou aerotransportáveis, efectuariam o mesmo trabalho nas zonas pouco favoráveis ao emprego de massas blindadas;
— por outro lado, *unidades aeromóveis à base de engenhos voadores lança-mísseis*, em que alguns poderiam ser de cabeça nuclear (1) capazes, mediante informação, de concentrar ràpidamente um considerável potencial de fogo num dado ponto, de transferir velozmente este potencial sobre um outro ponto, de dispersar no tempo requerido para escapar às reacções inimigas, especialmente nucleares, antes de se concentrar de novo em caso de necessidade. Tudo em voo razante, pelo menos fora das zonas batidas pelas armas anti-aéreas inimigas.

A vocação das primeiras seria a informação, o escalonamento, a exploração e a inquietação. Os seus elementos estariam de tal modo dispersos e de tal modo fluidos que elas não constituiriam objectivos penhoráveis e rendosos para o fogo nuclear. Em contrapartida elas teriam um potencial mais modesto que o das unidades aeromóveis cuja vocação seria a intervenção instantânea, rápida, curta e brutal «tangencionalmente» à superfície do solo.

Parece, portanto, que não é de modo nenhum desarrazoável imaginar para o futuro um utensílio de combate aeromóvel que seja capaz de dar ao factor «movimento», na manobra terrestre, a importância que ele perdeu. Mas este utensílio não condenaria as forças ligadas ao solo, cuja necessidade se impõe sempre.

Ainda mais, estas duas categorias de forças aparecem em larga medida, complementares, e é por uma estreita cooperação entre elas, no seio das forças terrestres, que umas e outras parecem ser mais eficazes.

As reflexões que se acabam de ler não pretendem de modo algum ter feito o estudo completo do assunto, nem mesmo ter cavado a fundo os únicos aspectos abordados. Muitas perguntas se podem ainda pôr e muitas direcções restam abertas. Citaremos algumas que nos vêm ao espírito:

— Possibilidades e limites da aeromobilidade;
— Importância relativa das forças aeromóveis no seio das forças terrestres;
— Escalão em que se devem associar às forças ligadas ao solo;
— Organização do utensílio de combate aeromóvel;
— Materiais de que elas serão dotadas;
— Modalidade do seu emprego, etc.

---

(1) Desde já certamente, certo exército estrangeiro estudaria uma forma «de artilharia aeromóvel».

Isto não são senão exemplos, a lista está longe de ser completa: pela nossa parte, não temos a intenção de nos fixarmos neles.

Poder-se-ia fazer estudos mais profundos mostrando que o caminho esboçado conduz a um impasse num futuro prospectivo. Mas não se pode também dizer que não valha nada, e que provocando no seio das forças terrestres, no domínio da mobilidade, uma revolução parecida à que foi operada quando da substituição do cavalo pelo motor, se consiga restabelecer um pouco em favor do movimento, um equilíbrio que o átomo rompeu a favor do fogo.

Isto está ainda certamente distante, porque se trata não de pôr em causa os projectos de modernização já assentes, mas de preparar a etapa futura.

Como tais transformações exigem muita reflexão, muitos planos, muito estudo, é preciso lembrarmo-nos de que se quer e estar pronto no momento requerido, que há árvores que levam vinte anos a despontar.

Anotação — É curiosa pela relação com este artigo a notícia publicada na imprensa do dia 7 de Setembro de 1965 e cujo teor é o seguinte:

> «SAIGÃO, 7 — A divisão de combate mais bem treinada da história das forças armadas americanas vai em breve iniciar operações contra o Vietcong.
>
> Constituída segundo os últimos conceitos revolucionários da guerra, a primeira divisão de cavalaria (aeromóvel) poderá ser o protótipo do exército do futuro. Integram-na 15 900 homens.
>
> O comandante desta divisão, general Harry Kinnard, fez hoje a apresentação oficial da sua unidade em Saigão. A divisão de cavalaria vai a caminho do Vietnam do Sul em cinco navios. Dispõe de 428 helicópteros, 1500 veículos ligeiros e 7 aviões de observação, sendo apoiada por dois batalhões de artilharia com canhões de 105 mm que podem ser transportados em helicóptero .....

Há dois sentimentos que nunca devem morrer no Coração de um SOLDADO: amor da sua Profissão e o Respeito de si mesmo.

A CAVALARIA LIGEIRA

Artigo do Comandante de Grupo de Esquadrão JOURNIER na revista «L'Armée» — N.º 44 — Janeiro 1965 — Tradução do Coronel VASCO DA COSTA.

A cavalaria ligeira conservará sempre todo o seu valor, desde que se mantenha fiel ao espírito com que deve cumprir as suas missões.

Na verdade se souber o que deve fazer e como o deve fazer encontrará o seu equilíbrio e as suas organizações próprias actualizadas.

A grande dificuldade que sempre se apresentou, em tempo de paz ou em período de transição, foi a de imaginar o que será o inimigo de amanhã: é ele que condiciona tudo uma vez que é ele igualmente o objectivo do cavaleiro ligeiro não só na procura de informação como na cobertura.

Por estas razões não iremos, nestas considerações, além do âmbito das generalidades.

As Missões

O cavaleiro ligeiro, cujo papel é esclarecer e proteger, deve estar preparado para cumprir missões a grandes distâncias e com rapidez, em ligeireza ou em força, actuando também por surpresa e por vezes agindo como «partisan» e sempre em todos os casos dispondo duma relativa autonomia de execução.

Os meios técnicos modernos de que actualmente dispõe facilitar-lhe-ão por certo o cumprimento das suas missões.

Estas missões são de dois tipos: exploração e segurança. Há todavia que distinguir uma da outra pois são incompatíveis: a primeira tem por finalidade ir procurar a informação em profundidade dentro da zona inimiga ao passo que com a segunda pretendemos impedir que o inimigo venha actuar sobre nós.

Os processos empregados no cumprimento destas missões são designados por «reconhecimento» ou «descoberta».

A missão de reconhecimento é procurar estabelecer o contacto com o adversário, definir esse contacto e mantê-lo, pois o contacto é ainda a melhor forma de obter a informação.

Nas missões de descoberta contràriamente ao reconhecimento a forma de actuar caracteriza-se pela astúcia e pela fluidez procurando evitar-se o contacto; a informação é obtida pela observação.

É de prever que a guerra moderna virá a desenrolar-se em grandes superfícies com meios aero-terrestres.

a) *Exploração*

Na exploração o comandante da unidade de cavalaria ligeira trabalhará em proveito da Divisão ou até mesmo do Exército. Deverá agir sem se preocupar

com as suas linhas de comunicações porque a terceira dimensão lhe garantirá a sua existência e lhe proporcionará «relais» rádio.

Deverá procurar conjugar a ligeireza, a rapidez e um poder relativo a fim de procurar obter, numa profundidade normal de 200 km, a informação sobre rampas de lançamento inimigas e os flancos das unidades mecanizadas e blindadas do adversário, procurando igualmente semear o pânico e estabelecer a confusão nas comunicações terrestres entre as suas G. U.

Pelo que se refere a frente de acção manobrará normalmente numa frente de 50 km, ou seja a máxima dispersão em largura duma Divisão.

b) *Segurança*

Em missão de segurança compete-lhe proteger a Divisão ou o Exército, quer fornecendo a informação a tempo quer combatendo para manter um contacto eficaz. Não só levará a cabo acções de cobertura mas deverá também estar em condições de iludir ou de flagelar o inimigo o que terá como consequência fixá-lo ou desorganizá-lo podendo ainda manter com o inimigo um contacto suficientemente seguro e preciso por forma a permitir uma acção nuclear contra uma guarda avançada ou qualquer outro elemento avançado ou finalmente com o fim de permitir que do nosso lado se tomem novas disposições.

Os Meios

Quais serão então os meios que permitirão cumprir as missões que acabámos de ver? Como resposta diremos que deverão consistir em unidades aptas para serem comandadas em qualquer escalão, com funções bem definidas e constituindo ainda um «conjunto integrado» de blindados, cavaleiros aptos para o combate a pé e elementos de terceira dimensão.

Torna-se pois necessária a existência de «unidades base» ou fundamentais, intermutáveis, capazes de explorar uma frente normal de 25 km (metade da zona de exploração do regimento) ou garantir uma segurança eficaz numa frente normal de 7 a 8 km (metade da zona em que o regimento pode manter o contacto). O comandante duma unidade base conduzirá a sua própria acção com a iniciativa e independência relativa que caracteriza o cavaleiro quer sabendo-se isolado quer mantendo-se em condições de se adaptar a todas as circunstâncias sem recorrer ao escalão superior, já que a actividade do combate não deixa tempo a perder.

«A unidade base» que consideraremos ser o «Grupo de esquadrões» deverá comportar os seguintes elementos:

— Um elemento de exploração e cobertura actuando numa direcção;
— Um elemento de reconhecimento e apoio formado por «patrulhas mistas» — 2 E. B. R. e 2 Jeeps — que têm dado já as suas provas, actuando numa direcção;
— Um elemento de exploração e apoio anticarro na 3.ª dimensão;
— Por último, um elemento de comando e de serviços nas 3 dimensões e de apoio de fogos de tiro curvo.

Estes elementos deverão ser esquadrões constituídos nas condições que a seguir se indicam:

1.º — *Esquadrão de Exploração/Cobertura*

— 1 PHR (meios rádio de grande potência);
— 4 Pelotões idênticos de Jeeps anfíbios capazes de transpor uma cobertura média de 400 m de largura.

Estes 4 pelotões deverão permitir ao capitão manobrar uma zona de 8 a 12 km de largura em terreno médio.
Cada pelotão será constituído por:

— 1 secção de comando e apoio anti-carro (meios rádio de média potência e mísseis ENTAC);
— 2 secções idênticas, cada uma com 5 Jeeps transportando cada um 3 cavaleiros armados com espingarda automática.

O pelotão deverá estar apto a manobrar sobre um eixo numa zona de 2 a 5 km de largura em terreno médio.

2.º — *Esquadrão de Reconhecimento/Apoio*

— 1 PHR (meios rádio de grande potência);
— 4 Pelotões idênticos de blindados sobre rodas e anfíbios.
Com estes 4 pelotões, o comandante de esquadrão poderá manobrar uma zona de 10 a 15 km de largura em terreno médio.
Cada pelotão será constituído por:

— 1 secção de comando (em viatura blindada dispondo de 1 peça clássica, mísseis SS 11 e ainda meios rádio de grande potência);
— 1 secção com 2 viaturas blindadas (dispondo cada viatura de 1 peça clássica, mísseis SS 11 e meios rádio de grande potência);
— 1 secção de duas viaturas TP blindadas semelhantes às outras anteriores ,dispondo de armamento DCA e L. G. A. C. múltiplos. Cada viatura transporta uma esquadra de 5 cavaleiros armados de espingarda automática e aptos para o combate apeado.

O pelotão deverá estar apto a manobrar ao longo dum eixo numa zona de 2 a 6 km de largura em terreno médio.

3.º — *Esquadrão de Helicópteros Armados*

O esquadrão de helicópteros armados, deve estar apto a desempenhar missões de exploração e missões de apoio anticarro em proveito simultâneamente do esquadrão de Jeeps anfíbios e do esquadrão blindado de reconhecimento. Deverá ser formado por um mínimo de 4 patrulhas. A composição exacta e as condições definidas de emprego não poderão ser estabelecidas senão depois de experiências à escala natural.

4.º — *Esquadrão de Comando, de Serviços e de Apoio*

A composição deste esquadrão não poderá ser estabelecida em pormenor senão tendo por base a experiência. No entanto qualquer que seja a sua constituição, o esquadrão deverá dispor dos elementos necessários para garantir ao comandante do Grupo de esquadrões não apenas o apoio logístico nas três dimensões mas também uma administração que aliviando o mais possível os capitães comandantes dos esquadrões subordinados lhes permita dedicar-se apenas aos problemas de ordem táctica; por último ainda deverá dispor dum apoio de fogos (tiro curvo) constituído por morteiros pesados automotores (viaturas blindadas do mesmo tipo que os já anteriormente indicados) com um alcance médio de 6 a 7 km com possibilidades de intervenção simultânea em 2 direcções (necessidade de 2 secções a 2 armas) e dum apoio de vigilância por radares, também permitindo actuar simultâneamente em 2 direcções.

As Missões Especiais

Pela reunião de 3 grupos de esquadrões, formar-se-á então um regimento de cavalaria ligeira apto a trabalhar em proveito da divisão.

Por vezes, determinadas missões especiais, só serão de considerar no escalão regimento, por exigirem independência, poder de acção, discrição, rapidez de transmissão directa de informação à divisão; é este o caso das patrulhas lançadas em profundidade, heliotransportadas e recolhidas por meios aeroterrestres.

Normalmente o regimento deve estar em condições de desempenhar com os seus meios próprios, as seguintes missões:

— De «comandos» sobre um objectivo que especialmente interesse a este;
— De trabalho de sapadores;
— De «apoio de fogo» realizadas por obuzes autopropulsionados (blindados, anfíbios com alcance eficaz de 12 a 15 km) podendo desempenhar igualmente missões de vigilância por radar.

O regimento disporá ainda dum quarto grupo de esquadrões, designado «especial».

O comandante do regimento exerce a sua acção de comando, impulsiona e administra o conjunto da sua unidade com os meios que lhe proporciona um esquadrão de comando e serviços.

A organização em pormenor deste grupo especial e do esquadrão de comando e serviços só poderão ser fixados em face do que a experiência aconselhar.

Desta forma julgamos poder conciliar ligeireza de emprego e aptidão completa para o desempenho das missões da cavalaria ligeira graças a uma boa distribuição de missões. Ao coronel foi dada a missão. Ao comandante do grupo caberá a execução da manobra com a flexibilidade indispensável para accionar não só os seus dois elementos fundamentais: o esquadrão de exploração e o esquadrão de reconhecimento, como os seus dois restantes elementos: o esquadrão de helicópteros e os elementos terrestres de apoio pelo fogo. Cada um dos capitães deverá viver a acção que comanda, integrado no conjunto da operação:

o capitão participa no combate junto aos seus pelotões. No grupo de esquadrões há apenas uma única rede rádio de comando: o comandante do grupo está ligado directamente «em fonia» com os capitães comandantes e os comandantes de pelotão.

As redes internas de cada esquadrão são acessórias.

Desta forma, a informação será transmitida ràpidamente do escalão mais baixo — pelotão — (4 pelotões de exploradores — 4 pelotões blindados) ao escalão mais elevado — comandante de grupo — que por sua vez a retransmite ao coronel.

Diremos enfim que o comandante do grupo saberá reagrupar oportunamente e no local mais indicado os elementos de que dispõe, sendo este tipo de acções de guerra da cavalaria ligeira, de algum modo semelhante ao das caçadas a cavalo em que o chefe da equipagem apenas interessam as boas peças de caça.

Todavia no escalão Exército o regimento é já um elemento de pouco valor. Com efeito, em certos casos poderia acontecer que a sua acção não resultasse por falta de poder. Poderemos então encarar a possibilidade da reunião de dois regimentos formando brigadas de cavalaria ligeira.

A função de comandante de brigada será:

— Conduzir a manobra dos seus dois regimentos dentro da missão comum;
— Apoiar os regimentos nas três dimensões;
— Promover que seja dotado com os necessários meios rádio extremamente poderosos;
— Obter meios de apoio de fogos terrestres com um alcance médio de 30 km;
— Garantir meios de apoio de engenharia (especialmente de levantamento de minas e de transposição);
— Assegurar para a brigada que comanda uma razoável capacidade para actuar isoladamente.

Nas considerações que aqui deixamos, julgamos que, continuámos mantendo-nos na linha tradicional da cavalaria ligeira.

Com efeito, tendo apenas em vista o cumprimento da missão (ou seja informar acerca do inimigo ou cobrir), é evidente que se torna necessário definir em cada escalão das unidades os dois elementos indispensáveis à manobra (exploração — apoio) e o seu elemento de apoio logístico.

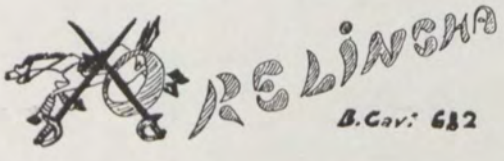
Dentro do mesmo espírito já indicado e para terminar citaremos os cinco mandamentos extraídos da excelente publicação «A Cavalaria na frente dos Exércitos» pelo Coronel Jules de Chatot que data de 1900).

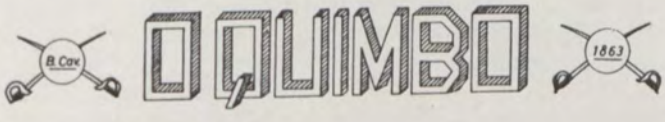
O militar da cavalaria ligeira deve:

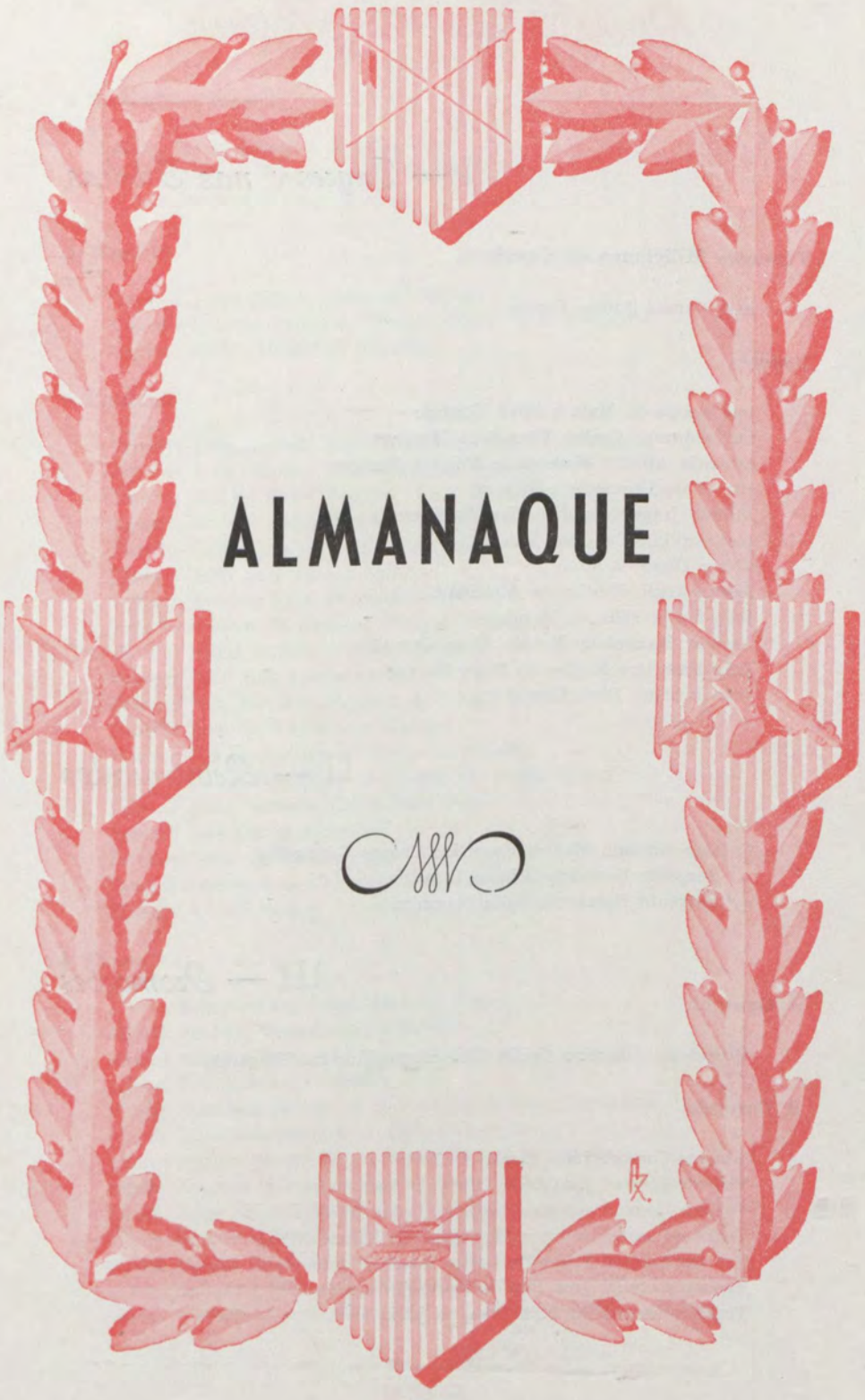
1 — Informar acerca do inimigo.
2 — Evitar que o inimigo de colher informações.
3 — Impedir o inimigo de atingir os seus fins.
4 — Iludir o inimigo acerca dos nossos próprios movimentos e intenções.
5 — Perseguir o inimigo, depois do sucesso.

Possamos nós dispor a tempo dos progressos de técnica moderna para que estejamos aptos ao desempenho das nossas missões!

Cabeçalhos de alguns Jornais e Revistas das Unidades de Cavalaria no Ultramar







ALMANAQUE

1880

I — Ingresso nas Fileiras

Tenentes Milicianos de Cavalaria

José Manuel Judice Pontes

Cadetes

José Diogo da Mata e Silva Temudo
Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques
Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins
Miguel de Lencastre e Távora
Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira
José António Candeias Valente
Victor Hugo da Mota
José António Ribeiro de Almeida
João Maria Félix de Morais
Amílcar Maximiano Rebelo Alves Casquilho
João Francisco Ramos do Rego Bayanr
João Firmino Dinis Gonçalves

II — Reintegrados

Capitão António Manuel Guerreiro Chaves Guimarães
1.º Sargento Bernardo Ribeiro Laia
2.º Sargento Humberto Mota Nogueira

III — Promoções

A General

Brigadeiro Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido

A Coronéis

Tenente-Coronel Júlio Beirão de Brito
Tenente-Coronel José Félix Alves de Carvalhosa
Tenente-Coronel Adriano Augusto Tadeu Ferreira
Tenente-Coronel António Herculano de Miranda Dias
Tenente-Coronel Vasco de Castro Ataíde Cordeiro
Tenente-Coronel José Pereira Marques Cavaleiro
Tenente-Coronel António Prazeres Júlio

A Tenentes-Coronéis

Major Mário Abrantes da Silva
Major António Pais Andorinho Romão
Major Joaquim Rodrigues Alho

A Majores

Capitão Jorge Alberto Guerreiro Vicente
Capitão Ricardo Fernando Ferreira Durão (por distinção)
Capitão Heitor Hamilton Almeida

A Capitães

Tenente João António Branco Martins da Rosa Garoupa
Tenente Jorge Manuel Bicudo e Costa Valério
Tenente Rui da Costa Ferreira
Tenente Manuel Soares Monge
Tenente Carlos José de Campos Andrada
Tenente João Luís Pereira Piçarra
Tenente António Vital Fernandes Faia
Tenente Rubem de Almeida Mendes Domingos
Tenente Mário António Baptista Tomé
Tenente Abel Luís Lemos Caldas
Tenente José Eduardo Figueira de Castro Neves
Tenente José do Nascimento Martins
Tenente Eurico António Sacavém da Fonseca
Tenente Carlos Domingos de Oliveira de Ayala Botto
Tenente Nuno António Bravo Mira Vaz
Tenente José Carlos Andrade
Tenente Óscar da Rocha Lima
Tenente Lourenço de Carvalho Fernandes Tomás
Tenente Álvaro Manuel Alves Cardoso (por distinção)

A Tenentes

Alferes Fernando da Costa Monteiro Vouga
Alferes António Manuel Conde Falcão
Alferes António Manuel Garcia Carreira
Alferes José Rocha de Oliveira Pinto
Alferes Francisco Xavier da Silveira Montenegro Carvalhais
Alferes João José Segundo de Rolão Candeias
Alferes Duarte Manuel de Amaranta Rocha Pamplona
Alferes António Manuel Pinto Ferreira Gomes
Alferes Jorge Manuel Morais da Silva Duarte
Alferes Leopoldo Alberto Faro Pereira Pinto
Alferes Manuel Maria de Barros Cardoso de Meneses
Alferes Germano Maquelina Cardoso Simões
Alferes António Luís de Magalhães e Meneses de Abreu Coutinho

A Alferes

Aspirante-a-Oficial Álvaro Camilo de Almeida Seabra de Albuquerque
Aspirante-a-Oficial António Fernandes Caetano
Aspirante-a-Oficial Manuel Urbano Moreira Dias
Aspirante-a-Oficial Luís Filipe Reis Vilas
Aspirante-a-Oficial Manuel Maria Pinheiro das Neves Veloso
Aspirante-a-Oficial Raúl Fernando Durão Correia
Aspirante-a-Oficial José Augusto da Cunha Rodrigues Cruz
Aspirante-a-Oficial Francisco Guilherme Marinho Barreiros
Aspirante-a-Oficial Luís Manuel da Silva Pereira Coutinho
Aspirante-a-Oficial José António Fernandes Domingues
Aspirante-a-Oficial Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto
Aspirante-a-Oficial Jaime Gomes Vieira
Aspirante-a-Oficial Hernâni dos Anjos Moás
Aspirante-a-Oficial Orlando Antero Rebanda Páscoa
Aspirante-a-Oficial Fernando Emanuel de Carvalho Bicho

A Aspirante-a-Oficial c/patente de Tenente

Tenente Miliciano José Manuel Judice Pontes

A Aspirantes-a-Oficial

Cadete José Diogo da Mata e Silva Temudo
Cadete Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques
Cadete Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins
Cadete Miguel de Lencastre e Távora
Cadete Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira
Cadete José António Candeias Valente
Cadete Vítor Hugo da Mota
Cadete José António Ribeiro de Almeida
Cadete José Maria Félix de Morais
Cadete Amílcar Maximiano Rebelo Alves Casquilho
Cadete João Francisco Ramos do Rego Bayanr
Cadete João Firmino Dinis Gonçalves

A Sargentos-Ajudantes

1.º Sargento Francisco Pereira
1.º Sargento Bernardo Ribeiro Laia
1.º Sargento Vítor Pedro da Conceição Pereira dos Reis
1.º Sargento João de Jesus Rodrigues Cabeças
1.º Sargento Francisco Cândido Real
1.º Sargento João Rodrigues Bernardino

A Primeiros Sargentos

2.º Sargento António Francisco Carretas
2.º Sargento Constantino Teixeira
2.º Sargento José António Ramos
2.º Sargento Manuel Correia Rato
2.º Sargento António Pires Moura
2.º Sargento José Alexandre Sanches
2.º Sargento Domingos Gaspar Ramos
2.º Sargento Raúl Serrano Pires Ribeiro
2.º Sargento Manuel de Jesus Nunes
2.º Sargento António Moreira Beliz
2.º Sargento Joaquim Leal Lourenço
2.º Sargento João António do Céu Santinho
2.º Sargento Nelson Duarte Reis
2.º Sargento António Jacinto Leocádio
2.º Sargento Octávio Freitas dos Santos
2.º Sargento Manuel António Gonçalves
2.º Sargento José Duarte Esteves
2.º Sargento Eduardo Nobre Isidro
2.º Sargento Firmino David Patuleia
2.º Sargento Aníbal Antunes de Figueiredo
2.º Sargento Joaquim Fernandes Pereira
2.º Sargento Boaventura Alberto
2.º Sargento Ernesto de Sousa Machado
2.º Sargento João Pereira
2.º Sargento Domingos Amiguinho Belchior

A Segundos Sargentos

Furriel António Fernandes Heitor de Morais
Furriel Francisco de Oliveira Fernandes
2.º Sargento Miliciano Ricardo Ema
Furriel Antónios dos Santos
Furriel Mário do Céu Santinho

A Furriéis

1.º Cabo Manuel Francisco Lopes Gomes
1.º Cabo João Magueizo Duarte
1.º Cabo Manuel Henriques da Costa
Furriel Grad. Adelino de Jesus Pires Rodrigues
1.º Cabo João da Conceição Gonçalves
Soldado da G. F. António Gomes Fonseca
Soldado da G. F. Joaquim Laço Ramalho
1.º Cabo Luís Bonito Favita
1.º Cabo Francisco Diogo Moreira
1.º Cabo José Vieira Castro

1.º Cabo Manuel Barros
1.º Cabo Joaquim dos Santos Rodrigues
1.º Cabo António Amador Miranda Rodrigues
1.º Cabo Manuel Joaquim Bandeira
1.º Cabo António Pereira
1.º Cabo Domingos Nunes Pascoal
1.º Cabo Manuel João Dias Berbens

IV — Condecorações

1. POR FEITOS EM CAMPANHA

a. Medalha da Cruz de Guerra

(1) *De 1.ª Classe*

1.º Cabo Henriques José Pinto
Soldado Francisco José da Purificação Chaves

(2) *De 2.ª Classe*

Soldado José dos Santos Pereira

(3) *De 3.ª Classe*

Alferes Miliciano José Manuel de Jesus Henriques
Alferes António Luís de Magalhães de Meneses de Abreu Coutinho
2.º Sargento Francisco Quintano Freire
Soldado Manuel Pratas Geraldo

(4) *De 4.ª Classe*

Alferes Miliciano António Júlio Salgueiro Gonçalves
Alferes Miliciano José Francisco de Oliveira Carvalho
Alferes Miliciano Médico Manuel Vieira da Costa Neto
Furriel Miliciano Fernando Nobre Libório da Silva
Furriel Miliciano José da Silva Rocha
Furriel Miliciano Carlos Manuel Barosa dos Santos
1.º Cabo João Manuel de Carvalho Margarido
1.º Cabo Valdemar Fernandes Chaves
1.º Cabo José da Silva Rocha
1.º Cabo Jorge Claudino Cabrita
Soldado Francisco Joaquim Galinha Pereira
Soldado Luís Ferreira
Soldado Aviano Antunes da Costa
Soldado José Fiuza Lima

Soldado Álvaro Amorim Lopes
Soldado José Marçal
Soldado João Gonçalves Antunes
Soldado Alberto Correia da Costa
Soldado António Augusto Moura Carvalho
Soldado José dos Santos
Soldado Joaquim Pedro da Silva
Soldado Bernardo Moreira da Silva
Soldado António Piedade Ventura
Guia Nativo João Basa

b. **Medalha Militar de Serviços Distintos, com Palma**

(1) *De Ouro*

Brigadeiro Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido

(2) *De Prata*

Tenente-Coronel Alfredo Leão Tomás Correia
Tenente-Coronel Luís Frederico Pinto Tavares de Figueiredo
Major João Herculano Rodrigues Moura
Major Álvaro Franciscos Torres Andrade e Silva
Major Emanuel Xavier Ferreira Coelho
Capitão António Casimiro Rocha Ferrand de Almeida
Capitão Carlos Alexandre de Morais
Capitão Eduardo Vaz Neto de Almeida
Capitão Rui de Orey Pereira Coutinho
Capitão Manuel Joaquim Martins Engrácio Antunes
Alferes Miliciano Luís Filipe Mayer da Câmara Pina
Alferes Miliciano José Baptista Máximo Mocica

c. **Medalha dos Mutilados e Estropiados de Guerra**

Alferes Miliciano Albino Fernando de Oliveira Duarte
1.º Cabo Alexandrino Alfaias Horta
Soldado Domingos Fernandes Araújo
Soldado Joaquim Victorino de Campos

2. **POR DIVERSOS MOTIVOS**

a. **Medalha de Ouro dos Serviços Distintos**

Coronel Homero de Oliveira Matos

b. **Medalha de Prata dos Serviços Distintos**

Tenente-Coronel António Herculano de Miranda Dias
Tenente-Coronel Fernando Maria Pereira de Melo

Tenente-Coronel José Luís de Mendonça Ramires
Major Júlio Augusto Pessoa Carvalho Simões
Major Carlos José Machado Alves Morgado
Capitão Mário Avelino Sardoeira Delgado

c. **Medalha de Mérito Militar**

(1) *De 2.ª Classe*

Coronel Luís Soares de Oliveira
Tenente-Coronel António Ferreira de Carvalho Freire Damião
Major João Herculano Rodrigues Moura
Major Miguel Fernandes Moreno

(2) *De 3.ª Classe*

Capitão Nuno Álvaro de Couto Bastos de Bivar
Capitão Fernando Alberto Cardoso Pinto Chauer de Brito
Capitão Luís Francisco Pinto de Sousa Moreira
Capitão António Casimiro Rocha Ferrand de Almeida
Capitão Henrique António Godinho
Capitão João Ramiro Alves Ribeiro
Capitão Carlos Fernando Valente Ascenção Campos
Capitão José Alberto Meneses Pereira Monteiro
Capitão José Cândido de Bennefon Paula Santos
Capitão Manuel António Minas da Piedade
Capitão Rui Eduardo Anselmo de Oliveira Soares
Alferes Miliciano Manuel de Freitas Brás
Alferes Miliciano Manuel Ambrósio Morais de Freitas
Alferes Miliciano António Luís Rosa Alves

(3) *De 4.ª Classe*

Furriel Miliciano João Francisco Moleiro Rebocho
Furriel Miliciano Jorge Alves dos Reis e Silva
2.º Sargento José Alexandre Sanches
Soldado Joaquim Sarapio
Soldado Manuel da Mota Lopes
1.º Sargento Manuel Joaquim Cotovio
1.º Sargento David de Almeida Sousa
1.º Sargento Domingos Roque
1.º Sargento José António Roberto e Silva
Soldado Manuel António Quintanilha
Soldado Francisco António Rosa Parrinhas

d. **Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar**

Coronel António Sebastião Ribeiro Spínola
Coronel Jacinto Isla de Montalvão Santos e Silva
Coronel Luís de Oliveira Soares
2.º Sargento António da Costa Meneses

e. **Medalha de Cobre da Classe de Comportamento Exemplar**

Furriel Miliciano Manuel Joaquim Seixas Freire
Furriel Miliciano João Martins Rodrigues de Almeida
Furriel Miliciano José Rui Rocha Bastos
Furriel Miliciano Manuel dos Santos Martins
Furriel Miliciano João Maria Monteiro
Furriel Miliciano António Gomes Ramos
Furriel Miliciano Óscar Araújo Moreira
Furriel Miliciano Albano Manuel Teixeira Mesquita
Furriel Miliciano António Soares Pimenta
Furriel Miliciano Severino Barbosa da Costa
Soldado Fernando Barata Alves
1.º Cabo Augusto Gonçalves Vicente
2.º Sargento João Firmino Diniz
Furriel Miliciano António Branco Lopes Gonçalves
2.º Sargento Mário Henriques Martins
1.º Cabo Gabriel de Brito
Furriel Miliciano José Carlos da Costa Pablo
Furriel Miliciano António Afonso Alves Soares
1.º Cabo Alfredo Vieira Borges de Sousa
1.º Cabo Firmino Correia Ferreira
1.º Cabo João António de Oliveira Açorda
1.º Cabo André Joaquim Carvão de Oliveira

f. **Ordem Militar de Avis**

Comendador

Tenente-Coronel Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas

Cavaleiro

Captião Eduardo Matos Guerra

g. **Ordem Militar de Cristo**

Cavaleiro

Coronel José Lopes Ferreira da Silva

V — Louvores em Campanha

1. Pelo Ministro do Exército

24 Mai 65	Soldado Francisco José da Purificação Caves
24 Mai 65	1.º Cabo Henrique José Pinto
07 Jun 65	Alferes Miliciano Luís Filipe Mayer da Câmara Pina
07 Jun 65	Alferes Miliciano José Baptista Máximo Mocica
27 Jun 65	Major Francisco Torres Andrade e Silva
20 Jul 65	Capitão Casimiro Rocha Ferrand de Almeida
27 Jul 65	Major Emanuel Xavier Ferreira Coelho
10 Ag 65	Tenente-Coronel Alfredo Leão Tomás Correia
14 Set 65	Brigadeiro Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido
02 Nov 65	Capitão Eduardo Vaz Neto de Almeida
02 Nov 65	Capitão Rui de Orey Pereira Coutinho
02 Nov 65	Capitão Manuel Joaquim Martins Engrácia Antunes
12 Nov 65	Tenente-Coronel Frederico Pinto Tavares de Figueiredo
12 Nov 65	Capitão Carlos Alexandre de Morais
24 Nov 65	Major João Herculano Rodrigues de Moura

2. Pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné

18 Nov 64	Alferes Miliciano Jorge Silveira Machado
18 Nov 64	Capitão José Luís Jordão de Ornelas Monteiro
09 Dez 64	Soldado António João Peixinho Fuzeiro
09 Dez 64	Soldado José António Pereira Gomes Leonardo
19 Jan 65	1.º Cabo Jorge Silva Freitas
22 Jan 65	Soldado José Carvalho Paulino
22 Jan 65	Soldado Avelino da Cunha
22 Jan 65	FurrielMiliciano Mário Feio Conchada
22 Jan 65	Soldado Francisco Luís Pinto Ribeiro
22 Jan 65	Soldado António João Serel do Maio
26 Mar 65	Furriel Miliciano Carlos Manuel Barosa Santos
26 Mar 65	Alferes Miliciano Henriques Francisco M. Coutinho Gouveia
26 Mar 65	Soldado Vitalino Rosa Nunes
31 Mar 65	Capitão Fernando Luís Franco da Silva Ataíde
12 Abr 65	1.º Cabo Miliciano Afonto Costa Prestas
22 Abr 65	2.º Sargento Gabriel Albino
18 Mai 65	1.º Cabo Júlio Fernandes Vicente
18 Mai 65	Furriel Mliciano Manuel Ferreira Martins
18 Mai 65	Alferes Miliciano Manuel Francisco Lopes de Matos Chaves
19 Mai 65	Alferes Miliciano José Adelino Meneses Vieira de Sousa
21 Mai 65	Capitão Manuel Júlio Matias Barão da Cunha
31 Mai 65	Soldado José Carvalho Paulino

14 Jun 65	Tenente Lourenço de Carvalho Fernandes Tomaz
18 Nov 65	Soldado Leberiano Rosa Miguel
18 Nov 65	Soldado António Luís Guerreiro
09 Dez 65	1.º Cabo João Pereira Pires

3. **Pelo Comandante Militar da Guiné**

27 Nov 64	Furriel Miliciano Francisco Marcolino Ferreira Picaró
04 Dez 64	Alferes Milciano João Gonçalves Monteiro
30 Dez 64	2.º Sargento Gabriel Albino
	1.º Cabo Leonel António Viegas Marcos
	1.º Cabo Joaquim da Silva Garcês
15 Jan 65	Capitão Luís Francisco Pinto de Sousa Moreira
25 Jan 65	Tenente Lourenço de Carvalho Fernandes Tomás
27 Jan 65	Soldado Armando dos Reis Isidoro
22 Jan 65	Capitão Fernando Manuel Lopes Ferreira
30 Mar 65	1.º Cabo Diamantino da Silva Luís
02 Abr 65	Soldado Avelino Cunha
02 Abr 65	Alferes Miliciano José do Canto Tristão da Cunha
02 Abr 65	2.º Sargento António Roque do Nascimento Delfino
04 Mai 65	1.º Cabo José da Silva Vicente
14 Mai 65	Capitão Luís Alberto do Paço Moura dos Santos
15 Jun 65	Major António Lobato de Oliveira Guimarães
05 Jul 65	Tenente Lourenço Fernandes Tomás
15 Jul 65	Capitão António Tavares Martins
19 Jul 65	Soldado Francisco António Vargas
19 Jul 65	1.º Cabo Aurélio Neto Bernardino
19 Jul 65	Soldado Orlando José da Costa
19 Jul 65	Soldado José Matos Silva
19 Jul 65	Alferes Miliciano José Orlando de N. da Silveira Bretão
19 Jul 65	Furriel Miliciano José Augusto Mendes da Fonseca
19 Jul 65	1.º Cabo António Joaquim Mendes Abegão
22 Jul 65	Furriel Miliciano Mário António de L. Duarte Azevedo
25 Jul 65	1.º Cabo António Joaquim Matilde
28 Jul 65	2.º Sargento Miliciano João Martins da Silva
28 Jul 65	Soldado Francisco António Vargas
29 Jul 65	Soldado Francisco António Rosa Parrinha
29 Jul 65	Furriel Miliciano José António Gomes Brizido
29 Jul 65	Furriel Miliciano Júlio Santos
05 Ag 65	1.º Cabo José Maria dos Anjos Moreira
04 Set 65	1.º Cabo Armando Reis Marques
04 Set 65	Soldado João Custódio Cardoso
04 Set 65	1.º Cabo José Figueira Piriquito
04 Set 65	1.º Sargento Fortunato Hilário dos Santos
13 Set 65	Soldado Joaquim Luís
13 Set 65	Soldado José André dos Santos
22 Out 65	Capitão José Luís Jordão de Ornelas Monteiro

15 Nov 65	Alferes Miliciano António Manuel da Cunha Pita Soares
16 Nov 65	1.º Cabo José Roque Alexandre
16 Nov 65	Soldado Francisco Mateus Solipa
16 Nov 65	Soldado José Maria de Sousa Silva
16 Nov 65	Soldado Abel Fernandes Moreira
16 Nov 65	Soldado Manuel da Luz Pedrosa
16 Nov 65	Soldado Rui Manuel da Silva Monteiro

4. **Pelo Comandante da Região Militar de Angola**

26 Out 64	Furriel Miliciano Jorge Alves dos Reis e Silva
05 Nov 64	Alferes Miliciano Óscar Manuel Baião Pinto
05 Nov 64	Alferes João António Branco Viana Martins da R. Garoupa
05 Nov 64	Furriel Miliciano José Joaquim Meneses Soares de Moura
05 Nov 64	Furriel António Angelilo David Varela
05 Nov 64	Furriel João Cristóvão Cabaço
05 Nov 64	Soldado António dos Caceres Veiga
05 Nov 64	Soldado José Antunes Alves
05 Nov 64	Soldado Francisco Vespasiano Rosa
05 Nov 64	Soldado Manuel António Narciso
05 Nov 64	Soldado Garcia Alves
05 Nov 64	Soldado António Duarte Costa
05 Nov 64	1.º Cabo Manuel José Nobre
05 Nov 64	1.º Cabo Cristóvão Pedro Fernandes
05 Nov 64	1.º Cabo David Mestre da Silva
05 Nov 64	1.º Cabo Avildo João da Silva Ferreira
27 Nov 64	Major Leopoldo Severo Ferreira Pinto
02 Dez 64	Furriel Miliciano João Francisco Moleiro Rebocho
15 Jan 65	Capitão Luís Francisco Pinto de Sousa Moreira
20 Jan 65	Soldado Mário Ferreira da Conceição
15 Fev 65	Tenente-Coronel Joaquim dos Santos Alves Pereira
15 Mar 65	Capitão Orlando José Sequeira da Silva
30 Mar 65	Alferes Miliciano Manuel da Silva Monteiro
02 Abr 65	Soldado José Alberto Pereira
12 Mai 65	1.º Cabo Francisco Valada Morgado
14 Mai 65	Soldado Joaquim Moreira Nunes
14 Jun 65	Major Leopoldo Severo Ferreira Pinto
18 Jun 65	Capitão António José de Faria Fernandes
18 Jun 65	Soldado Manuel Pratas Geraldes
28 Jun 65	1.º Sargento António Marques Fonte
01 Jul 65	Major Álvaro Nuno Lemis da Fontoura
02 Jul 65	1.º Cabo Camilo José Sobral Sampaio
02 Jul 65	Soldado Manuel António Quintanilha
02 Jul 65	Tenente Miliciano Albertino Ferreira Gaspar
02 Jul 65	Soldado Francisco Maria Silvestre
02 Jul 65	Soldado Luís Ferreira
02 Jul 65	Alferes Miliciano José Manuel de Jesus Henriques

02	Jul	65	Furriel Miliciano Adalfredo de Almeida
14	Jul	65	Soldado Álvaro Amorim Lopes
14	Jul	65	Alferes Miliciano Manuel de Freitas Brás
16	Jul	65	Soldado Álvaro Alves da Cunha
16	Jul	65	1.º Cabo José Ribeiro Simão
16	Jul	65	Soldado Licínio Marçal dos Santos
16	Jul	65	1.º Cabo Joaquim Fernandes Ricardo
16	Jul	65	Soldado Dionísio da Piedade Costa
21	Jul	65	Alferes Miliciano Jorge Manuel de Freitas Vieira
21	Jul	65	Furriel Miliciano Américo Monteiro Ribeiro
21	Jul	65	Alferes Miliciano Luís Augusto de Oliveira Fernandes
21	Jul	65	Furriel Miliciano Joaquim António Fernandes
21	Jul	65	Furriel Miliciano Manuel Serafim Dores Carrasqueira
23	Jul	65	1.º Cabo António Joaquim Mendes Abegão
25	Jul	65	1.º Cabo António Joaquim Matilde
09	Ag	65	Capitão João Luís Laia Nogueira Mendes Paulo
16	Set	65	Tenente-Coronel José Joaquim Collares Vieira Serra Pereira
20	Ag	65	Major Francisco Redolfo Pereira dos Santos Oliveira
20	Ag	65	Capitão Eduardo Roque da Cunha
20	Ag	65	Furriel Miliciano José da Silva Rocha
20	Ag	65	Soldado Alberto Correia Costa
20	Ag	65	Soldado José Marcial
23	Ag	65	Furriel Miliciano João Alves Moreira
01	Set	65	Alferes Miliciano Adérito Saraiva Pires Madeira
01	Set	65	Furriel Miliciano Hermínio Heitor Alves
03	Set	65	Coronel Júlio Beirão de Brito
03	Set	65	Furriel Miliciano José António Costa Montes Martins
03	Set	65	Tenente-Coronel Carlos Emiliano Fernandes
08	Set	65	Capitão José Manuel Martins da Silva
10	Set	65	Capitão José Taveira de Oliveira Martins
21	Set	65	Alferes Miliciano Américo Francisco Bexiga Ponces
30	Set	65	Tenente-Coronel João Gualberto de Abreu Barros e Cunha
13	Out	65	Capitão António Torres de Andrade e Silva
13	Nov	65	Furriel Miliciano José Joaquim de Andrade Boticas
03	Dez	65	Tenente Miliciano Fernando Paiva Parada
03	Dez	65	Alferes Miliciano Eduardo Magno de Figueiredo
03	Dez	65	1.º Cabo António Vale Fortes
03	Dez	65	1.º Cabo João Fernando Cardoso Rocha
03	Dez	65	Soldado José Correia Capinha Pires
17	Dez	65	Soldado José António Folgado Pires
			Capitão Rui Eduardo Anselmo d'Oliveira Soares
			Alferes Miliciano Manuel Ambrósio de Morais Freitas

5. **Pelo Comandante da Região Militar de Moçambique**

03	Fev	65	Major João de Castro Ennes Ferreira
05	Jun	65	Major Mário Abrantes da Silva
29	Jun	65	Major António Pais Andorinha Romão

05 Jul 65	Alferes Miliciano Manuel Cândido de Araújo Pereira
05 Jul 65	Soldado Silvino Ferreira
20 Jul 65	Capitão José Adriano da Silva Monteiro
27 Jul 65	Capitão José Pedro Simões Caçorino Dias
27 Jul 65	Alferes Miliciano Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso
27 Jul 65	Alferes Miliciano António de Almeida Campos
27 Jul 65	Alferes Miliciano António Fidalgo Carvalho
27 Jul 65	Alferes Miliciano José Tavares da Cruz
27 Jul 65	1.º Sargento Silvino do Monte Andrade
30 Jul 65	Capitão Rui Coelho Abrantes
03 Ag 65	Capitão António Gonçalves Ribeiro
03 Ag 65	Capitão José Taveira Oliveira Martins
06 Ag 65	Capitão Mário António Pádoa Valente
09 Ag 65	Capitão João Luiz Soia Nogueira Mendes Paulo
11 Ag 65	Capitão Francisco José Martins Ferreira
11 Ag 65	2.º Sargento Helder Antunes Panoias
30 Ag 65	1.º Sargento Alberto da Apresentação Carvalho
08 Nov 65	Capitão Rui Manuel de Almeida Trigueiro
11 Nov 65	Capitão Ruy de Sousa Cambezes
18 Nov 65	Soldado Alexandre de Couto Machado

6. **Pelo Comandante de Agrupamento**

20 Nov 64	Tenente-Coronel Joaquim dos Santos Alves Pereira
22 Abr 65	Alferes Miliciano José Farinha Lopes
05 Mai 65	Tenente António do Nascimento Castela
16 Jul 65	2.º Sargento António Sequeira da Cruz
14 Set 65	Capitão Rui da Costa Ferreira
22 Set 65	Capitão António Eduardo Queiroz Martins Barrento
05 Out 65	Capitão Vasco Luís Esteves Ramires
05 Out 65	Alferes Miliciano Eduaurdo Casimiro de Deus F. da Silva
27 Out 65	Alferes Miliciano Arsénio Miguel Moniz da Silva Soares
02 Nov 65	Capitão Jorge Manuel Pereira Tadeu Ferreira
02 Nov 65	Furriel Miliciano Aurério Dias
02 Nov 65	Capitão Fernando Manuel dos Santos Barrigas de Lacerda
02 Nov 65	1.º Cabo Victor Manuel Pereira do Carmo
05 Nov 65	Soldado Manuel Maria Constantino
05 Nov 65	Soldado Raúl Mendes Ventura
05 Nov 65	Soldado José Henriques Rosa das Neves Gomes

7. **Pelo Brigadeiro Comandante da Defesa de Luanda**

08 Mai 65	Major Joaquim Rodrigues Alho

8. **Pelo Chefe do E. M. E. da R. M. A.**

Tenente Miliciano Mário Cristóvão Cebola

9. **Pelo Comandante da ZI Centro**

13 Jul 65	1.º Cabo António Fernando Marques Pereira
04 Nov 65	Furriel Miliciano Álvaro Dias Martins
04 Nov 65	Furriel Miliciano José Pedro Alcobia Vacas

10. **Pelo Comandante da ZI Norte**

05 Nov 65	Furriel Miliciano Manuel Francisco Moniz de Limas

11. **Pelo Comandante de Sector**

25 Set 64	Soldado Álvaro Amorim Lopes
25 Set 64	Alferes Miliciano Manuel Vieira da Costa Neto
15 Nov 65	Furriel Miliciano António de Matos
30 Dez 65	Capitão Eduardo Jorge Gomes Coelho Picciochi
30 Dez 65	Furriel Miliciano João de Jesus Gouveia de Castro
	1.º Sargento Manuel Pais do Amaral
	1.º Cabo João Manuel Pereira Valério

VI — *Transferências*

PARA OUTROS QUADROS

Corpo de Generais

Brigadeiro António Maria Malheiro Reymão Nogueira

PARA OUTRAS SITUAÇÕES

Reserva

Coronel Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Capitão Fernando da Costa Maia
Coronel Carlos Alberto da Costa Botelho
Tenente-Coronel Francisco António Venceslau
Brigadeiro Fernando Dias Pires Monteiro
Capitão José Maria de Mendonça Jr.
Coronel António Vaz de Carvalho Viana Crespo
Coronel Vasco de Brito Melo e Castro de Lemos da Costa Salema
Coronel António Vasco da Costa

Reforma

Tenente-Coronel António Francisco Leal de Oliveira
General Raúl Martinho
Tenente-Coronel João Miguel Nunes de Almeida Brito
Tenente Gonçalo Cristóvão de Meireles
Capitão José Mateus de Magalhães
Major Almiro Maia de Loureiro
Coronel Jacinto Isla de Montalvão Santos e Silva
Capitão Jaime Varela dos Santos
Tenente-Coronel Joaquim Hemetério Adrião de Sequeira
Capitão Abel António
Alferes António de Sousa Sirne Maduro
Brigadeiro Ernesto da Silva Granate
Major Francisco dos Santos Farrusco Jr.

Situação de Disponibilidade

2.º Sargento Rogério Emanuel Sousa Marques

VII — *Abates às Fileiras*

ÓBITOS

Major Almiro Maia Loureiro
2.º Sargento José Gonçalves Godinho
2.º Sargento Joaquim Fernando
2.º Sargento Francisco Quintano Freire
2.º Sargento José Fernandes
Aspirante-a-Oficial Miliciano Álvaro José Gaspar Matos Viana
Tenente-Coronel Luís António Nogueira
Alferes Miliciano Manuel Francisco Afonso Sampaio

BAIXAS DE SERVIÇO

Captião João Manuel Bilstein de Meneses Luís de Sequeira
Alferes Francisco Manuel Lima Félix

AOS NOSSOS COLABORADORES

As restrições de severa economia actualmente em vigor obrigaram a não se poder publicar todos os artigos recebidos, o que faz ficarem em reserva muitos trabalhos também valiosos.

Do facto se pede desculpa aos nossos estimados e competentes colaboradores e a todos se agradece a sua contribuição quer em trabalhos, quer monetária, para que tenha sido possível continuar a Revista.